FOLHA DE S.PAULO

DESDE 1921 ★★★ UM JORNAL A SERVIÇO DO BRASIL

INÊS249

ANO 103 ★ Nº 34.318 — DOMINGO, 19 DE MARÇO DE 2023 — R$ 9,00

Homem observa destroços de mercado no bairro de Al Shola, na periferia pobre de Bagdá, após bombardeio dos Estados Unidos deixar 55 mortos em março de 2003 Juca Varella - 29.mar.03/Folhapress

Inadimplência no Minha Casa atinge 45% na faixa 1

Falta de pagamento de parcelas ocorre há mais de um ano e bate recorde no grupo mais subsidiado pelo governo

A inadimplência na faixa 1 do Minha Casa, Minha Vida terminou 2022 em um patamar recorde. Ao todo, 45% dos contratos ativos —ou 510 mil de 1,1 milhão dos beneficiados com mais subsídios do governo federal— estão sem pagar as parcelas do financiamento há mais de 360 dias.

O programa foi relançado em fevereiro pelo governo Lula (PT) com a meta de entregar obras atrasadas ou paralisadas. Segundo o Ministério das Cidades, para evitar despejos, bancos estão renegociando dívidas. "Contudo, 59% dos beneficiários voltam a inadimplir com brevidade", diz em nota.

Sem detalhar as medidas, a pasta estuda mudanças para evitar mais gastos e a perda dos imóveis pelos donos. A situação preocupa, já que o público-alvo dessa faixa é mais vulnerável, com renda familiar de até R$ 1.800. Uma das razões do calote é o endividamento da população após a pandemia. Mercado A17

20 anos da Guerra do Iraque

Em país ainda instável, saldo da invasão é incerto

"O som produzido pelo bombardeio não deixa margem a engano; o que começou ali, a poucos metros de onde estamos, é uma guerra", escrevem **Sérgio Dávila**, diretor de Redação, e o repórter fotográfico **Juca Varella** sobre 20 de março de 2003, quando Bagdá foi atacada pelos EUA. Com cerca de 200 mil civis mortos, o Iraque ainda enfrenta conflitos internos. Mundo A12

Caso Americanas tem 'escritórios butique' com filhos de ministros A20

Startups do Brasil tentam contornar crise do SVB

Empresas que tinham no Banco do Vale do Silício opção comum para buscar investimentos nos EUA adiam decisões e diversificam instituições. A22

ilustrada / ilustríssima

Radiografia do racismo

Aceito a expressão, mas racismo não é estrutural no Brasil, diz Muniz Sodré C4

MÔNICA BERGAMO

Ator Marco Pigossi fala sobre nova temporada da série 'Cidade Invisível' C2

ciência B5

Leilão milionário de T. rex reaviva discussão sobre comércio de fósseis

esporte B7

Cartola gay enfrenta homofobia à frente de clube de futebol em Santa Catarina

Marco Pigossi está em série da Netflix Gérson Lopes/Divulgação

Estratégias da direita dos EUA dão lições ao bolsonarismo

O caminho trilhado pela ultradireita americana na era pós-Trump pode dar indícios do que a base bolsonarista deve fazer fora do poder. "Muitas vezes importa retórica, gramática e estratégias", diz o pesquisador Pedro Aleixo. Pauta transfóbica é um exemplo. Política A4

Ataques no RN passam de 250 em quatro dias

Criminosos realizaram ao menos 252 ataques no Rio Grande do Norte desde a terça-feira (14). O governo estadual afirma que os números estão caindo. B4

EDITORIAIS A2

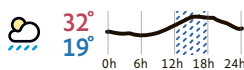
Teleprompter já

A respeito de improvisos em discursos de Lula.

O gênio da lâmpada

Sobre trapalhada com juro do consignado do INSS.

ATMOSFERA

São Paulo hoje

Fonte: www.climatempo.com.br

ISSN 1414-5723

Danilo Verpa/Folhapress

CRACOLÂNDIA SEGUE COM MESMA DINÂMICA UM ANO APÓS DISPERSÃO

Concentração de dependentes químicos entre as ruas Conselheiro Nébias e dos Gusmões, no centro de São Paulo; fluxo, como é chamada a aglomeração, ficava na praça Júlio Prestes e agora se move por ruas próximas ao bairro de Santa Ifigênia Cotidiano B1

Governo usa canais para promover Janja e ironizar Bolsonaro

O governo Lula (PT) tem usado canais oficiais de comunicação para promover a primeira-dama Rosângela Lula da Silva, a Janja, e para atacar o ex-presidente Jair Bolsonaro (PL). Secretaria afirma não haver ilegalidade. Política A6

ENTREVISTA

Hamilton Mourão

Lula quer militar como cidadão de segunda categoria

O senador pelo Republicanos-RS criticou a proposta do governo de barrar militares da ativa em cargos políticos. Dos presentes que ganhou quando estava na Vice-Presidência, diz Mourão, só ficou com "boné" e "sacola". Política A8

FOLHA DE S.PAULO
UM JORNAL A SERVIÇO DA DEMOCRACIA
Publicado desde 1921 – Propriedade da Empresa Folha da Manhã S.A.
PUBLISHER Luiz Frias
DIRETOR DE REDAÇÃO Sérgio Dávila
SUPERINTENDENTES Carlos Ponce de Leon e Judith Brito
CONSELHO EDITORIAL Fernanda Diamant, Hélio Schwartsman, Joel Pinheiro da Fonseca, José Vicente, Luiza Helena Trajano, Patricia Blanco, Patrícia Campos Mello, Persio Arida, Ronaldo Lemos, Thiago Amparo, Luiz Frias e Sérgio Dávila (*secretário*)
DIRETOR DE OPINIÃO Gustavo Patu
DIRETORIA-EXECUTIVA Alexandre Bonacio (*financeiro, planejamento e novos negócios*), Anderson Demian (*mercado leitor e estratégias digitais*), Everton Fonseca (*tecnologia*) e Marcelo Benez (*comercial*)

Jean Galvão

EDITORIAIS

editoriais@grupofolha.com.br

Teleprompter já

Fala do presidente tem grande peso na sociedade e deveria ser tratada com cuidado meticuloso

No Império brasileiro, os trabalhos legislativos anuais abriam-se e encerravam-se com a "fala do trono". Não obstante a alusão à oralidade, as peças eram na verdade escritas com denodo, e seus termos, detidamente sopesados, antes da apresentação aos parlamentares.

A República livrou-se do vezo absolutista da velha tradição, mas não da centralidade do discurso para o exercício do poder pelo chefe de Estado. A palavra do presidente tem grande peso na sociedade e deveria receber melhor atenção do círculo governamental.

O improviso, decantado por seguidores seja do atual mandatário, seja do seu antecessor, costuma ser traiçoeiro e custoso. Nesta semana, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) embananou-se com frases um tanto desconexas tratando de preguiça dos indígenas, da miscigenação como um lado bom da escravidão e dos malefícios da obesidade.

Um discurso organizado e preparado antecipadamente com a ajuda de auxiliares familiarizados com os assuntos tocaria nesses temas com eficácia e elegância.

A miscigenação pode conotar um alto grau de liberdade para os indivíduos se relacionarem numa dada sociedade desde que não haja violência nem submissão, como houve durante a escravidão no Brasil. A obesidade é uma doença grave e crescente no país, embora devamos combater os preconceitos contra pessoas obesas.

Numa dessas falações sem bússola, que bajuladores aplaudem como geniais, Lula tachou de golpista o governo de Michel Temer (MDB). Dois minutos de reflexão e um texto escrito à sua frente o teriam poupado do ataque gratuito a aliados e potenciais aliados de seu terceiro mandato.

Nos juros, a oratória destampada do presidente resultou no oposto do que almejava. Queria, como aliás é o desejo geral no país, que as taxas caíssem, mas as suas ameaças à autonomia do Banco Central encareceram o crédito e postergaram a redução esperada da Selic.

A imagem do encantador de serpentes ou a do píncaro que, com a sua prosódia melíflua, convence a plateia das teses mais indigestas não combinam com o exercício da Presidência nas democracias modernas —nem com Lula, haja vista seu desempenho errático nos debates eleitorais recentes.

As responsabilidades políticas, econômicas e sociais implicadas na mensagem do governante exigem que se dê a ela tratamento profissional, protocolar e mediato. O uso mais frequente do teleprompter, o dispositivo eletrônico que mostra ao presidente o que ele de antemão se propôs a falar, faria um grande bem à República.

O gênio da lâmpada

Medida no crédito consignado é mais um sinal de busca por soluções mágicas para problemas complexos

Partiu do ministro Carlos Lupi, da Previdência, a mais nova "genialidade" do governo Luiz Inácio Lula da Silva (PT) —usando o termo adotado pelo presidente, não sem ironia, para conter a proliferação de ideias divulgadas sem maior embasamento por seus auxiliares.

O pedetista Lupi, que já fora desautorizado após defender a revogação da reforma da Previdência, agora teve influência decisiva na redução do teto de juros aplicável ao crédito consignado para aposentados e pensionistas do INSS.

O corte da taxa —de 2,14% para 1,70% ao mês— foi aprovado por 12 votos a 3 no Conselho Nacional da Previdência Social. Não parece ter havido coordenação com o ministério da Fazenda, que no máximo teria alertado contra a mudança.

O problema é que o limite pode inviabilizar parte das operações por não cobrir os custos, que somam a taxa de captação dos bancos, despesas administrativas e de distribuição, inadimplência e os encargos tributários.

Ao menos 27 instituições operam com consignado. Mas várias são de pequeno e médio porte, com custos de captação acima dos de bancos de primeira linha, e já operavam com baixa rentabilidade.

Mesmo os maiores bancos terão de rever procedimentos. A suspensão de novas concessões de crédito ocorreu até no Banco do Brasil e na Caixa, o que demonstra a imprudência da decisão. Regras do Banco Central impedem a concessão de crédito na modalidade se houver rentabilidade negativa.

A consequência deve ser a limitação da oferta, que vinha rodando entre R$ 5 bilhões e 7 bilhões ao mês. Cerca de 14,5 milhões de aposentados tomam empréstimo consignado. Agora, qualquer dinheiro novo poderá ficar concentrado em tomadores com menor risco, pelo menos enquanto não houver redução da taxa básica de juros, hoje em 13,75% anuais.

O freio dos bancos públicos gerou revolta em parte do governo e no PT. Lupi, por sua vez, disse não ter medo de cara feia. Talvez o ministro se sensibilize com a contrariedade dos aposentados —os de menor renda e idade mais avançada serão os mais prejudicados.

A ansiedade por medidas mágicas para acelerar o crescimento se espalha pelo governo, causando disputas internas e emitindo sinais confusos para a sociedade.

As genialidades criticadas por Lula só proliferam, porém, porque é ele quem até aqui demonstra preferir caminhos fáceis a escolhas prudentes para construir resultados sustentáveis a médio prazo.

Jornalismo e objetividade

Hélio Schwartsman

Qual o futuro do jornalismo? Leonard Downie Jr. e Andrew Heyward ensaiam uma resposta em "Beyond Objectivity". Não se trata exatamente de um livro, mas de um estudo, que pode ser baixado de graça na internet (agradeço ao Nelson de Sá pela dica).

Os autores propõem que a busca pela objetividade deixe de ser uma meta declarada do jornalismo, já que ela claramente não pode ser alcançada. Concordo com o diagnóstico, mas não com a terapêutica.

A ideia de que um repórter pudesse ser objetivo ao escrever uma história nunca foi filosoficamente consistente. Não há indivíduo que não tenha manias, preferências ideológicas e vieses. Sempre brinco que o jornalismo é a realização diária de uma impossibilidade teórica.

Reluto, porém, em abraçar a tese de que devamos renunciar à objetividade. Penso que tentar alcançá-la, mesmo sabendo que jamais chegaremos lá, nos força a uma disciplina que tende a melhorar a qualidade das reportagens (textos de opinião são um pouco diferentes). O repórter que se preocupa em buscar o equilíbrio e considera perspectivas diferentes da sua provavelmente fará um trabalho melhor do que aquele que veste o chapéu do militante e já têm todas as conclusões prontas antes mesmo de começar.

O modelo de negócios tem muito a ver com isso. A ideia de objetividade no jornalismo americano foi favorecida pelo fato de que, até há pouco, publicações dependiam mais de anúncios do que da venda de exemplares. Como comerciantes, que são o grosso dos anunciantes, querem ficar bem com todos, os jornais escaparam um pouco das pressões de seu próprio público por algum tipo de alinhamento ideológico.

Isso mudou. As empresas agora dependem mais de seus clientes. É só ver que executivos da Fox News cogitaram de esconder dados de seu caprichoso público para não ferir sua suscetibilidade e, assim, não perder audiência.

Se a objetividade não existisse, seria preciso inventá-la.

Uma oposição doméstica

Bruno Boghossian

Quando foi torpedeado por petistas na briga dos combustíveis, Fernando Haddad disse que não era nada pessoal. O chefe da equipe econômica lembrou que Antonio Palocci também havia passado por maus bocados na primeira gestão de Lula, sob críticas de colegas de governo. "Isso é natural", sentenciou o ministro.

Palocci foi alvo de fogo amigo pesado. Economistas de esquerda diziam que sua equipe tinha infiltrados do mercado financeiro, intelectuais ligados ao PT fizeram um manifesto contra a política econômica e ministros de outras pastas falavam em buscar um plano B (o substituto favorito era Aloizio Mercadante), como conta Thomas Traumann no livro "O Pior Emprego do Mundo".

O ministro resistiu porque Lula controlou a artilharia. O presidente pediu que José Dirceu e Luiz Dulci, dois ministros fortes da cozinha do Planalto, acalmassem os ânimos no PT e dessem argumentos para a esquerda defender o ajuste de Palocci.

Haddad não passa tanto sufoco quanto o antecessor. O PT dedicou boa parte de sua energia a bater no presidente do Banco Central, e Lula deu uma vitória ao ministro no caso dos combustíveis. Mas a equipe econômica ainda enfrenta uma oposição incômoda.

Quadros influentes do PT e alguns ministros do governo não escondem a objeção a uma plataforma de aperto de gastos. É provável que esse grupo faça jogo duro contra mecanismos de controle de despesas da nova regra fiscal.

O governo vive situação curiosa. A ação mais consistente de resistência à política econômica é feita pela esquerda, em especial pelo partido do presidente. O PT encontra espaço e desenvoltura para assumir esse papel pela ausência, até aqui, de uma oposição organizada a Lula.

Enquanto não houver um bloco sólido de centro-direita que faça contraponto à agenda do governo, os riscos de Lula no Congresso partirão principalmente da bancada fluida e negocista do centrão. A oposição bolsonarista, por enquanto, é uma assombração.

Um lápis e uma pena

Ruy Castro

Em 1924, o caricaturista (como se chamavam os hoje cartunistas) J. Carlos e sua mulher, Lavínia, foram assistir ao começo da construção de sua casa, na rua Jardim Botânico, aqui no Rio. Era o prêmio por, até ali, 22 anos de trabalho em revistas como Fon-Fon!, Para Todos... e Careta. J. Carlos achou que o momento exigia certa solenidade, como a deposição de uma simbólica pedra fundamental no terreno. Mas olhou em torno e não viu nenhuma pedra. Então teve um lampejo exclusivo dos gênios.

Tirou do bolso um lápis —o instrumento com que produzia capas, páginas duplas, letras para títulos, vinhetas, adornos e sua maior criação, a melindrosa, a garota carioca dos anos 20. Fez ponta no lápis com um canivete e cravou-o delicadamente no solo. Um lápis se compõe de madeira e grafite. O grafite é uma pedra. Era a pedra fundamental de sua vida. Um ano depois, a casa ficou pronta —a única no mundo sustentada por um lápis.

Tive a felicidade de saber desta história a tempo de incluí-la em meu livro "Metrópole à Beira-Mar —O Rio Moderno dos Anos 20", cuja capa, uma deliciosa melindrosa na praia, era uma capa de Para Todos..., de 1927, por J. Carlos. Ao preparar o livro, tive também a sorte de conhecer José Carlos de Brito e Cunha, neto e xará de J. Carlos. Ele e sua família têm carregado a chama de J. Carlos desde a morte dele, em 1950, aos 66 anos —não por coincidência, à prancheta, com um lápis na mão.

Quase tudo de J. Carlos está preservado: desenhos impressos, originais, esboços e até os estojos contendo seus lápis, penas, tintas e borrachas. É um tesouro das artes gráficas brasileiras, que retorna com freqüência em livros e exposições.

Tesouro agora desfalcado de um lápis e de uma pena que me foram presenteados pela enorme generosidade de José Carlos. Um lápis e uma pena que mal ouso tocar porque, um dia, estiveram nas mãos de J. Carlos.

Graxa em roupa branca

Muniz Sodré

Professor emérito da UFRJ, autor, entre outros, de "A Sociedade Incivil" e "Pensar Nagô". Escreve aos domingos

Segundo um aforismo da tradição jeje-nagô, "quem usa roupa branca não se senta na graxa" (alaosála ki ilo ioko si-elépo, no original iorubá). Sentido prático: não se pode tocar em sujeira sem ser descoberto. Bem provável, assim, que o imbróglio das joias das Arábias venha borrar a pretensa imagem de rude simplicidade do ex-presidente, vendida aos incautos por redes sociais, políticos de baixa extração e aproveitadores.

O fascínio popularesco por essa imagem, responsável também em outras regiões do mundo pela identificação com personalidades toscas, é análogo ao exercido pelo objeto antigo. Numa análise datada dos anos 70, Jean Baudrillard, crítico dos signos culturais, opõe a funcionalidade dos objetos modernos à natureza mitológica do antigo (em "O Sistema dos Objetos"). Para ele, o objeto arcaico decorativo é puramente mitológico em sua referência ao passado. Ou seja, não tem nenhuma incidência prática, sua única função é significar os índices culturais de uma vida anterior. Dele não se exige utilidade, apenas autenticidade.

Na esfera política, essa argumentação deixa perceber que a imaginação coletiva em torno da antiguidade é comparável àquela que escolhe um populista autoritário como "mito" ou "autêntico", portanto, como um ser-fundado-em-si-mesmo e não num sistema republicano, tido como corrupto. Os exemplos multiplicam-se. No Equador dos anos 90, autêntico era Abdalá Bucaram, eleito presidente, conhecido como "El Loco". Sofreu impeachment: "incapacidade mental".

Entre nós, a "autenticidade" fake também confluiu para um excêntrico, isto é, para um "objeto" parlamentar tão marginal no sistema republicano quanto um badulaque antigo na funcionalidade dos utensílios. Entenda-se: um ser humano civicamente disfuncional, avesso à legitimidade da política e dos ritos democráticos.

O anacronismo progride no imaginário precisamente por sua disponível inutilidade: o signo vazio atrai. E pela suposição de que o homem do povo sempre se reconheceu num tipo de líder que come pão com leite condensado e expele farofa pelo canto da boca, entre uma e outra obscenidades, mas supostamente incorrupto.

O enredo religioso torna essa identificação mais complexa. Na superfície, boiam o desespero e a nostalgia ardente de um culto também mais antigo e participativo: encontrar Jesus, falar com Deus quando quiser, e o líder poderá mesmo carecer de virtudes, desde que esteja na brancura da fé. A fantasia dura alguns carnavais. Súbito, porém, "diamantes rolam no chão" (Chico Buarque, "Bancarrota Blues"): em ordem unida, a liderança sentou-se de branco na graxa. O condensado não é mais de leite, mas de propinas. Bye-bye, mito.

TENDÊNCIAS / DEBATES

folha.com/tendencias debates@grupofolha.com.br
Os artigos publicados com assinatura não traduzem a opinião do jornal. Sua publicação obedece ao propósito de estimular o debate dos problemas brasileiros e mundiais e de refletir as diversas tendências do pensamento contemporâneo

Urbanismo climático

Novas soluções exigem engajamento popular

Alejandro Echeverri e Pedro Henrique de Christo

Criador do Urbanismo Social, é presidente honorário e professor de desenho urbano no Urbam-Eafit Medellín (Colômbia) e professor honorário da Universidad Tec de Monterrey (México)

Coordenador do Nave (Novo Acordo Verde), é colunista do @Fervuranoclima e professor visitante de desenho urbano no Urbam-Eafit Medellín

O aumento da incidência de eventos climáticos extremos, como em São Sebastião (SP), onde choveu 683 mm em 15 horas comparados aos 303 mm de média para o mês inteiro, é a nossa nova realidade em meio a crise climática e afeta os mais pobres em 98% dos casos (ONU).

Nesse contexto inédito com água demais ou água de menos, onde já ocorreram 11 extremos climáticos no Brasil desde 2021, precisamos de novas soluções de resiliência —para além de sistemas reativos como sirenes— que sejam capazes de mudar a maneira como desenvolvemos nossas cidades e estruturas de forma transformadora, antecipatória e com engajamento popular.

Desde novos modelos preditivos que usam maquetes digitais vivas para testar diferentes cenários de impacto das chuvas, aprendendo os caminhos da água no terreno —como o desenvolvido com a comunidade da favela do Vidigal, no Rio de Janeiro, com 95% de precisão— até a realização de obras de resiliência muito mais efetivas e baratas que incorporem esse conhecimento em espaços públicos multifuncionais, com drenagem e reforço estrutural, e políticas de realocação habitacional e integração urbana bem-sucedidas, caso do Urbanismo Social, em Medellín, na Colômbia.

Predominantemente, o urbanismo global avançou com intervenções construtivas que ignoram os sistemas naturais onde se encontram e são baseados numa matriz energética suja de petróleo, gás e carvão —o que provocou a mudança do clima. É urgente transformar a maneira como esse urbanismo é feito para que ele se torne climático, proporcionando assim a base estrutural da mudança do nosso modelo de desenvolvimento. Justiça climática significa, nesse caso, integração urbana e regeneração ambiental para equilibrar o clima e resiliência estrutural e humana para lidar da melhor maneira com os inevitáveis impactos dos eventos climáticos extremos. A essa estratégia demos o nome de "urbanismo climático".

O urbanismo climático é fruto do acúmulo de experiências do mundo inteiro, mas principalmente da sequência evolutiva do Urbanismo Social em Medellín. Sua proposta tem sido evidenciada em projetos de transformação urbana, como as Bibliotecas Parque, e em planos metropolitanos, como o Bio 2030, que reflete sobre a relevância central da relação entre a população e a água num vale que tem mais de 300 afluentes. Junta-se a isso a experiência inovadora de ação climática comunitária do Parque Sitiê e do projeto RioLab no Vidigal, focados na integração de novas práticas ambientais e tecnológicas com a experiência colombiana.

Outras experiências que representam essa estratégia urbana são observadas na Holanda, que por estar em sua maior parte abaixo do nível do mar aprendeu a lidar com muita água e a evitar desastres de larga escala com complexos sistemas de drenagem e aterros; em Cingapura, exemplo da gestão de escassez, onde são captados 96% da água pluvial, financiando a manutenção de grande parte da floresta tropical da Malásia, de onde vêm suas chuvas; e de Nova York, onde observa-se o desenvolvimento de projetos de resiliência de larga escala no sul da ilha de Manhattan e de liderança comunitária na área de Red Hook, no Brooklyn.

É preciso implementar soluções como estas em escala nacional, com a liderança dos ministérios das Cidades e do Meio Ambiente e em parceria com governadores, prefeitos e sociedade civil. Adequar programas como o Minha Casa, Minha Vida, PACs, projetos de infraestrutura e intervenções em áreas de risco em caráter de urgência para evitar futuros desastres e avançar decisivamente na adaptação e mitigação climática de nossas cidades e estruturas.

Tais ações são chave para a transição climática que precisamos desenvolver na prática. É hora de parar de reagir ao futuro e nos antecipar a ele, nos integrando a natureza e fortalecendo seus sistemas com intervenções humanas que façam mais visíveis tanto o território como as pessoas mais vulneráveis. Demonstrando que, especialmente, no Sul Global, o urbanismo climático deve estar centrado em unir justiça social e ação climática.

Claudia Liz

Paris está em chamas?

Cidade não é só luz, mas fogo, gás e barricadas

Silvia Capanema

Historiadora, é professora na Universidade Sorbonne Paris Nord e parlamentar na Seine-Saint-Denis, periferia de Paris, pelo Movimento da França Insubmissa (LFI)

O movimento social começou no dia 18 de janeiro. Desde então, foram mais de oito grandes jornadas de passeatas e greves em toda a França, reunindo até 3 milhões de pessoas num dia. Sair pelas ruas e andar entre Invalides e Place d'Italie, ou entre a Bastilha e a Place de la République, se tornou uma atividade semanal para muitos trabalhadores.

O que há de novo no front é também o fato de que há uma frente de sindicatos unitária. Todos condenam a "reforma" de Emmanuel Macron, apresentada pela primeira-ministra, Élisabeth Borne. Em suma, o texto impõe o aumento da idade mínima para a aposentadoria a 64 anos, com 43 anos de contribuições.

A lei foi aprovada no Senado, mas Macron, reeleito em 2022, não dispõe de maioria absoluta na Câmara dos deputados. Muitos parlamentares não querem votar uma lei desaprovada por quase 70% da população ("Le Journal du Dimanche", 04/3/23).

A batalha parece também perdida na opinião pública. A reforma é rejeitada pela totalidade dos intelectuais do país e por uma boa parte dos jornalistas. Eles veem nela uma manobra para abrir o caminho para os fundos de pensão. O argumento do "rombo" nas caixas da Previdência Social não convence.

Uma "reforma" similar já tinha sido proposta no final de 2019, provocando greves nos transportes. Macron teve de interromper os seus planos com a chegada da pandemia de Covid-19, suspendendo o projeto.

A presente proposta se insere em 40 anos de políticas neoliberais na França, um fenômeno que atinge também outros países, com efeitos evidentes para a precarização do mundo do trabalho. Atualmente, ainda que a idade legal seja 62 anos, muita gente só consegue se aposentar depois dos 67, por vezes com remunerações abaixo da linha da pobreza. A contrarreforma do presidente francês só agrava a situação.

Outra grande revelação do momento foram os lixeiros grevistas de Paris. Brahim Sidibe, do sindicato, se expressou num grande canal de televisão chamando a reforma de "assassina". Os lixeiros, em grande parte imigrantes africanos, conseguiram romper a invisibilidade e são —como nunca— vistos como essenciais.

Na tarde de quinta-feira (16), a primeira-ministra —um escudo de Macron— fez uso do tão criticado dispositivo constitucional 49-3, que permite que uma lei passe por decreto sem necessidade de votação. Em toda a mídia, levanta-se o caráter antidemocrático da decisão, ao mesmo tempo em que multidões se aglomeram na Concorde, em frente à Assembleia Nacional. A polícia evacua a praça "comme d'habitude", com prisões, golpes de matraca e muito gás lacrimogêneo. O resultado é terrível: manifestantes incendeiam o lixo não recolhido pelos grevistas, levando a capital francesa a assumir o título do filme de René Clément: "Paris Está em Chamas?" A intersindical já convocou novas mobilizações. A crise política pode levar a novas eleições ou até mesmo ao fim da Quinta República.

Um novo cartão postal parisiense se desenha. Uma cidade que não é somente luz, mas também fogo, gás e barricadas. Onde há de fato muito mais vida do que nas fotos dos monumentos parados no tempo. Esta é a França do século 21, ou desde 1789.

PAINEL DO LEITOR

folha.com/paineldoleitor leitor@grupofolha.com.br
Cartas para al. Barão de Limeira, 425, São Paulo, CEP 01202-900. A Folha se reserva o direito de publicar trechos das mensagens. Informe seu nome completo e endereço

Imunidade tributária

Teremos de ficar de olho e reagir ("Bancada evangélica busca Planalto para aumentar imunidade tributária a igrejas até na conta de luz", Política, 18/3). Isso é um acinte num país com tantas pessoas passando por diferentes tipos de necessidades —saúde, fome, moradias. Esse povo não tem limite?
Lia Montagner (Campinas, SP)

*

É uma vergonha, uma distorção de como as coisas deveriam funcionar num país republicano e laico.
Gustavo Henrique (Matinhos, PR)

Regra fiscal

Eu aqui faço o jogo do contente: poderia ser pior se estivéssemos sob o governo de Bolsonaro ("Regra fiscal alimenta clima de desconfiança entre membros do governo Lula", Mercado, 17/3). Nem Jesus agradou a todos. Sucesso ao Haddad na condução de uma pasta muito relevante.
Marly Pigaiani Leite (Ubatuba, SP)

Bancos em crise

Banqueiros não perdem, perdem o correntista, a população ("Crise faz bancos globais perderem US$ 500 bilhões em valor de mercado", Mercado, 17/3). O sistema capitalista sempre viverá de crises porque tem o Estado para ajudar.
Manoel Cardoso (Recife, PE)

Previdência à francesa

Ué, e a direita vai melhorar isso? ("Macron enterra 'aposentadoria dos sonhos' e pode jogar França no colo da ultradireita", Mundo, 17/3). Vão trabalhar até os 70 para ganhar um salário de fome, se depender da turma do Estado mínimo.
Ana Rodrigues (Vitória, ES)

*

Coitados dos franceses. Vão se aposentar com 64 anos ganhando basicamente o mesmo salário da ativa!
Paulo Otrebor (Campinas, SP)

Cracolândia

O crime venceu estes políticos medíocres ("Cracolândia retoma rotina e se fixa em novo ponto em São Paulo", Cotidiano, 18/3).
Sandra Lara (São Paulo, SP)

*

A solução é murar o centro e transformar em terra sem lei vigiada por drones. A ficção científica previu essas cidades onde a barbárie impera.
Ricardo Barbosa (São Paulo, SP)

Pizza na cabeça

A melhor que comi, de muçarela, foi quando criança ("As 5 piores pizzas de uma vida", Marcos Nogueira, 17/3). Com a família, íamos ao Leão d'Olido, no centro de São Paulo. Bons tempos, eu era feliz... e sabia!
Carlos Campos (São Paulo, SP)

Temas mais comentados pelos leitores no site
De 10 a 17.mar - Total de comentários: **13.973**

Comentários	Tema
429	Lula indicar Zanin ao STF atropela princípios e afeta tribunal, dizem especialistas (Política) **11.mar**
415	Estudantes que humilharam colega de 40 anos falam em brincadeira, mas velhofobia é crime (Mirian Goldenberg) **11.mar**
235	Gestão Lula assina contratos milionários com indícios de 'cartel do asfalto' (Política) **12.mar**

ASSUNTO QUAL O MAIOR DESAFIO QUE VOCÊ JÁ ENFRENTOU COMO MULHER, LEITORA DA FOLHA?

Driblar as "armadilhas" do preconceito racial, na vida profissional e amorosa.
Maria Adélia Paulino dos Santos (Barueri, SP)

*

Redução de salário durante licença-maternidade, mesmo sendo servidora pública federal.
Mari Carmen Rial Gerpe (Brasília, DF)

*

Por ser mulher, senti que a dificuldade para tirar a habilitação de motorista foi constrangedora em alguns momentos, visto que os homens dominam as salas de aula teóricas e de direção.
Eliene Andrade (Aracaju, SE)

*

Assédio no trabalho.
Luciana Carvalho (Votuporanga, SP)

*

Estudei por anos à luz de candeeiro; andei em média uma hora e meia a pé para tomar o transporte escolar e ir para o colégio; passei no vestibular em universidade pública aos 17 anos, me formei e hoje sou advogada e professora no Rio de Janeiro, onde também encontrei diversos empecilhos por ser nordestina, por ter sotaque, por ser mulher. No mercado de trabalho me deparei com a seguinte situação: embora melhor profissional, recebia menos do que os advogados do sexo masculino. Mas sobrevivi e, não por acaso, sou sócia majoritária em uma sociedade de advogadas.
Ana Paula Feliciano de Melo (Rio de Janeiro, RJ)

*

O maior desafio é conseguir ser ouvida, principalmente em espaços dominados por homens. Quando digo ser ouvida, não me refiro somente a que alguém escute a minha voz, mas também a ser levada a sério, que minhas opiniões e ideias sejam vistas como válidas.
Tatiane Lucas de Medeiros (Rio de Janeiro, RJ)

*

Quando, aos 44 anos, foi necessária uma histerectomia total por ter um mioma. Foi um baque que me deixou um sentimento de impotência como mulher. Me senti anestesiada e anulada como mulher por dezenas de anos. Me recuperei emocionalmente, mas ficou uma sequela física.
Maria Izabel Rocha (Curitiba, PR)

*

A estrutura patriarcal, racista e elitista se reinventa a todo momento com novas práticas mais excludentes e perversas. Mas, em que pesem tantas violações, me reinvento e renasço cada dia mais combativa e atuante.
Bianca Santos Souza (Salvador, BA)

*

Enfrentar três gravidezes sem trabalho ou com trabalho em condições precárias.
Silvana dos Santos Moreira (Irati, PR)

*

O medo do assédio masculino em todo lugar.
Luana Sottoriva (Caxias do Sul, RS)

*

Enfrentei e continuo enfrentando, afinal ser mulher é viver em luta constante para não sucumbir ao machismo que nos atravessa e nos violenta todos os dias. Mas acho que o maior deles tem sido manter minha saúde mental em meio às relações violentas que vivi: agressões físicas e verbais, importunação sexual, tentativas de estupros.
Suilyanna Lievore Buter (Vitória, ES)

*

Andar sozinha na rua. Sempre ando receosa de ser assaltada, agredida, violentada por um homem.
Gessica Gransoti (Americana, SP)

*

Sempre que ganhava algum prêmio de destaque na escola, era a única mulher, não me sentia pertencente e nem merecedora de estar ali!
Augusta Nobre Vieira da Silva (São Paulo, SP)

política

PAINEL

Fábio Zanini
painel@grupofolha.com.br

Funilaria

O governo de SP prepara uma ambiciosa reforma administrativa, a ser feita em duas etapas. A primeira, que será enviada à Assembleia até o meio do ano, terá foco nos servidores comissionados. O Executivo identificou cerca de cem diferentes níveis hierárquicos na máquina pública. A ideia é reduzir essa quantidade. "Queremos valorizar os servidores, inclusive na remuneração. A racionalização da estrutura de cargos permitirá isso", diz o secretário da Casa Civil, Arthur Lima.

LÁ VEM A segunda etapa, mais para o final do ano, será centrada nos servidores de carreira. O governo quer aprovar um novo Estatuto do Servidor Público, que é de 1968. Embora a gestão Tarcísio de Freitas (Republicanos) diga que o objetivo não é reduzir o quadro ou retirar direitos, há clareza no Bandeirantes de que as mudanças enfrentarão forte resistência. "Protesto é da democracia", diz Lima.

ANTEPASSADOS O governo de SP planeja criar um novo tour do Palácio dos Bandeirantes, com a possibilidade de se conhecer inclusive a sala de Tarcísio, que foi reformada para seu estado original, sem as paredes pretas da gestão João Doria. Uma ideia é contar a história do estado e do local a partir das trajetórias dos governadores, com roteiro criado por uma curadoria profissional.

GARGALO O Ministério da Justiça herdou do governo Jair Bolsonaro (PL) cerca de R$ 1 bilhão em emendas parlamentares não executadas. O represamento não se restringiu a deputados e senadores de oposição. Até bolsonaristas, agora, têm procurado o ministério para tentar liberar os recursos.

SEM PAI NEM MÃE Um primeiro diagnóstico aponta como motivo a falta de organização. Como não havia um responsável único pelo acompanhamento da execução das emendas, os pedidos acabavam se perdendo e não havia ninguém que cobrasse. Agora, o tema está centralizado no secretário de Assuntos Legislativos, Elias Vaz.

DE OLHO A Corregedoria do CNJ vai enviar na segunda (20) um juiz para acompanhar as atividades das duas Varas de Execuções Penais do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Norte. A ideia é avaliar se elas estão atuando de forma adequada na crise de segurança.

CAPITULAÇÃO Na tentativa de substituir o atual presidente do Sebrae, Carlos Melles, por Décio Lima (PT), o governo Lula (PT) aceitou o pedido de conselheiros da instituição para que Bruno Quick continue como diretor técnico. Encarregado de tocar as tratativas pelo governo, Paulo Okamotto vinha definindo Melles e Quick como "bolsonaristas" que precisavam deixar a entidade.

MINORIA O governo Lula pressiona pela troca da diretoria, mas não tem o número de votos necessário no conselho para forçar a destituição. O próprio presidente passou a se envolver na articulação da troca. Ele recebeu conselheiros no Planalto em 7 de março e disse que seu mandato é muito curto para que o Sebrae fique parado por tanto tempo. Também telefonou para alguns dos envolvidos no processo.

GLOCAL Presidente da Embratur, Marcelo Freixo quer que o BNDES financie projetos de estruturação de comunidades ribeirinhas e aldeias indígenas que praticam o turismo de base comunitária na região amazônica, tendo em vista a possível realização da COP30 em Belém, no Pará. Em reunião na quinta (16) com Aloizio Mercadante, do BNDES, Freixo disse que a ideia é que as pessoas conheçam a floresta amazônica e se hospedem nesses locais.

FERIDA ABERTA A Avabrum, que representa parentes de vítimas do desastre de Brumadinho, que deixou 270 mortos em 2019, enviou ofício à Vibra Energia reclamando do fato de o presidente da Vale no momento do acidente, Fabio Schvartsman, hoje fazer parte do conselho da companhia. O executivo tornou-se réu em janeiro no processo em que é acusado de homicídio. Segundo a associação, a presença dele no conselho causa "dor e lamento profundo".

Três Poderes

VENCEDOR DA SEMANA
O governador do Distrito Federal, **Ibaneis Rocha (MDB)**, que não apenas escapou da cassação, como conseguiu voltar ao cargo antes do previsto

PERDEDOR DA SEMANA
O ex-ministro da Saúde **Marcelo Queiroga**, após a revelação da **Folha** de que o governo Bolsonaro deixou vencer 39 milhões de vacinas contra a Covid-19

FIQUE DE OLHO
Semana quente na economia, com anúncio da **regra fiscal** e reunião do Copom; Lula prepara visita à China

com Guilherme Seto e Juliana Braga

GRUPO FOLHA
FOLHA DE S.PAULO ★★★
UM JORNAL A SERVIÇO DO BRASIL

Redação São Paulo
Al. Barão de Limeira, 425 | Campos Elíseos | 01202-900 | (11) 3224-3222
Ombudsman ombudsman@grupofolha.com.br | 0800-015-9000
Atendimento ao assinante (11) 3224-3090 | 0800-775-8080
Assine a Folha assine.folha.com.br | 0800-015-8000

EDIÇÃO DIGITAL PLANO MENSAL	Digital Ilimitado R$ 29,90	Digital Premium R$ 39,90

EDIÇÃO IMPRESSA	Venda avulsa seg. a sáb.	dom.	Assinatura semestral* Todos os dias
MG, PR, RJ, SP	R$ 6	R$ 9	R$ 942,90
DF, SC	R$ 7	R$ 10	R$ 1.189,90
ES, GO, MT, MS, RS	R$ 7,50	R$ 11	R$ 1.501,90
AL, BA, PE, SE, TO	R$ 11,50	R$ 14	R$ 1.618,90
Outros estados	R$ 12	R$ 15	R$ 2.008,90

*À vista com entrega domiciliar diária. Carga tributária 3,65%

CIRCULAÇÃO DIÁRIA (IVC)
343.169 exemplares (janeiro de 2023)

Jair Bolsonaro ao lado de Donald Trump em uma entrevista coletiva durante visita que o então presidente brasileiro fez à Casa Branca em 2019 Carlos Barria - 19.mar.19/Reuters

Estratégias da direita pós-Trump dão lições para o bolsonarismo

Pautas de comportamento, como 'agenda trans', e discussão sobre sucessor aproximam os dois países

SÉRIES FOLHA
O FUTURO DO BOLSONARISMO

Thiago Amâncio

WASHINGTON Em uma transmissão no Instagram no último dia 5, logo após a conferência conservadora CPAC nos Estados Unidos, o deputado federal Eduardo Bolsonaro (PL-SP) notou: "Quando você vem para o exterior e expõe, percebe que não está sozinho". E completou: "É tudo praticamente o mesmo problema".

Ao seu lado, o também deputado e ex-secretário da Cultura Mário Frias (PL-SP) respondeu: "Parece que estou vendo um filme, só que eles estão um pouquinho mais na frente". E os dois elencam: "É negócio de mudança de sexo, agenda trans, agenda 2030, sexualização infantil, pauta ambiental, homem competindo com mulher em competição feminina".

São muitas as semelhanças entre as políticas dos EUA e do Brasil desde a ascensão ao poder de Donald Trump e de Jair Bolsonaro: dois líderes considerados populistas de direita que contestaram a derrota nas urnas sem argumentos consistentes, que tiveram apoiadores engajados em atos violentos para tentar reverter o resultado eleitoral e que adotaram condutas vistas como ataques à democracia.

E ambos foram para a Flórida após perderem, sem participar da passagem do cargo para seus sucessores —Joe Biden e Lula, respectivamente.

Tudo isso aconteceu nos EUA dois anos antes do Brasil. E o caminho que a direita trumpista tomou nesse período para tentar levar o republicano de volta ao governo pode dar indícios do que a base bolsonarista deve fazer fora do poder, avaliam especialistas.

A CPAC é a principal conferência da ultradireita americana e reuniu fervorosos apoiadores de Trump, além do próprio Bolsonaro, na região de Washington. Conforme observado pelo filho Eduardo, a questão das pessoas transgênero foi um dos assuntos mais presentes nas falas dos palestrantes, com série de discursos transfóbicos.

> **Importantes atores têm adaptado narrativas conspiratórias para o Brasil produzidas pela extrema direita estadunidense, como teorias que ligariam a esquerda a redes de pedofilia**
>
> **Pedro Abelin**
> Pesquisador da ultradireita na Universidade de Maryland

Em quase duras horas de exposição, Trump prometeu "revogar cada política de Biden que promova a castração química e mutilação sexual da nossa juventude e propor ao Congresso uma lei proibindo mutilação sexual de crianças nos 50 estados", além de dizer que deixará "homens fora de esportes femininos", o que considerou "ridículo".

Dias depois, o deputado federal Nikolas Ferreira (PL-MG), que também foi à CPAC, subiu na tribuna da Câmara em Brasília, colocou uma peruca e fez um discurso transfóbico.

Essa é uma das pautas de comportamento mais fortes entre a direita americana. No ano passado, o governador do Texas, Greg Abbott, determinou que uma agência local abra investigações contra pais de crianças trans por abuso e maus-tratos.

Continua na pág. A5

Pedro Ladeira - 30.dez.22/Folhapress

Thiago Amâncio - 1.jan.23/Folhapress

Danilo Verpa - 14.mar.23/Folhapress

Continuação da pág. A4

A questão extrapola para outros temas, como apresentações de drag queens. Um levantamento do jornal The Washington Post encontrou 26 projetos de lei apresentados somente neste ano por parlamentares estaduais do Partido Republicano para restringir shows do tipo em pelo menos 14 estados do país.

O primeiro a aprovar uma legislação assim foi o Tennessee, onde a lei proíbe "entretenimento adulto de cabaré" em prédios públicos e onde menores de idade possam vê-los.

Para Pedro Abelin, pesquisador da ultradireita na Universidade de Maryland, a direita brasileira é muito influenciada pelos debates que acontecem nos Estados Unidos e "muitas vezes importa a retórica, gramática e estratégias" americanas.

"Por exemplo, importantes atores têm adaptado narrativas conspiratórias para o Brasil produzidas pela extrema direita estadunidense, como teorias que ligariam a esquerda a redes de pedofilia."

Em 2016, quando Trump concorreu contra Hillary Clinton, por exemplo, se tornou viral uma teoria da conspiração que dizia que autoridades democratas comandavam uma rede de pedofilia e tráfico humano que funcionaria em restaurantes de fachada.

Abelin afirma que o bolsonarismo "deve continuar apostando no que chamamos de guerras culturais e nas pautas de pânico moral, assim como ocorre nos EUA".

Fábio de Sá e Silva, professor de estudos internacionais da Universidade de Oklahoma, afirma que isso é uma vulnerabilidade da extrema direita hoje, que já dita a lógica interna do Partido Republicano e deve dar o tom das primárias para a Presidência no ano que vem.

"Estabelece-se a disputa de quem é mais radical nas pautas de costumes e isso pode acabar custando a eleição geral", diz ele, citando o exemplo das eleições de meio de mandato, que aconteceram em novembro.

Naquele pleito, que renovou a Câmara e um terço do Senado, os republicanos tiveram performance muito aquém do esperado, e um dos motivos apontados foi o fato de que os candidatos que venceram as primárias do partido e chegaram às urnas eram os mais radicais, o que acabou por afastar eleitores moderados, sobretudo na questão do aborto.

> **Trump tem vantagem de controlar o Partido Republicano. Bolsonaro, não. Tem posição forte, mas não é dono do PL. O bolsonarismo é mais movimento social que algo institucionalizado**
>
> **Fábio de Sá e Silva**
> Professor da Universidade de Oklahoma

"A direita democrática brasileira pode aprender com a direita americana que dobrar a aposta no bolsonarismo coloca em risco a competitividade eleitoral", afirma ele.

Há mais de dois anos fora do cargo, Trump é ainda uma das figuras mais relevantes da política americana e está em pré-campanha para disputar novamente a eleição à Casa Branca no ano que vem. Mas tem visto um antigo aliado, o governador da Flórida, Ron DeSantis, ameaçar seu projeto.

Hoje, a mais de um ano das primárias, Trump tem 46% das intenções de voto entre os republicanos, segundo pesquisa de fevereiro da Universidade Quinnipiac. DeSantis tem 32% das intenções.

O governador é o favorito para suceder Trump como liderança da direita. Com posições muitas vezes tão radicais quanto as do ex-presidente, é jovem (tem 44 anos) e não carrega consigo o mesmo desgaste de uma série de investigações na Justiça.

Para Abelin, Bolsonaro deve se manter relevante na política brasileira assim como Trump, mas o tamanho do protagonismo vai depender das investigações contra ele.

"O bolsonarismo tem se consolidado como uma força estruturante da política brasileira e dá sinais de ter relativa autonomia de Bolsonaro. Existe a possibilidade de alguém pegar esse espólio, sobretudo se Bolsonaro ficar inelegível", afirma.

Sá e Silva diz que há uma diferença importante entre Trump e Bolsonaro quando se pensa na estrutura partidária. "Trump tem uma vantagem que é controlar o Partido Republicano. Bolsonaro, não exatamente. Ele tem uma posição forte, mas não é dono do PL. Nesse sentido, o bolsonarismo é mais um movimento social do que algo institucionalizado em um partido. E isso deixa Bolsonaro um pouco mais frágil, porque pode ser alienado do processo caso os partidos de direita consigam pactuar outra candidatura."

A quase quatro anos de distância das próximas eleições, é impossível saber quem herdará o espólio político de Bolsonaro na campanha de 2026, mas as figuras que mais se aproximam de DeSantis no Brasil são os governadores de São Paulo, Tarcísio de Freitas (Republicanos), e de Minas Gerais, Romeu Zema (Novo).

Até na maneira de arrecadar dinheiro fora do governo os bolsonaristas se inspiraram nos trumpistas. Eduardo lançou a Bolsonaro Store, loja online que vende calendário, caneca e troféu do ex-presidente. Trump tem experiência em explorar a marca própria além dos já famosos hotéis. Na Trump Store é possível comprar de tudo com o nome do republicano: ecobags, camisetas, e até anéis.

1 Avião presidencial decola rumo aos EUA com Jair Bolsonaro, que não passa a faixa ao sucessor **2** Ex-presidente recebe apoiadores em condomínio na região de Orlando, onde ficou hospedado após sair do Brasil **3** Joias enviadas em 2021 a Bolsonaro pela Arábia Saudita, parte retida pela Receita e parte incorporada ao acervo pessoal do então presidente, trouxeram desgaste político

OMBUDSMAN

folha.com/ombudsman
ombudsman@grupofolha.com.br

Ombudsman tem mandato de um ano, com possibilidade de renovação, para criticar o jornal, ouvir os leitores e comentar, aos domingos, o noticiário da mídia. Tel.: 0800-015-9000; fax:(11) 3224-3895

Carvall

A voz passiva da Folha

Jornal faz escolhas, e algumas revelam mais do que notícias

José Henrique Mariante

A imagem da semana foi a dos caças russos despejando gasolina no drone americano. Cena meio Top Gun, mas que se estivesse no filme soaria tosca. O mais interessante do episódio é que os EUA primeiro denunciaram o incidente e a atitude antiprofissional da força rival. Ouviram de volta que o drone fazia manobras erráticas e que o resto era mentira. Esperaram o dia seguinte para mostrar o vídeo e quem estava mentindo. A guerra também é de narrativas, costuma-se dizer, e uma delas ficou irrecusável para capas de jornais e sites em todo o planeta.

A ausência de imagem da semana foi a da deputada federal Duda Salabert. Na Entrevista da 2ª, afirmou que o colega e detrator Nikolas Ferreira era assunto pequeno diante de sua atuação parlamentar, voltada para questões mais importantes do país. "A pauta identitária, a história e o debate sobre a comunidade de pessoas travestis e transexuais eu já carrego no próprio corpo e na minha construção política", ponderou. Nem seu corpo nem seu rosto mereceram, porém, espaço na Primeira Página da **Folha** *na segunda-feira (13), diferentemente do que ocorreu com Ferreira e sua infame peruca, alguns dias antes.*

Ao comentar a atitude homofóbica do colega, Salabert lembrou que "o algoritmo favorece o discurso de ódio" e que é preciso discutir como as plataformas afetam a democracia. Seria bom entender também como afetam o comportamento dos políticos. Só o algoritmo explica as marteladas de Tarcísio de Freitas no leilão do rodoanel. A reportagem da **Folha***, diga-se, resistiu a dar um título para o momento Bambam encenado pelo governador. A Home do jornal, não.*

A avalanche de imagens é tão grande nas redes sociais que a mídia, muitas vezes, se deixa levar. Pior ainda quando, no afã da denúncia, perpetua a violência contra quem já está sendo abusado, como aconteceu com a vítima do anestesista estuprador em sala de parto, tema já discutido pela coluna. A **Folha** *teve boa atuação nesse caso, mas escorregou em outro na quarta-feira (15).*

Reportagem sobre americanos que davam um curso "para pegar mulher" em São Paulo foi ao ar com vídeos da dupla no YouTube e no TikTok. Em um desses, várias mulheres apareciam em festas, exposição que, se já era ruim, ganhava conotação ainda pior com a leitura do texto. A edição acabou sendo refeita, com a supressão de links e imagens.

Equívocos, lapsos, escolhas. Não importa a explicação, revelam mais do que notícias.

Substantivo feminino

O resultado do Oscar foi o esperado e mesmo assim gerou muitas reações. O grande premiado da noite de domingo (12) em Los Angeles, "Tudo em Todo Lugar ao Mesmo Tempo", amanheceu no dia seguinte apanhando da **Folha***.*

Na crítica interna, o ombudsman relatou queixas de leitores ("olha o preconceito", "falta fantasia") e sugeriu que o jornal deveria ampliar seu leque de opiniões sobre o filme. Se por causa do alerta ou não, assim foi feito, mas uma carta no Painel do Leitor de quarta-feira (15) bateu firme no jornal: "A **Folha** *nos brinda com não um, mas três textos escritos por homens brancos... Uma diversidade maior de resenhas poderia ajudar o leitor da* **Folha** *a entender, por exemplo, por que o filme ressoou com tantas mulheres que conheço, especialmente jovens mães". "Tudo em Todo Lugar", para quem não viu ou só ouviu falar de multiversos, é um filme sobre uma mãe. Escolhas.*

Sujeito da oração

"Gilberto Gil tem título de cidadão honorário rejeitado por vereadores de Florianópolis", diz a **Folha** *em título. Gil não pediu nada. A notícia é que a vereança da capital catarinense recusou homenagem ao cantor baiano, ato de evidente significado atualmente. Inverter os sujeitos faz diferença.*

"Menina de 12 anos desaparecida no Rio é encontrada presa em quitinete no Maranhão." Na **Folha***, o fato de ela ter sido encontrada em uma quitinete é notícia. "Menina desaparecida em Sepetiba é encontrada pela polícia no Maranhão". Em O Globo, importa ela ser de Sepetiba. "Menina de 12 anos levada em carro de aplicativo do Rio para o Maranhão é libertada pela polícia." Em O Estado de S.Paulo, a forma do traslado. O sujeito da ação, um homem de 25 anos que foi atrás de uma menina de 12, acabou poupado em todos os enunciados.*

"Flávio Dino vai à favela da Maré, no Rio, e deputados criticam pouca segurança." Dois sujeitos e duas ações, mas a **Folha** *chegou atrasada na história e misturou os ocorridos na chamada. A notícia é que um ministro de Estado foi a uma das comunidades mais violentas do país. Outra coisa é o oportunismo de políticos de oposição, que insinuam conluio do ministro com o tráfico (o "criticam pouca segurança" do título é esquisito e eufemismo). A questão aqui é se o jornal se debruçaria sobre a visita se não houvesse a gritaria bolsonarista. Escolhas.*

Governo Lula usa canais oficiais para promover Janja e ironizar Bolsonaro

TV retransmite live da primeira-dama, e secretaria ironiza joias; pasta diz não haver ilegalidade

Renato Machado e Marianna Holanda

BRASÍLIA O governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) vem usando canais oficiais de comunicação para promover a primeira-dama Rosângela Lula da Silva, a Janja, e para atacar o ex-presidente Jair Bolsonaro (PL).

Janja usou a estrutura da emissora pública TV Brasil para gravar um programa no formato de um "talk show" para celebrar o Dia Internacional da Mulher. O conteúdo do programa Papo de Respeito foi transmitido ao vivo em suas redes sociais e retransmitido por canais do governo.

A Secom (Secretaria de Comunicação Social da Presidência) também ironizou o caso das joias da Arábia Saudita.

Em nota, a Secom defendeu a divulgação dos dois conteúdos. Afirmou que não houve ilegalidade e que estavam de acordo com a missão da EBC (Empresa Brasileira de Comunicação) e que as postagens da secretaria também estão dentro da norma-padrão.

A Secom já havia sido criticada por repostar mensagem do ministro da pasta, Paulo Pimenta, que atacava o ex-presidente Bolsonaro.

"O Brasil assistiu nesta eleição à mais poderosa máquina de desinformação e uso de recursos públicos para eleger um candidato. Mesmo assim, Bolsonaro foi derrotado. Mas o bolsonarismo continua ativo e mobilizado nas ruas e nas redes", escreveu Pimenta na mensagem que foi republicada pelo perfil oficial da Secom e depois apagada.

Janja com a ministra da Mulher, Cida Gonçalves, e a apresentadora Luana Xavier (à dir.) durante live Lula Marques-7.mar.23/Agência Brasil

A transmissão da primeira-dama aconteceu no dia 7, véspera do Dia Internacional da Mulher. O programa teve quase uma hora de duração e Janja como uma apresentadora, discutindo violência contra a mulher com a ministra Cida Gonçalves e a atriz e apresentadora Luana Xavier. Foram abordados temas como o Disque 180 e a Lei Maria da Penha.

A primeira-dama indicou que essa iniciativa deve se repetir. "Esse Papo de Respeito vai voltar com outros temas. Vamos ter sempre esse diálogo com ministros, com pessoas que discutem isso na sociedade", afirmou.

A transmissão pelos canais na internet da TV Brasil gerou críticas nas redes sociais, com internautas apontando que Janja ganhou um programa de televisão.

O deputado federal Kim Kataguiri (União Brasil-SP) ingressou com ação judicial pedindo para que a live fosse removida dos canais da emissora pública, argumentando que houve "grave irregularidade".

"A primeira-dama não pode apresentar um programa numa instituição pública exaltando os feitos do presidente da República e do governo. A lei é muito clara ao dizer que o caráter tem que ser informativo, educativo. Não pode ter um caráter político", afirmou o parlamentar à **Folha**.

A EBC disse em nota que apenas cumpriu o contrato de prestação de serviços com a Secom, que prevê transmissões ao vivo a partir de demanda definida pela própria comunicação do governo.

"Não houve nenhum tipo de irregularidade, pois cumprimos item de serviço previsto no acordo com a secretaria. Ressaltamos ainda que a primeira-dama não é apresentadora de nenhum programa da TV Brasil e que a live contou ainda com a presença da ministra das Mulheres", afirma a empresa.

A Secom, por sua vez, afirmou que a EBC tem as missões de promover a comunicação pública e divulgar atos do governo de interesse da população e acrescenta que a live da primeira-dama "está no escopo" da legislação que criou a empresa pública e instituiu os princípios e objetivos dos serviços de radiodifusão pública. Entre outros, cita que compete à empresa produzir e difundir programação informativa e educativa.

"Reforçamos que o material produzido tem caráter de interesse público, como meio de debate e interesse comum envolvendo a sociedade civil, o Estado e o governo", afirmou a Secom. A secretaria não respondeu especificamente se haverá novas transmissões da primeira-dama.

A Secom também aproveitou para manter vivo o caso das joias vindas da Arábia Saudita, com duas postagens da Receita Federal.

Três dias após a primeira reportagem que tratou das joias de R$ 16,5 milhões que seriam encaminhadas para a ex-primeira-dama Michelle Bolsonaro, a Secom publicou uma série de conteúdos, cujo título inicial era "Viajou para fora e trouxe uns presentinhos? Saiba o que deve ser declarado à Receita Federal".

Um dos slides dizia: "Entrada no país de presente destinado ao Estado Brasileiro?". E abaixo há a descrição que é necessária a comprovação de efetivo interesse público.

Dias depois, em uma campanha para o início do período para declarações do Imposto de Renda, o leãozinho da Receita pergunta "E aí, tudo joia?". A postagem foi apontada por internautas como uma provocação a Jair Bolsonaro, uma vez que vários usuários estavam realizando a mesma pergunta na conta do ex-presidente para ironizá-lo.

A Secom informou que produz as suas campanhas dentro da norma-padrão da publicidade institucional e de utilidade pública.

"No caso citado, a publicidade abordou um tema árido aos brasileiros –impostos– de forma leve e despojada, para passar seu conteúdo informativo: 'bens que ultrapassem a cota de isenção' —de mil dólares por pessoa— 'são tributáveis e devem ser declarados'", informou em nota.

O senador Hamilton Mourão em seu gabinete Pedro Ladeira/Folhapress

Hamilton Mourão, 70

Senador pelo RS, general da reserva do Exército e ex-vice-presidente do governo Bolsonaro. Cursou a Academia Militar das Agulhas Negras e foi comandante militar do Sul

Hamilton Mourão

Governo Lula quer transformar militar em cidadão de 2ª categoria

Senador critica proposta e diz que só ficou com boné e sacola que ganhou quando era vice

ENTREVISTA

Thaísa Oliveira e Cézar Feitoza

BRASÍLIA O senador Hamilton Mourão (Republicanos-RS) afirma que a proposta do governo de barrar militares da ativa em cargos políticos visa tratá-los como "cidadãos de segunda categoria", e que a ideia de acabar com operações de GLO (Garantia da Lei e da Ordem) "é só para tacar fogo no parquinho".

Oposição ao governo Lula (PT), o ex-vice-presidente da República afirma que não foi eleito para "liberar a gastança" e que dos presentes que ganhou quando estava no cargo só ficou com "boné" e "sacola".

Mourão diz ainda que foi Jair Bolsonaro (PL) quem o pediu para assinar a promoção do ex-secretário da Receita Federal Julio Cesar Vieira Gomes —envolvido no caso das joias sauditas e investigado por suposta pressão para amenizar punição a responsável por devassa em dados sigilosos de desafetos do ex-presidente— e de José de Assis Ferraz Neto, ex-subsecretário-geral.

*

O que o sr. vai priorizar neste começo de mandato? Durante a campanha, eu disse que tinha dois grandes eixos onde iria centrar meu trabalho. Um ligado ao desenvolvimento econômico, que é a questão das grandes reformas que o país precisa —eu estarei trabalhando a reforma tributária, a questão da reforma administrativa, o apoio ao agronegócio. E tem o eixo social, que é uma trilogia de saúde, educação e segurança.

O sr. também apoia um novo marco fiscal? O quão disposto está de contribuir com as pautas do governo? A realidade é a seguinte: a âncora fiscal que nós temos hoje, que é o teto de gastos, estava fadada ao insucesso. Mas surtiu o seu efeito, que foi conter a expansão dos gastos públicos depois do, vamos dizer, festival que foi o segundo governo do presidente Lula e o governo Dilma [Rousseff]. Então ela freou essa expansão, mas [...] o governo ficou sem condições de investir. O nível de investimento caiu para o ponto mais baixo. Então é necessária uma nova âncora.

Então o sr. vai ajudar o governo. Desde que seja algo exequível, né? Não estou aqui para liberar a gastança.

O sr. afirmou que, no caso das joias, provavelmente a corda vai arrebentar do lado mais fraco. O que o sr. quis dizer? Eu estou acompanhando esse caso por aquilo que vem sendo publicado na imprensa porque eu jamais tive conhecimento dessa situação enquanto era o vice-presidente. Você tem em tese o transporte de um material que era um presente para o presidente da República e sua esposa que poderia ter sido feito pela mala diplomática, de outras formas. Se tem alguém que transportou isso da forma que não era correta, essa pessoa vai terminar pagando.

E o ex-ministro Bento Albuquerque? O sr. o vê do lado mais fraco? Eu não sei. O ministro Bento não é nenhuma criança, né? Ele já prestou depoimento à Polícia Federal, que eu desconheço o teor. Conheço o caráter do ministro Bento e ele não ia se propor a fazer nada que fosse ilegal.

> Se você tem uma pessoa dentro do Exército com competência para um cargo, você vai deixar de usar aquele servidor?

Após esse escândalo, o sr. passou a se questionar sobre algo que recebeu quando era vice? Não, porque tudo que eu recebi foi boné, sacola. Então foram os presentes que eu recebi. Aqueles que eram presentes, vamos dizer assim, de maior valor, eu deixei no acervo da Vice-Presidência. Tem um depósito lá e estão no depósito.

Então quando o sr. fala que a corda vai romper do lado mais fraco, o sr. acha que Bolsonaro consegue se explicar? Acho que tranquilamente, pô. Eu acho que é uma coisa simples. O TCU já deu cinco dias de prazo. Parte delas [das joias] estão lá na Receita Federal, no aeroporto de Guarulhos. É só recolher e mandar para o acervo da Presidência. Aquele outro pacote que teria ficado com o presidente, ele entrega e acabou. Morre o assunto.

O Senado tem prometido avançar sobre o caso das joias e da Abin. Como o sr. pretende se posicionar? O caso das joias eu não tenho nada a ver com isso aí. Eu não tenho que me posicionar a respeito.

Pergunto do ponto de vista Legislativo. Isso é uma perda de tempo e eu não estou vendo ninguém querendo criar CPI para isso. Sei que existe requerimento de informações. Sobre essa questão do sistema de monitoramento de telefone, para mim também é rolha, um troço bobo isso aí.

No dia 30 de dezembro, o sr. assinou a nomeação de chefes da Receita para embaixadas. Foi um pedido de Bolsonaro? O presidente me pediu. O presidente, indo para o aeroporto, me mandou uma mensagem dizendo que tinham decretos —além desses tiveram outros ligados à área econômica—, para que eu os assinasse. E eu, por lealdade e dever de ofício, assim o fiz. Eu era presidente em exercício, competia a mim. Agora, se tinha sido acordado, se não tinha, não era questão que eu devia colocar em discussão.

Dois dos servidores também são investigados por suposta ação para amenizar punição a responsável por devassa em informações sigilosas de desafetos de Bolsonaro. O sr. vê relação entre esse caso e as nomeações? Não... O que eu vejo era como um prêmio, né? Quando você manda um servidor público para fora do país é um prêmio. Em primeiro lugar, porque você ter a felicidade de morar fora do Brasil cumprindo uma missão para o país é algo que enaltece o teu papel como servidor. Em segundo lugar, porque há uma diferença pecuniária boa, né? Isso é bom para a família.

Mas o sr. acha que eles foram premiados por essa devassa na Receita? Acho que devem ter sido premiados pelo trabalho que realizaram ao longo do período do governo do presidente Bolsonaro. Até porque essa devassa a gente não sabe se realmente ocorreu.

O PT quer mudar o artigo 142 da Constituição para acabar com a GLO. O que o sr. acha? A missão constitucional é clara. A Garantia da Lei e da Ordem é por iniciativa de qualquer um dos Poderes constituídos. Então retirar não vai mudar em nada porque não existe outra força capacitada. Não adianta ficar sonhando com guarda nacional, com sei lá o quê, porque isso não vai sair do papel jamais. Como é que eu vou te dizer, é só para tacar fogo no parquinho. Nada mais além disso.

O governo prepara uma PEC para proibir militares da ativa em cargos políticos. O que acha da proposta? Na realidade, ela quer tratar os militares como cidadãos de segunda categoria. A legislação é muito clara: se o militar vai concorrer a um cargo eletivo, ele vai ter que se filiar a um partido político [...] e entrar em licença [na Força].

"Ah, o militar da ativa não pode ocupar um cargo do governo." Por que não pode? Se você tem uma pessoa dentro do Exército, Marinha ou Força Aérea com competência específica para um cargo, você vai deixar de usar aquele servidor que nós, a nação, treinamos, conseguimos os meios para ele estudar e se aperfeiçoar? "Não, eu vou deixar esse cara aqui, ele só serve para ir para a guerra."

> Eu acho que o Exército não tem que ser amado nem querido. O Exército tem que ser temido. É para isso que ele existe

Mas é também uma reação interna, das próprias Forças. Não. As Forças, que eu saiba, não estão preocupadas com isso aí.

O Estatuto dos Militares diz que o militar deve "abster-se, na inatividade, do uso das designações hierárquicas em atividades político-partidárias", mas o sr. continua se apresentando como General Mourão. Não. O meu nome no Senado, qual é?

Nas suas redes sociais está "General Mourão". O meu nome no Senado é Hamilton Mourão, e foi com esse nome que eu concorri.

Mas nas redes sociais permanece como "General Mourão". É aquela história: general eu sempre serei. E o artigo é muito claro: ele não proíbe, ele diz que "deve abster-se". Se fosse proibido, ninguém poderia usar. É uma questão de fundo ético e eu, dentro da minha ética profissional, quando me tornei candidato, tirei o nome "general".

Que balanço o sr. faz da participação dos militares no governo Bolsonaro? Os militares que foram chamados pelo presidente Bolsonaro para compor o governo, na sua imensa maioria, eram da reserva. As coisas caem sempre em cima do pessoal do Exército. O ministro Bento [Albuquerque] foi ministro de Minas e Energia sendo almirante da ativa e isso nunca foi mencionado porque é da Marinha. Agora, o [Luiz Eduardo] Ramos, o [Eduardo] Pazuello, essa turma era citada quase diariamente, e porque é do Exército.

Por que o sr. acha que lembram sempre do Exército? O Exército é o grande irmão, né? É o Exército que acolhe todo mundo, que está presente em todos os cantos do país. A Marinha é muito concentrada no Rio e em algumas outras capitais. A Força Aérea está mais espalhada, mas aparece nas suas missões humanitárias.

Então o sr. acha que isso não está ligado a uma crise de imagem do Exército ou a 1964? Não. Eu acho que o Exército não tem que ser amado nem querido. O Exército tem que ser temido. É para isso que ele existe.

Temido internamente? Interno é respeito; externo, temido.

O líder do PT no Senado, Jaques Wagner (BA), disse à Folha que a resistência dos militares a Lula vem da lavagem cerebral feita pela Lava Jato. O sr. vê algum paralelo? Eu discordo do meu caro amigo senador Jaques Wagner. A questão é muito clara: Lula foi julgado e condenado por corrupção em três instâncias. Depois, [a condenação] foi desfeita porque o julgamento não deveria ter se iniciado em Curitiba, e sim em Brasília. Ele foi julgado e condenado, isso ninguém pode varrer para debaixo do tapete.

Havia também suspeição sobre quem o julgou. O [Sergio] Moro era suspeito? E os três juízes do TRF-4? E os cinco juízes do STJ? Todos poderiam ter dito "não, esse processo não procede". Então não foi um homem só.

Um dos principais fatos que ligam o lava-jatismo às Forças Armadas é o tuíte do ex-comandante Villas Bôas na véspera do julgamento de Lula no STF. O sr. acha que foi adequado? Eu acho que foi. Foi simplesmente um alerta do comandante do Exército. O STF se sentiu pressionado? Se se sentisse pressionado, sentiria pressionado ad aeternum [para sempre].

Um alerta para quê? Um alerta para um fato real de uma pessoa que tinha sido efetivamente condenada.

A esquerda e o mercado

Mercado só enxerga o problema quando ele vira gasto

Celso Rocha de Barros
Servidor federal, é doutor em sociologia pela Universidade de Oxford (Inglaterra) e autor de "PT, uma História"

Uma pesquisa Genial/Quaest revelou que 98% dos gestores de mercado (em uma amostra de 82) reprovam os rumos da política econômica de Lula. A primeira coisa a ser dita é que se os 2% de gestores que discordam estiverem certos devem fazer uma boa grana nos próximos anos.

Em um certo sentido, o resultado era de se esperar. Os gestores de fundos certamente estão entre os 1% mais ricos da população, que não é território eleitoral fértil para a esquerda. E seria ridículo não reconhecer que os gestores, como todos os outros seres humanos, têm suas opiniões políticas.

Por exemplo, esta coluna está desde dezembro perplexa com o pessoal do mercado que achava que Haddad era um radical. Hoje não parece haver ninguém que ache isso, mas Haddad não mudou, o mercado é que se rendeu às evidências.

Aliás, bom lembrar: boa parte da turma que hoje tem medo de que "Lula não deixe Haddad trabalhar" teve a chance de eleger Haddad presidente em 2018. Ao invés disso, preferiram votar em um muambeiro genocida e golpista que quebrou o país e fugiu pra Disney.

Isso não quer dizer, entretanto, que a esquerda e o mercado nunca possam estar de acordo um com o outro, ou que a esquerda não cometa erros que reforçam a percepção ruim do mercado sobre ela.

O mercado tem gente muito inteligente que ganha muito dinheiro se acertar diagnósticos sobre alguns assuntos, como as variações do PIB ou a situação fiscal. Vale a pena ouvi-los sobre essas pautas. Por outro lado, há todo um universo de problemas relevantes que demoram para virar queda do PIB ou aumento de gasto, ou nunca viram. Sobre isso, é melhor não ouvir o mercado.

Por exemplo, boa parte do aumento de gastos de Lula até agora foi para resolver crises deixadas por Bolsonaro na área social. Esses gastos foram contratados quando Guedes deixou os trabalhadores brasileiros sem aumento real de salário mínimo por quatro anos, ou quando Damares se recusou a enviar água para as crianças yanomami. Mas só apareceram na conta do mercado quando viraram gasto, já sob outro governo.

Por outro lado, se o mercado só enxerga o problema quando ele vira gasto, a esquerda às vezes só enxerga a crise quando ela vira corte de gastos. Como o mercado nos casos acima, ela também tende a colocar a culpa no cara que tenta resolver o problema.

Nos subsídios dados pelo primeiro governo Dilma já está contada, inteira, a história do ajuste de Joaquim Levy. Por que o empresariado teria investido os recursos dados por Dilma se era claro que eles causariam uma crise fiscal, obrigando o governo a fazer um forte ajuste? O cara que montou uma fábrica em 2012 com seu incentivo fiscal encontrou quantos consumidores em 2015?

Uma boa maneira de conciliar esses horizontes é uma regra fiscal bem bolada, que, como já disse o ex-ministro Nelson Barbosa, tem que agradar "as ruas e a Faria Lima".

Ao que parece, a nova regra fiscal deve ser assim. A proposta ainda não vazou, mas o que se depreende das entrevistas até agora é que ela deve ser muito melhor que o teto de gastos aprovado em 2017.

Torço para que a regra seja boa, para que as reações das ruas e da Faria Lima sejam razoáveis, e para que os 2% de gestores passem o resto da vida rindo da cara dos colegas de firma.

| DOM. Elio Gaspari, Celso Rocha de Barros | **SEG. Camila Rocha,** Angela Alonso | TER. Joel Pinheiro da Fonseca | QUA. Elio Gaspari | QUI. Conrado H. Mendes | SEX. Reinaldo Azevedo | SÁB. Demétrio Magnoli

Big techs criticam falta de debate sobre regulação no país

Empresas consideram mudanças no Marco Civil, com responsabilidade por conteúdo de terceiros, uma ameaça

Patrícia Campos Mello

SÃO PAULO As plataformas de internet criticam a discussão sobre a nova regulação das redes no Brasil, que consideram pouco transparente, e demonstram preocupação com a possibilidade de mudanças no Marco Civil da Internet.

A **Folha** conversou com representantes de seis das principais plataformas que atuam no Brasil. Nenhuma delas está sendo ouvida de maneira formal nas conversas sobre regulação na Câmara, que discute o PL 2630, ou no Executivo, que negocia uma proposta a ser incorporada ao projeto de lei.

As empresas, assim como os integrantes da sociedade civil, não viram a proposta nem houve discussão pública.

O governo afirma que abrirá para discussão depois que houver um texto de consenso dentro do Executivo para ser negociado com a Câmara. E diz que o próprio PL das Fake News foi objeto de diversas audiências públicas.

Em nota enviada à **Folha**, o Google disse apoiar o "debate público e informado sobre a criação de medidas regulatórias para lidar com desafios sociais como o fenômeno da desinformação e ameaças ao processo democrático."

"Entretanto, acreditamos que é importante que eventuais propostas sejam amplamente discutidas com vários setores da sociedade e elaboradas para garantir a proteção de direitos fundamentais como liberdade de expressão, privacidade e igualdade de oportunidades para todos."

A empresa também faz uma crítica velada ao tipo de regulamentação em discussão, que supostamente beneficiaria grupos de comunicação tradicional. "Também é fundamental assegurar a manutenção de um ambiente econômico que permita a inovação e a livre concorrência, sem o favorecimento de determinados grupos ou setores."

As principais plataformas – Twitter, WhatsApp, Facebook e Instagram (Meta), Google e YouTube, TikTok, Kwai, Telegram– participam apenas do grupo de trabalho montado pelo ministro Alexandre de Moraes, na presidência do TSE (Tribunal Superior Eleitoral).

Nas reuniões conduzidas pelo secretário-geral da corte, José Levi do Amaral, o objetivo é chegar a uma proposta comum de autorregulação das plataformas. As empresas já enviaram sugestões. No entanto, Moraes quer que elas incluam pelo menos algum tipo de responsabilização por conteúdo impulsionado ou monetizado.

A maior preocupação das plataformas é a perspectiva de mudanças no Marco Civil, de 2014. O Marco Civil é a principal lei que regula a internet no Brasil e determina que as plataformas só podem ser responsabilizadas civilmente por conteúdos de terceiros se não cumprirem ordens judiciais de remoção.

A proposta em discussão no Executivo prevê punições contra as big techs mesmo antes de ordem judicial para conteúdo com racismo, violações à Lei do Estado Democrático e de direitos da criança e do adolescente.

O texto será encaminhado e discutido com o deputado Orlando Silva (PC do B-SP), relator do projeto de lei 2630. O deputado apoia a responsabilização e já disse que a mudança no Marco Civil é "inexorável".

Segundo o texto do governo, as plataformas não teriam que monitorar conteúdo de forma pró-ativa para detectar postagens ilegais. Elas só seriam responsabilizadas se tivessem conhecimento sobre o conteúdo ilegal e não agissem. É o chamado "notice and action" que está na Lei dos Serviços Digitais que acaba de entrar em vigor na União Europeia.

As plataformas precisariam ter um canal de denúncias de fácil acesso a usuários. Quando recebessem essas informações, teriam de analisá-las e decidir se o conteúdo denunciado viola a lei, e, portanto, deveria ser removido. Se não agirem e o conteúdo for ilegal, aí poderão ser responsabilizadas.

A cada seis meses, as empresas teriam de publicar um relatório sobre o chamado "dever de cuidado", especificando denúncias sobre conteúdo supostamente ilegal, remoções de postagens que violam a lei, medidas de mitigação para isso. Os relatórios passariam por uma auditoria independente.

As empresas não seriam punidas se deixassem passar um ou outro conteúdo ilegal —elas só seriam multadas se houvesse descumprimento generalizado do "dever de cuidado".

Integrantes do STF (Supremo Tribunal Federal) como Gilmar Mendes, Alexandre de Moraes e Luís Roberto Barroso já manifestaram apoio à responsabilização das plataformas por determinados conteúdos de terceiros, como aqueles que incitam à violência ou defendem golpe de Estado.

O STF convocou uma audiência pública para debater, no dia 28 de março, dois recursos extraordinários que podem alterar o Marco Civil. Uma decisão em algum desses casos teria repercussão geral, poderia determinar um precedente de responsabilizar civilmente as plataformas por conteúdo antes de haver ordem judicial de remoção, como diz o Marco Civil.

As plataformas encaram a responsabilização como uma ameaça a seu modelo de negócios. Elas argumentam que, para se resguardar, vão sair removendo uma infinidade de conteúdos para evitar uma eventual punição. Apontam para a dificuldade de se determinar que conteúdo é "antidemocrático" ou "discurso de ódio", já que isso depende do contexto.

Essa análise seria muito mais difícil do que a do tipo de conteúdo que as empresas já removem –violação de direitos autorais, pornografia e pedofilia. Elas precisariam ter parâmetros muito específicos sobre o que é ilegal. Senão, pelo sim, pelo não, vão remover. E isso enfraqueceria a internet no Brasil como espaço de troca de ideias, com redução na liberdade de expressão, afirmam.

No entanto, a proposta do governo prevê que a avaliação do cumprimento do dever de cuidado das empresas levará em conta se elas pecaram pelo excesso de remoções, uma vez que a moderação de conteúdo teria de ser "proporcional".

Há uma consciência por parte das empresas de que o ambiente de discussão de regulação mudou completamente.

No início de 2020, quando começou a tramitar o PL das Fake News no Congresso, a discussão era centrada na necessidade de ampliar a educação midiática e preservar a liberdade de expressão. Agora, após a pandemia de Covid, o ataque ao Capitólio americano em janeiro de 2021 e a violência golpista em Brasília em janeiro de 2023, há uma enorme pressão para responsabilizar as empresas por conteúdo que tenham impactos no mundo real.

Uma minoria calcula que será necessário fazer concessões, como aceitar responsabilização por conteúdo monetizado ou impulsionado, ou por exceções muito específicas ao artigo 19 do Marco Civil.

Para outras, no entanto, qualquer exceção vai demolir o Marco Civil, porque vai abrir portas para litigância que irá, gradualmente, corroer a imunidade em outros casos.

Outros dizem que as regras já existentes das plataformas, que proíbem conteúdo violento de forma ampla, são suficientes.

Afirmam que existem ferramentas mais adequadas do que cavar exceções ao artigo 19. Como sugestões, falam em prazos mais exíguos para cumprimento de ordens judiciais, mais cooperação com autoridades e mais investimento em checagem de fatos.

> É importante que eventuais propostas sejam amplamente discutidas com vários setores da sociedade e elaboradas para garantir a proteção de direitos fundamentais como liberdade de expressão
>
> **Google**
> em nota enviada à Folha

Deputado Orlando Silva (PC do B-SP), favorável à responsabilização de empresas
Vinicius Loures-15.mar.23/ Câmara dos Deputados

Entenda o que está em debate

Qual o debate sobre a regulação das redes sociais? Sob o impacto dos atos golpistas do 8 de janeiro, o governo Lula elaborou proposta de medida provisória que obriga as redes a removerem conteúdo que viole a Lei do Estado Democrático, com incitação a golpe, e multa caso haja o descumprimento generalizado das obrigações. Diante da resistência do Congresso, o Planalto recuou e discute incluir essas medidas do PL 2630, o chamado PL das Fake News.

O que é o Marco Civil da Internet? É uma lei com direitos e deveres para o uso da internet no país. O artigo 19 do marco isenta as plataformas de responsabilidade por danos gerados pelo conteúdo de terceiros, ou seja, elas só estão sujeitas a pagar uma indenização, por exemplo, se não atenderem uma ordem judicial de remoção. A constitucionalidade do artigo 19 é questionada no STF.

Qual a discussão sobre esse artigo? A regra foi aprovada com a preocupação de assegurar a liberdade de expressão. Uma das justificativas é que as redes seriam estimuladas a remover conteúdos legítimos com o receio de serem responsabilizadas. Por outro lado, críticos dizem que a regra desincentiva as empresas e combater conteúdo nocivo.

A proposta do governo impacta o Marco Civil? O entendimento é que o projeto abra mais uma exceção no Marco Civil. Hoje, as empresas são obrigadas a remover imagens de nudez não consentidas mesmo antes de ordem judicial. O governo quer que conteúdo golpista também se torne uma exceção à imunidade concedida pela lei, mas as empresas não estariam sujeitas à multa caso um ou outro conteúdo violador fosse encontrado na plataforma.

Como o Congresso tem reagido à discussão? Parte do Legislativo critica a proposta do Planalto por acreditar que a responsabilização levaria as empresas a se censurarem para evitar sanções. Além disso, são estudadas medidas como a criação de um órgão regulador para as plataformas e a imunidade parlamentar nas redes, ponto defendido por Arthur Lira, presidente da Câmara.

Ricardo Borges-26.fev.19/Folhapress

Rubens Cavallari/Folhapress

O deputado federal Marcelo Crivella (Republicanos-RJ, acima) e Alexandre Padilha, ministro da Secretaria de Relações Institucionais

Bancada evangélica busca Planalto para aumentar imunidade tributária

Proposta de emenda à Constituição sobre benefícios a igrejas começa tramitação na Câmara

Marianna Holanda e Renato Machado

BRASÍLIA A bancada evangélica iniciou articulação para aprovar uma emenda à Constituição que aumenta os benefícios tributários para as igrejas, possibilitando que haja imunidade para gastos com energia elétrica e até mesmo para a compra de bens, como carros e aviões.

Especialistas em direito tributário ouvidos pela **Folha** dizem que a proposta vai na contramão de decisão do STF (Supremo Tribunal Federal) e tem brechas para distorções, se não for melhor regulamentada posteriormente.

O idealizador da proposta, deputado Marcelo Crivella (Republicanos-RJ), procurou o apoio do Palácio do Planalto, que se encontra em um momento de fragilidade no Congresso Nacional, buscando construir uma bancada aliada.

O parlamentar esteve na semana passada com o ministro da Secretaria de Relações Institucionais, Alexandre Padilha, para pedir apoio à PEC (proposta de emenda à Constituição). Dele ouviu que, em princípio, o governo não se oporia à medida, mas que vão ainda avaliar internamente impactos e posicionamento oficial.

Segundo relatos, Padilha também teria dito que conduziria o tema sem filtro religioso e que ressaltou que, se a proposta for adiante, será um debate suprarreligioso e valerá para todas as fés e crenças, de templos evangélicos a centros de umbanda.

"Acho que vou contar com o apoio dele. Conheço o Padilha há muitos anos. Sei também que ele apoia o trabalho que todos os templos religiosos fazem no Brasil, independente de denominação", disse Crivella.

"Gostaríamos muito de ter o apoio do PT, como tivemos o apoio de diversos outros parlamentares de todos os partidos", completou. O texto teve mais de 300 assinaturas para ser protocolado e precisa de 171 votos no plenário para ser aprovado.

O governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) ainda busca consolidar sua base de apoio no Congresso. Padilha não costuma dizer número de parlamentares da base, porque diz que deputado não é gado para ser contado.

O fato é que o Planalto tem trabalhado para, além dos votos de aliados e partidos da frente ampla, buscar expandir para partidos de centrão no "varejo", inclusive aqueles que eram da coligação de Jair Bolsonaro –além do PL de Bolsonaro, o Republicanos e o PP.

A PEC que aumenta a imunidade tributária da igreja foi protocolada oficialmente na quarta-feira (15), contando com um número expressivo de assinaturas: 380. O presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL), anunciou logo na sequência que a proposta seria remetida "imediatamente" para a CCJ (Comissão de Constituição e Justiça).

A proposta isenta não apenas instituições religiosas de pagar ICMS, ISS e IPI, mas também partidos políticos, inclusive fundações, entidades sindicais dos trabalhadores, das instituições de educação e de assistência social, sem fins lucrativos, que são já classificados pela Constituição como imunes.

Portanto, se aprovada da forma como está, reduziria a conta de luz de um templo religioso ou da sede de um partido político, mas poderia também comprar um carro de luxo em nome da entidade sem pagar impostos –é justamente esta a distorção apontada por especialistas.

"A PEC pretende que os bens e serviços adquiridos pelas igrejas não paguem ICMS, ISS e/ou IPI. Por exemplo, se a igreja comprar um carro, lancha ou avião, não pagaria ICMS na aquisição. Se for isso mesmo, vai muito além de qualquer entendimento judicial, inclusive do STF", afirmou Flávio Prado, vice-presidente da Delegacia Sindical de Santos do Sindifisco (Sindicato Nacional dos Auditores da Receita Federal).

> "A PEC pretende que os bens e serviços adquiridos pelas igrejas não paguem ICMS, ISS e/ou IPI. Por exemplo, se a igreja comprar um carro, lancha ou avião, não pagaria ICMS na aquisição. Se for isso mesmo, vai muito além de qualquer entendimento judicial, inclusive do STF
>
> **Flávio Prado**
> Membro do Sindifisco

Prado acrescenta que as decisões do Supremo chegaram a garantir apenas isenção de IPTU e IPVA para imóveis e veículos de igreja.

"Outro exemplo: todas as igrejas passariam a pagar contas de energia mais baratas, já que não haveria o ICMS embutido no valor da conta de energia. E, é claro, fica implícito que todos os demais contribuintes terão que sustentar essa conta", completou.

Para professores de direito tributário, a medida expande de forma ampla a imunidade, na contramão do STF, mas poderia passar a valer, caso assim julguem os parlamentares. Contudo, não da forma como está, precisaria de modificações para impedir que ocorram distorções permitindo irregularidades.

"Essa emenda constitucional vai além do que o Supremo disse? Formalmente, sim, mas acho que tem que rever. Hoje pela jurisprudência do STF o que essa proposta de emenda faz é alargar. Tem subsídios para isso, tem, mas está alargando", disse Bianca Xavier, professora da FGV do Rio de Janeiro.

Para Heleno Torres, professor da USP, a proposta pode ser positiva em casos específicos, em especial para educação. Ele cita, por exemplo, contas de luz mais baratas, sem ICMS, de escolas municipais, com orçamentos apertados.

"O que tem que evitar são escândalos. Há potencial de escândalo, abuso, de compra de jatinho para partido político, imunidade para comprar móvel para casa de presidente de partido. Isso que tem de coibir", disse Torres.

Mais além, ele defende que a proposta seja aprovada, se houver uma lei complementar para limitar o benefício para atividades essenciais e especificar quais são.

Na justificativa do texto, Crivella, bispo licenciado da Universal, argumenta que o objetivo é apenas propor a "textualização" daquilo que o Supremo Tribunal Federal já havia decidido. No entanto, tributaristas apontam que ela não apenas extrapola essas decisões como vai na direção contrária do entendimento dos ministros do STF.

A decisão jurídica em que a PEC se apoia não dizia respeito, especificamente, sobre imunidade tributária. Hoje a norma que vale é a que proíbe a ampliação de benefícios tributários em bens e serviços.

Bolsonaro pede foco em CPI mista de atos golpistas

SÃO PAULO Durante evento de lançamento do diretório do PL em Niterói (RJ), o ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) falou em virar a página, disse que o partido fará bonito em 2026 e orientou os deputados e senadores da sigla a concentrarem esforços na criação da CPI mista (na Câmara e no Senado) sobre os atos antidemocráticos do 8 de janeiro, algo que o governo Lula (PT) vem tentando evitar.

Dos Estados Unidos, para onde viajou em dezembro, Bolsonaro falou ao público pelo viva-voz, na noite desta sexta-feira (17), por meio de uma ligação do senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ), que estava presente no evento. Um vídeo do discurso foi publicado pelo jornal O Globo.

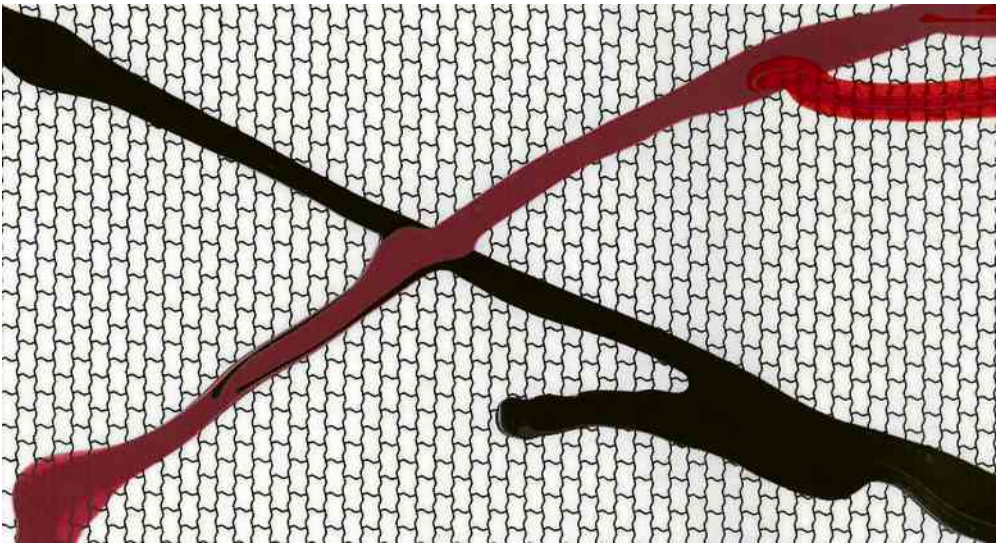
"Temos um sonho, temos um ideal, sofremos derrotas, mas a gente, acreditando em Deus e na força do nosso povo, nós atingiremos os nossos objetivos. Por vezes acontecem coisas na nossa vida que a gente não tem como explicar, mas vamos virar a página, vamos pensar no futuro", disse Bolsonaro.

"Pessoal federal aí, deputados e senadores, vamos focar na CPMI [CPI mista], porque vamos fazer valer João 8:32 [Conhecereis a verdade, e a verdade vos libertará]. A verdade vai nos libertar", orientou.

Como mostrou a **Folha**, Lula tem ampliado o espaço do centrão no governo, em busca de formar uma base mais consistente de apoio no Congresso. Com isso, o Planalto tenta, de imediato, impedir a articulação a favor da CPI mista.

Na avaliação de aliados de Lula, o presidente conseguiu, até o momento, capitalizar politicamente os ataques antidemocráticos do início de governo e, se a CPI for aberta, há o risco de a oposição buscar fatos para inverter esse quadro.

No último dia 1º, o PL divulgou nota em que apoia a criação da CPI para apurar os atos de 8 de janeiro, "inclusive sobre a responsabilização do atual governo".

INCÊNDIO ATINGE PRÉDIO DA MARINHA EM BRASÍLIA
O acidente ocorreu na manhã deste sábado (18) em uma sala do 6º andar do prédio principal do Comando da Marinha; segundo o Ministério da Defesa, não houve feridos e apenas armários foram queimados Divulgação/Corpo de Bombeiro do Distrito Federal

Juliana Freire

Franklin recuperou a voz da rua

As canções das senzalas e dos salões

Elio Gaspari
Jornalista, autor de cinco volumes sobre a história do regime militar, entre eles "A Ditadura Encurralada"

Está nas livrarias "Quem Foi que Inventou o Brasil?", do jornalista e ex-ministro Franklin Martins. A pergunta é do compositor Lamartine Babo em 1934 e, na resposta de Franklin, o povo canta. Nesse volume, ele coletou 296 canções, indo da Independência à República, com algumas dezenas tratando da escravidão e do racismo.

A história de Pindorama deve muito à música. Basta dizer que o Hino da Independência tem letra de um jornalista político (Evaristo da Veiga) e música de d. Pedro 1º. Graças à música, conhece-se também o "Batuque de Palmares", tão candidato que foi proibido em 1839:

"Folga nego, branco num vem cá
Se vié, pau há de levá."

Com a colaboração de João Nabuco ao piano, foram trazidas de volta inúmeras canções, inclusive as "Cantigas Báquicas", compostas em 1826 por José Bonifácio de Andrada, o poderoso ministro da Independência, exilado na França.

Episódios que o andar de cima trata com gravidade, no de baixo as coisas eram mais simples. Quando o Banco do Brasil quebrou, em 1829, a rua cantava "piolhos, ratos e ladrões". Quase meio século depois, quando quebrou um grande banco privado do Rio, cantava-se:

"E quem há de nos valer
Em momento tão sinistro?
Ah! Já sei, corramos todos
Ao palácio do ministro."

No livro cantam os revoltosos dos Farrapos, da Balaiada e da Praieira. Cantam também os defensores da ordem:

"Fora farrapos, fora
Não mais venham competir
Pedro Segundo não quer
Os Farrapos no Brasil."

Demófobos festejando a polícia do Rio parece coisa de hoje, mas em 1839 um lundu cantava:

"Já foi-se o tempo
De mendigar.
Fora, vadios,Vão trabalhar!"

Noutra ponta do imaginário do poder, em 1857, quando se falava das virtudes do Império, a rua respondia:

"Hoje tudo são progressos
Da famosa ladroeira."

Franklin Martins enriqueceu a erudição histórica de seu trabalho com um olhar político sobre a grande questão do século 19, a escravidão. O grande momento do livro está no resgate de canções das senzalas e do abolicionismo. Lá estão as canções de Pai João:

"Nosso preto quando fruta
Vai pará na correção
Sinhô baranco quando fruta
Logo sai sinhô barão."

Pesquisador generoso, Franklin transcreveu 37 canções relacionadas com a escravidão e o racismo. Delas, 33 estão disponíveis, de graça, como todas as outras, no site Quem foi que inventou o Brasil?. (No total, o site oferece 1.400 canções, um tesouro.)

Os interessados que tiverem algum tempo podem ouvir vozes da história que, em muitos casos, os livros contam de raspão. O prazer da audição fica incompleto sem a leitura dos verbetes dos livros. No que acaba de ser lançado, aprende-se que algumas canções foram resgatadas por Mário de Andrade. Ou ainda que, em 1949, o professor americano Stanley Stein recuperou as cantorias de velhos jongos. Stein pesquisava a história do café de Vassouras, mas, de quebra, legou esses documentos sonoros.

Eremildo, o idiota

Eremildo é um idiota e aderiu ao movimento Respeito à Magistratura liderado por juízes que não querem voltar ao trabalho presencial. O cretino é contra todas as formas de trabalho, inclusive o virtual, e acredita que o movimento é um bom começo para viabilizar sua agenda.

Os juízes não querem comparecer ao local de trabalho e ameaçam dizendo que uma carta, defendendo essa prerrogativa, já tem o apoio de 800 magistrados. Seus nomes, contudo, não são conhecidos. O idiota encantou-se com esse detalhe. Não querem dar expediente no serviço e protestam e não comparecem nem ao menos com suas assinaturas.

Eremildo fez uma pesquisa no seu círculo de amizades, formado por pessoas que têm horror ao trabalho. Ficou com a suspeita de que a nascente desse glorioso movimento está num grupo de magistrados da Justiça do Trabalho. Os mais incomodados com o trabalho presencial são juízes que respondem por varas num estado e moram em outro.

Se a ideia prosperar, Eremildo disparará um manifesto com o apoio de 40 milhões de contribuintes que estão preenchendo suas declarações de Imposto de Renda, intitulado Respeito aos idiotas.

Cadê o cartão?
O almirante Bento Albuquerque mudou sua versão no caso das joias das Arábias, mas a pergunta elementar continua de pé: Cadê o cartão que acompanhava os estojos?

Só ele poderá determinar quem estava mandando o presente, para quem e o porquê.

Presente sem cartão é coisa de traficante.

Diplomacia
A proposta da viagem de Lula à Ucrânia para negociar o fim da guerra era de vidro e se quebrou.

As reações do Congresso americano às suas iniciativas e omissões com os governos do Irã e da Nicarágua aconselham-no a cuidar melhor de suas relações com Washington.

Sem um trabalho paciente, arrisca-se a ficar no sol.

Relação trincada
A ida da enfermeira Aline Peixoto, mulher do ex-governador Rui Costa, para o Tribunal de Contas dos Municípios da Bahia, trincou a relação do atual chefe da Casa Civil com o senador Jaques Wagner, seu velho patrono.

Se Rui Costa aceitar o papel de bedel de ministros que Lula lhe ofereceu, ele se tornará o objeto de todas as malquerenças da Esplanada.

O Libbs e Ricardo Boechat
O juiz Dimitrios Zarvos Varellis, da 11ª Vara Cível de São Paulo, condenou o laboratório Libbs a indenizar em R$ 1,2 milhão os filhos do jornalista Ricardo Boechat, que morreu em 2019 num acidente de helicóptero. O Libbs ouviu calado.

Caso típico no qual o poderoso acha que pode tudo. O laboratório contratou Boechat para fazer uma palestra em Campinas, comprometendo-se a transportá-lo. O acerto foi de mão em mão e Boechat acabou embarcando num helicóptero com a licença vencida. Deu no que deu.

Numa situação desse tipo o cavalheirismo sugeria que o laboratório, uma potência com 2.700 funcionários, produzindo anualmente mais de 50 milhões de unidades de medicamentos, aceitasse sua responsabilidade na tragédia. Nem pensar.

Os herdeiros de Boechat, assistidos pelo advogado Antônio Pitombo, foram à Justiça. O Libbs tentou de tudo, dizendo até mesmo que só haviam contratado a ida de Boechat a Campinas. Como ele voltou a São Paulo no helicóptero, o problema não era da empresa. Falso.

Na sua sentença, o juiz Zarvos Varellis lembrou "a necessidade de punição ao agente como fator de desestímulo da repetição da conduta".

Ainda passará muito tempo até que grandes empresários aprendam que não lhes fica bem terceirizar responsabilidades nem acreditar que indo à Justiça, amedrontam os ofendidos. Se o Libbs tiver aprendido, ótimo.

Mistério
Por temperamento, o ministro Carlos Lupi, da Previdência Social, não é um encrenqueiro.

Isso só aumenta a perplexidade diante da sua decisão de cutucar os interesses da banca sem perguntar nada ao Planalto.

Deltan e Beto Richa levam rivalidade para a Câmara

Deputados pelo Paraná, os dois protagonizam embate após Lava Jato

Catarina Scortecci

CURITIBA De lados opostos na Lava Jato, e agora eleitos deputados federais pelo Paraná, o ex-governador Beto Richa (PSDB) e o ex-procurador Deltan Dallagnol (Podemos) travam um embate aberto.

Desde o início da legislatura, resolveram trocar acusações nas redes sociais e em entrevistas. Também já houve alfinetada lançada durante reunião da bancada paranaense em Brasília e uma proposta de um debate "olho no olho" em uma rádio na sexta-feira (17), depois cancelado.

Veterano da política paranaense, com dois mandatos de prefeito em Curitiba e outros dois no governo, o tucano tenta reconstruir sua trajetória após ser duramente atingido em plena campanha de 2018 pela Lava Jato, que tinha justamente em Deltan um de seus símbolos. O hoje deputado do Podemos deixou o Ministério Público Federal em 2021 para entrar na política e foi o mais votado do Paraná.

Deltan Dallagnol em sessão na Câmara dos Deputados Pablo Valadares-28.fev.23/Câmara dos Deputados

Beto Richa, ex-governador do Paraná e agora deputado Marcos Corrêa - 20.dez.17/PR

Richa disse à **Folha** que, se antes o colega era "todo poderoso", hoje os dois estão "no mesmo nível".

"Simplesmente estou me defendendo agora. Antes eu não tinha como. Ele [Deltan] era o herói do Brasil. Tinha a força da Lava Jato por trás. Só quero que a sociedade conheça este cidadão. Quando ele era herói da Lava Jato, era fácil. Ele mandava prender, mandava soltar, promovia um linchamento público", afirma o tucano.

Richa responde a processos judiciais até hoje, mas ele se refere ao auge da Operação Lava Jato, um período turbulento para ele e seus aliados na política. Somente entre outubro de 2018 e novembro de 2019, Richa se tornou réu em oito ações penais, e chegou a ser levado três vezes para a prisão. De principal liderança política do estado, fez apenas 3,7% dos votos válidos para senador no pleito de cinco anos atrás.

Parte das denúncias foi oferecida pelo Ministério Público Federal, com a assinatura de Deltan, no bojo de investigações ligadas à Operação Integração e à Operação Piloto. As outras denúncias —relacionadas à Operação Rádio Patrulha e à Operação Quadro Negro— foram apresentadas pelo Ministério Público estadual. Depois, a defesa de Richa e de aliados conseguiu levar todas as ações penais para a Justiça Eleitoral, e os casos ainda estão tramitando.

Procurado para comentar o assunto, Deltan encaminhou nota, na qual afirma que Richa é "alguém que não consegue explicar para a sociedade os crimes dos quais ele é acusado". "Por isso, tenta fazer disso uma briga pessoal, para se vingar de quem fez seu trabalho contra a corrupção".

Deltan disse que o trabalho feito em relação ao tucano não foi "técnico" e elaborado em "grupo de 15 a 20 procuradores, com base em fatos e provas robustas de crimes".

Na esfera política, Richa entende que o impacto das operações em plena campanha eleitoral de 2018 foi evidente —"Dallagnol me tirou a eleição", afirma o tucano.

Depois da derrota nas urnas daquele ano, ele sumiu dos holofotes e evitou a imprensa. Chegou a ser tratado como "carta fora do baralho" por integrantes da cúpula do PSDB. Voltou a circular no meio político somente no final de 2021, já de olho nas eleições do ano seguinte.

Em outubro passado, Richa obteve 65 mil votos e não conseguiu uma cadeira na Câmara de imediato —ao final, foi diplomado no lugar do tucano Jocelito Canto, cuja candidatura acabou indeferida pela Justiça Eleitoral. Na mesma eleição, o ex-procurador recebeu 345 mil votos. Hoje, os dois são apontados como "inimigos de bancada".

Nas redes sociais, Deltan criticou seu ex-alvo no Judiciário. "Por que Richa é deputado federal? O povo do Paraná sabe o que Beto Richa fez no verão passado, e por isso ele perdeu a eleição para o Senado em 2018 e também não obteve os votos necessários para ser eleito deputado federal em 2022. Só é deputado federal porque Jocelito Canto teve sua candidatura indeferida."

Na mesma postagem, o ex-procurador afirma que Richa "continua a atacar a Lava Jato porque, assim como vários políticos acusados de corrupção, não consegue explicar os desvios de dinheiro".

Richa rebate afirmando que o colega de Câmara "age de má-fé". "Ele fez tudo que fez na Lava Jato com um único objetivo: autopromoção", ataca Richa.

Para o ex-governador, o único objetivo dos procuradores da Lava Jato era "tomar o poder, criminalizando a atividade política".

Questionado sobre se ele via o mesmo suposto objetivo em relação ao presidente petista Luiz Inácio Lula da Silva, que teve condenações expedidas na Lava Jato anuladas pelo Supremo Tribunal Federal, Richa disse que "só falo por mim", mas que "ficou claro que a prática deles, no período áureo da Lava Jato, foi ilegal".

Passados 20 anos do 1º ataque a Bagdá, Guerra do Iraque tem saldo incerto

Saddam Hussein foi morto, assim como dezenas de milhares de militares e civis, armas de destruição de massa não foram encontradas, Estado Islâmico floresceu e país continua instável

Sérgio Dávila e Juca Varella

Na quarta-feira 20 de março de 2003, às 5h35 locais (23h35 da terça-feira 19 de março em Brasília), a coalizão liderada pelos Estados Unidos começou a bombardear Bagdá, no que marcaria o início da Guerra do Iraque. Passados 20 anos, o saldo da invasão é incerto.

O ditador Saddam Hussein fugiu, foi capturado e executado. As armas de destruição em massa, pretexto inicial do governo George W. Bush para a operação, nunca foram encontradas.

Ao longo da investida militar, cerca de 200 mil civis foram mortos e milhões tiveram de se refugiar em outros países. No vácuo de poder que sucedeu a invasão, o Estado Islâmico experimentou seu crescimento, auge e queda, deixando um rastro de sangue.

A região, historicamente instável, permanece em tumulto, com tensões entre Iraque, Irã e Síria. Internamente, xiitas, sunitas e curdos, que viviam a paz forçada pela mão de ferro da ditadura, retomaram as escaramuças.

Naquela manhã e nas semanas seguintes, a **Folha** foi o único veículo brasileiro a ter repórteres acompanhando em Bagdá a guerra, que matou 117 jornalistas. Leia abaixo trecho inédito na imprensa do relato sobre aqueles dias.

São 5h30 do dia 20, e tento tirar um cochilo depois de termos finalmente conseguido nos instalar no Palestine.

Não foi fácil. Ao chegarmos aqui, tivemos de literalmente ir pulando corpos e malas dos jornalistas que dormiam no piso, no saguão, nos corredores, onde fosse possível. Até três dias atrás, Bagdá contava com 2.000 repórteres estrangeiros. Nas últimas 24 horas, mais de 1.800 deixaram o país.

A maioria foi a pedido de suas empresas, caso das grandes emissoras de TV, que seguiram o conselho do Pentágono de retirar as equipes da "possível zona de combate". Outros temiam pela segurança ou atendiam ao desejo das famílias. Outros ainda partiam por motivos mais pedestres: o visto tinha vencido, e o governo não queria renová-lo.

Os 180 que ficaram fomos bater no Palestine em busca de quartos. A possibilidade de arrumar vaga é diretamente proporcional ao tamanho do suborno, que deve ser entregue, escondido dentro do passaporte, a um dos funcionários (públicos) da recepção.

Demoramos para perceber esse código. A diária é de US$ 80 [cerca de US$ 130 hoje] e mesmo US$ 10 seriam muito para este hotel com fachada a imitar uma colmeia, que um dia foi da cadeia Meridien e que, desde que o governo o tomou no começo dos anos 90, só fez decair.

Trezentos dólares, uma dor de estômago e duas horas depois, chegamos ao quarto 1.104, 11º andar, lado esquerdo de quem olha de frente o logo do hotel —em que a letra "e" final de "Palestine" está quase despencando da fachada. São duas camas sobre um tapete sujo e puído, uma bancada com espelho, duas poltronas, um banheiro, uma banheira com ducha e um armário. Abrimos a água (que nega sua definição científica: tem aroma, cor e sabor). E a porta da minivaranda, que será nosso espaço de trabalho pelas próximas semanas.

Tão logo anoitece, abrimos o "escritório": uma latinha de lixo virada ao contrário faz as vezes de cadeira, um criado-mudo funciona como mesa, e a conexão fica num parapeito, no limite entre conseguir sinal do satélite e não ser flagrada pelos policiais.

> **Visitamos o lugar logo após o ataque, e restos humanos ainda estavam no mesmo chão em que as crianças pisavam descalças. Uma delas nos arrastou para que olhássemos mais de perto o que parecia ser um pedaço de cérebro. Ela ria muito com nossa cara assustada**

"Acorda, Sérgio, que está começando!"

É Juca, já paramentado com capacete e colete à prova de balas, e segurando a máquina na mão, numa imagem que depois nos valeria o apelido de Playmobil. Antes, após termos esperado uma hora sem que nada acontecesse, combinamos um semirrevezamento. Pulo da cama para a varanda a tempo de ouvir o barulho do primeiro míssil, abafado pelas sirenes, que não param. Mais alguns minutos e a primeira leva de bombas – são 13 na mesma área– atinge um dos prédios do complexo presidencial de **Saddam Hussein** 1. Começa a guerra.

Depois, saberemos que a coalizão anglo-americana, usando informações de sua inteligência, tentava atingir uma reunião que Saddam supostamente teria com seu Alto-Comando, acompanhado dos dois filhos. Relatos posteriores afirmarão de tudo —desde que o ditador iraquiano realmente morreu nesse primeiro dia até que ele teria sido visto ao sair carregado para uma ambulância, muito ferido. Nada se confirmará.

Somos 180 jornalistas no hotel, e só Juca Varella e outro fotógrafo, da France Presse, conseguem flagrar aquela cena inicial, graças a um método simples: deixar a câmera apontada para um mesmo lugar. Juca escolhe um ponto, concentra-se nele e, clique, capta a imagem que em dez minutos estará em São Paulo e depois correrá o mundo.

Os sons da guerra

Juca cuida das imagens da guerra, que tenho de colocar em palavras, mas são os sons o que mais nos impressiona. As cenas do primeiro bombardeio, registradas apenas por aquelas duas câmeras fotográficas, foram de certa forma tímidas para nós, que esperávamos o fim dos tempos.

Como a guerra começou às 5h35, o dia já estava claro, e a explosão da série de mísseis despejados na "janela de oportunidade" de que falou **George W. Bush** 2 para pegar Saddam e seus filhos reunidos não causou o efeito visual esperado. Os mísseis, ao caírem, produziam um fogo pequeno, parecido com o que sai dos bicos das torres de petróleo.

(Depois, aliás, esse "ponto zero" da guerra entraria para a história por outro motivo. Não existia nenhum bunker de US$ 60 milhões em que Saddam e família estariam escondidos na hora da tal janela de oportunidade, diferentemente do que oficiais americanos disseram então. Ou, pelo menos, ninguém descobriu o abrigo até a conclusão deste texto.

O resultado foi que os 40 **mísseis Tomahawk** 3 lançados caíram sobre construções normais. A um custo de dezenas de vidas civis e US$ 30 milhões.)

Mas o som produzido pelo bombardeio não deixa margem a engano; o que começou ali, a poucos metros de onde estamos, é uma guerra. Quem ou o que quer que tivesse estado embaixo daquelas bombas e mísseis não ficou para contar a história. Juca alerta para a grande diferença sonora entre os estouros. Aqui, é preciso ser onomatopaico.

O explosivo, quando atinge o alvo, faz algo parecido com BUM.

É prosaico, mas os quadrinistas e os contadores de história infantil tinham razão. Um som que, embora gravíssimo, altíssimo, é de curta duração. Na verdade, o que produz barulho é o ar que ele desloca. Muitos artefatos que caem próximos demais do Palestine nos jogam para trás na varanda na ida e chegam a quebrar vidros de quartos na volta, quando o ar deslocado encontra resistência e retorna à origem com intensidade menor, mas ainda grande.

Já o míssil faz BRUUUUUUUUM, som mais duradouro e mais apavorante. Lembra aquela série de estampidos dos rojões que o torcedor brasileiro estava acostumado a ouvir quando seu time entrava em campo. O ruído é parecido com outro comum neste conflito, o da artilharia antiaérea.

Continua na pág. A13

CENAS DA GUERRA

1 Foto inédita de Juca Varella mostra complexo de palácios do governo iraquiano sendo bombardeado pelos EUA no 4º dia do conflito **2** Médico tenta impedir que jornalistas se aproximem de criança ferida em bombardeio; durante o conflito, governo iraquiano promovia visitas da imprensa aos hospitais de Bagdá **3** Troca de tiros nas imediações do hotel Palestine; o repórter Sérgio Dávila (à esq.) se protege atrás de blindado do Exército dos EUA

Fotos Juca Varella - 2003/Folhapress

Livro sobre o conflito em 2003 ganha nova versão

O jornalista Sérgio Dávila e o fotógrafo Juca Varella lançaram em 2003 o livro "Diário de Bagdá", em que apresentavam a cobertura jornalística dos 30 primeiros dias da Guerra do Iraque, para onde tinham ido como enviados da **Folha**. Agora a obra ganha nova versão, a ser lançada pela editora DBA ainda neste ano. Mais do que uma reimpressão, a ideia é adicionar uma camada de reflexão aos textos da versão original, escritos sob a adrenalina da explosão de bombas. "Ele tem o frescor do relato a quente, mas por isso também envelhece", diz Dávila, atual diretor de Redação do jornal, sobre o livro original. "Passados 20 anos, sabe-se muito mais sobre o conflito do que naquele momento." Ainda sem título, o novo projeto busca dar conta do que a invasão americana representou para o Oriente Médio e para a geopolítica mundial duas décadas depois. Para isso, reúne um relato da volta da dupla a Bagdá em 2013, por ocasião dos dez anos do início do conflito; textos de Varella sobre suas visitas ao país em 2005 e 2010, quando participou da cobertura das eleições no país; e ensaios inéditos de Dávila.

Continuação da pág. A12

Só que ela é bem mais intensa, por estar mais próxima de nós, geralmente no topo dos edifícios ao redor. A violência da artilharia em ação e a intensidade do som fazem você pensar que está trancado num banheiro e que alguém estourou ali os tais rojões do campo de futebol.

Logo nos familiarizamos com a rotina sonora. Começa com a sirene antiaérea, ligada sempre que algum míssil da coalizão é detectado no radar. É seguida pelo ruído da bateria antiaérea, que dá lugar ao barulho do motor do avião ou do míssil propriamente dito, e tudo termina na explosão, seguida de tremor e deslocamento de ar. Há alguns segundos de silêncio, em que a terra inteira parece estar se assentando.

Então, os alarmes dos carros disparam, os cães de rua começam a latir e correr desesperados rumo à margem do rio Tigre (para se esconder no matagal), as ambulâncias deixam os hospitais em direção ao local atingido, e (pelo menos perto de nós) uma mesquita invariavelmente solta uma gravação nos mesmos alto-falantes que convocam os fiéis às rezas diárias. Na fita, um imã de voz grossa canta: Allahu Akbar ("Deus é o maior"). Sempre a mesma rotina, seja o bombardeio de madrugada, como no começo da guerra, seja durante o dia, como na segunda fase.

Dias depois, vamos saber que o responsável pelo final da trilha sonora da guerra é o muezim Murtadha Mustafa al-Zaidi, que cuida da mesquita 14 de Ramadã, a menos de 200 metros à esquerda do Palestine. O líder religioso diz que faz aquilo para acalmar os moradores da vizinhança e que não é difícil saber o momento certo de soltar a fita, pois também ele é acordado pelas bombas e, para saber a deixa, espera a mesma série de ruídos que nós.

Vivendo sob bombas

Se para os brasileiros viver sob bombas é inconcebível, os bagdalis dão mostras de encará-las como os habitantes da costa japonesa encaram o tsunami: é ruim, mata muita gente, mas as pessoas têm de continuar levando a vida. A diferença fundamental —este é fenômeno natural, aquele é fenômeno da invasão anglo-americana— não parece afetar a reação dos iraquianos.

"Eu vendia bananas antes da guerra e vou continuar vendendo bananas depois da guerra", diz o comerciante Hassan Ali, enquanto segura na mão um cacho de seu argumento. Como ele, o mercado popular volta a abrir aos poucos, e as pessoas perdem o medo de sair às ruas. O povo está tristemente acostumado à situação, pois passou mais de dois terços das últimas duas décadas em conflito, seja com os vizinhos Irã e Kuwait, seja com os EUA e seus aliados, que vêm bombardeando o país desde a **Guerra do Golfo** **4**.

É da resignação do povo que nos veio a ideia da cobertura da guerra do ponto de vista dos bombardeados. Julgamos que daí virão as melhores histórias, justamente do aspecto menos coberto pela imprensa internacional, especialmente a americana, mais preocupada com estratégias militares, sofisticação de armamentos e o "quem é quem" do regime.

O "Diário de Bagdá", seção diária sugerida e publicada pela **Folha** diariamente durante o conflito, seria uma consequência natural desta decisão.

Difícil mesmo é dormir. Combinamos que temos de estar sempre a cinco minutos de um lugar seguro —no caso, o fétido abrigo antiaéreo no segundo subsolo do Palestine, um cômodo de uns 60 m², cheirando a mofo e cigarro, com 30 camas de solteiro, chão coberto de tapetes coloridos e duas pias.

O lugar é frequentado por funcionários do hotel e pelas mulheres e filhos dos espiões do Ministério da Informação. Estes usam de seus privilégios para trazer a família a uma área supostamente mais segura. De vez em quando, em madrugadas de bombardeio mais severo, alguns jornalistas se arriscam a passar a noite ali. Até agora, conseguimos evitar.

Mas a parte inicial do plano é colocada em prática quase todas as noites. Dormimos vestidos, muitas vezes de botas —e sem remorso de, assim, sujar as colchas, que não são trocadas faz pelo menos três meses. Aqui, dormir de roupa é bom para a segurança e ótimo para a higiene.

Algumas vezes, vamos para a cama também com o capacete militar.

E quase sempre com o colete à prova de bala. É aí que mora o problema. Os coletes que compramos em Londres por US$ 2.500 cada um são item obrigatório em Bagdá, sendo usados por 9 em cada 10 jornalistas estrangeiros. Azuis, com um bolso específico para o celular e outro do tamanho de um bloco de repórter, trazem a qualificação 3, ou seja, seguram bala não só de revólver e pistola, mas também dos projéteis M80 (usados pelos Exércitos dos países-membros da Otan) e os fuzis M16 (usados pelos EUA) e AK-47 (onipresentes no Iraque).

Assim, estamos protegidos de muitos dos possíveis agressores deste conflito, graças a duas placas de cerâmica que cobrem nossos órgãos vitais tanto na frente quanto nas costas. O resto do colete só apara tiro de revólver e pistola, mas o conjunto todo é muito útil para nos livrar do maior causador de mortes nos hospitais que visitamos até agora: os estilhaços de bombas.

(É de uma lógica cruel: não há sobreviventes de bomba e míssil. Quando o armamento cai perto demais, a pessoa é pulverizada. Se um pouco mais distante, é carbonizada ou tem os ossos moídos. Assim, os chamados "feridos de bomba" são, na verdade, aqueles que não estavam próximos do alvo o suficiente para morrer, mas que receberam os estilhaços. São pedaços de metal incandescente, afiados como lâminas, que arrancam braços e pernas e penetram fundo no tronco como facas quentes em manteiga.)

Como o resto do mundo, nós também acreditamos que Saddam tinha armas químicas e biológicas —afinal, não foi esse o principal motivo para Bush ter invadido o Iraque? Foi também por isso que compramos em Londres duas máscaras antigás, que nos protegeriam por seis horas a cada filtro contra resíduos nucleares, biológicos e químicos. Nos primeiros dias, o temor de ataques dessa natureza era forte entre os jornalistas, que chegavam a carregar máscaras amarradas à cintura.

O mesmo que 'guerra pacífica'

Se o bombardeio número zero é considerado discreto para os padrões americanos, o mesmo não se pode dizer da escalada a seguir. Até o fim do conflito, saberemos depois, os EUA sozinhos realizarão mais de 13 mil investidas para lançar mísseis ou bombas no espaço aéreo iraquiano, a maior parte delas em Bagdá.

Embora não tenham sido despejadas nem a Moab ("a mãe de todas as bombas", como mostra a sigla em inglês, pesando quase dez toneladas) nem sua irmã menor, a Cortadora de Margaridas (que, com quase sete toneladas, ganhou esse nome pelas clareiras que abre nas florestas), as Treme-terra e suas companheiras cuidam de fazer um bom estrago.

As Treme-terra são bombas de duas toneladas cujo objetivo é entrar fundo no solo e só então detonar, conseguindo tanto penetrar bunkers quanto derrubar prédios a partir dos alicerces. Vamos visitar o buraco no asfalto feito por uma delas, que caiu no lugar errado e não explodiu, no acesso a uma das pontes que atravessam o Tigre. Só o impacto abriu uma cratera de 20 m de diâmetro por 10 de profundidade.

Vamos também visitar dez hospitais que recebem as vítimas civis dos bombardeios. Se nenhum deles chega aos pés do Mount Sinai (o preferido da elite endinheirada de Nova York), tampouco fazem feio na comparação com o Hospital das Clínicas de São Paulo e são mais bem equipados do que muitos postos da Rocinha ou da favela da Maré.

O que nos espera, porém, é sempre de travar a garganta, mesmo com as armações do Baath, o partido governista —e sempre há armações, como nós mesmos comprovaremos, ao flagrar um suposto ferido que, terminado o encontro com a imprensa, levantou-se e foi embora para casa andando.

Ficará famoso ainda o caso do menino Abbas Ali, de quatro anos, cujas queimaduras, exibidas à imprensa, provavelmente aconteceram dias antes da guerra.

Mas são exceções óbvias. Os ataques "cirúrgicos", as tais bombas "inteligentes" de que falava Bush antes de iniciado o conflito, são tão cínicos quanto a expressão "guerra pacífica". É impossível despejar a 10 mil metros de altitude um armamento de 2.000 quilos cheio de explosivos e esperar que seja inteligente e cirúrgico, ou seja, que destrua só os alvos e mate exclusivamente os soldados.

Basta que uma das centenas de cápsulas disparadas pelas baterias antiaéreas acerte a bomba de maneira efetiva, e ela vai mudar de rota, mandando às favas a "inteligência". E basta que o alvo militar a ser atingido seja vizinho de construções civis (como acontece, por exemplo, com as sedes do Baath) e lá se vai a "cirurgia".

"Qual a culpa dessa criança? O que ela fez de errado?", pergunta, chocado, nosso guia, Amjad, numa dessas visitas. Ele entende que homens maiores de idade morram na guerra, mesmo que não sejam soldados, "pois vão direto para o Céu, onde encontrarão Alá". Essa crença resume mais ou menos o sentimento geral iraquiano: homens morrendo na guerra são uma realidade do país.

Mas não se admite que mulheres e crianças sejam atingidas. E na lógica perversa da guerra, cada vez que uma bomba ou um míssil erra seu alvo, o mais provável é que as vítimas sejam mulheres, crianças e idosos, pois os homens estarão lutando em outro lugar, supostamente próximos dos alvos militares.

Crianças como Ali Ismail Abbas, de 12 anos, que perdeu os dois braços e criou comoção mundial. O menino foi achado sem esperança de sobrevivência num hospital da periferia de Bagdá e, graças aos holofotes de jornais e emissoras britânicos, provocou tal impacto na opinião pública mundial que teve um fundo criado em seu nome e ele se prepara para, em breve, viver com dois braços artificiais.

Ou Saddam Hussein, de 20 anos, que não teve a mesma sorte. Seu braço esquerdo foi decepado no massacre de Al-Shola, um dos lugares mais pobres de Bagdá, com ruas de terra e esgoto a céu aberto. Ali, dois mísseis perdidos mataram 50 pessoas. Só numa família, morreram os pais e os três irmãos.

Saddam, que ganhou esse nome porque os parentes queriam agradar o fiscal do Baath de sua rua, viu pai e mãe morrerem no impacto. Quando olhou para o lado, sentiu o braço esquerdo repuxar e, num segundo, só havia ali um pedaço de carne que jorrava sangue.

Visitamos o lugar logo após o ataque, e restos humanos ainda estavam no mesmo chão em que as crianças pisavam descalças. Uma delas nos arrastou para que olhássemos mais de perto o que parecia ser um pedaço de cérebro. Ela ria muito com nossa cara assustada.

O ataque ao mercado aconteceu cinco dias depois do que ficou conhecido como massacre de Al-Shaab (rua comercial perto do centro de Bagdá), em que 15 pessoas, a maioria mulheres e crianças, também morreram vítimas de uma bomba que foi desviada ou tinha alvo errado.

Sempre que os jornalistas chegam a esses locais, membros do governo iraquiano já limparam a área dos corpos e trouxeram pelo menos uma dezena de "manifestantes", que ficam gritando slogans a favor de Saddam e contra Bush. Daquela vez, chegamos rápido demais, e a carnificina tinha sido demasiado grande.

Assim, embora os corpos em "melhor condição" já tivessem sido retirados, os mais despedaçados ficaram para trás. Isso, aliado a uma tempestade de areia que castigava a cidade havia dois dias, deixou um cenário de horror como não tornaremos a ver igual. Outro pedaço de cérebro repousava ao lado de algumas galinhas mortas, estufadas pelo deslocamento de ar que a queda da bomba causou.

O que foi um dia a mão esquerda de uma mulher se espalhava sobre um monte de pedras. Outro conjunto de quatro dedos foi localizado pela multidão numa calçada. Um soldado que entraria para o longo elenco dos heróis anônimos desta guerra pegou o pedaço de carne, fez uma oração e o enterrou sob as cinzas do buraco deixado pelo míssil.

Saiu aplaudido.

Trecho adaptado e atualizado do livro "Diário de Bagdá" (DBA, 2003), dos jornalistas Sérgio Dávila e Juca Varella, que terá edição revista e ampliada lançada nos próximos meses.

Breve glossário da Guerra do Iraque

1 Saddam Hussein
Ditador que comandava o Iraque durante a invasão dos EUA. Em 2006, foi condenado à morte pelo massacre de 148 xiitas, episódio de 1982

2 George W. Bush
Presidente dos EUA durante a guerra, o líder republicano justificou a invasão dizendo que o país do Oriente Médio tinha armas de destruição em massa, o que nunca foi provado

3 Tomahawk
Mísseis que que voam a baixa altitude e usam GPS para se guiar pelo terreno e atingir o alvo com precisão

4 Guerra do Golfo
Conflito iniciado em 1990 que opôs a coalizão liderada pelos EUA e o Iraque, que havia ocupado o Kuait

Painel com imagem de Saddam Hussein em prédio de Bagdá atingido durante a Guerra do Iraque Juca Varella - 28.mar.2003/Folhapress

Como um zumbi, conflito no Iraque ainda assombra EUA

Com custo de US$ 1,8 trilhão e 300 mil mortos, guerra tem influenciado os rumos da política externa americana

ANÁLISE

Igor Gielow

SÃO PAULO Ápice da desastrada Guerra ao Terror empreendida pelos Estados Unidos após os ataques do 11 de Setembro em 2001, a invasão do Iraque completa 20 anos assombrando a forma com que os americanos projetam seu poder pelo mundo como um zumbi de série de TV.

A metáfora se aplica também ao status do conflito, dada como ganha por um triunfante George W. Bush em 2003, sendo encerrada oficialmente em 2011 e recomeçada, com baixa intensidade, em 2014.

A invasão marcou também o fim do projeto imperial americano do pós-Guerra Fria. Em 1991, quando a União Soviética se desfez, Washington passou a reinar soberana nas relações internacionais, ditando com maior ou menor sucesso intervenções militares mundo afora.

Em 2001, a destruição da Torres Gêmeas e o ataque ao Pentágono nos EUA abriram o caminho para uma ampliação nunca antes vista do escopo de atuação americana. O justo pretexto de punição do terrorismo, aplicado com apoio global no caso do Afeganistão que abrigava a rede Al Qaeda, acabou instrumentalizando um projeto de poder.

Havia um forte componente pessoal, já que o pai de Bush havia sido o presidente que expulsou Saddam Hussein do Kuwait em 1991, mas fracassado em derrubar o ditador. Doze anos depois, uniu-se a fome e a vontade de comer, e Bush filho foi à revanche com a desculpa falsa de que o ditador tinha armas de destruição em massa e estava associado aos terroristas do 11 de Setembro.

Com ele foi todo o aparato industrial-militar americano, uma nova geração de forças mercenárias e as petrolíferas ocidentais, que ficaram com parte do butim no quinto maior depósito de óleo cru do mundo. Com efeito, o Iraque é um Estado semifalido governado por corruptos e em convulsão política, mas sua produção de petróleo praticamente dobrou dos níveis pré-guerra para hoje.

O aspecto econômico da guerra, importante como é, embaça um pouco a percepção do fracasso político. O zumbi do deserto guia, em larga medida, como os presidentes que sucederam a Bush atuaram no campo bélico.

Primeiro, porque como todo bom zumbi, a guerra não morreu, transformou-se. Quatro anos após Bush pousar no porta-aviões Abraham Lincoln, seguramente ancorado na Califórnia com faixa dizendo "Missão Cumprida", o envolvimento americano no Iraque chegou a 176 mil soldados.

Era o "surge", a onda que buscou coibir a resistência xiita que lutava contra o governo fantoche dos EUA. Houve sete primeiros-ministros e diversos pleitos no Iraque pós-Saddam, mas o país está longe de ser a democracia liberal prometida por Bush. Para piorar o cenário, hoje o Iraque é um vassalo político do Irã, maior rival regional dos EUA no Oriente Médio.

> **O aspecto econômico da guerra, importante como é, embaça um pouco a percepção do fracasso político. O zumbi do deserto guia, em larga medida, como os presidentes que sucederam a George W. Bush se comportaram no campo bélico**

Barack Obama reconheceu a impropriedade da tarefa e mandou seus soldados empacotarem as armas em 2011. Só que o mau serviço feito na repressão interna deu origem a um novo mal, o EI (Estado Islâmico), que logo controlaria grandes pedaços do Iraque e da Síria, além de atacar alvos Europa afora.

Com isso, em 2014 foi criada a Operação Resolução Inerente, que hoje mantém talvez 2.500 militares americanos em Bagdá e arredores contra os remanescentes do EI. Só em 2022, foram 313 ataques aéreos realizados pela ação, 191 deles no Iraque.

O desengajamento americano, contudo, era inevitável, tanto que os EUA não se envolveram diretamente na guerra civil síria, tarefa assumida com gosto pelo russo Vladimir Putin em 2015. A intervenção na Líbia, que transformou uma ditadura sanguinária numa anarquia assassina, foi uma obra mais europeia.

Donald Trump elegeu-se em 2016 prometendo algo atrativo aos americanos, o fim das "guerras inúteis e sem fim". Não mudou nada do que estava sendo feito, na prática, mas nem tampouco iniciou um novo conflito sob o pretexto de exportar democracias.

Um tripé guiou as mudanças. Primeiro, o fato de guerras como a do Iraque serem impossíveis de vencer, mesmo matando o rival como ocorreu com Saddam numa forca em 2007.

Segundo, o bolso: segundo o mais recente relatório do programa Custos da Guerra, da Universidade Brown (EUA), a Guerra do Iraque e a Resolução Inerente custaram até aqui US$ 1,79 trilhão, pouco mais que o PIB anual do Brasil. O valor se insere no total da Guerra ao Terror compilado pela Brown, US$ 8 trilhões.

Por fim, não menos importante, o impacto humanitário — que, por óbvio, sempre estoura no lado mais fraco. Usando as estimativas máximas da Brown, morreram 315 mil pessoas na guerra iraquiana, 210 mil delas civis do país. "Hostis", como o Pentágono chama os inimigos, talvez 44 mil.

Já soldados americanos foram 4.599, mais um corpo de 3.650 empregados de companhias militares privadas, o eufemismo criado por aliados de Bush para mercenários. Mas o impacto no país é grande, como pode ser aferido em documentários como "Pai, Filho e Pátria" (2020). Já foram gastos US$ 232 bilhões com apoio a veteranos, e estima-se que essa conta engordará US$ 1,1 trilhão até 2050.

O contexto mundial mudou, igualmente, com a ascensão econômica e militar da China sob Xi Jinping, levando aos primeiros salvos da Guerra Fria 2.0 por Trump em 2017. Em 2022, duas décadas de crescente agressividade da Rússia de Putin, aliás aliada de Pequim, desembocaram na Guerra da Ucrânia e na volta dos confrontos entre Estados à Europa após quase 80 anos.

Com tudo isso, coube a Joe Biden executar a fase mais madura dessa nova orientação, com a atabalhoada saída do Afeganistão em 2020 e a admissão que o negócio de "construir nações" era uma furada arrogante. Foi uma forma de eternizar métodos, como o zumbi da Resolução Inerente mostra até a próxima ameaça terrorista efetiva, mas também de reduzir custo político a um mínimo.

Segundo levantamento feito pela britânica YouGov em fevereiro, apenas 25% dos americanos dizem ainda pensar na Guerra do Iraque, por exemplo. Outros 20% dizem que sua vida foi afetada pelo conflito de alguma maneira.

A teoria encontra a prática agora na Ucrânia, contudo. Biden sustenta a resistência de Kiev, tendo fornecido US$ 47 bilhões em ajuda militar até janeiro aos ucranianos, 75% do total mundial, mas sem enviar oficialmente um único soldado. Nas suas palavras, um americano atirando contra um russo significa a Terceira Guerra Mundial.

Pode ser, e no contexto do embate com a China as especulações vão longe, mas há muito do fator do conflito zumbi iraquiano envolvido nessa abordagem.

Com efeito, ele parece não ter assustado Putin, cuja operação cada vez mais ganha um caráter de guerra se fim à vista, mesmo com a lembrança do "seu" Iraque, a década de ocupação soviética no Afeganistão que ajudou desidratar o império comunista.

Saiba mais sobre a Guerra do Iraque

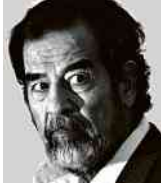
Localização: Oriente Médio
Governo: República parlamentar
Área: 434.128 km
População: 43,5 milhões (2021)
Capital: Bagdá
Línguas: Árabe e curdo
Moeda: Dinar iraquiano
IDH: 0,686 (2021)
PIB: US$ 207,89 bilhões (2021)
PIB per capita: US$ 4.775,40 (2021)

Arma símbolo

Tanques Abrams

O M1 Abrams foi o principal tanque do conflito e o veículo usado pelos EUA para entrar em Bagdá

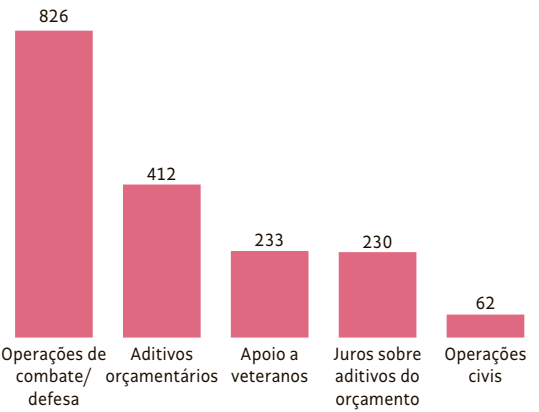
Quem estava no poder

George W. Bush
Filho mais velho do ex-presidente americano George H. W. Bush, o republicano tomou posse da Presidência dos EUA em 2001, meses antes da derrubada das Torres Gêmeas – o ataque que levaria à Guerra do Iraque. O conflito, iniciado sob a justificativa de que o país tinha armas de destruição em massa, geraria inúmeras críticas ao político nos anos posteriores

Saddam Hussein
Filho de camponeses, nasceu em Tikrit, a 160 km de Bagdá. O ditador foi um dos participantes do golpe de Estado que derrubou Abdul Rahman Arif em 1968 e chegou ao poder em 1979, quando passou a comandar o país com mão de ferro. Em 2006, aos 69 anos, foi condenado à força pela morte de 148 xiitas no povoado de Dujail, em 1982

Estimativa de mortes*

Categoria	Mortes
Civis**	186.694 a 210.036
Militares e policiais do Iraque**	48.337 a 52.337
Adversários dos EUA**	36.806 a 43.881
Militares dos EUA	4.599
Mercenários dos EUA	3.650
Outras tropas aliadas	324
Jornalistas/mídia	282
Funcionários de ONGs	64
Servidores civis dos EUA	15
Total	**Entre 280.771 a 315.190**

Custo aos EUA*

Valores em US$ bi

US$ 1,1 trilhão
é o valor estimado de gasto com apoio a veteranos de 2023 a 2050

*Números de 2003 a 2023
**Números mínimo e máximo da estimativa
Fontes: "Custos de 20 Anos de Guerra do Iraque", Universidade Brown (EUA), 15.mar.2023 e Banco Mundial

Por que deveríamos chamar Bukele de ditador?

Presidente de El Salvador governa em estado de exceção e persegue jornalistas

Sylvia Colombo
Historiadora e jornalista especializada em América Latina, foi correspondente da **Folha** em Buenos Aires. É autora de 'O Ano da Cólera'

O presidente de El Salvador, Nayib Bukele, já avançou sobre o Legislativo e o Judiciário de seu país, persegue jornalistas, coleciona presos políticos e governa, há um ano, em um estado de exceção, que permite que suas forças de segurança levem para atrás das grades quem quiserem, incluindo menores de idade, muitas vezes sem julgamento prévio, deteriorando o Estado de Direito.

Durante a pandemia, nos centros de confinamento de pessoas suspeitas de estarem contaminadas com o vírus da Covid-19, Bukele já havia ensaiado a criação de lugares onde a lei não entrava, e uma pessoa poderia ser trancada por dias ou semanas sem nem mesmo fazer um exame.

A imprensa independente e organismos de direitos humanos, à época, apontavam para o uso das medidas sanitárias para controle político.

Os mesmos organismos também denunciaram abusos de direitos humanos nas prisões salvadorenhas mesmo antes de Bukele ter decidido —após um fim de semana do início de 2022 em que houve enfrentamentos violentos das chamadas "maras" (facções criminosas ligadas a cartéis de narcotráfico) e que resultaram na morte de mais de 60 pessoas— que construiria o que diz ser hoje a maior prisão das Américas.

Os primeiros traslados de presos a essa grande prisão ocorreram nas últimas semanas.

Eles mostram os presos quase como escravos esperando um barco para uma colônia distante. Filmados de todos os ângulos, como numa grande produção, os detidos, seminus, de olhar assustado, acorrentados e de cabeça baixa, evocam morbidez e algo de sadomasoquismo.

Não se pode criticar Bukele sem antes deixar claro que as "maras" castigaram o povo de El Salvador desde que nasceram, nos subúrbios de Los Angeles, com os filhos daqueles que haviam migrado por conta da guerra civil.

Nos anos Clinton, muitos de seus membros foram deportados e se encontraram com uma economia golpeada e deteriorada pelo conflito, na qual não teriam lugar.

A Mara Salvatrucha e o Bairro-18, grupos mais importantes, vinham sequestrando, matando e extorquindo o povo salvadorenho. Ter colocado um freio nas atividades dessas gangues rende a Bukele hoje uma popularidade de mais de 80%.

A questão é que amontoar pessoas em prisões, como Bukele está fazendo, em primeiro lugar, não resolve o pano de fundo da questão: o que os levou ao crime. Em segundo, significa mais avanços sobre os pilares de direitos universais.

Em 2024, quando haverá eleições presidenciais em El Salvador, Bukele será candidato, embora a reeleição seja proibida no país. Porém, sua presença na disputa está garantida pelos juízes da Corte Constitucional, escolhidos pelo Congresso, de maioria arrasadora do Nuevas Ideas, partido bukelista. Tão arrasadora que quase fez desaparecer os hegemônicos Arena (direita) e Frente Farabundo Martí de Liberación Nacional (esquerda).

Não sobram itens a preencher no formulário que define o que é um ditador para completar a definição de Bukele. Se há, e com razão, preocupação da comunidade internacional com as ditaduras ditas de esquerda na região (Venezuela, Cuba e Nicarágua), não existem motivos para não considerar El Salvador também uma ditadura.

O amor que a população salvadorenha tem por Bukele é fácil de compreender, quando praticamente desapareceram os assassinatos, as extorsões aos comércios e o recrutamento de menores.

A questão que fica no ar é: qual é o custo disso tudo? A prisão irá regenerar esses 2% da população salvadorenha hoje detida?

Bukele já se auto-apelidou como o "ditador mais cool do mundo". Ver o que está fazendo com as instituições e com os criminosos detidos, porém, nos deveria obrigar a tirar o "cool" da expressão. Bukele é "apenas" um ditador. E assim nós deveríamos passar a chamá-lo.

| DOM. Sylvia Colombo | **SEG. David Wiswell** | QUI. Lúcia Guimarães | SÁB. Igor Patrick

Manifestações contra reforma de Macron tomam cidades da França

Em Paris, polícia interditou praça da Concórdia; em Bordeaux, nove pessoas foram presas

SÃO PAULO O fim de semana na França teve início com novos protestos contra a reforma da Previdência.

Este sábado (18) foi o terceiro dia de mobilizações depois que Emmanuel Macron atropelou a votação na Assembleia Nacional para impor a mudança nas aposentadorias. Embora seja considerada pouco democrática, a manobra utilizada pelo presidente é prevista pela Constituição do país.

Proibidos de ocupar a praça da Concórdia, os manifestantes de Paris começaram a se reunir na praça da Itália por volta das 18h do horário local e iniciaram uma caminhada. De acordo com a emissora BFM, havia cerca de 4.000 pessoas.

Aconteceram confrontos entre manifestantes e policiais quando os primeiros tentaram atear fogo em latas de lixo e fazer barricadas.

Algumas horas antes, também em Paris, dezenas de manifestantes entraram no shopping Châtelet-Les Halles e abriram faixas de protesto, apesar da resistência dos seguranças, que tentaram barrá-los com bombas de fumaça.

Além da capital, aconteceram atos em pelo menos 13 cidades do país. Segundo o jornal Le Monde, as autoridades contabilizaram em torno de 2.000 pessoas em Caen, 6.000 em Nantes, 6.000 em Brest e 1.900 em Bordeaux —os números seriam mais altos segundo os organizadores.

Também houve confronto em Bordeaux, onde manifestantes colocaram fogo em lixeiras espalhadas pelas ruas. A polícia usou gás lacrimogêneo e prendeu nove pessoas.

Mobilizações contra a controversa reforma vem acontecendo desde janeiro pacificamente, mas o cenário mudou nos últimos dias. A decisão de Macron, que recorreu ao artigo 49.3 da Constituição para aprovar o projeto de lei do governo sem a chancela parlamentar, deu novo impulso aos protestos, que têm se tornado mais exaltados.

O dispositivo foi uma aposta radical do governo diante das incertezas sobre a votação no Parlamento de uma reforma considerada crucial para a agenda reformista de Macron.

Na noite de quinta (16), mais de 300 pessoas foram presas —258 delas só em Paris, onde cerca de 10 mil manifestantes ocuparam a praça da Concórdia. Na sexta, cerca de 4.000 pessoas se reuniram no mesmo local, onde houve um princípio de incêndio. Grupos lançaram sinalizadores e garrafas contra as forças de segurança, que responderam com gás lacrimogêneo.

As últimas manifestações levaram a polícia francesa a proibir concentrações neste sábado na praça, que fica em frente ao Parlamento. As pessoas que tentarem se reunir no local poderão ser multadas, afirmou a polícia à agência de notícias AFP.

"O que eu vou responder aos jovens que me dizem que votar não serve para nada? Eu elegi um deputado que não pode votar. Estamos em plena negação da democracia", disse à AFP Nathalie, uma mulher de 30 anos que protestava em Besançon, município de pouco mais de 100 mil habitantes na Borgonha.

A proposta de Macron aumenta a idade de aposentadoria de 62 para 64 anos até 2030 e adianta para 2027 a exigência de 43 anos de contribuição para acessar a aposentadoria integral —hoje são necessários 42 anos. Segundo o governo, a reforma vai representar economia de € 18 bilhões (cerca de R$ 101 bilhões).

A proposta gerou uma articulação intersindical que não se via há pelo menos 12 anos.

Uma nova onda de protestos é esperada para a próxima quinta-feira (23), na semana em que deputados da oposição apresentarão duas moções de censura. A aprovação de qualquer uma delas, cenário considerado improvável, anularia o decreto presidencial.

Sindicatos de professores também convocaram novas greves para a semana que vem, às vésperas do vestibular unificado francês, enquanto grupos do setor industrial programaram uma paralisação nacional para a quinta-feira (23).

Em assembleia na sexta (17), garis e outros trabalhadores envolvidos com a coleta do lixo em Paris decidiram continuar a paralisação até pelo menos terça (21). A estimativa é que haja 10 mil toneladas de lixo nas ruas da cidade.

Com AFP

1 Manifestante em Paris segura cartaz com a inscrição "Não ao 49.3", número do artigo ao qual Macron recorreu para levar adiante a reforma Julien de Rosa/AFP **2** Fogo ateado por grupos em protesto em Bordeaux Thibaud Moritz/AFP **3** Manifestação em Nantes Loic Venance/AFP

Terremoto mata ao menos 13 no Equador e no Peru

QUITO (EQUADOR) | AFP Pelo menos 13 pessoas morreram e várias ficaram feridas em um terremoto de magnitude 6,8 que atingiu principalmente o sul de Equador e o Peru.

O tremor foi registrado às 12h12 locais (14h12 de Brasília), e o epicentro se deu no município equatoriano de Balao, a 140 quilômetros de Guayaquil.

Argentina, Chile e México também sentiram o tremor, mas com menor intensidade. Não foram registradas vítimas nesses três países.

A presidência do Equador informou, pelo Twitter, que 12 pessoas morreram em consequência do tremor. Na cidade peruana de Tumbes, na fronteira com Equador, uma menina de quatro anos morreu após ser atingida por um tijolo na cabeça.

"Aí onde está essa poça de sangue, ela estava brincando com a minha outra sobrinha quando caiu o tijolo", disse à AFP David Alvarado, tio da menina.

O terremoto foi sentido com mais força no sul do Equador. "As pessoas saíam correndo e gritavam desesperadas. Todo mundo saía dos carros, gritava e chorava", disse à AFP Magaly Escandón, uma vendedora de Cuenca, uma das cidades mais atingidas.

Segundo a presidência do Equador, "há feridos que estão sendo atendidos nos hospitais", mas não especificou quantas pessoas.

"Peço a todos que tenham calma e se informem pelos canais oficiais", disse o presidente Guillermo Lasso.

Putin vai à Crimeia e não fala sobre mandado de prisão

MOSCOU | REUTERS O presidente da Rússia, Vladimir Putin, fez visita surpresa à Crimeia neste sábado (18) para marcar o aniversário de nove anos da anexação russa da península ucraniana no Mar Negro.

A visita ocorreu um dia após o Tribunal Penal Internacional emitir um mandado de prisão contra Putin, acusando-o de ser responsável por crimes de guerra cometidos no conflito na Ucrânia. Ele não falou sobre o mandado de prisão.

Empreendimento do Minha Casa, Minha vida em Santo Amaro da Purificação, na Bahia Joédson Alves - 14.fev.2023/Agência Brasil

Inadimplência na faixa 1 do Minha Casa bate recorde

Em 45% dos contratos, pagamento de parcelas não ocorre há mais de 360 dias

Lucas Marchesini

BRASÍLIA A inadimplência na faixa 1 do Minha Casa, Minha Vida terminou 2022 em um patamar recorde. Ao todo, 45% desses contratos, que são beneficiados com mais subsídios do governo federal, estão sem pagar parcelas do financiamento há mais de 360 dias.

De acordo com dados do Ministério das Cidades, 510 mil de 1,1 milhão de contratos ativos nessa faixa estão devendo o valor mensal há mais de um ano.

O Minha Casa, Minha Vida foi relançado em fevereiro pelo governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT). Uma medida provisória foi enviada ao Congresso fazendo alterações nas regras do programa. Em um primeiro momento, a meta é entregar obras atrasadas ou paralisadas.

Para evitar o despejo nos contratos em atraso, os bancos que operam os financiamentos "adotam estratégias de renegociação da dívida. Contudo, as medidas têm sido pouco eficazes, uma vez que 59% dos beneficiários voltam a inadimplir com brevidade", segundo o Ministério das Cidades.

A situação preocupa a pasta, que estuda mudanças. "Em razão do cenário de agravamento do quadro de inadimplência, estão em estudo medidas de alteração junto à legislação do programa com a finalidade de modificar o cenário apresentado", diz o ministério em nota.

Sem detalhar as medidas em estudo, a pasta acrescenta que as mudanças servirão "para a ampliação do retorno financeiro ao fundo mas, sobretudo, para a minimização dos impactos sociais aos beneficiários, visando resguardar o direito à moradia, dado o perfil socioeconômico das famílias".

O calote nos pagamentos por parte dos beneficiários aumenta a necessidade de o governo federal elevar sua participação nos custos do programa por meio do Orçamento. Como consequência, afirma o ministério, há uma limitação na expansão do programa e redução da quantidade de novas famílias a serem contempladas.

Com o não pagamento reiterado de parcelas, os donos dos imóveis estão sujeitos à perda do bem. No caso da faixa 1 do Minha Casa, Minha Vida, isso gera efeitos sociais relevantes, aumentando a vulnerabilidade das famílias. O público-alvo nessa faixa dispõe de renda familiar bruta mensal de até R$ 1.800.

"A pessoa com a perda do imóvel fica mais vulnerável", resume a professora da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da UnB (Universidade de Brasília) Cristiane Guinâncio.

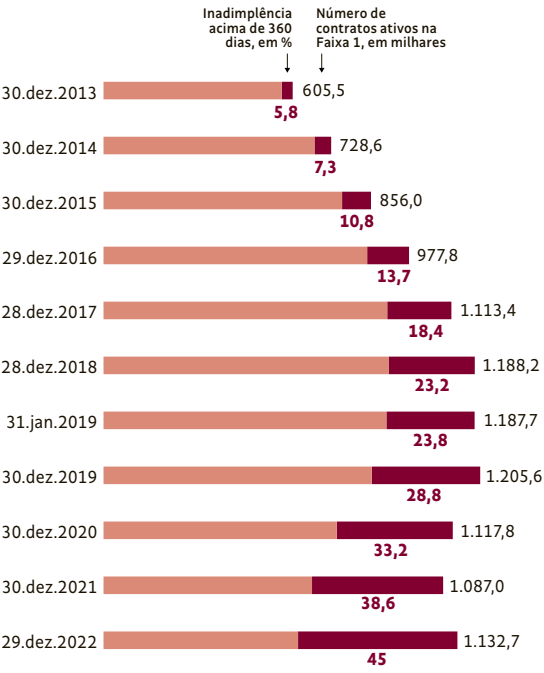
A MP (medida provisória) do novo programa, que precisa ser votada pelo Congresso, estabelece que a faixa 1 passará a atender famílias com renda bruta mensal de até R$ 2.640; a faixa 2, famílias com renda de R$ 2.640,01 a R$ 4.400; e a faixa 3, aquelas que recebem todos os meses de R$ 4.400,01 a R$ 8.000.

A inadimplência no Minha Casa, Minha Vida tem diversas razões. Uma delas é o aumento do endividamento da população após a pandemia de Covid-19.

"Acontece muito de o beneficiário perder o vínculo de trabalho e consequentemente a renda. Em uma situação de emergência as pessoas não vão deixar de comer, vão deixar de pagar a prestação", afirma a professora da UnB.

Outro motivo, aponta o Ministério das Cidades, é a "desocupação dos imóveis por seus beneficiários originais em razão de abandono, venda informal ou transferência informal da posse a terceiros".

Apesar de proibido, há diversos casos em que o dono do imóvel adquirido através do Minha Casa, Minha Vida aluga ou revende de forma irregular a casa ou o apartamento. Nessa situação, quem vendeu muitas vezes deixa de pagar a prestação.

Cresce inadimplência no Minha Casa, Minha vida

Fonte: Ministério do Desenvolvimento Regional

> Acontece muito de o beneficiário perder o trabalho e a renda. Em uma situação de emergência as pessoas não vão deixar de comer, vão deixar de pagar a prestação

Cristiane Guinâncio
professora da faculdade de Arquitetura e Urbanismo da UnB

"Em situação de emergência, a pessoa precisa de dinheiro e aí tem todo esse mercado irregular, um mercado que está na expectativa de pessoas em situação difícil para comprar esse imóvel de maneira irregular", avaliou Guinâncio.

Uma saída que vem sendo considerada para evitar o mercado irregular desses imóveis é o Minha Casa, Minha Vida Entidades. Nessa modalidade, todas as etapas do projeto são coordenadas por movimentos sociais ligados a moradia, o que tem feito a inadimplência ser mais baixa.

Os contratos com atraso superior a 360 dias alcançavam 27,6% do total no fim de 2022, na modalidade Entidades. Para o Ministério das Cidades, isso acontece porque a participação de movimentos sociais "confere maior engajamento dos candidatos a beneficiários desde a concepção do empreendimento, circunstância que contribui para a manutenção dos compromissos, por parte das famílias beneficiadas, após a entrega do imóvel".

"O imóvel acaba sendo produzido a partir de um projeto conjunto e por isso se aproxima muito das características do público-alvo, não só de expectativa mas também de capacidade de compra", afirma Guinâncio.

Na remodelagem do programa, o governo anunciou que deve dar subsídio de cerca de R$ 170 mil em residências do Minha Casa, Minha Vida para a faixa 1. Esse valor vai depender da região em que o imóvel está localizado.

Ala do Congresso quer antecipar debate sobre desoneração

BRASÍLIA Deputados e senadores defendem que a discussão sobre uma desoneração ampla da folha de pagamentos e a atualização do teto do Simples Nacional ocorra simultaneamente à análise da reforma tributária no Congresso.

Pelos planos do Ministério da Fazenda, o debate se daria apenas em um segundo momento, depois que fossem aprovadas as mudanças na tributação sobre o consumo.

O tema foi levado por representantes da FPE (Frente Parlamentar Mista do Empreendedorismo) ao ministro Fernando Haddad (Fazenda) em reunião na quarta-feira (15).

A percepção é que o governo deveria aproveitar o capital político do primeiro ano do mandato do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) para atacar temas espinhosos de uma só vez. Segundo quem defende as mudanças, a reforma poderia representar um ganho de arrecadação.

Alguns setores, como serviços, calculam que teriam aumento na carga tributária. A desoneração da folha seria um dos instrumentos usados para tentar contornar a resistência desses segmentos.

"Tem que fazer a discussão em paralelo para não comprometer a própria reforma", defende o presidente da FPE, deputado Marco Bertaiolli (PSD-SP). "Nós já temos 17 setores desonerados. Vai voltar a onerar? É impossível. E também não tem sentido você não desonerar a economia inteira."

Aliado de Bertaiolli, o deputado Joaquim Passarinho (PL-PA) endossa o discurso do colega. "Quem é que está mais se sentindo atingido pela reforma tributária? Serviços, setor que mais ganha com a desoneração da folha. Então é uma compensação. Tem que caminhar do lado da reforma tributária", afirma.

A frente propôs ao ministro uma espécie de transição de equilíbrio na qual a desoneração da folha ocorreria simultaneamente ao aumento da alíquota do IVA (Imposto sobre o Valor Agregado) para o setor de serviços. Um dos números citados nas discussões é um percentual em torno de 33%.

Apesar do pleito dos parlamentares, o ministro da Fazenda defende que a desoneração da folha seja incluída nas discussões sobre a tributação da renda, em um segundo momento da reforma.

Segundo interlocutores da equipe econômica, a estratégia está relacionada a uma questão política. A ideia é evitar que a desoneração concorra com a primeira parte da reforma tributária —centrada sobre consumo—, na qual o debate já está mais maduro.

No modelo atual, a desoneração é concedida a 17 setores, sem distinção das remunerações pagas. A política foi instituída no governo Dilma Rousseff (PT). As empresas contempladas podem abrir mão de recolher a alíquota de 20% para a Previdência em troca de uma cobrança de até 4,5% sobre o faturamento. A última prorrogação da medida se deu no fim de 2021, com prazo até o fim deste ano.

Além da desoneração, a frente defende que no combo tributário seja incluída a atualização do teto do Simples Nacional pela inflação.

Na quarta, após deixar a Fazenda, Bertaiolli afirmou que a mudança da tabela do Simples ficará de fora das mudanças que estão sendo discutidas pela Câmara, em eco à declaração dada por Haddad.

Essa discussão poderia ocorrer paralelamente, defendem os parlamentares. "Não tem como manter sem correção, senão você vai ter um subSimples. Eu tenho cinco empresas e não saio do patamar nunca. Você amarra o cara para ele não crescer", disse Passarinho.

Um projeto de lei que trata da correção está em tramitação na Câmara. **Danielle Brant e Nathalia Garcia**

PAINEL S.A.

Joana Cunha
painelsa@grupofolha.com.br

Tonia Inocentini Galleti

Pedi mais diálogo sobre juro do consignado do INSS, mas não fui ouvida

SÃO PAULO A decisão de baixar os juros do consignado do INSS, que levou os bancos a suspenderem os empréstimos na modalidade e gerou discordância dentro do governo, também não teve consenso entre os representantes dos aposentados.

Aprovada na segunda (13) pelo CNPS (Conselho Nacional de Previdência Social), a redução no teto da taxa poderia ter continuado em debate até que se chegasse a um patamar mais aceitável para os bancos, na opinião de Tonia Inocentini Galleti, representante do Sindicato Nacional dos Aposentados e Pensionistas da Força Sindical, que participa do conselho.

A queda foi de 2,40% ao mês para 1,70%, patamar considerado economicamente inviável pelas instituições financeiras. Galleti afirma que os bancos teriam disposição de baixar o patamar para 2,04%, enquanto os aposentados poderiam conversar em torno de 1,90% ou 1,95%.

"Na minha fala no conselho, eu pedi para a gente formar um grupo de trabalho para discutir melhor e chegar a um número que fosse mais razoável para contemplar uma baixa nos juros e a viabilidade do produto. Infelizmente não fui ouvida", afirma ela.

*

Qual foi a sua avaliação quando percebeu a reação dos bancos, que suspenderam os empréstimos na modalidade? Essa reação dos bancos já era esperada. Eles já haviam demonstrado antes, desde o momento em que o ministro [Carlos Lupi, da Previdência] estava sinalizando que queria reduzir os juros.

Nessa mesma reunião do conselho, eles abriram as contas, demonstraram que não havia condições de trabalhar com um juro tão baixo e que as contas não fechavam. E tem uma proibição do Banco Central de trabalhar com o resultado negativo.

Na minha fala no conselho, eu pedi para a gente formar um grupo de trabalho para discutir melhor e chegar a um número que fosse mais razoável para contemplar uma baixa nos juros e manter a viabilidade do produto.

Infelizmente não fui ouvida, e colocaram em votação. E é claro que a gente tem que votar a favor, porque é positivo baixar os juros. Mas eu não esperava outra reação.

E os representantes dos trabalhadores em atividade que também fazem parte da composição do Conselho da Previdência? Eu tenho a impressão de que os representantes dos trabalhadores estavam um pouco mais otimistas, como o ministro. Ele dizia que dá, que temos que fazer, que é uma questão de justiça. Mas na prática, é preciso sermos mais conciliadores e vermos o que é possível fazer diante da situação real.

Qual é a sua previsão agora? Acho que acaba forçando duas situações. Ou vai jogar os aposentados e pensionistas que já estão endividados e que precisam desse recurso para crédito pessoal, que tem juros escorchantes. Ou, por outro lado, nos força a ter que revisar essa medida, o que acaba ficando muito mais feio, porque parece que a gente não sabe o que faz.

E ainda tem margem para isso? O conselho pode a qualquer momento revisar isso.

Teve reflexos entre os aposentados? Os aposentados e pensionistas começaram a ligar para o sindicato. Teve repercussão. Os nossos associados ligaram perguntando como vão fazer agora, dizendo que precisam de empréstimo. As pessoas viram as notícias de que os bancos iam parar de fazer o empréstimo e começaram a se movimentar. Isso demonstra a importância do tema para a economia e para toda a sociedade.

Parece que o governo vai se mexer para resolver. Teve uma movimentação em Brasília nesta sexta-feira (17). Sinalizaram a convocação de uma reunião com Rui Costa, da Casa Civil, e os ministros Carlos Lupi e Fernando Haddad [Fazenda] para resolver a situação. Acho que sinaliza uma luz no fim do túnel.

Nesta sexta, eu conversei com algumas pessoas em Brasília, no próprio ministério, para dizer que nós estamos tentando apoiar no sentido de um consenso e que, se eles precisarem de ajuda para conversar com os bancos, o sindicato está à disposição para buscar a melhor solução.

Isso que aconteceu desgasta a possibilidade de negociação para chegar a um ponto mais intermediário? Os bancos, por exemplo, sugeriam baixar para 2,04%. E a gente tinha uma proposta de trabalhar em um grupo de trabalho para chegar a 1,90% ou 1,95%.

Eu acho que a gente tinha como construir esse caminho e conseguir chegar lá. Acredito que ficaria muito melhor para os aposentados e pensionistas e, ainda assim, seria viável para os bancos. Mas infelizmente foi um atropelo.

Tem chance de continuar esse diálogo? Houve uma obstacularização do diálogo, que permitiria uma composição mais justa e adequada. Então, a gente teve esse resultado danoso. Na verdade, o resultado é bom, mas não é. Que legal que baixou os juros, mas que ruim, porque não tem mais o produto. Se não tem mais oferta do produto, 100% de nada é nada.

O seu voto foi pelo corte do teto para 1,70% mesmo com essas ressalvas todas? Sim, com essas considerações todas. Eu fiz uma fala pedindo a compreensão de todos para que formássemos um grupo de trabalho, para consultarmos as pessoas que utilizam, para ver se elas queriam esse resultado. Eu fiz o que estava ao meu alcance para alertar sobre o que eu achava que iria acontecer.

Raio-X
Coordenadora do departamento jurídico do Sindnapi (sindicato que representa aposentados, pensionistas e idosos), e professora da pós-graduação do FGVLaw, Galleti participa da composição do CNPS (Conselho Nacional de Previdência Social) no grupo de representantes dos aposentados e pensionistas.

Funcionários de frigorífico da JBS, empresa do grupo J&F, na cidade da Lapa (PR) Ueslei Marcelino - 21.mar.2017/Reuters

J&F quer desconto de ao menos R$ 3 bi em leniência de R$ 10,3 bi

Empresa, que não quis se manifestar, conseguiu aval de câmara ligada à PGR para rediscutir acordo por envolvimento em corrupção

Julio Wiziack

BRASÍLIA O MPF (Ministério Público Federal) aceitou um pedido da J&F, holding que controla a JBS, para a revisão de partes do acordo de leniência que ela voluntariamente assinou em 2017. A companhia quer reduzir em ao menos R$ 3 bilhões o valor que concordou em pagar por envolvimento em corrupção.

A decisão suspende, até julgamento definitivo sobre o caso, o pagamento das parcelas que o grupo dos irmãos Joesley e Wesley Batista ainda tem em aberto. O montante pactuado soma R$ 10,3 bilhões.

A **Folha** teve acesso à íntegra do relatório sobre o caso. De 2017 até o momento, a empresa desembolsou cerca de R$ 580 milhões —5,6% do total a ser pago em 25 anos.

Espécie de delação premiada destinada a empresas, a leniência envolveu companhias sob o guarda-chuva da J&F que foram alvo das operações Greenfield, Sépsis, Cui Bono e Carne Fraca, da Polícia Federal e do MPF.

Pelo acordo, a empresa comprometeu-se a ressarcir R$ 10,3 bilhões (em valores de 2017) às instituições lesadas —Caixa Econômica Federal, FGTS, Funcef, Petros e BNDES, além da própria União.

O grupo dos irmãos Batista vinha tendo negadas pelo MPF as tentativas de mudar partes do acordo. A última, em fevereiro do ano passado, foi divulgada pela própria PGR (Procuradoria-Geral da República).

No entanto, em decisão até agora mantida em sigilo, o subprocurador-geral da República Ronaldo Albo aceitou, em outubro, praticamente todas as alegações da J&F e autorizou diligências com prazo de três meses para reunir informações e instruir processo de revisão de partes da leniência. Depois disso, o caso vai a julgamento, ainda sem data.

Ele também determinou expedição de ofícios para que a PGR notificasse a Justiça sobre a suspensão dos pagamentos das parcelas até a análise do mérito do caso.

Albo assumiu em agosto de 2022 a coordenação da 5ª Câmara de Coordenação e Revisão (Combate à Corrupção) do MPF —órgão responsável pela homologação e revisão dos acordos de leniência no país e que, no passado, deu sinal verde para o pacto com a J&F.

Questionado pela empresa dos Batista, o valor da parcela anual que passou a ser devida a partir do fim de 2021 gira em torno de R$ 350 milhões. Representa menos de 0,1% do faturamento anual da empresa. Com suas atividades, a J&F leva somente oito horas para gerar esse valor.

Procurada, a companhia afirmou que não se manifestaria sobre o caso.

No pedido ao MPF, o grupo dos irmãos Batista questionou praticamente todos os pontos do acordo que assinou. Afirmou que o valor total pactuado está majorado e apresentou ao menos duas teses para defender sua posição.

Em uma delas, considera que os parâmetros do cálculo foram abusivos —em vez de 4% sobre o faturamento líquido do grupo, foram aplicados 5,38%, média utilizada nos demais acordos de leniência feitos pelo MPF.

Somente isso já reduziria o valor de R$ 10,3 bilhões para R$ 7,3 bilhões —valor que representa uma semana de faturamento da empresa.

Também apresentou um parecer da consultoria Tendências defendendo que, em 2016, momento da negociação dos termos firmados, a J&F não controlava 100% das empresas envolvidas na leniência. Somente isso já faria o valor do acordo sofrer redução para algo entre R$ 1,8 bilhão e R$ 4,9 bilhões.

No despacho, o subprocurador Ronaldo Albo pede que esse parecer seja referência do pleito da J&F: "Há fortes indícios e evidências de que a fórmula adotada para se chegar ao valor da multa imposta desrespeitou os limites legais", escreveu. Para ele, "do que se vê, não ocorreu dano ou lesão aos cofres públicos e aos entes beneficiados".

"Some-se que a referida fórmula foi utilizada de forma equivocada quanto ao faturamento global da requerente [a J&F] para o cálculo da multa e que ainda foi desconsiderada a participação acionária da requerente nas suas subsidiárias para fins de cálculo da multa", acrescentou.

A empresa também contestou o pagamento de parcelas por danos causados ao BNDES, Caixa, FGTS, Petros (fundo de pensão dos funcionários da Petrobras) e Funcef (fundação de previdência dos servidores da Caixa Econômica Federal). Afirmou que a legislação da leniência só autoriza pagamentos para a União por danos sofridos pelo Estado, e negou ter causado prejuízos às instituições.

A novela no MPF se dá em paralelo a uma batalha na Justiça entre a J&F e entidades lesadas por esquemas de corrupção nos quais a empresa se envolveu.

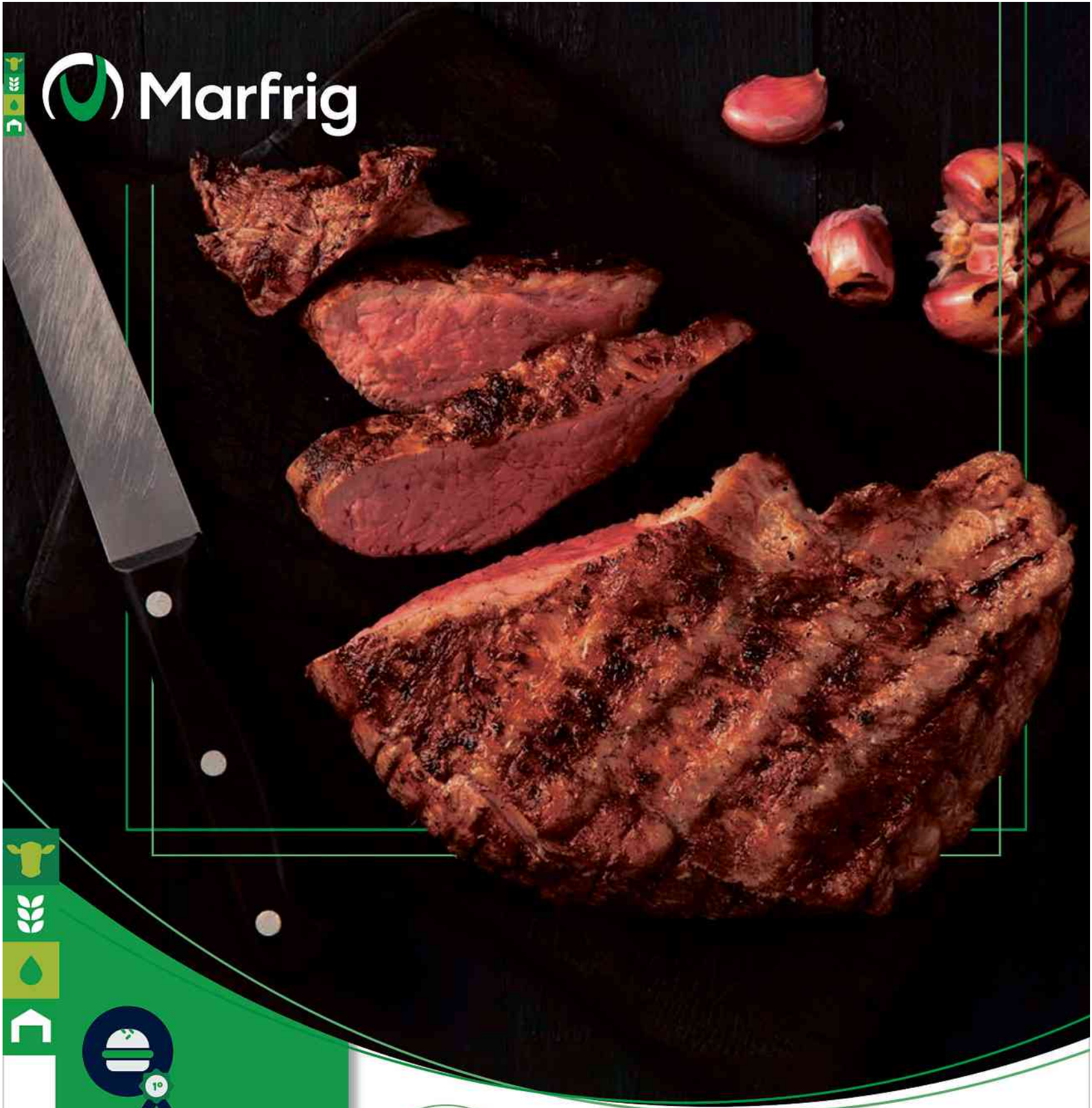
Em outubro de 2021, dois meses antes do vencimento de sua primeira parcela anual do acordo —antes elas eram semestrais—, a J&F acionou uma cláusula da leniência para solução de controvérsias com o MPF. O objetivo era rever o valor pactuado e suspender os pagamentos das parcelas.

O pedido foi negado por diversas instâncias do Ministério Público sem que o mérito fosse julgado. Por isso, a J&F foi à Justiça e pediu a suspensão dos pagamentos das parcelas de 2021 até que o valor do acordo e outras questões fossem revistas pelo MPF. A decisão foi favorável.

A parcela de 2022 venceu em dezembro e, devido à decisão do subprocurador do MPF, a empresa não precisará fazer pagamentos até que os termos do acordo sejam revistos.

Em nota enviada à **Folha**, o subprocurador-geral da República Ronaldo Albo afirmou que o caso não é de "revisão de acordo", mas de "solução de controvérsia específica e pontual", permitida pelo acordo de leniência.

Segundo ele, o sigilo se deve a "informações de cunho fiscal, financeiro, (...) que, no momento, só interessam para aqueles que fazem parte do referido procedimento".

Funcef e Petros não quiseram se manifestar. O BNDES não respondeu até a publicação desta reportagem.

+ ENTENDA O CASO

O que é acordo de leniência?
Instrumento pelo qual empresas envolvidas em corrupção tem sua punição suavizada em troca de informações e provas que contribuam na investigação do caso e de um compromisso de encerrar práticas ilíticas

Em que casos a J&F foi envolvida?
Operações Greenfield, Sépsis, Cui Bono e Carne Fraca, da Polícia Federal e do MPF

Qual o compromisso da empresa?
A J&F se comprometeu a ressarcir R$ 10,3 bilhões (em valores de 2017) às instituições lesadas: Caixa, FGTS, Funcef, Petros, BNDES, e a própria União

Quando a J&F já pagou?
R$ 580 milhões

O que a empresa quer agora?
Reduzir o valor a ser pago para algo entre R$ 1,8 bilhão e R$ 7,3 bilhões.

Ana Tereza Basilio, vice-presidente da OAB no Rio e sócia-fundadora do Basilio Advogados, que atua na defesa da Americanas Leo Pinheiro/Valor

Caso Americanas tem 'escritórios butique' como protagonistas

Advogado de Lula, filhos de ministros de tribunais e herdeiro da família imperial integram bancas

Fernanda Brigatti e Flávio Ferreira

SÃO PAULO A recuperação judicial da Americanas, que deve ter novo passo importante nesta segunda-feira (20), com a apresentação do plano de pagamento aos credores, mostra a consolidação do protagonismo dos chamados escritórios butique.

O caso envolve as bancas do advogado do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), de filhos de ministros de tribunais superiores e de um herdeiro da família imperial.

Os escritórios butique são aqueles altamente especializados em apenas uma ou poucas áreas. Por isso, eles prometem aos clientes um atendimento personalizado e diferente do oferecido pelas grandes firmas, compostas por centenas de advogados.

A maioria das bancas nos processos ligados à Americanas tem esse perfil. Criadas nos últimos 20 anos, muitas dessas sociedades de advogados surgiram a partir de voos solo de profissionais que deixaram escritórios em que ocupavam posições de destaque.

É o caso de Cristiano Zanin, advogado de Lula. Notabilizado pela defesa criminal do petista no âmbito da Operação Lava Jato, Zanin e sua mulher, Valeska Teixeira, decidiram em 2022 desfazer a sociedade com Roberto Teixeira, compadre do presidente. Criaram o Zanin Advogados, como informado pela coluna Painel em agosto.

Mas a divulgação da nova banca chamou a atenção por ter dado ênfase a um campo diferente do criminal, ao indicar que o foco seria "uma área mais estratégica em litígios e prevenção de litígios individuais e empresariais".

A firma, que conta hoje com 15 advogados, foi uma das contratadas para defender a Americanas. Porém, seu principal nome pode deixar o caso nos próximos meses, já que Zanin é um dos favoritos para ocupar, por nomeação de Lula, uma cadeira no STF (Supremo Tribunal Federal).

A vaga será aberta com a aposentadoria compulsória do ministro Ricardo Lewandowski, que só poderá permanecer na corte até maio.

Na defesa da Americanas também está o escritório Salomão, Kaiuca, Abrahão, Raposo e Cotta Advogados, criado em 2011. A banca tem no seu quadro de sócios os advogados Luis Felipe Salomão e Rodrigo Salomão, filhos do ministro do STJ (Superior Tribunal de Justiça) Luis Felipe Salomão, cujo nome também é cogitado para integrar o STF em uma das indicações a que Lula terá direito no seu mandato.

Outro escritório no caso é o Fux Advogados, de Rodrigo Fux, filho do ministro do STF Luiz Fux. A banca atua na defesa do Santander.

Também participa do caso o escritório do ex-ministro do STJ Cesar Asfor Rocha, criado em 2012 após ele se aposentar no tribunal. O Asfor Rocha é uma das sociedades de advogados que trabalha para o banco BTG.

O estado do Rio de Janeiro, onde a recuperação judicial foi iniciada, sedia a maior parte das bancas jurídicas protagonistas da recuperação judicial da Americanas.

A vice-presidente da OAB (Ordem dos Advogados do Brasil) no estado, Ana Tereza Basilio, é sócia-fundadora do Basilio Advogados, que protocolou, em petição conjunta com o Salomão Advogados, o pedido de abertura da recuperação judicial da varejista.

O maior credor da empresa é o Bradesco, com R$ 5,1 bilhões a receber. Atua em defesa do banco o Warde Advogados, conhecido pela atuação em contencioso de alta complexidade –defendeu o IRB Brasil Resseguros em ações de investidores e representa o Kabum contra o Itaú BBA na negociação com o Magazine Luiza.

Vem do Warde a estratégia de buscar o patrimônio dos acionistas de referência da Americanas na Justiça, o trio bilionário do 3G Capital, Jorge Paulo Lemann, Beto Sicupira e Marcel Telles. O escritório assina as ações judiciais de Safra e Bradesco pela busca e apreensão de emails de executivos da rede varejista. A produção antecipada de provas mira a comprovação de fraude.

Também trabalha em favor do Bradesco a banca jurídica SOB (Sacramone, Orleans e Bragança), que atende ainda o Itaú.

Um dos sócios do escritório é Gabriel de Orleans e Bragança, que é herdeiro da família imperial brasileira.

O outro sócio, o advogado Marcelo Sacramone, foi juiz da vara especializada em falências em São Paulo até julho de 2021.

Escritórios que defendem a Americanas

Basílio Advogados
Criação: 2009
Especialidades: contencioso, arbitragem e recuperação empresarial
Sede: Rio de Janeiro
Principais sócios: Ana Tereza Basilio, João Augusto Basilio, Frederico José Leite Gueiros e Carlos Roberto Barbosa Moreira
Nº de advogados: 55
Principais casos: recuperação judicial da Oi

Salomão Advogados
Criação: 2011
Especialidades: contencioso estratégico, arbitragem e recuperação judicial
Sede: Rio de Janeiro
Principais sócios: Paulo César Salomão, Luis Felipe Salomão, Rodrigo Cotta e Rodrigo Salomão
Nº de advogados: 60
Principais casos: recuperação judicial da Oi e recuperação judicial da Samarco

Zanin Advogados
Criação: 2022
Especialidades: estratégia jurídica e litígios na área empresarial e criminal
Sede: São Paulo
Principais sócios: Cristiano Zanin Martins e Valeska Zanin Martins.
Nº de advogados: 15
Principais casos: Lava Jato, Transbrasil e Varig

Fachada de unidade da Americanas no bairro de Pinheiros, na zona oeste de São Paulo Zanone Fraissat/Folhapress

Escritórios que defendem os credores

BRADESCO
(R$ 5,1 bilhões a receber)
Warde Advogados
Criação: 1996
Especialidades: contencioso estratégico de alta complexidade, empresarial, público, corporativo e compliance
Sede: São Paulo
Principais sócios: Walfrido Warde, Pedro Serrano, Valdir Simão, Rafael Valim e Georges Abboud
Nº de advogados: 50

SANTANDER
(R$ 3,6 bi)
BTG
(R$ 3,5 bilhões)
Gustavo Tepedino Advogados
Criação: 2006
Especialidades: contencioso estratégico judicial e arbitral e consultoria em direito privado
Sede: Rio de Janeiro
Principais sócios: Gustavo Tepedino, Milena Donato Oliva, Vivianne da Silveira Abilio, Andre Vasconcelos Roque e Paula Greco Bandeira
Nº de advogados: 36

ITAÚ
(R$ 2,7 bilhões)
SOB Advogados
Criação: 2021
Especialidades: contencioso empresarial, arbitragem e recuperação judicial
Sede: São Paulo
Principais sócios: Marcelo Sacramone e Gabriel de Orleans e Bragança
Nº de advogados: 13

Caso tem muitas singularidades, avaliam advogados

A recuperação judicial da Americanas é vista por advogados como um caso de muitas singularidades.

Uma delas é o local onde o processo de recuperação foi apresentado. Mais do que em São Paulo, cidade que concentra grandes e tradicionais bancas da advocacia brasileira, a atuação na capital fluminense demanda muito relacionamento fora dos limites dos tribunais e varas.

A "panelinha" jurídica é ainda mais concentrada, dizem advogados que atuam na recuperação da Americanas, tornando difícil a entrada de escritórios de fora, sejam eles grandes ou pequenos. É nesse contexto que se destacam os escritórios butiques, que acabam dominando a atuação em um Judiciário no qual a proximidade conta muito.

Entre os grandes escritórios, estão em atuação no caso o BMA, pelo lado das Americanas, o Cescon Barrieu, em defesa do Bank of America, e o Veirano, que atua para o Goldman Sachs.

Outras singularidades são o tamanho e capilaridade da empresa (além da Americanas, o grupo tem a operação de ecommerce, o hortifruti Natural da Terra e a Imaginarium), as suspeitas de fraude contábil e a litigância intensa.

O escândalo contábil (inicialmente de R$ 20 bilhões) foi tornado público em 11 de janeiro, e o pedido de recuperação judicial, apresentado no dia 19 daquele mês.

Desde então, dezenas de pedidos (de proteção contra credores, de antecipação de pagamento, de produção de provas, de despejo, de proteção contra despejos) foram apresentados, a maioria em São Paulo e no Rio de Janeiro.

Na briga dos bancos credores com a Americanas, o elemento regional aparece em uma espécie de disputa Rio-São Paulo. Pelo menos quatro conflitos de competência já foram levados ao STJ e discutem qual o foro adequado para a recuperação judicial –a varejista defende que seja o Rio, os bancos, São Paulo, onde estaria o maior volume de negócios da rede.

Em fevereiro, a 2ª Vara Empresarial do Rio de Janeiro (onde a recuperação judicial está em andamento) recusou o cumprimento de uma decisão em primeira e outra em segunda instância da Justiça de SP que determinavam busca e apreensão de emails de executivos da Americanas.

Nos sites dos escritórios butique que estão no caso, a atuação deles é descrita com expressões como "atuação artesanal", "fazer algo manufaturado" e "tratamento personalizado ao cliente".

O uso do termo ganhou força a partir de 2000, tanto para se referir a bancas de nomes reconhecidos da advocacia que já tinham escritórios pequenos e especializados há décadas, como para designar aqueles criados neste século já com atendimento focado em uma ou poucas áreas.

Nos grandes casos, esse tipo de advocacia pode ser contraposta àquela dos chamados escritórios "full service" ou "big law firms", que atuam em múltiplas áreas para uma mesma empresa, como trabalhista, tributário, contratual, e que contam com centenas de profissionais em seus quadros.

No setor das recuperações judiciais, o protagonismo dos escritórios butique também é impulsionado pela Lei de Recuperação de Empresas e Falência (LREF), que foi promulgada em 2005.

Esse texto legal trouxe maiores possibilidades de negociação entre a empresa em dificuldades financeiras e seus credores, o que aumentou o campo de atuação de bancas jurídicas de nichos específicos.

LEILÃO JUDICIAL ELETRÔNICO

IMÓVEIS COM DESÁGIOS DE ATÉ 50% SOBRE O VALOR DE AVALIAÇÃO. APROVEITE!

ID 5563 - Lote 2

Apartamento com 122 m²
Santo André/SP
Imóvel no Edifício Ilhas Palaus, composto por 3 dorms, sendo 1 suíte, sala de estar e jantar, terraço, cozinha, 2 banheiros, dormitório e banheiro de empregada, área de serviço e vaga de garagem.
Avaliação R$ 660.905,60 | Lances a partir de R$ 495.679,20
Leilão **20/03 - 10:00hs**
Juiz: Exmo. Dr. Gustavo Dall'olio
8ª Vara Cível de São Bernardo do Campo/SP

ID 6095

Imóvel Residencial
São Carlos/SP
Imóvel com 43 m² de construção e terreno com área de 137 m². Localizado a 1 min. da Rodovia Washington Luiz e a 6 min. da USP - Universidade de São Paulo Campus de São Carlos.
Avaliação R$ 111.125,74 | Lances a partir de R$ 88.900,59
Leilão **20/03 - 10:00hs**
Juíza: Exma. Dra. Flavia de Almeida Montingelli Zanferdini
4ª Vara Cível de São Carlos/SP

ID 5620

Imóvel Residencial
São José dos Campos/SP
Residencia assobradada com área construída de 171 m² e terreno com 125 m². Composto por 2 salas, 2 cozinhas, 3 dormitórios, 3 banheiros, área de serviço e vaga de garagem.
Avaliação R$ 307.323,35 | Lances a partir de R$ 245.858,68
Leilão **20/03 - 09:30hs**
Juiz: Exmo. Dr. Luís Mauricio Sodré de Oliveira
3ª Vara Cível de São José dos Campos/SP

ID 5782

Apartamento com 56 m²
São Bernardo do Campo/SP
Imóvel no Edifício Uberaba, composto por sala de estar e jantar, 2 dorms, banheiro, cozinha, área de serviço e vaga de garagem.
Avaliação R$ 253.321,97 | Lances a partir de R$ 151.993,18
Leilão **20/03 - 09:30hs**
Juíza: Exma. Dra. Patrícia Svartman Poyares Ribeiro
6ª Vara Cível de São Bernardo do Campo/SP

ID 4247

Imóvel Residencial
Mogi das Cruzes/SP
Sobrado com 1001 m² de construção e terreno com área de 400 m². Composto por 4 salas, lavabo, despensa, copa/cozinha, 3 suítes com closet e varanda, 2 banheiros, churrasqueira e garagem para mais de 2 veículos.
Avaliação R$ 3.359.938,90 | Lances a partir de R$ 1.679.969,45
Leilão **27/03 - 09:30hs**
Juiz: Exmo. Dr. Carlos Eduardo Xavier Brito
4ª Vara Cível de Mogi das Cruzes/SP

ID 6051

Apartamento com 46 m²
Franca/SP
Imóvel no Cond. Parque Fremont com vaga de garagem. Localizado a 8 min. do centro da cidade e a 10 min. do Franca Shopping.
Avaliação R$ 172.779,30 | Lances a partir de R$ 103.667,58
Leilão **27/03 - 09:30hs**
Juiz: Exmo. Dr. Humberto Rocha
3ª Vara Cível de Franca/SP

ID 6071

Imóvel Residencial
Ribeirão Pires/SP
Imóvel com 192 m² de construção e terreno com área de 300 m². Composto por sala, cozinha, 2 dorms, banheiro, área de serviço e garagem.
Avaliação R$ 539.723,36 | Lances a partir de R$ 323.834,01
Leilão **27/03 - 10:30hs**
Juiz: Exmo. Dr. Sidnei Vieira da Silva
9ª Vara Cível de Santo André/SP

ID 6072 - Lote 1

Salão Comercial
Bairro Perdizes/SP
Imóvel de 2 pavimentos com 376 m² de construção e terreno com área de 159 m². Composto por escritório, sala de espera, cozinha, salão para estoque, salão principal, 2 lavabos, 3 banheiros, vestiário e oficina.
Avaliação R$ 1.500.000,00 | Lances a partir de R$ 1.350.000,00
Leilão **27/03 - 10:30hs**
Juiz: Exmo. Dr. Marcio Teixeira Laranjo
21ª Vara Cível de São Paulo/SP

ID 6072 - Lote 2

Imóvel Residencial
Bairro Perdizes/SP
Imóvel com 110 m² de construção e terreno com área de 172 m². Composto por sala, 2 dorms, banheiro, cozinha, área de serviço, dormitório e banheiro de empregada, garagem para 2 veículos e quintal.
Avaliação R$ 1.052.000,00 | Lances a partir de R$ 946.800,00
Leilão **27/03 - 10:30hs**
Juiz: Exmo. Dr. Marcio Teixeira Laranjo
21ª Vara Cível de São Paulo/SP

ID 4767

Parte Ideal de Apartamento
São José do Rio Preto/SP
50% de imóvel no Ed. Clipper Rio Preto com 137 m², composto por 3 dorms, sala, cozinha e 2 banheiros. Localizado a 500m do Poupatempo São José do Rio Preto.
Avaliação R$ 344.654,59 | Lances a partir de R$ 241.258,21
Leilão **27/03 - 10:30hs**
Juiz: Exmo. Dr. Glariston Resende
3ª Vara Cível de São José do Rio Preto/SP

ID 6115

Apartamento com 128 m²
Bairro Mooca/SP
Imóvel no Cond. Edifício Residencial Júlio Verne, composto por sala de estar e jantar, 3 dorms sendo 1 suíte, banheiro, lavabo, cozinha, dormitório e wc de empregada, área de serviço, 4 vagas de garagem e depósito no subsolo.
Avaliação R$ 1.066.605,20 | Lances a partir de R$ 639.963,12
1º Leilão **27/03 - 11:00hs**
2º Leilão **17/04 - 11:00hs**
Juíza: Exma. Dra. Cinara Palhares
15ª Vara Cível de São Paulo/SP

ID 6102

Terreno Urbano
Piracicaba/SP
Terreno com área de 14.705 m². Composto por 2 casas de 305 m² e 354 m², uma construção inacabada utilizada como orquidário e outra destinada ao uso como galinheiro.
Avaliação R$ 3.929.794,76 | Lances a partir de R$ 2.357.876,85
1º Leilão **06/04 - 09:30hs**
2º Leilão **27/04 - 09:30hs**
Juíza: Exma. Dra. Fabíola Helena de Paula Roque Lucato
1ª Vara da Família e Sucessões de Piracicaba/SP

ID 6105

Prédio Comercial
Mogi das Cruzes/SP
Imóvel com 1.324 m² de construção e terreno com área de 901 m². Composto por 14 salas, 9 banheiros, 3 salões, 3 depósitos, copa/cozinha, vestiário, 2 recepções, almoxarifado, área de encadernação e cabine de energia.
Avaliação R$ 3.350.000,00 | Lances a partir de R$ 2.010.000,00
1º Leilão **06/04 - 09:30hs**
2º Leilão **27/04 - 09:30hs**
Juiz: Exmo. Dr. Domingos Parra Neto
2ª Vara Cível de Mogi das Cruzes/SP

ID 6118

Imóvel Residencial
Franca/SP
Imóvel com 206 m² de construção e terreno com área de 274 m². Localizado a 3 min. da Av. Dr. Hélio Palermo e a 6 min. do centro da cidade.
Avaliação R$ 355.909,17 | Lances a partir de R$ 213.545,50
1º Leilão **06/04 - 10:30hs**
2º Leilão **27/04 - 10:30hs**
Juiz: Exmo. Dr. Humberto Rocha
3ª Vara Cível de Franca/SP

ID 6114

Apartamento com 125 m²
Pindamonhangaba/SP
Imóvel no Condomínio Serra da Mantiqueira, composto por 3 dorms, sendo 1 suíte, cozinha, 2 banheiros, sala, escritório, área de serviço e 2 vagas de garagem.
Avaliação R$ 380.000,00 | Lances a partir de R$ 228.000,00
1º Leilão **06/04 - 10:00hs**
2º Leilão **27/04 - 10:00hs**
Juiz: Exmo. Dr. Wellington Urbano Marinho
2ª Vara Cível de Pindamonhangaba/SP

ID 6117

Terreno Urbano com 250 m²
São José dos Campos/SP
Terreno plano no Residencial Altos da Serra VI, localizado a 8 min. da Univap - Universidade do Vale do Paraíba e a 17 min. do centro da cidade.
Avaliação R$ 528.923,58 | Lances a partir de R$ 423.138,86
1º Leilão **06/04 - 10:30hs**
2º Leilão **27/04 - 10:30hs**
Juiz: Exmo. Dr. Luís Mauricio Sodré de Oliveira
3ª Vara Cível de São José dos Campos/SP

ID 5880

Apartamento com 56 m²
Diadema/SP
Imóvel no Condomínio Costa Marina, composto por 2 dorms, banheiro, sala, cozinha, área de serviço e vaga de garagem.
Avaliação R$ 358.945,82 | Lances a partir de R$ 233.314,78
1º Leilão **06/04 - 11:00hs**
2º Leilão **27/04 - 11:00hs**
Juíza: Exma. Dra. Erika Diniz
1ª Vara Cível de Diadema/SP

ID 5738

Imóvel Residencial
Ferraz de Vasconcelos/SP
Imóvel com 230 m² de construção e terreno com área de 140 m². Localizado a 6 min. da estação CPTM Ferraz de Vasconcelos e a 7 min. do Hospital Central Leste.
Avaliação R$ 462.613,21 | Lances a partir de R$ 277.567,92
Leilão **13/04 - 11:00hs**
Juiz: Exmo. Dr. Fabio Coimbra Junqueira
6ª Vara Cível de São Paulo/SP

ID 6108

Apartamento Duplex
Bairro Butantã/SP
Imóvel no Edifício Gleverson com 197 m². Composto por sala 2 ambientes, cozinha, 2 suítes, 3 banheiros, dormitório e área de serviço, piscina e 4 vagas de garagem.
Avaliação R$ 1.625.330,56 | Lances a partir de R$ 812.665,28
Leilão **17/04 - 09:00hs**
Juiz: Exmo. Dr. Diego Ferreira Mendes
4ª Vara Cível do Foro Regional XI de Pinheiros/SP

ID 6000

Terreno
Paranapanema/SP
Área de terras com 71.700 m² na Fazenda das Posses, composto por 2 imóveis edificados, sendo uma residência de 380 m² e um barracão de alvenaria com 350 m². Localizado em área nobre na Avenida das Posses.
Avaliação R$ 11.089.458,38 | Lances a partir de R$ 5.544.729,20
1º Leilão **17/04 - 14:00hs**
2º Leilão **17/04 - 15:00hs**
Juiz: Exmo. Dr. Diogo da Silva Castro
Vara Única de Paranapanema/SP

Complexo Industrial — ID 5205

Rio Claro/SP

Terreno com total de 21.977 m² e 7.887 m² de área construída, composta por 3 barracões, 3 casas e 1 rancho. Localizado à 14 min do centro da cidade.

Avaliação **R$ 17.748.768,43** | Lances a partir de **R$ 8.874.384,21**

1º Leilão **27/03 - 11:00hs**
2º Leilão **17/04 - 11:00hs**

Juiz: Exmo. Dr. Claudio Luis Pavão
4ª Vara Cível de Rio Claro/SP

Terreno Urbano — ID 6097

Guarulhos/SP

Área de terras com 31.003 m². Localizado a 2 min. do Shopping Bonsucesso e a 5 min. da Rod. Presidente Dutra.

Avaliação **R$ 23.569.212,47** | Lances a partir de **R$ 14.141.527,48**

Leilão **27/03 - 14:30hs**

Juíza: Exma. Dra. Patrícia Cotrim Valério
Setor de Execuções Fiscais de Guarulhos/SP

Terreno Rural — ID 6120

Turvo/PR

Terreno com área total de 726 hectares, constituído de terras de faxinais e lavradias. Localizado na zona rural do município de Turvo/PR.

Avaliação **R$ 45.000.000,00** | Lances a partir de **R$ 22.500.000,00**

1º Leilão **03/04 - 10:00hs**
2º Leilão **18/04 - 10:00hs**

Juíza: Exma. Dra. Luciana Luchtenberg Torres Dagostim
2ª Vara Cível de Guarapuava/PR

Terreno, Veículos e Maquinários — ID 6125

Porto Ferreira/SP

Terreno urbano com 3,707 hectares, veículos, sucatas e maquinários da Massa Falida Cerâmica San Marino Ltda.

Avaliação **R$ 14.692.588,88** | Lances a partir de **R$ 8.815.553,32**

1º Leilão **06/04 - 14:00hs**
2º Leilão **27/04 - 14:00hs**

Juiz: Exmo. Dr. Valdemar Bragheto Junqueira
2ª Vara Cível de Porto Ferreira/SP

Reservamo-nos o direito à correção de possíveis erros de digitação. As informações aqui contidas não substituem o edital.

11 3969 1200 | 0800 789 1200 · 11 95577 1200 · **www.leje.com.br** · @lejeoficial · Leilão Judicial Eletrônico

Lula entre a China e a breca

Presidente pode arrumar a casa antes de viajar ou deixar país e governo no fogão da crise

Vinicius Torres Freire
Jornalista, foi secretário de Redação da **Folha**. É mestre em administração pública pela Universidade Harvard (EUA)

No final da semana, Luiz Inácio Lula da Silva vai à China. A gente espera que não vá à breca. Com sorte e habilidade, pode driblar a encrenca mundial e nacional. Caso tolere mais burrices, como as que têm vazado de seu governo, vai viajar deixando uma panela fervendo no fogo de crises.

A semana que vem poderia ser divertida, não houvesse tanto risco de desgraça.

Os donos do dinheiro, especialmente os negociantes frenéticos de dinheiro, esperam que o presidente diga algo sobre o plano do que fazer de gastos e dívida, o "arcabouço fiscal" de Fernando Haddad. Caso não diga nada, mande tudo de novo para a prancheta ou vazem mais frituras de Haddad, o caldo engrossa mais.

Já no final da semana que passou, havia gente do Planalto e do PT vazando malícias para os jornais. Não deu para entender ainda se é manobra do gênero "olha, não temos nada a ver com isso" (pacote fiscal de Haddad) e "o presidente está fazendo isso a contragosto". Ou se tentam de fato avacalhar o teto de gastos de Lula, mais flexível ou conversível, mas um limitador de despesa e dívida.

Pode ser a segunda hipótese: sabotagem. Afinal, o governo toma atitudes inacreditáveis, como essa história de baixar na marra a taxa de juros do consignado, mistura de burrice com inadvertência culposa. Há muita gente no governo que acredita sinceramente em decretos sobre preços e rendas, na melhor das hipóteses um negacionismo ingênuo, mas sempre ignaro.

Na quarta-feira (22), o Banco Central do Brasil e o dos EUA decidem o que fazer e dizer da taxa básica de juros. No caso do Brasil, quanto menos ansiedade fiscal (expectativa de dívida pública maior) menos difícil será encomendar uma baixa de juros.

Os donos do dinheiro e até o Banco Central estão esperando Lula chutar para o gol. Na verdade, os negociantes de dinheiro grande esperavam derrubar juros desde novembro. Mas Lula chutou para fora e deu caneladas.

Para diversão maior, nesta segunda-feira (2), o BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social), polo esquerdista dos economistas do governo, promove um seminário que vai juntar justamente adversários luminares de planos de controle de gastos e dívida.

Esse tiroteio de decisões graves e diversionismos vai acontecer em meio a uma névoa espessa de incerteza, "fog" de guerra. A desconfiança nos bancos pode até amainar, por um tempo. Mas não dá para dizer que o problema agora se limite a bancos.

A variação recente e alucinada das taxas de juros de títulos de governos, do americano em particular, pode causar mais baixas, se essa própria variação já não é sinal de que tenha gente sangrando por aí. Há pouca informação, se alguma, sobre o que se passa em partes grandes dos mercados financeiros. Tem fundo de previdência bichado? Fundos de hedge explodindo?

Além disso, parte da crise vai continuar em fervura baixa.

Bancos vão emprestar menos. Tão menos a ponto de empurrar economias centrais para a recessão? Além das perdas com ativos desvalorizados por causa de juros em alta, haveria mais inadimplência.

Taxas básica de juros a esta altura vão continuar a derrubar bancos ou alguém mais?

Por mais que as autoridades econômicas estejam seguindo o manual e muito mais, segurando as pontas da finança, há o risco do pânico. Os mandarins da economia tiveram seu dedo na vaquinha de bancos que tenta evitar a quebra do First Republic, outro banco médio americano no bico do corvo. Na Suíça, vão além de abrir as burras do banco central para o bichado Credit Suisse (CS). Tentam agora fazer um casamento na delegacia entre UBS e CS, sob ameaça de trabuco. Pânicos não têm razões, porém.

Como diz o clichê, esta crise pode ser uma oportunidade. Lula pode viajar com a casa arrumada. Ou largar uma panela no fogo.

vinicius.torres@grupofolha.com.br

Startups do Brasil tentam contornar crise do SVB

Banco americano era opção para levantar investimentos de fundos de risco

Pedro S. Teixeira

SÃO PAULO O Silicon Valley Bank (SVB), banco americano voltado ao setor de tecnologia que faliu na semana retrasada, era uma opção comum entre startups brasileiras que buscavam investimentos nos Estados Unidos. Fundos de capital de risco e assessorias financeiras indicavam o SVB como opção aos negócios que mantinham sede nos EUA.

O conselho era dado pelo maior fundo de investimentos de risco do mundo, o Sequoia Capital, e também por assessorias financeiras, como Kamino e Latitud, para empresas que buscavam fazer o chamado "Cayman sandwich".

A operação consiste na abertura de uma offshore em um paraíso fiscal (Cayman) e uma sede em Delaware, nos EUA, transformando a unidade brasileira em uma subsidiária. O arranjo, organizado para levantar investimentos de fundos de capital de risco, é aconselhado como um meio para contornar impostos.

Esse desenho garante que os investidores operem em um país de legislação conhecida e segurança jurídica (EUA). O modelo, porém, é aceito por poucos bancos —como o SVB.

A aceleradora de startups latino-americanas Latitud recomendava o "Cayman sandwich" para startups que levantariam mais de US$ 500 mil. Para Gina Gotthilf, cofundadora da empresa, o melhor serviço para essas companhias, até então, era o SVB.

Fila de clientes em sede do Silicon Valley Bank em Santa Clara, Califórnia Li Jianguo 14.mar.23/Xinhua

De acordo com levantamento feito pela startup Trace Finance, que atua com remessas internacionais, mais de 90% das startups nacionais que mantinham offshore possuíam conta no SVB.

O levantamento foi feito a partir de dados de ofertas públicas iniciais e rodadas de investimento.

A própria Trace foi cliente do SVB, quando ela recebeu sua primeira rodada de financiamento, em fevereiro de 2022, diz o brasileiro Bernardo Brites, CEO da fintech.

Com a crise, a Trace adiantou o lançamento de seu serviço bancário. "Na sexta, fizemos um mutirão para cadastrar na mão os pedidos que recebemos", diz Brites.

A fintech Brex, fundada pelos brasileiros Henrique Dubugras e Pedro Franceschi, foi outro destino para o dinheiro das startups. A empresa anunciou no dia 10 uma linha de crédito emergencial para clientes do SVB custearem seus gastos operacionais.

As alternativas visam suprir uma lacuna de mercado, uma vez que grandes bancos, como o JPMorgan Chase, pedem exigências como US$ 10 milhões em caixa e 60 dias de prazo para abrir uma conta.

Loggi, Gympass, Creditas, QuintoAndar, Wildlife Studios, Stone, Loft, Vtex, Pipefy e Petlove estão entre as brasileiras que tinham contas no SVB. Elas afirmaram à reportagem não ter exposição ao banco.

De acordo com Junior Borneli, fundador da escola de negócios StartSe, os empresários brasileiros começaram a se movimentar assim que vieram as primeiras notícias de movimentações atípicas no SVB no dia 9. "Os alertas começaram a circular muito rapidamente nos grupos de WhatsApp de empreendedores", diz.

O SVB tinha cerca de US$ 209 bilhões em ativos, o que o tornava o 16º maior banco dos EUA. A maior parte de seus correntistas era de criadores de negócios inovadores.

Em artigo publicado no Financial Times, o dono do Sequoia Capital, Michael Moritz, afirma que, desde 1983, quando abriu, o SVB ganhou reputação como um dos pilares da indústria da tecnologia.

Na carteira do banco, estavam US$ 50 milhões de Peter Thiel, fundador do site de pagamentos PayPal, de acordo com o Financial Times.

Embora o governo americano tenha afirmado que todos os clientes do banco conseguirão sacar seus depósitos, empresas de menor porte têm encontrado dificuldades para acessar seus recursos, afirma Benjamin Gleason, sócio da Kamino, companhia especializada em assessorar startups com burocracia financeira.

"Um colapso dessa proporção acontecer com uma instituição tão sólida quanto o SVB era impensável para a maioria do ecossistema de startups, mas é sempre bom se precaver. Orientamos as empresas a diversificar suas instituições financeiras", afirma Gothlib, da Latitud.

A quebra do SVB deve afetar o ecossistema de startups global e do Brasil, de acordo com Junior Borneli. A crise bancária, que também envolveu o Credit Suisse e o First Republic Bank, deve aumentar a aversão a risco dos investidores de todo o mundo. Isso pode aumentar a disposição deles em proteger o dinheiro com títulos do governo americano, que estão com juros em ascensão.

Para Amure Pinheiro, fundador da plataforma Investidores.vc, 2023 será de adaptação, após dois anos com muito capital no mercado de risco. "Para quem investe, é bom, porque os bons ativos ficam mais baratos no mercado e os negócios insustentáveis ficam no caminho."

Na avaliação de Pinho, as startups com menos de 60 funcionários terão mais chances de se fundir para fortalecer a estrutura e enfrentar tempos sem crédito fácil. "Algumas dessas empresas pequenas têm soluções e talentos para oferecer."

Bornelli, por sua vez, diz que as startups de maior porte que planejavam entrar no mercado de capitais com uma oferta inicial de ações (IPO, na sigla em inglês) terão de aceitar valores menores

Para a plataforma de inovação Distrito, a escassez de financiamento pode manter a tendência de cortes de pessoal nas empresas novatas para enxugar o negócio. Outras startups têm buscado linhas de crédito para continuar funcionando.

Benjamin Gleason, da Kamino, diz que, depois da quebra do SVB, os fundos de investimento de risco devem passar a valorizar a estratégia de tesouraria da empresa como critério de avaliação.

"Não vai adiantar ter só lucro e talento, vai ser importante mostrar que tem mais de um banco, seguro etc."

Twitter encerra autenticação de dois fatores gratuita amanhã

SÃO PAULO Quem usa Twitter, não paga a assinatura do serviço Blue e ativou a autenticação de dois fatores via SMS (mensagens de texto) tem até esta segunda (20) para desabilitar o recurso, sob pena de perder acesso à conta. Para se prevenir, é melhor desabilitar o recurso neste domingo (19).

A rede social de Elon Musk vai oferecer essa opção de segurança apenas para assinantes.

O Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor argumenta, em comunicado, que a prática infringe o direito do consumidor, já que a rede social nunca cobrou por esse tipo de autenticação —a mais utilizada pelos usuários por ser simples e gratuita

Existem, porém, outras opções para reforçar a proteção. Embora possa ser menos cômoda, resta a alternativa de ligar, na própria plataforma, a autenticação de dois fatores com um aplicativo externo.

A rede social, então, solicitará um código, disponível apenas nesse app de autenticação —funciona como um token ou chave de segurança de banco.

Para realizar esse procedimento, o usuário precisará instalar aplicativos como Google Authenticator, Microsoft Authenticator ou Authy, da Twilio (que tem uma versão premium por R$ 41,99 em anúncios). Eles podem ser baixados na App Store (iOS) e na Play Store (Android).

Na sequência, o usuário precisa acessar a conta de Twitter pelo computador e entrar nas configurações. Nessa aba, selecione a opção "segurança e acesso à conta", depois, "segurança" e, por fim, "autenticação em duas etapas".

Caso a opção "mensagem de texto" esteja marcada nesta página, a plataforma indica a desativá-la para garantir acesso à rede social depois do dia 20. Essa mesma aba indica a opção "aplicativo de autenticação", que deve ser selecionada.

O Twitter, então, pedirá senha de acesso e exibirá um QR Code. Abra o aplicativo de autenticação escolhido e clique na opção "Scan QR Code" ou "Ler código QR". O programa passará a exibir o código de segurança.

Existe ainda a opção de ligar a autenticação em dois fatores com chave de segurança física, que requer a compra de um aparelho de cerca de R$ 300.

Segundo a revista Wired, o serviço de autenticação de dois fatores por SMS começou a apresentar instabilidades após o Twitter anunciar a demissão de 3.700 funcionários, logo depois de ser comprado por Musk. Os cortes incluíram empregados das áreas de engenharia, segurança, TI e operações especiais.

O bilionário, também dono da Tesla, tenta desde o fim do ano passado mudar o foco do modelo de negócios da rede social de anúncios publicitários para assinaturas, inspirado por serviços de streaming e jornais.

Depois de 20 de março, o serviço de autenticação por SMS só poderá ser usado por assinantes do Twitter Blue, que custa R$ 42 mensais no computador ou R$ 60 por mês em compras feitas pelo smartphone. O plano também reduz a quantidade de anúncios pela metade, garante um selo de verificação e outras vantagens, como maior alcance aos tuítes dos assinantes e a possibilidade de editar publicações cinco vezes.

A cientista da computação Nina da Hora escreveu em seu perfil que a autenticação em duas etapas por SMS não protege a conta como um todo, principalmente em relação à clonagem. Ela também disse que caso o acesso seja perdido, o ideal é solicitar ajuda ao suporte do Twitter.

Segundo ela, o ideal é não manter conteúdos pessoais e profissionais em redes sociais. Nina aconselha ter cópia de arquivos importantes e usar outros locais online e offline como repositório. **PST**

Comida 'para o fim do mundo' cresce nos EUA

Setor de alimentos que duram até 30 anos foca de desastres naturais a defesa da liberdade e deve crescer 7% ao ano

Thiago Amâncio

Kits de comidas para emergência da Mountain House; balde com 24 porções de bife, arroz, frango e leite com granola e frutas sai a US$ 120 Divulgação

WASHINGTON Entre as prateleiras de qualquer hipermercado nos EUA, longe da seção de alimentos e mais perto de produtos como cordas, canivetes e barracas, estão baldes de comida com um aviso: garantia de sabor por 30 anos.

O cardápio varia, de lasanha a ovo mexido e arroz com frango, e em comum a promessa de que vão durar por décadas. São comidas pré-prontas e em geral desidratadas, que requerem preparo mínimo —muitas vezes só misturar um pouco de água— e estão prontas para uso em uma emergência.

Pouco conhecido no Brasil, o mercado de alimentos para emergências avança nos EUA. Segundo a empresa de análise de mercados Technavio, o setor deve ter um aumento de 7% ao ano e chegar a US$ 2,9 bilhões (R$ 15,3 bilhões) até 2026.

A maior parte do mercado (31%) está na América do Norte, mas Índia, China, Reino Unido e Alemanha ocupam fatias importantes do setor.

Os preços e os formatos variam. Um balde com 24 porções de bife, arroz, frango e até leite com granola e frutas da Mountain House, uma das principais companhias do setor, com validade de 30 anos, sai a US$ 120 (R$ 630).

O kit de outra empresa, a Augason Farms, com alimentos como panquecas, massa, sopa e vegetais, que promete alimentar uma pessoa por 30 dias com 1.236 calorias diárias e 30 gramas de proteína, custa US$ 105 (R$ 550) em um grande mercado.

Há comida orgânica, sem lactose, sem glúten, vegetariana e vegana para os banquetes no fim do mundo.

Mas quem estoca alimento por 30 anos? O público-alvo varia, em geral, de acordo com a empresa. Há companhias que vendem os pacotes focados em situações de emergência e desastres, como uma chuva recorde que isola uma comunidade, como aconteceu no litoral de São Paulo, e impede o abastecimento de alimentos frescos.

Outras focam a prática de atividades físicas e ao ar livre e fornecem esse tipo de alimento em lojas de esporte, na seção de camping. E há quem aposte na precaução em caso por exemplo de uma guerra civil, como a My Patriot Supply, que diz em seu site que "não é só comida, é liberdade". "A melhor maneira de fazer isso [garantir a liberdade] é confiar em si próprio, não no governo ou em vizinhos, para as necessidades básicas da vida."

"Mas o cenário mais comum de consumo desses alimentos é surpreendente", diz John Ramey, criador do The Prepared, site que dá um passo a passo de como as pessoas podem começar a se preparar para emergências e desastres.

"Não é o apocalipse ou um desastre natural. São pessoas que perdem o emprego de maneira inesperada. Quando elas estão em situação de insegurança alimentar e em tempos de alta inflação, elas recorrem a esses alimentos que compraram há muito tempo. É uma ferramenta poderosa que pode beneficiar qualquer um."

O The Prepared, que não só dá dicas de comida mas ensina o básico de sobrevivência com técnicas de pesca, preparo físico, uso de rádios amadores ou como fazer curativos, faz testes dos alimentos estocados há tempos.

No valor nutricional, diz Ramey, "claramente não é a mesma coisa que uma comida fresca, mas as análises têm melhores resultados do que os nutricionistas preveem".

A tecnologia varia, mas, em geral, os alimentos mais consumidos são submetidos a um processo chamado liofilização, em que a comida é congelada e, em seguida, desidratada, o que permite que dure anos.

Ramsey, que há duas décadas se prepara para viver em situação de calamidade, defende que a tecnologia desses alimentos não é nova e que há décadas de registros de que os alimentos são seguros. No YouTube e em redes sociais, é possível encontrar registros de pessoas abrindo e comendo alimentos estocados há décadas, sem sinal de podridão.

Há todo um setor de blogs e canais na internet com pessoas que se definem como "preppers", ou "preparadores".

O que pode parecer uma coisa de pessoas temerosas de um apocalipse nuclear em seus bunkers é mais comum do que se imagina, e há páginas como a "Lefty Prepper Mom" (mãe esquerdista preparadora), em que uma moradora de uma região de terremotos na Costa Oeste dá dicas de como as famílias devem se proteger em cenários de catástrofes.

O próprio governo americano tem guias de como agir em caso de desastres, o que inclui pensar na alimentação. Embora não indique marcas específicas, a lista inclui enlatados de carne, frutas e vegetais prontos para comer, barras de proteínas e frutas, cereais ou granola, pasta de amendoim, frutas secas, sucos em caixa, leite não perecível e até comida para situações de estresse.

Análise do mercado dos produtos para "preparadores" da empresa Finder apontou que o número de pessoas se preparando para sobreviver ao fim do mundo mais que dobrou nos EUA no começo da pandemia, entre 2020 e 2021.

De acordo com a pesquisa, 25% dos adultos fizeram estoques para se preparar para a Covid, mas 9,4% citaram eventos políticos como motivo, e 5,4% mencionaram desastres naturais. Essas pessoas gastaram em média US$ 258 (R$ 1.360) em alimentos e água para emergência.

O CEO do grupo Carrefour, Alexandre Bompard, em frente a loja da rede em Paris, na França Eric Piermont/AFP

Após protestos, Carrefour desiste de Atacadão em Paris

Ivan Finotti

MADRI O Carrefour desistiu de abrir a primeira loja da marca brasileira Atacadão na Grande Paris após o prefeito de um pequeno município criar um abaixo-assinado contra a instalação do mercado e chamar a ideia de "desastrosa".

O caso aconteceu em Sevran, uma cidade de pouco mais de 50 mil habitantes, que fica a 18 km do centro da capital francesa. Ali, uma loja do Carrefour seria substituída por uma do Atacadão.

A ideia de levar a marca brasileira à Europa foi uma das metas apresentadas pelo CEO mundial do grupo, Alexandre Bompard, para o ano de 2023. Após a reação negativa de Sevran, a busca pelo local do primeiro Atacadão continua.

Maior atacarejo do país em número de lojas, a rede fechou 2022 com 374 unidades no Brasil, um incremento de 50% em relação a 2021, quando tinha 250 endereços. Estima-se que a marca, comprada pelo Carrefour por US$ 1,1 bilhão em 2007, já responda por cerca de 70% do faturamento do grupo no Brasil.

Daí a ideia de levar um tipo de mercado voltado para a população de baixo poder aquisitivo para uma Europa que tem sofrido com a inflação e o aumento do custo de vida —situação exacerbada com a Guerra da Ucrânia.

O CEO do Carrefour havia anunciado em novembro que o mercado abriria já para a "volta às aulas 2023", descrevendo a inauguração como "uma aposta", mas "provavelmente a melhor solução para a crise". No final de janeiro, Bompard voltou a falar à imprensa, dizendo que a marca "funciona muito bem no Brasil".

"No Atacadão, não vamos ultrapassar 10 mil produtos, contra até 60 mil nos hipermercados, e proporemos preços muito baixos".

Essa foi uma das razões que irritou o prefeito de Sevran, Stéphane Blanchet, que não queria ver sua cidade transformada em um corredor de compras para a região. No início de janeiro, o Carrefour havia informado à prefeitura de Sevran a decisão de abrir o Atacadão ali.

A reação foi imediata. Em 16 de janeiro, ele enviou uma carta ao CEO, chamando a escolha de "desastrosa".

Dias depois, em um comunicado oficial, o prefeito escreveu estar "totalmente mobilizado ao lado de funcionários, de sindicatos e de todos os atores do território para prevenir este projeto de baixo custo, que degrada a oferta comercial de Sevran e ameaça o projeto de cidade sustentável, ecológico e solidário pelo qual trabalhamos arduamente há vários anos".

Como nada aconteceu em fevereiro, em 2 de março o prefeito resolveu dobrar a aposta e lançou o abaixo-assinado "Não ao Atacadão". Além disso, a prefeitura promoveu uma manifestação na frente do Carrefour de Sevran.

Horas depois, o grupo anunciou a desistência do negócio. "Ainda estamos em fase de estudo de diferentes locais para a abertura da primeira loja Atacadão na França, de acordo com o cronograma que estabelecemos. Não há condições para que isso aconteça em Sevran", disse um porta-voz do Carrefour à agência de notícias Associated Press.

A **Folha** ligou para a prefeitura de Sevran, mas Stéphane Blanchet preferiu não dar entrevista. O grupo Carrefour também não indicou um executivo que pudesse responder à reportagem.

Falência bancária nos EUA

É difícil tocar um sistema se a regulação é falha e a execução é ainda pior

Samuel Pessôa
Pesquisador do Instituto Brasileiro de Economia (FGV) e da Julius Baer Family Office (JBFO). É doutor em economia pela USP

Na crise de 2008, o banco central americano, conhecido por Fed, resgatou os bancos. O Fed comprou os títulos de hipotecas que as instituições financeiras detinham. Ou seja, no ativo dos bancos, no lugar das hipotecas, passou a haver liquidez. Os bancos nada fizeram com essa liquidez. Faltou a política fiscal. A recuperação após a crise foi lenta, e a inflação não veio.

Na pandemia, as coisas ocorreram de forma muito diversa. O governo americano transferiu recursos para as famílias. A política fiscal deu ar de sua graça. Esses recursos viraram depósitos do setor privado nos bancos.

Como os juros estavam muito baixos, muitos bancos aplicaram esses recursos em títulos de dívida do Tesouro norte-americano e títulos lastreados em hipotecas, ambos de longo prazo. Esses papéis pagam um juro maior do que a remuneração dos depósitos. Era assim que o banco ganhava dinheiro.

Um título de longo prazo paga, com determinada periodicidade, um certo valor, ambos estabelecidos em contrato. No vencimento, o emissor recompra o título por um determinado preço, também estabelecido em contrato. Quando o título é emitido, o preço de aquisição será dado pelo mercado de acordo com os juros vigentes naquele momento: o investidor pode comprar o título ou deixar o dinheiro rendendo no mercado. O preço pago será aquele que equilibra as duas opções (controlado pelo risco das diferentes opções).

O banco que quebrou há duas semanas, o Silicon Valley Bank (SVB), tinha como obrigações depósitos à vista. Suas aplicações estavam em títulos de longo prazo. Os títulos do Tesouro e os lastreados em hipotecas têm grande liquidez. Se um depositante quiser retirar os recursos, vendem-se os títulos.

Na crise da pandemia, a inflação veio. E veio forte. Os juros subiram.

Vale lembrar: o preço de um título de longo prazo é aquele valor que gera no mercado, dados os juros vigentes em um momento do tempo, um fluxo de renda equivalente aos pagamentos do título como estabelecido pelo contrato. Se os juros sobem, considerando que o fluxo de pagamentos do título está dado, o preço dele cairá: os juros de mercado mais elevados farão com que uma quantidade menor de recursos gere um fluxo de renda equivalente aos contratuais.

A elevação dos juros nos EUA reduziu muito o valor dos ativos do SVB. Parcela expressiva dos depósitos do SVB era superior a US$ 250 mil, o limite garantido pelo seguro-depósito. A fragilidade do banco, mesmo tendo aplicado os recursos em papéis sem risco de calote, isto é, papéis seguros, gerou uma corrida bancária.

Trabalho recente documentou que a exposição dos bancos americanos a esse problema corresponde a 3% do PIB. O governo já assegurou os depósitos e, por esse canal, a corrida bancária deve ser estancada.

Evidentemente, ainda estamos no meio do processo e não é possível sabermos toda a sua extensão.

No entanto, é possível assegurar que a regulação bancária americana é muito falha.

Após a crise de 2008, o Congresso americano aprovou, em 2010, a Lei Dodd-Frank. Em 2018, o Congresso afrouxou alguns limites regulatórios da lei de 2010, principalmente para os bancos cujos ativos variavam de US$ 50 bilhões a US$ 250 bilhões, exatamente o caso do SVB.

Em particular, os bancos nessa faixa de ativo ficaram isentos de participar anualmente do teste de estresse.

O problema é ainda pior. Em fevereiro de 2022, o Fed conduziu um teste de estresse para os bancos com ativos acima de US$ 250 bilhões. No entanto, o teste não apresentaria problemas no SVB se ele participasse: no pior cenário, o Fed considerou que os juros não superariam 3,25% ao ano.

Aqui não consigo avançar. Ninguém conseguiu me explicar como o Fed, em fevereiro de 2022, considerava que o pior cenário possível imaginável seria de juros em 3,25%!

Muito difícil tocar um sistema bancário se a regulação é falha e a execução é ainda pior.

DOM. Samuel Pessôa | **SEG. Marcos Vasconcellos, Ronaldo Lemos** | TER. Michael França, Cecilia Machado | QUA. Bernardo Guimarães | QUI. Cida Bento, Solange Srour | SEX. André Roncaglia | SÁB. Marcos Mendes, Rodrigo Zeidan

Luciano Salles

Desastres ambientais, desigualdade e gentrificação

Tragédias evidenciam o potencial destrutivo da combinação de eventos climáticos extremos com desigualdade social

Candido Bracher
Administrador de empresas formado pela FGV. Foi executivo do setor financeiro por 40 anos.

A tragédia que atingiu o município de São Sebastião há um mês evidencia o potencial destrutivo da combinação de desastres naturais com desigualdade social.

As chuvas que a provocaram foram as mais intensas já medidas no Brasil, mas não deveriam ter surpreendido a ninguém. Há uma profusão de dados e relatórios, como o Atlas da Organização Meteorológica Mundial da ONU, que demonstram o aumento em cinco vezes dessas ocorrências nos últimos 50 anos. Essa situação é irreversível e devemos nos adaptar a ela, enquanto sociedade, assim como individualmente nos adaptamos aos efeitos dos anos sobre o nosso corpo.

Diferentemente de nós, porém, a terra não está irremediavelmente sujeita à degradação da idade, e esse processo pode e deve ser interrompido através da cessação das emissões de gases de efeito estufa, objetivo que se tornou conhecido como "net zero". Mas há um outro aspecto igualmente sério.

Os desastres naturais ocorrem com maior frequência nas regiões tropicais, onde o aquecimento adicional causa maior devastação e onde se situa a maior parte dos países pobres e emergentes. Nesses países, são os mais carentes as principais vítimas dos eventos climáticos.

No caso das praias do município de São Sebastião, a quase totalidade dos 64 mortos encontrava-se em áreas de risco nas encostas da serra do Mar. Essa população, direta ou indiretamente, atua na prestação de serviços aos turistas e proprietários das casas e condomínios situados à beira-mar.

Há primeiramente que responsabilizar as autoridades. Xico Graziano, secretário do Meio Ambiente no governo José Serra, em artigo recente é taxativo: "É a política populista a grande responsável pelo desastre... Seus autores permitem, acobertam, quase sempre estimulam a construção de residências em territórios precários, ambientalmente frágeis... [são] vereadores, deputados, promotores, juízes, prefeitos. Não têm cor partidária, nem ideologia".

Não há falta de leis proibindo construções em áreas de risco, mas, como todos sabemos, a mera existência da lei não garante seu cumprimento. Além da punição aos agentes públicos responsáveis pela inobservância dos códigos legais, é preciso criar mecanismos que facilitem a sua adoção. No caso das casas e condomínios de veraneio, por exemplo, creio ser razoável a criação de taxas específicas destinadas a financiar a construção e a manutenção da infraestrutura de que farão uso, como a requerida para suprir as necessidades de habitação, educação e saúde da população que atenderá às suas demandas de serviços.

Podemos almejar ir além. Não é necessário ser especialista em urbanismo para constatar que a situação habitacional do país não apenas reflete a desigualdade econômica existente como a agrava, ao reforçar as barreiras sociais e culturais que separam ricos e pobres no Brasil. Assim, a melhor infraestrutura, os melhores serviços, as melhores escolas e hospitais são localizadas nas áreas ricas das cidades, ampliando o desequilíbrio de oportunidades entre jovens pobres e ricos e aprofundando o fosso social que os separa.

Como gestor de empresas, sempre acreditei na meritocracia como forma de estimular o desempenho. Mas está claro para mim que não se pode falar em meritocracia autêntica onde não há igualdade de oportunidades.

Um obstáculo importante ao surgimento de bairros que abriguem uma maior diversidade social é a gentrificação, que pode ser definida como o processo através do qual a população de baixa renda de um bairro é forçada a sair à medida que um novo grupo afluente se instala na região, elevando os preços dos imóveis e serviços. Uma consulta na internet com a questão "como combater a gentrificação?" produz uma quantidade enorme de artigos de diversas entidades, demonstrando a enorme preocupação que o tema suscita nos países desenvolvidos.

A leitura dos artigos evidencia a complexidade do problema. Há muitos exemplos de soluções pontuais, especialmente nos EUA, nas quais entidades sem fins lucrativos adquirem propriedades em regiões ameaçadas de gentrificação e as oferecem à população local, limitando a possibilidade de venda, para evitar que migrem. Há também iniciativas como a de obrigar empreendedores imobiliários nessas regiões a oferecer uma certa quantidade de imóveis de baixo custo.

As soluções mais abrangentes, contudo, são baseadas em habitações públicas, oferecidas à população mediante critérios definidos. Viena, na Áustria, é citada como exemplo desse caso, tendo 62% de sua população vivendo em "moradias sociais", construídas pela municipalidade ou por instituições sem fins lucrativos estritamente reguladas.

Em uma viagem recente a Copenhague, na Dinamarca, perguntei ao guia qual seria o preço de um apartamento em um grande condomínio em construção na área central. Sua resposta foi que dependia, pois a lei estabelece que os condomínios têm que oferecer imóveis de preços variados para estimular a diversidade social de seus moradores.

Há um mês, Portugal anunciou o fim do programa Golden Visa, que concede vistos de residência no país a estrangeiros que invistam na compra de imóveis. A razão foi a elevação no preço dos imóveis provocada pelo influxo de novos compradores, que dificulta o acesso a moradias pela população local.

Por trás da preocupação com a gentrificação está a crença de que a convivência com o diverso é uma poderosa ferramenta de desenvolvimento social e fortalecimento moral. No Brasil, há hoje uma série de escolas particulares de São Paulo ampliando o número de bolsas para alunos carentes e aplicando-se em apreender as melhores formas de trabalhar a sua inclusão.

Não nos iludamos, porém, em acreditar que esse seja um caminho sem dificuldades e enormes resistências. Em junho deste ano, completam-se quatro anos que o projeto de lei PIU Leopoldina tramita na Câmara Municipal, sem ser levado a votação. O projeto prevê a construção pela iniciativa privada de apartamentos para 853 famílias carentes, que já habitam na região —nas imediações do Ceasa— há muitos anos, em condições precárias.

Os defensores do projeto acreditam que o principal obstáculo à sua aprovação seja a oposição ferrenha dos moradores de condomínios afluentes, construídos recentemente no bairro.

Estes, por sua vez, provavelmente temem que a falta de policiamento e negligência na aplicação da lei crie riscos e embaraços à sua circulação no bairro. Cabe ao Estado intervir e criar as condições para a convivência entre seus cidadãos, independentemente de sua condição social. Não será através da procrastinação de decisões que isto se dará.

| **DOM. Ana Paula Vescovi,** Marcos Lisboa, Candido Bracher

O fluxo atual da cracolândia está ocupando a rua Guaianases, entre as ruas Vitória e Aurora, no bairro de Santa Ifigênia, no centro da capital Danilo Verpa - 15.mar.23/Folhapress

Cracolândia retoma rotina no centro de SP 1 ano após dispersão

Concentração de usuários de drogas passa a se alternar entre ruas próximas do bairro de Santa Ifigênia

Mariana Zylberkan e Danilo Verpa

SÃO PAULO Um ano após a dispersão que mudou o endereço da cracolândia, antes fixada no entorno da praça Júlio Prestes, na região central de São Paulo, a concentração de usuários de drogas retomou antiga rotina e se consolidou em novo ponto da cidade, no bairro de Santa Ifigênia.

Assim como ocorria nas ruas onde a cracolândia funcionou por décadas, trechos das ruas dos Gusmões, Andradas, Conselheiro Nébias e Guaianases passaram a receber equipes de limpeza da prefeitura, uma estratégia para dispersar os usuários de drogas, ao menos duas vezes por dia para recolher o lixo acumulado. Um caminhão-pipa também percorre as vias com jatos d'água.

Enquanto o serviço é feito em uma rua, os dependentes migram para a seguinte.

No caso da nova dinâmica, a limpeza começa na rua dos Gusmões, entre a rua Conselheiro Nébias e a alameda Barão de Limeira. É quando o fluxo, como é chamada a concentração de usuários, se muda para a rua Guaianases, no próximo quarteirão, e fica lá até as equipes saírem. Em determinadas horas do dia e da noite, os trechos ocupados pela concentração de pessoas têm o trânsito interrompido, e os motoristas são obrigados a usar rotas alternativas.

A rua dos Gusmões é ocupada de novo quando os caminhões e as equipes de limpeza terminam o serviço e seguem para fazer o mesmo na rua Guaianases. De acordo com a prefeitura, são retiradas 20 toneladas de resíduos diariamente das vias da cracolândia.

As ruas da Santa Ifigênia passaram a ser ocupadas de forma mais frequente pelos usuários de drogas há cerca de quatro meses, após reiteradas tentativas de se fixarem em outros pontos, como o estacionamento de uma agência bancária na avenida Duque de Caxias, o quarteirão da rua Helvétia na esquina com a avenida São João e, também, a rua Doutor Frederico Steidel.

> A ideia é que não permaneçam por muito tempo [no mesmo ponto]. Essa é a visão de futuro do grupo de trabalho
>
> **Coronel Alvaro Batista Camilo**
> Responsável pela zeladoria das ruas do centro de São Paulo

Essa movimentação é vigente desde a operação policial que esvaziou a praça Princesa Isabel para prender traficantes e dispersar usuários, em maio passado. Cerca de dois meses antes, em 17 de março, a cracolândia deixou de ocupar ruas no entorno da praça Júlio Prestes, que ficaram desertas em um único final de semana.

Procurado, o secretário-executivo de Projetos Estratégicos da prefeitura, Alexis Vargas, nega a existência de uma única concentração de dependentes químicos no centro. Segundo ele, "três ou quatro" ruas são ocupadas atualmente.

"Todo dia eles estão ali na esquina da rua dos Gusmões com a Nébias, ou em uma quadra para cima, mas a gente não pode dizer que o fluxo está fixo no mesmo lugar", disse ele. "Temos pontos [de aglomeração] que se repetem, mas não no mesmo período e na mesma intensidade."

Responsável pela zeladoria das ruas do centro, o subprefeito da Sé, coronel Alvaro Batista Camilo, afirmou que está em estudo pelo grupo de trabalho formado por integrantes da prefeitura e do governo estadual uma estratégia para impedir a permanência dos usuários de drogas em um ponto. "A ideia é que não permaneçam por muito tempo. Essa é a visão de futuro do grupo de trabalho."

Outro indício de que a cracolândia se estabeleceu no novo endereço é o aparecimento cada vez mais frequente de barracas e lonas em meio aos usuários de drogas. As estruturas são retiradas pelos agentes municipais durante as ações de limpeza porque, segundo investigações policiais, são usadas pelos traficantes para esconder a venda de drogas das câmeras de vigilância e de drones da GCM (Guarda Civil Metropolitana).

Moradores ouvidos pela reportagem relatam que toldos de estabelecimentos comerciais também são utilizados para abrigar o tráfico e consumo de drogas. Na rua Guaianases, ao menos sete guarda-sóis são montados diariamente, um ao lado do outro, sob a marquise de um prédio. Debaixo deles, pedras de crack são expostas em mesas e caixotes.

Durante a noite, o fluxo migra para outro quarteirão na rua dos Gusmões, entre as ruas dos Andradas e do Triunfo, onde permanece até o horário em que os comerciantes começam a abrir as lojas pela manhã. Moradores dizem sofrer com o barulho durante toda a madrugada e com a recorrente falta de energia na rua por causa do roubo de cabos.

A nova dinâmica tem provocado mudanças relevantes no entorno. Reportagem da **Folha** mostrou que ao menos 23 comerciantes fecharam as portas na região nos últimos três meses em função da presença dos usuários de drogas. Segundo eles, a mudança deixou o entorno mais perigoso, o que afugentou os clientes.

A maior parte dos estabelecimentos comerciais que deixaram as ruas do centro são lojas e oficinas de motopeças, mas há também uma agência da Caixa Econômica e um restaurante italiano que funcionava desde 1971 na rua Aurora que deixaram os endereços.

Uma das explicações do coronel Camilo para a saída da cracolândia do entorno da praça Júlio Prestes, há um ano, são as operações rotineiras da Polícia Civil desencadeadas em junho de 2021. A cada incursão, traficantes eram presos e drogas, apreendidas, o que sufocou o comércio de crack, segundo ele.

Desde o início da nova gestão da 1ª Delegacia Seccional do Centro, no começo deste ano, as ações em meio ao fluxo, batizadas de operação Resgate, tornaram-se menos frequentes. A última ocorreu há cerca de um mês.

Procurada, a delegacia afirmou que tem feito prisões recorrentes para coibir o tráfico de drogas na região. Desde janeiro, 20 pessoas foram detidas, sendo 14 por comércio de entorpecentes. No mesmo período, houve a apreensão de 42 quilos de droga, segundo a seccional.

Um ano após dispersão, cracolândia mantém antiga dinâmica

6h às 12h
Aglomeração de usuários de drogas na rua dos Gusmões (entre a alameda Barão de Limeira e a rua Conselheiro Nébias)

12h às 13h
Caminhão de limpeza dispersa usuários na rua dos Gusmões

12h às 13h
Usuários se aglomeram na rua Guaianases

13h às 18h
Grupo volta a se aglomerar na rua dos Gusmões, após a limpeza

18h às 6h
Usuários de drogas migram para outro ponto da rua dos Gusmões

Fotos Danilo Verpa/Folhapress

Mesmo a presença da Polícia Militar não impede a ação do tráfico Danilo Verpa - 15.mar.23/Folhapress

Alagamento na região do Mercado Municipal, no centro de SP Oslaim Brito - 10.mar.23/TheNews2/A. O Globo

Entenda os motivos que fazem uma rua alagar nas cidades

Problemas são o excesso de asfalto e concreto e a falta de áreas verdes para absorção da água, diz geógrafo

Reinaldo José Lopes

SÃO CARLOS (SP) Não há nada de surpreendente no fato de que muitas ruas de São Paulo acabam ficando alagadas quando ocorrem chuvas intensas. Diversos fatores naturais e humanos conspiram para que esse tipo de coisa aconteça, mas o mais decisivo foi o processo de expansão da metrópole, o qual, quase sempre, ignorou a dinâmica natural dos rios e da chuva na região.

"A única lei que você poderia revogar para impedir esse tipo de coisa seria a lei da gravidade", brinca o geógrafo Luiz de Campos Junior, cocriador do projeto Rios e Ruas. "O processo de urbanização foi muito violento com os cursos d'água. Nunca se desenhou um projeto de ocupação urbana que considerasse a presença deles, que respeitasse o regime que eles seguem", analisa Anderson Nakano, professor do Instituto das Cidades da Universidade Federal de São Paulo.

A área onde hoje vivem as dezenas de milhões de habitantes da Grande São Paulo originalmente era coberta por uma rede de córregos e rios, muitos dos quais hoje estão invisíveis, canalizados debaixo do asfalto, ou correndo em leitos artificiais a céu aberto.

Antes da expansão vertiginosa de áreas construídas e pavimentadas a partir do fim do século 19, a população tinha uma preferência natural por ocupar os terrenos perto dos riachos e rios. Essa tendência se repete em outras cidades de médio e pequeno porte Brasil afora que sofrem com alagamentos hoje.

É aqui que começa a entrar a lei da gravidade, seguindo o raciocínio de Campos Junior. Na época das chuvas, esses rios paulistanos, localizados em vales, naturalmente transbordavam, avançando para os terrenos vizinhos, as várzeas. Com terrenos acidentados em volta, a água era levada rumo às várzeas, como hoje.

Quando havia muito mais espaço entre construções, um predomínio de ruas sem asfalto e uma cidade com apenas 65 mil habitantes —era essa a população paulistana em 1890—, o risco de alagamentos catastróficos era muito menor (ainda que não inexistente). A água tinha mais lugares para onde escoar e muito mais solo natural e áreas verdes onde se infiltrar e voltar para o lençol freático.

A situação das últimas décadas é brutalmente diferente disso. "São Paulo, com 12 milhões de habitantes, tem uma das maiores áreas impermeabilizadas contínuas do mundo", destaca Campos Junior. A impermeabilização, causada principalmente pelas extensões de asfalto e concreto que recobrem o solo da capital de forma quase ininterrupta por dezenas de quilômetros, faz com que a água não tenha como se infiltrar no solo.

Em vez disso, ela desliza —por gravidade— sempre rumo aos lugares proporcionalmente mais baixos, onde vai acabar se acumulando. As redes de galerias pluviais e os córregos canalizados tendem a jogar com velocidade rapidamente alta essa água rumo às grandes várzeas do Tietê, do Pinheiros e do Aricanduva —hoje ocupadas por vias expressas e prédios. Para piorar a situação, áreas periféricas que até recentemente tinham sua própria rede de cursos d'água acabam sendo ocupadas irregularmente pela população de baixa renda, que tem poucas alternativas de moradia e fica sujeita a alagamentos por lá também. O Jardim Pantanal, na zona leste, entre a capital e Guarulhos, não ganhou esse nome por acaso.

> "Quando você monta a estrutura para drenagem urbana, você não está mandando aquela água para o Sol ou para Marte. Em algum momento, aquela água vai bater no Tietê
>
> **Luiz de Campos Junior**
> geógrafo

A crise climática atual tende a agravar a situação no médio e longo prazo, porque eventos extremos, como chuvas muito acima da média histórica, tendem a se tornar mais frequentes. "A gente achou que sempre ia encontrar uma solução de engenharia para qualquer problema e confiou demais na tecnologia", diz Junior.

"Quando digo que eu quero um plano de enchente, e não de drenagem, o pessoal acha que estou tirando sarro. Mas a verdade é essa —quando você monta a estrutura para drenagem urbana, você não está mandando aquela água para o Sol ou para Marte. Em algum momento, aquela água vai bater no Tietê."

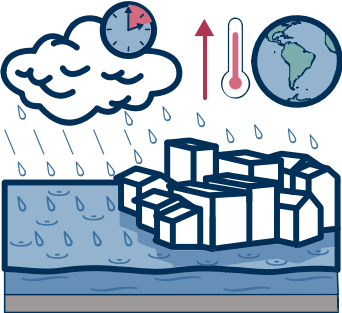
Tudo isso significa que qualquer político que se proponha a melhorar o problema construindo dezenas de novos piscinões é desonesto ou mal-informado. Piscinões, por serem imensas caixas de concreto, estão apenas aumentando a área impermeabilizada da metrópole. São, no máximo, paliativos pontuais.

Diminuir o problema de maneiras que não sejam equivalentes a enxugar gelo depende de uma multiplicidade de abordagens. Além da limpeza urbana e de combater o assoreamento dos córregos e rios remanescentes, é preciso achar maneiras de aumentar a permeabilidade dos pavimentos e ampliar ao máximo as áreas verdes que ajudam a "sugar" água naturalmente. Além disso, parques e áreas verdes de condomínios precisam ser projetadas justamente para alagar e absorver esse excesso.

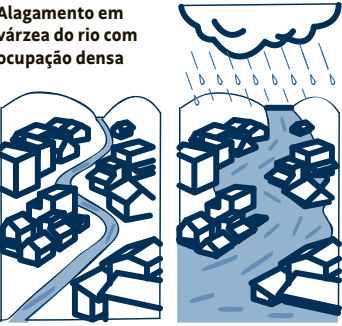
O lago do Ibirapuera, por exemplo, é muito mais útil, no longo prazo, do que qualquer piscinão, mas já está chegando perto de seu limite de absorção. "As grandes empreiteiras não têm cultura de engenharia verde, de apostar nas chamadas SBN, ou soluções baseadas na natureza. Mas elas precisam se adaptar", afirma o geógrafo.

Por que ruas das grandes cidades alagam

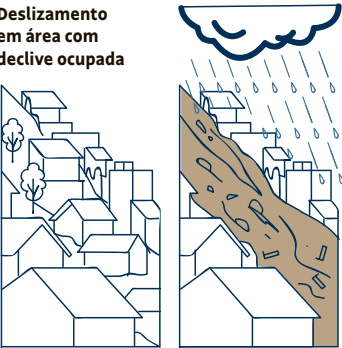
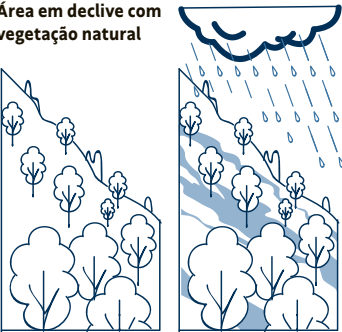
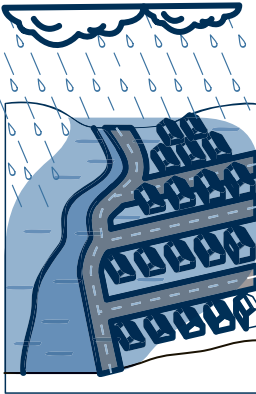
1. Grandes volumes de chuva num intervalo de tempo relativamente curto aumentam o risco de que a água não seja escoada de forma segura

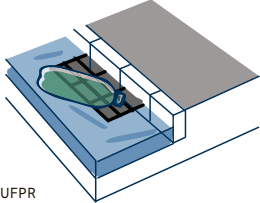
A crise climática faz com que as chances de que isso aconteça sejam maiores, porque aumenta a probabilidade de eventos climáticos extremos, como as chuvas muito fortes

2. Muitas áreas urbanas do Brasil apresentam uma ocupação densa das várzeas dos rios, trechos mais baixos do terreno, próximos a cursos d'água, que naturalmente estão sujeitas ao transbordamento em períodos de chuva intensa

Várzea do rio com vegetação natural

Alagamento em várzea do rio com ocupação densa

3. Também é comum que os cursos d'água estejam na parte baixa de um declive (descida). Ou seja, é para lá que a água escorre depois que a chuva atinge áreas mais altas

Área em declive com vegetação natural

Deslizamento em área com declive ocupada

4. A falta de áreas verdes e árvores, comum nas cidades brasileiras, e a pavimentação onde a água não consegue se infiltrar agravam a situação ao fazer com que as chuvas "deslizem" pela paisagem, sem ter como entrar no solo. Cresce a tendência de transbordamento de rios e córregos

5. Muitas cidades, como São Paulo, estão construídas em cima de uma antiga rede de rios e córregos que foi canalizada. Dentro dos canos, essas águas correm mais rápido, e os antigos rios têm menos espaço para absorver o que vem da chuva. Isso os leva a despejar um volume maior de água em menos tempo nos locais onde ainda há correnteza a céu aberto, favorecendo um transbordamento mais rápido

6. Sistemas de coleta pluvial (como bocas-de-lobo e galerias), córregos e rios cheios de entulho agravam o problema, dificultando o escoamento da água

Fontes: Cemaden, Pergunte aos Cientistas/UFPR

MORTES

coluna.obituario@grupofolha.com.br

Ajudou a contar a história da cachaça

DIRLEY FERNANDES (1968 - 2023)

Lucas Lacerda

SÃO PAULO Quem brigou para dar prestígio à cachaça no Brasil e no mundo celebrou quando, em 2013, os Estados Unidos reconheceram a exclusividade do produto, antes chamado de "brazilian rum". O jornalista Dirley Fernandes foi um dos que vibraram com a conquista.

Sua relação com o destilado durou a vida toda, sempre com muito respeito pela bebida. Foi em 2007 que essa história começou a virar filme, entre uma dose e uma conversa no bar carioca Nó de Corda, negócio de sua amiga Lenir Costa com outras sócias na Barra da Tijuca, zona oeste do Rio de Janeiro.

"Elas tinham que lidar com o preconceito por serem três mulheres com um bar de cachaça. Ela queria contar essa história e o que havia em volta. A gente já estava junto na época e eu os acompanhei", diz a viúva, Anna Maria da Silva, 51.

A produção independente ficou pronta três anos depois. "Devotos da Cachaça" (2010) tem roteiro, pesquisa e direção do jornalista e aborda a produção e a cultura em torno da bebida a partir da obra do historiador Câmara Cascudo.

O nome do documentário batizou o site criado por Dirley, que pôs a serviço da bebida sua experiência em cultura e economia nas Redações dos jornais O Dia, Extra, Jornal do Brasil e Jornal do Commercio. Ele também editou coletâneas de livros de história.

Foi na revista Seleções, em 2005, que ele e Anna Maria finalmente se encontraram.

"A gente tinha amigo em comum, fez faculdade no mesmo lugar e morou nas mesmas regiões, mas não se conheceu. Foi na hora que tinha que ser", diz Anna.

Nascido em Duque de Caxias, no Rio de Janeiro, mudou-se na infância para a capital do estado e cumpriu a cartilha carioca: fã de samba, bar, Carnaval, literatura e cinema.

Desde julho do ano passado, o casal morava em São Paulo. No dia 9 de fevereiro, uma quinta-feira, ele foi atropelado por um ônibus na avenida Juscelino Kubitschek, na zona oeste paulistana. Seis dias depois, morreu, aos 54 anos.

No dia seguinte à morte, Anna estava no hospital com um grupo de amigos e soube, às 15h30, que o fígado de Dirley estava sendo transplantado.

O órgão ajudou a salvar outra pessoa. "A gente riu e chorou. Justo ele, um cachaceiro profissional." Os risos e choros se estenderam pelo Carnaval, com um bloco para celebrar a memória do jornalista na Quarta-Feira de Cinzas.

7º DIA

MARIA APARECIDA DE ABREU ALCIATI ("D. CIDA ABREU")
Domingo (19/3) às 19h, Igreja Matriz de Angatuba, Centro, Angatuba (SP)

Procure o Serviço Funerário Municipal de São Paulo: tel. (11) 3396-3800 e central 156; prefeitura.sp.gov.br/servicofunerario.

Anúncio pago na Folha: tel. (11) 3224-4000. Seg. a sex.: 10h às 20h. Sáb. e dom.: 12h às 17h.

Aviso gratuito na seção: folha.com/mortes até as 18h para publicação no dia seguinte (19h de sexta para publicação aos domingos) ou pelo telefone (11) 3224-3305 das 16h às 18h em dias úteis. Informe um número de telefone para checagem das informações.

Adams Carvalho

República das Bananas: a série

Uberização da teledramaturgia brasileira é contestável e danosa

Antonio Prata
Escritor e roteirista, autor de 'Por Quem as Panelas Batem'

Nesta semana, a saída do diretor Ricardo Waddington, da Globo, e do autor Silvio de Abreu, da HBO, fez com que algumas matérias abordassem o futuro da teledramaturgia no Brasil. (Disclaimer: trabalho há 12 anos na Globo, já trabalhei pro streaming e, provavelmente, ainda trabalharei —caso esta coluna não me feche as portas por lá. E por cá. Emoji de Smile em pânico).

A visão geral da maioria dos artigos era a de que o sistema de trabalho da Globo é insustentável e que agora todo mundo vai ter que se adequar ao modelo de trabalho do streaming. No antigo modelo da Globo, havia centenas de roteiristas, atores e diretores contratados e o canal escalava este ou aquele de acordo com o produto. O modelo era caro. Em certo sentido, também era danoso para os profissionais na geladeira e, consequentemente, para a qualidade do audiovisual brasileiro, que não podia contar com esses talentos.

Por outro lado, foi este o esquema que produziu "Roque Santeiro" e "TV Pirata", Chico Anysio e "A grande família". Neste modelo, as condições de trabalho sempre foram —e ainda são, sabe-se lá até quando— bem dignas. Não só do ponto de vista da remuneração (CLT e o escambau), mas da valorização dos direitos autorais e do respeito ao texto.

Como é no streaming? Paga-se muito, muito mal aos autores. É possível trabalhar de graça por meses, recebendo só quando a produtora enviar os roteiros pra plataforma. Os executivos podem mudar seu roteiro como quiserem e, inclusive, te demitir de um projeto que você criou, sem nenhuma explicação, botando outro roteirista no lugar. É preciso ter um advogado para lutar por cada cláusula —e os advogados deles são bem bons. Recentemente, a ABRA (Associação Brasileira de Autores Roteiristas) pediu para que o Ministério Público do Trabalho entrasse na conversa, tamanho o descalabro. O mais feio é: nos EUA, as mesmas plataformas não trabalham assim.

Os roteiristas americanos têm um sindicato forte e eficiente, a WGA (Writers Guild of America). Existem pisos salariais para cada cargo. Os pagamentos são, na maioria, semanais. Há regras claras sobre crédito, direitos autorais, horas de trabalho, intromissão dos executivos no texto e uma infinidade de outros assuntos.

O roteirista que está no mercado brasileiro precisa pegar duas, três séries ao mesmo tempo para se sustentar, sem nenhuma garantia de que seu trabalho será respeitado. Não é à toa que, em mais de uma década de streaming, a gente não tenha produzido quase nada que preste.

Entre 1899 e 1970, a empresa norte-americana United Fruit Company plantou bananas em países da América Latina, para exportação. As condições de trabalho eram abusivas, a empresa derrubava ou colocava caudilhos no poder, subornava parlamentares, executava opositores —coisas que jamais faria nos EUA. Por isso, até hoje, quando querem nomear lambanças políticas ou sociais por estes costados, nos chamam de "república das bananas". Interessante é que a pecha tenha ficado só com os países corrompidos, não com a empresa (e o país) que os corrompeu.

Que o futuro da teledramaturgia brasileira não possa ser o passado da Globo, ok. Talvez isso seja até bom, a médio e longo prazo. Agora, que o caminho inexorável seja o de uma "república das bananas" e que a Globo deva entrar nesta uberização como se fosse "adequar-se aos novos tempos" é não só contestável como profundamente danoso. Para quem faz e para quem assiste televisão no Brasil.

| DOM. Antonio Prata | SEG. Marcia Castro, **Giovana Madalosso** | TER. Vera Iaconelli | QUA. Ilona Szabó de Carvalho, Jairo Marques | QUI. Sérgio Rodrigues | SEX. Tati Bernardi | SÁB. Oscar Vilhena Vieira, Luís Francisco Carvalho Filho

Corredores de rua se arriscam em espaço para ônibus em SP

Em fevereiro, esportista morreu ao ser atropelada em avenida na zona leste

Patrícia Pasquini

SÃO PAULO Corredor de ônibus não é lugar só de ônibus, ao menos na avaliação de alguns paulistanos. Praticantes de corrida de rua têm utilizado o espaço reservado a coletivos, apesar dos riscos. Em fevereiro deste ano, por exemplo, uma esportista morreu ao ser atropelada na Mooca, zona leste de São Paulo.

No dia 8 daquele mês, Carla Gimenez Fortuna, 55, foi atingida por um veículo que invadiu o corredor de ônibus da avenida Paes de Barros. No local, hoje, medalhas amarradas a uma árvore e uma cruz homenageiam a esportista.

No último dia 9, a reportagem esteve na avenida e observou corredores ocupando o espaço dos coletivos, inclusive no contrafluxo. Wilson Sacramento, 71, fundador do Corra Meu, grupo com cerca de 90 integrantes, disse que o corredor de ônibus é utilizado 24 horas por dia para essa finalidade, apesar do perigo.

Corredor de rua utiliza espaço para ônibus da av. Paes de Barros, na Mooca Danilo Verpa/Folhapress

"Utilizamos a faixa de ônibus, no contrafluxo, mas é perigoso, porque os ônibus correm e os táxis também utilizam o corredor, sem contar que alguns motoristas entram na faixa indevidamente. Há 20, 25 anos, época em que comecei a correr, o trânsito era outro", diz Sacramento.

Em outros locais, praticantes de corrida também disputam o espaço das ciclovias.

"No Rio, as pessoas correm na ciclovia, e o ciclista carioca entende que ele tem que dividir o espaço com o corredor, mas aqui não acontece isso", afirma Paulo Carelli, presidente da Abraceo (Associação dos Organizadores de Corrida de Rua e Esportes Outdoor). "Com sinalização adequada e orientação, as ciclovias da cidade poderiam ser divididas com quem pratica corrida de rua."

Carelli também defende a criação de campanhas de conscientização e de sinalização para orientar tanto corredores quanto motoristas, além de melhorias nas condições das calçadas. "As calçadas são um problema. É impossível correr nelas, porque são esburacadas, desniveladas. Você acaba optando por correr na rua ou nas ciclovias."

Para o especialista em mobilidade urbana Ricardo Barbosa da Silva, professor do Instituto das Cidades da Unifesp, é necessário repensar a cidade.

"O problema é histórico. No processo da estruturação da cidade, historicamente se dá privilégio ao automóvel, que é o grande consumidor do espaço público. Passa pelo debate de como torná-lo mais democrático. E não é só isso. A cidade foi se adaptando ao longo do tempo: há uma diminuição histórica das áreas verdes, que poderiam ser praças, parques públicos, locais para corrida, caminhada e outros esportes", diz o professor.

Nas noites de quarta-feira, praticantes de corrida de rua se misturam a pedestres nas calçadas da avenida Paulista.

Eles integram o Vem com Nóis, uma comunidade que há mais de sete anos incentiva a prática da corrida de rua. O grupo chega a reunir cem pessoas. A orientação dos instrutores é não deixar ninguém para trás e respeitar a sinalização para atravessar as ruas.

Para Caio Bellentani, 27, idealizador e diretor da iniciativa, a corrida é um movimento esportivo e de expressão cultural. "Além do esporte e da diversão, nós relacionamos a corrida com a cultura. A Paulista é o coração de São Paulo, onde tudo acontece. De uns tempos para cá, a avenida também se tornou um local de corrida. Há vários outros grupos e outras pessoas que correm por ali", afirma.

Ricardo Barbosa da Silva, da Unifesp, também cita a as repercussões na saúde pública. "São Paulo é uma cidade muito dura, onde não pode perder tempo e o lazer e a cultura são deixados de lado. Isso se reflete lá na frente, com gastos em saúde pública."

Em nota, a gestão Ricardo Nunes (MDB) disse que disponibiliza orientações para o pedestre em geral e mencionou a Cartilha do Pedestre, uma publicação da CET (Companhia de Engenharia de Tráfego) em parceria com entidades da causa da mobilidade a pé. A cartilha não aborda o tema corrida de rua.

A prefeitura também afirmou que há 111 parques municipais em São Paulo, em todas as regiões. "Os frequentadores podem correr dentro das áreas verdes e, na maior parte delas, há caminhos específicos para a prática da atividade", disse a gestão, que não comentou as críticas sobre as más condições de calçadas.

Folha promove em SP debate sobre 'Biocêntricos'

SÃO PAULO Na próxima terça-feira (21), às 20h, a **Folha** promove um debate sobre o documentário recém-estreado "Biocêntricos" (2022), no Espaço Itaú Frei Caneca, na capital paulista.

O longa aborda o conceito de biomimética, ou seja, de inovação e proposição de soluções inspiradas na natureza, e é narrado pela bióloga americana Janine Benyus, cujo trabalho difundiu esta ciência.

Uma das histórias contadas é a de Eiji Nakatsu, engenheiro e observador de aves que, inspirado no formato do bico do martim-pescador, redesenhou o trem bala japonês e conseguiu torná-lo mais veloz, além de reduzir o ruído e o consumo de energia do veículo.

Filmado no Brasil, nos Estados Unidos, no Japão e na Costa Rica, o longa acompanha a rotina de nove pessoas e suas iniciativas baseadas na biomimética.

Em cartaz nos cinemas desde a última quinta-feira (16), o documentário foi exibido em festivais dentro e fora do país, como a 46ª edição da Mostra Internacional de Cinema de São Paulo e o 16º Atlantidoc (Festival Internacional de Cine Documental del Uruguay), e é um dos finalistas do 46º International Wildlife Film Festival, que anunciará os vencedores em abril.

Participam do debate os diretores do documentário, Fernanda Heinz Figueiredo e Ataliba Benaim, com mediação da jornalista Giuliana de Toledo, editora de Ambiente da **Folha**. Os ingressos para participar do evento são gratuitos, ficam disponíveis com uma hora de antecedência e devem ser retirados na bilheteria do cinema.

Ataques criminosos no RN passam de 250

Atentados são atribuídos a grupo que reivindica melhorias no sistema penitenciário; um policial penal foi morto

RIO DE JANEIRO, BRASÍLIA E SÃO PAULO Desde a última terça-feira (14), ao menos 252 ataques de criminosos foram realizados no Rio Grande do Norte, segundo a Sesed (Secretaria de Estado da Segurança Pública e da Defesa Social). O levantamento não inclui os ataques deste sábado (18), que teriam sido sete até as 12h.

A Sesed afirmou que os atentados estão em queda. Na terça, 103 atos criminosos foram registrados. Na quarta (15), o número caiu para 67 e, na quinta (16), para 56.

Na sexta (17), um policial penal foi morto em São Gonçalo do Amarante, na região metropolitana de Natal.

De acordo com o Ministério Público potiguar, os ataques têm relação com uma união de facções que reivindicam mudanças nas condições nos presídios do estado. Inspeção realizada no fim do ano passado pelo órgão federal Mecanismo Nacional de Prevenção e Combate à Tortura apontou prática de tortura física e psicológica nas unidades, com castigos e fornecimento de comida estragada.

O governo federal transferiu na noite de sexta-feira (17) nove presos do presídio Rogério Coutinho, no Rio Grande do Norte, para o sistema penitenciário federal.

A ação é uma resposta a série de ataques que estão ocorrendo no estado desde o início da semana.

Em nota, o governo federal explicou que a transferência ocorreu a pedido do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Norte e do governo estadual.

Os presos transferidos foram condenados por homicídio e tráficos de drogas. Com a mudança, eles podem ir para qualquer um dos cinco presídios federais: Campo Grande (MS), Catanduvas (PR), Mossoró (RN), Porto Velho (RO) e Brasília (DF).

No sistema penal federal, os detentos ficam isolados em celas individuais e tem suas visitas monitoradas.

As nove transferências não foram as primeiras desde que os ataques começaram. José Kemps Pereira de Araújo, líder de uma facção criminosa e suspeito de orquestrar os atos, foi transferido na quarta (15) da penitenciária estadual de Alcaçuz para o presídio federal de Mossoró.

Até o início deste sábado (18), 455 agentes de segurança pública foram cedidos por para dar apoio ao trabalho das forças estaduais.

Os reforços foram enviados pelo Ministério da Justiça e Segurança Pública, com apoio da Força Nacional, da Polícia Rodoviária Federal, e dos estados do Ceará e da Paraíba. Há a expectativa de que mais reforços cheguem nos próximos dias.

Ações realizadas pelas forças de segurança resultaram até o momento em 106 prisões, incluindo 18 presos na Operação Normandia, deflagrada pela Polícia Civil e pela Polícia Federal na sexta-feira (17). No total foram apreendidas 31 armas, 87 artefatos explosivos e 23 galões de gasolina, além de veículos, dinheiro, drogas e munições. **Bruna Fantti, Lucas Marchesini, Isabela Palhares e Yuri Eiras**

Para anunciar ou ver mais ofertas acesse folha.com/classificados

11 3224-4000

FORMAS DE PAGAMENTO Cartão de crédito, débito em conta, boleto bancário ou pagamento à vista

CLASSIFICADOS FOLHA 11/3224-4000

EMPREGOS

EMPREGADOS PROCURADOS

A

ASSISTENTE ADMINISTRATIVO
M/F Com experiência na Área. Para trabalhar na MOOCA. Interessados enviar Currículo para: antonio@suloxidos.com.br

AUXILIAR ADMINISTRATIVO
M/F Comunicação Visual na Mooca precisa com experiência. CV p/ rh@a3comunicacaovisual.com.br

IMÓVEIS

SÃO PAULO

CASAS ALUGUEL

ZONA SUL

3 DORMITÓRIOS

SACOMÃ CASA TÉRREA
Para alugar, 3 dorms, sala, coz. e 1 banh., 65 m², R$ 1.700/Mês, Vila Dom Pedro, Próx. à estação Sacomã/Metrô. (11) 3078-2706 (Endo Negócios imobiliários)
cód. 92483756

ZONA OESTE

1 DORMITÓRIO

SACOMÃ CASA TÉRREA
Para Alugar c/ 1 Quarto, sla, coz. e 1 banh., quarto no fundo, churr. pequena, 65 m² por R$ 1.500/Mês. Vila Dom Pedro, Próx. estação Sacomã/Metrô. (11) 3078-2706 (Endo Negócios imobiliários)
cód. 92483757

IMÓVEIS COMERCIAIS VENDA e ALUGUEL

ZONA OESTE

PINHEIROS COMERCIAL
Ponto comercial, para Alugar. Sobrado, 3 qtos, 2 sls, 3 banh., coz.e garagem gdes, 180 m² por R$ 5.500/Mês. Próx. est. Sumaré/ Metrô. (11)3078-2706 (Endo Negócios imobiliários).
cód. 92483755

INTERIOR, LITORAL OUTROS ESTADOS

TERRENOS

ITAPETININGA
VENDO TERRENO DE 460 M2 Cidade de Itapetininga-SP Franciosi Imobiliária; tel (15) 99838-1337. https://www.franciosi.com.br/comprar/terreno/itapetininga/chacaras-alvorada/terreno-comprar-chacaras-alvorada-em-itapetininga/48770
cód. 92483731

NEGÓCIOS

ESOTERISMO

VOVÓ JOANA
Amarração p/ amor, trabalhos p/ todos os fins. pagamento após resultado (11) 4114-6358 / WHATS 11-93019-0379 TIM

LEILÕES

LEILÃO DE ACERVOS
PRINCIPAIS DAS FAMÍLIAS HOLZBORN, DE WURZBURG, E F. MONTEIRO LEILÃO. Dias 21 e 22 de Março de 2023. Terça e Quarta às 20h. SOMENTE ONLINE www.vmescritarteleiloes.com.br

LEILÃO DE ARTE E ANTIGUIDADES
Dia 19 de março às 17hs. Rua Barão de Capanema, 91. Leiloeira Carolina Barbosa da Silva. Tel (11) 3062-6934.

ACOMPANHANTES

AMANDA
Equipe nova tx 30 Av Jabaquara 2604 MT.S.Judas ac cartões seg/sab. F:(11)2362-8122

LETHICIA DRUMOND - TRANS
P/Maduros 11 95483-3875

OS ANÚNCIOS COM ESTE SÍMBOLO TÊM FOTOS, PARA VÊ-LAS DIGITE O CÓDIGO QUE ACOMPANHA O SINAL NO SITE FOLHA.COM/CLASSIFICADOS CLASSIFICADOS@GRUPOFOLHA.COM.BR

ciência

Esqueleto Trinity tem quase 3,9 metros de altura e 11,6 metros de comprimento; valor estimado é entre US$ 6,5 milhões e US$ 8,65 milhões Oliver Nanzig/Koller/AFP

Leilão de T. rex 'Frankenstein' reativa debate ético e científico

Exemplares raros correm o risco de se tornarem inacessíveis a pesquisadores

Giuliana Miranda

LISBOA Anunciado com grande aparato midiático, o primeiro leilão de um *Tyrannosaurus rex* na Europa, marcado para 18 de abril na Suíça, motivou críticas de paleontólogos de várias partes do mundo e reacendeu o debate sobre questões éticas e científicas do comércio de fósseis.

Vestígios de animais pré-históricos, sobretudo de exemplares raros como os T. rex, têm sido arrematados por quantias cada vez mais altas, o que acaba excluindo do páreo grande parte dos museus e das universidades do planeta.

Vendidos muitas vezes a colecionadores privados endinheirados, exemplares de elevada importância científica e cultural —e todo o conhecimento que eles poderiam gerar— correm o risco de se tornarem inacessíveis aos pesquisadores.

O valor recorde em negociações do tipo pertence justamente a um *Tyrannosaurus rex*, batizado como Stan, que foi vendido em um leilão conduzido pela Christie's por US$ 31,8 milhões (cerca de R$ 178,9 milhões) em 2020.

Segundo os cientistas, as cifras milionárias acabam incentivando uma corrida pela exploração baseada apenas na questão financeira. Enquanto no Brasil a exploração comercial e a venda de fósseis é proibida por lei, há países, como os Estados Unidos e várias nações europeias, em que essas atividades são liberadas.

Nos EUA, existem equipes de "caçadores de fósseis" profissionais, interessados em descobrir os mais valiosos.

"Há uma série de problemas no comércio de fósseis", diz Aline Ghilardi, professora da Universidade Federal do Rio Grande do Norte com vasta pesquisa sobre o tema.

Além das restrições de acesso às espécies que vão parar em coleções particulares, a cientista destaca que há problemas graves mesmo com os exemplares que ficam com as instituições de pesquisa, como informações erradas ou incompletas sobre os locais de procedência.

"Nos últimos anos, até paleontólogos do Canadá e dos Estados Unidos, locais onde normalmente não se via nenhum problema em vender ou fazer qualquer tipo de escambo com os fósseis, começam a se preocupar mais com a questão, porque sabem que isso pode começar a atrapalhar as pesquisas deles", diz.

Ghilardi destaca ainda que há muitos incentivos para que vendedores falsifiquem ou adulterem os fósseis para inflar os preços das transações. "São as regras do capitalismo. As pessoas querem aumentar o valor agregado de seus espécimes e, para isso, podem jogar sujo. Por exemplo, podem pegar partes de fósseis diferentes e juntar tudo. São mais bonitos, mas aos olhos da ciência são uma aberração. Só servem como enfeite."

Foi justamente uma suspeita de adulteração no crânio que suspendeu, no ano passado, o leilão de um T. rex batizado de Shen na Christie's em Hong Kong. Em 2013, foi revelado que o museu CosmoCaixa, de Barcelona, exibia um pterossauro brasileiro completamente adulterado. Uma pesquisa indicou que, embora tenha sido adquirido como um exemplar de um Anhanguera piscator, não havia qualquer osso dessa espécie no material em exibição.

Tratava-se, na verdade, de uma colagem de fósseis de animais distintos, montados para parecerem ser um só. Um exame de imagem mostrou ainda que alguns segmentos não eram sequer material fóssil, mas sim pequenos pedaços de plástico pintados.

Apesar do choque da revelação, parte da comunidade científica nacional viu um lado positivo no vexame. Além de expor os problemas da adulteração, mostrou os riscos do tráfico internacional desses materiais, uma vez que a comercialização de fósseis brasileiros é proibida, ainda que aconteça com relativa frequência na Europa e nos EUA.

Para alguns cientistas, o *Tyrannosaurus rex* a ser leiloado em abril na Suíça também é considerado uma adulteração. O esqueleto é formado pela junção dos ossos de três exemplares distintos de T. rex. A situação, no entanto, foi destacada no material de venda do bicho, que até recebeu o nome de Trinity (trindade) para destacar esse ponto.

A maior parte do esqueleto axial e da região pélvica é de um exemplar escavado em 2013. Um outro animal, descoberto em 2012, completa os detalhes. O crânio é de um terceiro dinossauro, que também forneceu algumas outras pequenas partes. Ao todo, o T. rex montado tem 11,6 m de comprimento e 3,9 m de altura.

Por essa razão, o professor da Universidade de Edimburgo Steve Brusatte chamou o esqueleto de "um Frankenstein rex", mas considera que o material tem sua relevância. "Mesmo assim, esses fósseis são raros e cientificamente importantes", disse Brusatte ao The Independent.

Um dos maiores predadores que já passaram pela Terra, podendo chegar às 8 toneladas, o T. rex viveu entre 65 e 67 milhões de anos atrás na região que hoje é a América do Norte. Apesar de seu tamanho, seus fósseis são raros. Segundo levantamento de 2021, apenas 32 adultos já foram descobertos até agora.

Responsável pela venda, a casa de leilão Koller não revela o atual proprietário, limitando-se a informar que o material faz parte de uma coleção particular nos EUA.

Em 1997, o museu Field de História Natural, de Chicago, teve o apoio de diferentes fontes, como Disney e McDonald's, para reunir os US$ 8,3 milhões usados para arrematar o exemplar Sue.

Já o valioso Stan, vendido em 2020, será destinado ao Museu de História Natural de Abu Dhabi, nos Emirados Árabes, que tem inauguração prevista para 2025.

Gigantes arrematados

STAN
Origem: EUA, formação Hell Creek
Descoberto: em 1992
Leiloado: em 2020 por US$ 31,8 milhões
Comprador: Museu de História Natural de Abu Dhabi (não inaugurado)

SUE
Origem: EUA, Dakota do Sul
Descoberto: em 1990
Leiloado: 1997 por US$ 8,3 milhões
Comprador: Museu Field de História Natural, em Chicago, com financiamento de várias entidades, como California State University, Walt Disney e McDonald's

> "As pessoas querem aumentar o valor agregado de seus espécimes e, para isso, podem jogar sujo. Por exemplo, podem pegar partes de fósseis diferentes e juntar tudo. São mais bonitos, mas aos olhos da ciência são uma aberração. Só servem de enfeite
>
> **Aline Ghilardi**
> professora da UFRN

> Nos últimos anos, até paleontólogos do Canadá e dos EUA, locais onde normalmente não se via nenhum problema em fazer qualquer tipo de escambo com os fósseis, começam a se preocupar mais, porque sabem que isso pode começar a atrapalhar as pesquisas deles
>
> **Aline Ghilardi**
> professora da UFRN

Nosso tempo, nosso lugar

Somos maiores do que diz o roteiro de 'Tudo em Todo o Lugar ao Mesmo Tempo'

Reinaldo José Lopes

Jornalista especializado em biologia e arqueologia, autor de '1499: O Brasil Antes de Cabral'

"Tudo em Todo o Lugar ao Mesmo Tempo", o grande ganhador do Oscar deste ano, é um filme de coração enorme e cabeça meio fora do lugar. O que cá, entre nós, não é a pior das misturas —as coisas tendem a ficar muito mais feias quando esses fatores se invertem. Creio que é instrutivo abordar alguns dos pressupostos científicos por trás das aventuras da família Wang na narrativa —não para apontar "erros" da história, claro, mas porque ela revela detalhes interessantes sobre como muita gente passou a metabolizar a ciência moderna.

O primeiro grande bode na sala é, claro, o conceito de Multiverso, quase banalizado após tantos filmes da Marvel martelando a ideia. Uma coisa que o filme estrelado por Michelle Yeoh não explica (e tudo bem, porque isso seria derrubar sua premissa, afinal de contas) é que, ao menos por enquanto, esse negócio de Multiverso não é muito mais do que um grande tapa-buraco, um Band-Aid cosmológico e filosófico.

A ideia de que existem infinitos universos por aí deriva, em grande parte, da incapacidade de explicar porque o nosso Cosmos —o único cuja existência foi demonstrada até agora, convém lembrar— passa a sensação de ter sido "configurado" de um jeito muito específico.

Essa configuração, que envolve, por exemplo, o tamanho exato das partículas elementares que compõem tudo o que existe, permitiu o surgimento de estrelas, sistemas solares e seres vivos. Como não há explicação nenhuma para as origens dessa regulagem cosmológica, o Multiverso é usado como estepe. Existiria uma infinidade de universos sem vida —feito aquele das pedras com olhinhos no filme, lembra?—, e a gente simplesmente deu sorte de estar num dos Cosmos "férteis". As chances de testar essa hipótese de maneira experimental algum dia são baixíssimas, ainda que não inexistentes.

O Multiverso, porém, é só a cereja do bolo num tema que reaparece nas conversas entre mãe e filha da família Wang. Afinal de contas, diz a filha, se cada nova descoberta mostra como somos minúsculos perto do Cosmos (mesmo que ele seja um só), que significado tem qualquer coisa que façamos?

Esse tipo de questionamento é comum, mas ele me parece perder o foco do que realmente importa. A constatação de que o nosso Sol é uma estrelinha de nada nos cafundós da galáxia ignora o fato de que coisas complexas e frágeis como a vida multicelular só têm condições de surgir em lugares pacatos e obscuros.

Isso porque estrelas grandalhonas no centro de uma galáxia têm ciclo de vida curto e estão sujeitas a forças gravitacionais dilaceradoras. Ou seja, não há como a vida complexa surgir ao redor delas, porque ela precisa de estabilidade e tempo —bilhões de anos— para aparecer. Em outras palavras, estamos exatamente onde deveríamos estar.

O filme se redime de seu prolongado flerte com o niilismo ao colocar a gentileza e os laços de amor como a solução dos dilemas dos Wang. E é aqui que dou minha pirueta argumentativa final. Pode me chamar de piegas —"mea culpa, mea maxima culpa"— mas sou capaz de apostar que o amor é um fenômeno inevitável onde quer que exista vida inteligente.

Digo isso porque inteligências como as nossas, pelo que sabemos, dependem profundamente de uma infância prolongada e de laços sociais duradouros para evoluir. Assim, onde quer que as condições sejam apropriadas no Universo (ou no Multiverso, portanto), algo muito parecido com o amor humano será um correlato indissociável da vida inteligente. E esse, como dizia um velho sábio, é um pensamento encorajador, para a família Wang e para todos nós.

ambiente planeta em transe

Diretor da PF vê retrocesso em fiscalização ambiental

Delegado defende melhoria de infraestrutura para combate ao crime

Fabio Serapião e João Gabriel

BRASÍLIA Recém-criada pela Polícia Federal, a Diretoria da Amazônia e Meio Ambiente estabeleceu como meta reduzir o desmatamento ilegal na região amazônica ainda em 2023, mesmo com os números em alta nos primeiros meses do ano.

O delegado Humberto Freire, escolhido para o cargo pelo diretor-geral da PF, Andrei Rodrigues, concedeu entrevista à **Folha** na última quinta (16) e classificou como "involução" o que ocorreu na fiscalização sobre crimes ambientais nos últimos anos. Segundo ele, a redução do desmatamento não será imediata.

"Não só o trabalho de fiscalização, como a própria legislação também involuiu ou foram abertos flancos que prejudicaram esse trabalho de fiscalização e repressão dos crimes ambientais. Então trabalhamos muito forte num estudo da legislação, inclusive no comparativo com legislações de outros países e com a legislação que já existiu no Brasil."

No governo Bolsonaro, sob a gestão de Ricardo Salles no ministério do Meio Ambiente, órgãos fiscalizadores como o Ibama e ICMbio tiveram sua atuação prejudicada, e mudanças em normas infralegais fragilizaram a punição a pessoas e empresas envolvidas em crimes ambientais.

As mudanças ficaram conhecidas como "boiadas" e criaram atrito entre Salles e a PF. O ministro chegou a ser alvo de uma apuração e acabou por ser demitido.

"A criação da própria diretoria foi muito em razão dessa involução, desse andar para trás que ocorreu nos últimos anos com relação aos crimes ambientais e a proteção da própria Amazônia", afirma o delegado da PF.

Humberto Freire comanda a Diretoria da Amazônia e Meio Ambiente da PF Gabriela Biló/Folhapress

Freire diz que a equipe da diretoria já tem mapeadas as principais áreas de desmatamento e que serão estruturadas operações. A redução do desmate neste ano, acrescenta, é um dos primeiros passos para que o país consiga cumprir o Acordo de Paris e reduzir o desmatamento até 2030.

"O primeiro resultado que a gente espera é reverter a curva [de desmatamento], mas óbvio que isso não é imediato. Fevereiro teve desmatamento recorde, por exemplo. Temos ações sendo implementadas, nas quais focamos paralisar esse aumento e depois começar uma curva descendente, de redução."

Além de desmatamento, a proteção aos povos originários e o combate ao garimpo ilegal nesses locais são outros objetivos da diretoria.

Nessa seara, a principal meta é cumprir a ADPF (arguição de descumprimento de preceito fundamental) 709 e retirar todos invasores das terras indígenas Karipuna, Uru-Eu-Wau-Wau, Kayapó, Araribóia, Munduruku, Trincheira Bacajá e Yanomami.

As ações da chamada desintrusão (retirada dos intrusos) começaram pela Terra Indígena Yanomami. A operação em Roraima foi a primeira grande ação de combate a crimes ambientais do governo de Luiz Inácio Lula da Silva (PT) e se desencadeou após uma visita do presidente ao local.

Para custear todas essas ações, tanto de combate ao desmatamento e ao garimpo quanto de proteção dos territórios dos povos originários, o delegado aponta a necessidade de uso de fontes como o Fundo Amazônia.

O delegado cita o caso dos yanomamis para falar da dificuldade nos processos de desintrusão. Segundo ele, a PF tem feito um pente-fino para garantir que todos os acampamentos, pontos de garimpo e estruturas usadas pelos invasores sejam destruídos.

"A gente só vai parar essa fase de retirada, de desintrusão, quando tiver certeza de que tudo foi retirado. Ainda não chegamos a esse momento."

O trabalho, diz ele, tem sido feito para evitar o efeito colateral de uma crise humanitária também para os garimpeiros que estavam no local. "Não é porque estão praticando a usurpação do minério que deixaram de ser titulares de direitos humanos."

Freire estima que entre 15 mil e 20 mil garimpeiros atuavam ilegalmente na terra indígena.

Antes, investigações da PF já haviam mapeado redes de compra e venda de ouro ilegal extraído da região. Como mostrou a **Folha**, um desses grupos é suspeito de ter esquentado R$ 4 bilhões do minério.

Freire afirma que, ao menos por enquanto, as ações ainda focam a desintrusão e a destruição da logística dos garimpeiros. Está sendo preparada ainda, diz ele, uma estrutura com bases fluviais e controle do espaço aéreo para evitar a volta dos invasores.

Além disso, segundo explica, a PF tem feito estudos, dentro do programa Ouro Alvo, para propor maneiras de aperfeiçoar a legislação vigente, avaliada como um obstáculo para a fiscalização nos últimos anos, sobretudo pelo mecanismo de presunção de boa-fé na comercialização do minério.

O dispositivo, criado durante o governo Dilma, dá passe livre para que o material explorado em áreas ilegais seja registrado como se tivesse saído de áreas legalizadas e, assim, possa ser comercializado.

"Como é que você vai pressupor a boa-fé muitas vezes de pessoas que já comprovadamente praticaram crime ambiental?", questiona.

A ideia da PF é ter um programa para identificar o chamado "DNA do ouro", que seria incorporado em uma nova versão do marco regulatório do mineral. Trata-se de um processo capaz de esmiuçar a composição do minério e, a partir de um banco de dados com as características do solo de diversos lugares, identificar de onde ele foi extraído.

> "O primeiro resultado que a gente espera é reverter a curva [de desmatamento], mas isso não é imediato. Fevereiro teve desmatamento recorde, por exemplo. Temos ações sendo implementadas
>
> **Humberto Freire**
> delegado da PF

Hoje, há tecnologia capaz de fazer o procedimento, mas a polícia não tem um banco de dados com as características das regiões auríferas brasileiras. A expectativa, segundo o delegado, é que até o fim do ano pelo menos duas áreas de extração de cada estado tenham registros no sistema.

"A gente quer ter uma certeza técnico-científica de que aquela declarada origem [do ouro] é ou não é verdadeira."

O delegado aponta também a cooperação internacional como caminho para sufocar a cadeia de desmatamento e garimpo ilegal. O objetivo é identificar o destinatário final dos bens naturais extraídos ilegalmente e trazer esses países para o debate sobre como combater esses crimes.

Além das propostas de modernização da legislação e das operações, Freire explica que outro eixo das ações de sua diretoria será voltado para o aprimoramento da infraestrutura da PF —setor que, admite, é um dos gargalos, pela falta de orçamento.

Ele cita, por exemplo, a necessidade de criação de bases fluviais em lugares estratégicos, o deslocamento de equipes para esses locais, e a compra de equipamentos mais modernos. "Só o fato de estarmos lá, presentes, nos dá essa capacidade imediata de resposta e coíbe uma grande parte da atuação dos criminosos."

O projeto Planeta em Transe é apoiado pela Open Society Foundations.

ESPORTE AO VIVO | **14h** GP da Arábia Saudita F1, BAND, BANDPLAY E BAND.COM.BR | **16h** Palmeiras x Ituano Paulista (semifinal), YOUTUBE, RECORD, R7, TNT, HBO MAX E PREMIERE | **17h** Barcelona x Real Madrid Espanhol, ESPN E STAR+

Cartola encara homofobia à frente de clube

Moisés Spilere, que dirige o Caravaggio, de SC, é o 1º presidente declaradamente gay de futebol profissional no Brasil

Alex Sabino

SÃO PAULO Moisés Spilere, 35, percebeu para onde a conversa ia, mas a deixou seguir. Não era a primeira vez que ouvia algo parecido. Irritou-se ao escutar o interlocutor dizer desejar "preservar" a imagem do clube.

Preservar do quê?, foi o que pensou na hora.

"Se você acha que o clube deve ser preservado é por acreditar que eu ser presidente é um problema", respondeu.

"Percebi uma fala homofóbica empacotada como preocupação e fiquei indignado. Não gostei e também falei que aquilo era problema de aceitação daquela pessoa", explicou ele à **Folha**, ao se recordar da discussão.

Sua presença como mandatário do Caravaggio, pequeno time da segunda divisão de Santa Catarina, não deveria chamar tanto a atenção. Ele era torcedor desde os tempos em que a equipe ganhava tudo na várzea do sul do estado. Economista formado na Universidade Federal de Santa Catarina e diretor de empresa familiar de metalurgia, tem perfil de gestão que cairia bem no futebol.

A "preocupação com a imagem" é por Moisés Spilere ser o primeiro presidente declaradamente gay de um clube de futebol profissional no Brasil.

Como vice-presidente entre 2021 e 2022, ele fez parte do processo de profissionalização do Caravaggio, um dos times amadores mais vencedoras do sul de Santa Catarina. No primeiro ano na terceira divisão do estado, conseguiu o acesso. O mesmo grupo de diretores decidiu que ele seria presidente a partir de janeiro de 2023.

Moisés Spillere no estádio do Caravaggio em Nova Veneza (SC) Leonardo Gava/Folhapress

> **Esta é uma região em que ser branco e empresário ajuda a ocupar a presidência de um clube. Já me disseram que se eu fosse preto e pobre, não chegaria. É verdade. Reconheço isso e tento dar um pouco para a comunidade**
>
> **Moisés Spilere**
> presidente do Caravaggio

Sua orientação sexual nunca foi um problema, afirma. Nem para sua família nem para os amigos. Não era assunto sequer na pequena Nova Veneza, cidade de 13 mil habitantes onde está o clube. Mas, quando ele chegou à presidência, alguns apoiadores da agremiação, possíveis patrocinadores, demonstraram preocupação. De novo, a questão da imagem.

"Sempre tentei atuar de forma educativa quando ouvia alguma coisa. Claro que o confronto acontece em algum momento porque ninguém tem paciência de explicar coisas básicas o tempo todo. Depois que eu me tornei mais conhecido, que alguns canais famosos da internet falaram sobre mim, as coisas se tornaram um pouco mais problemáticas. Eu não quero que minha imagem fique atrelada ao clube, que é comunitário, não tem dono", completa.

Moisés sempre gostou muito de futebol, apesar de opinar que meninos gays não costumam ter essa preferência. Quando descobriu, na escolinha do próprio Caravaggio, que não tinha talento para jogar, imaginou que seria apenas mais um torcedor. Não apenas da equipe de sua terra natal, mas da vizinha Criciúma, o outro time do qual é sócio. Não só ele, como boa parte de Nova Veneza.

Quando se mudou para Florianópolis para fazer faculdade, ele jurou, de brincadeira, que um dia voltaria para ser prefeito. O consenso era que poderia ser um bom gestor de recursos públicos por ter fama de pão-duro. Isso também ajuda como dirigente esportivo, ainda mais de uma agremiação que sonha grande.

"Nós não temos endividamento. O primeiro desejo é subir para a Série A do Catarinense. Precisamos de obras no estádio, aumentar a capacidade, resolver a iluminação e trocar o gramado. Acho que nos próximos dois meses vamos conseguir tudo isso", explica.

Para os padrões da segunda divisão estadual, o Caravaggio é um ponto fora da curva. A média de público no ano passado foi de cerca de mil pessoas. O número dos rivais gira em torno de 300 por jogo. O clube tem um quadro associativom com cerca de 500 pessoas pagantes.

"Por que não podemos participar do futuro de uma Série D do Brasileiro? Se chegarmos à Copa do Brasil, mudamos de patamar", declara, citando a competição que melhor paga aos times pequenos.

Spilere ressalta o trabalho comunitário que lidera à frente do Caravaggio: a entrega de cestas básicas para a comunidade carente, as vagas na escolinha de futebol.

A população pode usar a estrutura física: ginásio poliesportivo, quadras de futebol de areia e de futebol de 7. Há também as campanhas de arrecadação de brinquedos no Dia das Crianças e no Natal.

É uma maneira de retribuir, porque ser da comunidade de LGBTQIA+ não apaga seus privilégios, acredita.

"Esta é uma região em que ser branco e empresário ajuda a ocupar a presidência de um clube. Já me disseram que se eu fosse preto e pobre, não chegaria. É verdade. Reconheço isso e tento dar um pouco para a comunidade."

Com a segunda divisão de Santa Catarina marcada para começar em 28 de maio, Moisés Spilere está pronto para ouvir comentários homofóbicos. Serão os mesmos que já escutou outras vezes. Algumas vezes, de forma descarada. Em outras, travestida de preocupação com a imagem do Caravaggio.

Ele assegura estar pronto.

Spilere sabe não é fácil estar na posição atual, em um clube que o nome é homenagem a Nossa Senhora de Caravaggio, santa de devoção dos italianos que fundaram o município. Foi construída uma capela para receber a imagem trazida pelos imigrantes. O local se transformou em santuário, hoje uma das maiores atrações de Nova Veneza. Fica ao lado do Estádio da Montanha, casa do clube.

O uniforme do Caravaggio tem, ao lado do escudo, imagem da santa.

"Esta é uma cidade muito católica", constata Spilere.

E ele nem precisa ser provocado para lembrar que o time de um município tão religioso tem um presidente gay.

"Olha a ironia..."

O futebol na literatura

Professor lança precioso guia de leitura sobre o futebol no romance brasileiro

Juca Kfouri

Jornalista, autor de "Confesso que Perdi". É formado em ciências sociais pela USP

Eduardo Luz é professor de teoria da literatura na Universidade Federal do Ceará e, pela editora Imprece, lançou há pouco tempo "O Rito do Futebol no Romance Brasileira, Guia de Leitura".

Como sabem as raras e raros leitores, esta **Folha** *tem entre seus colunistas excelentes autores de livros sobre futebol.*

Paulo Vinícius Coelho, "Escola Brasileira de Futebol", Ruy Castro, "Estrela Solitária: um Brasileiro Chamado Garrincha", Sérgio Rodrigues, "O Drible", e Tostão, "Tempos Vividos, Sonhados e Perdidos", produziram, entre outras obras, alguns dos mais finos biscoitos de nossa literatura futebolística.

Pois eis que o Eduardo Luz ilumina, em livro de 155 páginas, 12 romances, às vezes nem tão romances, obrigatórios para quem gosta do gênero e do futebol, não necessariamente nessa ordem, que você pode inverter ou acrescentar ou ainda, mesmo que não aprecie nem um nem outro, mas que vale a pena conhecer.

Luz trata o futebol como deve ser tratado, como fenômeno arraigado na cultura brasileira e fator de elevação de nosso amor-próprio, ao chutar para escanteio velhas teses que o veem como alienante etc. Roberto DaMatta puxou o fio e é seguido fielmente.

Ao ir além da teoria literária, Luz incursiona com propriedade pelo terreno da sociologia. E cria três categorias para examinar a produção romanesca em torno do ludopédio: futebol-lenda, futebol-poesia e futebol-ensaio.

Antes disso já faz um golaço: dedica o livro a "Zico e Machado de Assis, que tornaram mais felizes os meus dias".

O período lenda vai de Monteiro Lobato a José Lins do Rego, passando por Thomaz Mazzoni, o jornalista que criou o Derby, o Majestoso e o Choque-Rei.

Carlos Heitor Cony, que por tantos anos ocupou a página 2 deste jornal, é contemplado no futebol-poesia, ao lado do imortal João Saldanha, de Macedo Miranda e seu excepcional "O Sol Escuro", e de Renato Pompeu, o jornalista que escreveu "A Saída do Primeiro Tempo", onde se apropria do primeiro capítulo de "O Capital", de Karl Marx, sobre a mercadoria, para escrever dos mais deliciosos textos já escritos sobre o futebol.

Finalmente, na terceira parte, dedicada ao futebol-ensaio, um quinteto de dar água na boca e causar inveja em quem se aventura a escrever sobre a paixão pela bola, seja na língua que for.

Desfilam para agudas análises de Luz ninguém menos que o trio gaúcho Moacyr Scliar, outro colunista da **Folha** *por cerca de 20 anos, entre 1990 e 2010; Michel Laub, mais um que brilhou por aqui, e Cláudio Lovato Filho, que ajuda a fazer do Gre-Nal o mais renhido de nossos clássicos.*

Para fechar, os geniais Sérgios Sant'Anna e Rodrigues, o primeiro, carioca que o coronavírus nos levou em 2020, o segundo, mineiro, vizinho de caderno, autor simplesmente do melhor romance futeboleiro em português, com apenas um defeito, não ter como título "O Dibre".

Mais zebras?

Se, na segunda-feira (20), o Água Santa eliminar o Bragantino na Vila Belmiro, será apenas meia zebra, até porque o Braga já caiu na Copa do Brasil para o gaúcho Ypiranga, da Série C nacional, e por 3 a 1, em Erechim.

Mas, se o Ituano aprontar com o Palmeiras neste domingo (19) na casa verde, só caberá a exclamação tão a gosto do traumatizado torcedor do Ameriquinha e entusiasmado adepto do Arsenal, José Trajano: "Parei!".

O futebol vive de desilusões

Tudo é exagerado; é sempre tudo ou nada quando se trata do esporte

Tostão

Cronista esportivo, participou como jogador das Copas de 1966 e 1970. É formado em medicina

Hoje, contra o Vasco, Vítor Pereira deve repetir a formação tática da partida anterior, com três zagueiros, dois alas, três no meio e dois atacantes. Everton Ribeiro continuará de fora. O treinador decidiu manter a estratégica de que gosta em vez de ter dois meias centralizados e mais dois atacantes. Raramente uma equipe atua desta maneira.

Por que a formação com dois meias pelo centro deu certo com Jorge Jesus? Fora o que não sabemos, o time na época era, individualmente, superior aos adversários do que atualmente. A equipe pressionava mais à frente e recuperava a bola com mais facilidade. Os zagueiros eram mais rápidos, avançavam na marcação e deixavam menos espaços entre eles e o meio-campo. Havia também um excelente lateral esquerdo apoiador, Filipe Luiz.

As frequentes goleadas em jogos entre times com pouca diferença técnica, em todo o mundo, e as muitas vitórias de equipes inferiores, como têm ocorrido nos estaduais e na Copa do Brasil, tornam o futebol mais prazeroso e emocionante, muito diferente de décadas atrás, quando predominavam as retrancas, as partidas amarradas e feias.

Existem inúmeras maneiras de qualquer equipe organizar um esquema tático. O Bayern joga com dois volantes hábeis, que marcam e avançam, três meias e um centroavante. O meio-campo fica mais povoado. Já o Atlético-MG trocou, em relação ao Bayern, um dos volantes por mais um atacante. Contra o Millonarios, os dois atacantes (Paulinho e Hulk) voltaram a brilhar. Contra adversários mais fortes, haverá uma melhor avaliação do desenho tático.

As principais grandes equipes da Europa atuam com quatro defensores, um trio no meio-campo e uma linha de três atacantes. Nos últimos jogos, Real Madrid e Barcelona trocaram um dos velozes pontas por mais um armador pelo lado, Valverde, pela direita no Real, e Gavi, pela esquerda, no Barcelona. O meio-campo ficou ainda mais forte. O Manchester City fez o mesmo, na goleada por 7 a 0 sobre o Leipzig, ao colocar o meio-campista Bernardo Silva pela direita, no lugar do rápido e hábil Mahrez. Haaland fez cinco gols.

Haaland é hoje o maior artilheiro do futebol mundial. Ele une velocidade, força física, altura e precisas finalizações com os pés e com a cabeça, além de fazer bem a função de pivô, de costas para o gol, entre os zagueiros. Paradoxalmente, o Manchester City, após a chegada de Haaland, piorou no desempenho e no número de gols marcados. Antes, os outros jogadores, do meio para frente, marcavam mais gols.

Não penso que isso ocorreu por causa da presença de Haaland. Deve haver outros motivos. Mesmo assim, o City é vice-líder do Campeonato Inglês, atrás do Arsenal, e está nas quartas de finais da Champions. Vai enfrentar o Bayern. Não há favorito.

Se o City for campão da Europa, título que o clube não possui, que o técnico Guardiola só conseguiu com o Barcelona, além dessa competição ter sido a principal razão da contratação de Haaland, o fenomenal centroavante, que já é uma realidade, se tornará um dos maiores da história do futebol, ainda mais que, por ser norueguês, ninguém vai contestá-lo por não ter sido campeão do mundo por seleções.

Haaland é muito jovem e só com o tempo saberemos, exatamente, aonde ele vai chegar. O mundo, mais ainda o futebol, vive de açodamentos, deslumbramentos e também de desilusões e decepções. Tudo é exagerado. É tudo ou nada.

NOSSO ESTRANHO AMOR

Anna Virginia Balloussier

folha.com/nossoestranhoamor

Enrico estava sem paciência para homens, e aí conheceu Isa

SÃO PAULO Desde criança, "tipo muito pequeninho mesmo", Enrico Fernandes, 26, compreendia-se como gay. Até rolava de dar bitocas nas amigas de vez em quando. Só que mais por esporte mesmo, sem nenhuma segunda intenção, ele conta.

Lá pelos 15 anos, começaram os encontros com homens. "Beijava meninas se me pedissem ou se eu estivesse naquela fúria hormonal e realmente não tivesse encontrado um boy."

Mas ele acha que a mulherada vai entender quando diz: gostar de macho não é fácil. "Fui tocando minha vida ficando com homens, que eram, afinal, o meu público-alvo. Só que, meu... Homem é uma coisa, né? Nossa. Não tenho muita paciência."

(A gente te entende, Enrico!)

E foi ficando cada vez mais claro na sua cabeça: tesão é uma coisa, dividir a vida com outro homem "é outra totalmente diferente". Se fosse para resumir num tuíte, Enrico diz, seria este: "Total desisti de homem mesmo, kkkkkk".

Por que não sair com mulheres então? Ao contrário de outros amigos gays, o corpo feminino nunca lhe provocou aversão. E Enrico sempre preferiu a companhia delas. Suas amizades mais próximas eram sempre com mulheres.

Fez sentido para ele. "Só tive experiência tranqueira saindo com homem. Saí com boy de todo tipo, e poucos me fizeram de fato querer elevar o nível da relação além do 'pente-rala', perdoe-me o modo de colocar assim", diz, evocando o código nas ruas para sexo casual.

Conheceu Isabella Carvalho, 24, no Twitter. Tinham vários amigos em comum, e gostos idem. Os dois, aliás, eram fãs da Charli XCX, britânica que se apresentaria no Cultura Inglesa Festival 2017. Deram o primeiro beijo naquele dia.

A bem da verdade, Enrico já tinha Isa em mente fazia um tempinho. Havia terminado um namoro com um rapaz meses antes. Duas semanas depois, mandou mensagens "com segundas, terceiras e demais intenções" para a jovem com a qual, até ali, só trombava virtualmente, e sabia que achava gata.

No começo a geografia não colaborou. Ela morava em Santos, ele, em São Paulo. O segundo date demorou três meses para acontecer. Isa descobriu que o Secreto, um bar na zona oeste paulistana que amava, ia fechar. Combinaram então de curtir a balada derradeira e passar a noite juntos.

Dali em diante a coisa engrenou. "Eu resolvi dar uma chance de me relacionar mais profundamente com ela, que é alguém que eu sempre achei muito atraente", diz Enrico.

Pegaram muita estrada para superar a distância física. Dançaram techno à beça, passearam no parque Ibirapuera, esticaram domingos no Sesc Pompeia, dividiram muitos risotos. Quando era ele quem ia ao encontro dela no litoral, levava sempre um chocolatinho Trento Massimo.

Enrico começou a ensaiar um pedido de namoro no show da Lana Del Rey, no Lollapalooza de 2018. A coragem chegou três meses depois, na esquina do Dia dos Namorados. Sem pressão, claro.

"Estávamos passando o final de semana na minha casa, 9 e 10 de junho. Então imagine, 'love is in the air everywhere you look around'. Ficamos de casalzito pra cima e pra baixo, declarações pra lá e pra cá, um enjoo que só."

Chegou a temida segunda-feira, dia 11. Ela precisava voltar para Santos. "Aí rolou um tchau um pouco mais pesaroso no metrô." Ninguém queria largar a mão de ninguém. Isa acabou indo, e Enrico ficou com a cara inchada de tanto chorar.

Aí já era: ele sacou que não tinha mais jeito, óbvio que eram um casal, só faltava oficializar. Pois bem. "À meia-noite do dia 12, mandei pra ela: "Você quer ganhar um namorado de Dia dos Namorados?""

Temeu um "não feroz", ganhou um sim retumbante. Estão nessa há cinco anos, agora morando juntos em Santos com dois gatos pretos: Lilith, a mais velha, classuda e graciosa, e Balerion, o mais novo, comedor de lixo e lindo de morrer.

Enrico sabe que sua história de amor pode alimentar ideias erradas. Mas já se adianta: o caso dele não tem nada a ver com essa falsa premissa da cura gay. "De forma alguma esse foi o motivo pelo qual parei de ficar com homens. Isso nunca me foi um problema e não é hoje que será."

Inclusive, se um dia ele e Isa terminassem, tem certeza que homens entrariam de novo em seu radar. A questão, para Enrico, é não se prender a rótulos. Ser gay ou hetero, isso ou aquilo. Seu plano é apenas este: envelhecer com quem lhe faz bem. Isa. "Eu a amo e quero ficar com ela. Não tem jeito."

Gabriela Biló/Folhapress

IMAGEM DA SEMANA

O governador do DF, Ibaneis Rocha (MDB), dá entrevista após voltar ao cargo. Afastado desde o dia 9 de janeiro, o político conseguiu autorização para reassumir o posto na quarta-feira (15), depois de uma decisão do ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal. Ibaneis é investigado em inquérito no STF por suposta conivência com os golpistas que invadiram as sedes dos três Poderes em 8 de janeiro. De volta ao Palácio do Buriti, ele precisa destravar resistências políticas que surgiram após os ataques. Oposição desistiu de pedir o impeachment do governador.

FRASES DA SEMANA

O GRANDE DEBATE
Duda Salabert
Deputada do PDT, no domingo (12), sobre transfobia na política

"Esses debates no ponto de vista moral estão reproduzindo uma lógica de nos reduzir, de nos caricaturar e de nos colocar exclusivamente para debater temas como Nikolas [Ferreira], que é um tema pequeno. Eu não fui eleita para isso [..], a gente quer discutir a grande política."

AUGE
Michelle Yeoh
Ganhadora do Oscar de melhor atriz, aos 60 anos, em discurso no domingo (12)

"E, mulheres, não deixem ninguém dizer que vocês já passaram do seu auge. Nunca desistam."

DIREITA CONFUSA
Guto Zacarias
Deputado pelo União Brasil, na segunda (13), fala de sua plataforma pela juventude negra, periférica e de direita

"A esquerda chega nos jovens com mais facilidade, é mais 'cool'. E a direita no Brasil está se confundindo com o bolsonarismo, o que é muito chato."

ESPERANÇA CONTAGIANTE
Sílvia Ramos
Socióloga e amiga de Marielle Franco, na segunda (13), sobre os cinco anos do assassinato da vereadora

"Quem convivia com a Mari de perto sabia que ela era uma força da natureza. Tinha uma esperança contagiante de que seria possível mudar a vida, além de bom humor e criatividade."

MENOS OPORTUNIDADE
Gilberto Almeida dos Santos
Presidente do Sindimoto-SP, na segunda (13), a respeito de acidentes

"O aumento dos acidentes com pessoas negras é reflexo do que acontece na sociedade por inteiro. Quem tem a pele escura tem menos oportunidade e o que sobra é o subemprego de entrega com motocicleta."

GERAÇÃO DESPROTEGIDA
Cecilia Maria Roteli Martins
Ginecologista, na terça (14), em fala sobre baixa cobertura vacinal contra HPV

"Pesquiso HPV desde o fim dos anos 1990. Achava que em 2023 já teríamos toda uma geração protegida e ainda não temos."

NEGACIONISMO
Ethel Maciel
Secretária de Vigilância em Saúde e Ambiente do Ministério da Saúde, na terça (14), sobre desperdício de vacinas

"Se não fosse o negacionismo, essas doses não estariam nos estoques. Se tivesse acontecido um esforço, como estamos fazendo agora, com campanhas educativas, alinhamento com gestores municipais e estaduais, essas vacinas não teriam vencido."

CRACOLÂNDIA
Julio Cesar
Dono de uma oficina de motos próxima à cracolândia, na quinta (16)

"A partir do momento que você começa a perder todas as coisas que você conseguiu com o teu trabalho, é triste demais. Eu estou saindo daqui muito triste."

FALTA D'ÁGUA
Tainá de Paula
Secretária municipal de Ambiente e Clima do Rio de Janeiro, na sexta (17), sobre negligência com o clima

"Trinta anos se passaram e água ainda é um tema muito forte na favela de onde eu vim. Temos índices de precipitações talvez dos maiores da América Latina e ainda não tem uma discussão mais ampla sobre isso."

CRUZADAS

HORIZONTAIS
1. Uma religião brasileira **2.** O antigo nome de Ouro Preto (MG), ex-capital do estado **3.** Relativo à vista, do ponto de vista orgânico e funcional / Ondas Tropicais **4.** Estabelecimento de prestação de serviços como intermediário em turismo, propaganda etc. **5.** Uma UF vizinha de PB / Não creem em Deus **6.** Petróleo bruto / Famosa marca de caneta esferográfica **7.** A moeda da Espanha e da Finlândia / (-de-açúcar) Planta que produz aguardente **8.** Região alpina da Áustria / Hemisfério Norte **9.** O de prumo determina a verticalidade de um lugar, construção etc. / Tratamento infantil para o próprio genitor **10.** Unidade de Conservação / Pontaria **11.** Uma cidade do Tocantins **12.** Razão, motivo, causa **13.** Sortear com bilhetes numerados / Àqueles.

VERTICAIS
1. O Júlio (1828-1905) de "A Volta ao Mundo em 80 Dias" / Escapar **2.** 1006, em algarismos romanos / Um dos grandes times de futebol de Recife **3.** (Red.) Uma maneira de chamar a mãe do pai da mãe / (Pé) Pessoa azarada / Um imposto **4.** Grande crocodilo dos Estados Unidos / A cama usada para transportar um atleta lesionado **5.** Utensílio da máquina de costura / Julgar **6.** Um mecanismo de voo não pilotado / Os pontos em que, num quadro, a luz se mostra mais intensa **7.** Gemido doloroso / Nação com capital Havana / (Fig.) Homem desprezado pela sociedade **8.** Pessoa insignificante / Em tal quantidade **9.** Parte gordurosa do leite / A família de mamíferos da qual fazem parte as raposas e os lobos.

HORIZONTAIS: 1. Umbanda, **2.** Vila Rica, **3.** Visivo, OT, **4.** Agência, **5.** RN, Ateus, **6.** Nafta, Bic, **7.** Euro, Cana, **8.** Tirol, HN, **9.** Fio, Papai, **10.** UC, Mira, **11.** Goianorte, **12.** Ocasião, **13.** Rifar, Aos. **VERTICAIS: 1.** Verne, Fugir, **2.** MVI, Náutico, **3.** Bisa, Frio, IOF, **4.** Aligátor, Maca, **5.** Naveta, Opinar, **6.** Drone, Claros, **7.** Ai, Cuba, Pária, **8.** Coisinha, Tão, **9.** Nata, Canídeos.

SUDOKU

texto.art.br/fsp

DIFÍCIL

	7			5			2	
				8	7		9	1
8					3	5		
2	5							
		1				8		
							1	4
		6	5					3
7	1		9	4				
	2			7			6	

O **Sudoku** é um tipo de desafio lógico com origem europeia e aprimorado pelos EUA e pelo Japão. As regras são simples: o jogador deve preencher o quadrado maior, que está dividido em nove grids, com nove lacunas cada um, de forma que todos os espaços em branco contenham números de 1 a 9. Os algarismos não podem se repetir na mesma coluna, linha ou grid

SOLUÇÃO

1	7	9	6	5	4	3	2	8
6	3	5	2	8	7	4	9	1
8	4	2	1	9	3	5	7	6
2	5	8	4	6	1	9	3	7
4	6	1	7	3	9	8	5	2
3	9	7	8	2	5	6	1	4
9	8	6	5	1	2	7	4	3
7	1	3	9	4	6	2	8	5
5	2	4	3	7	8	1	6	9

ACERVO FOLHA

Há 100 anos **19.mar.1923**

Movimento rebelde no RS domina cidade de Alegrete

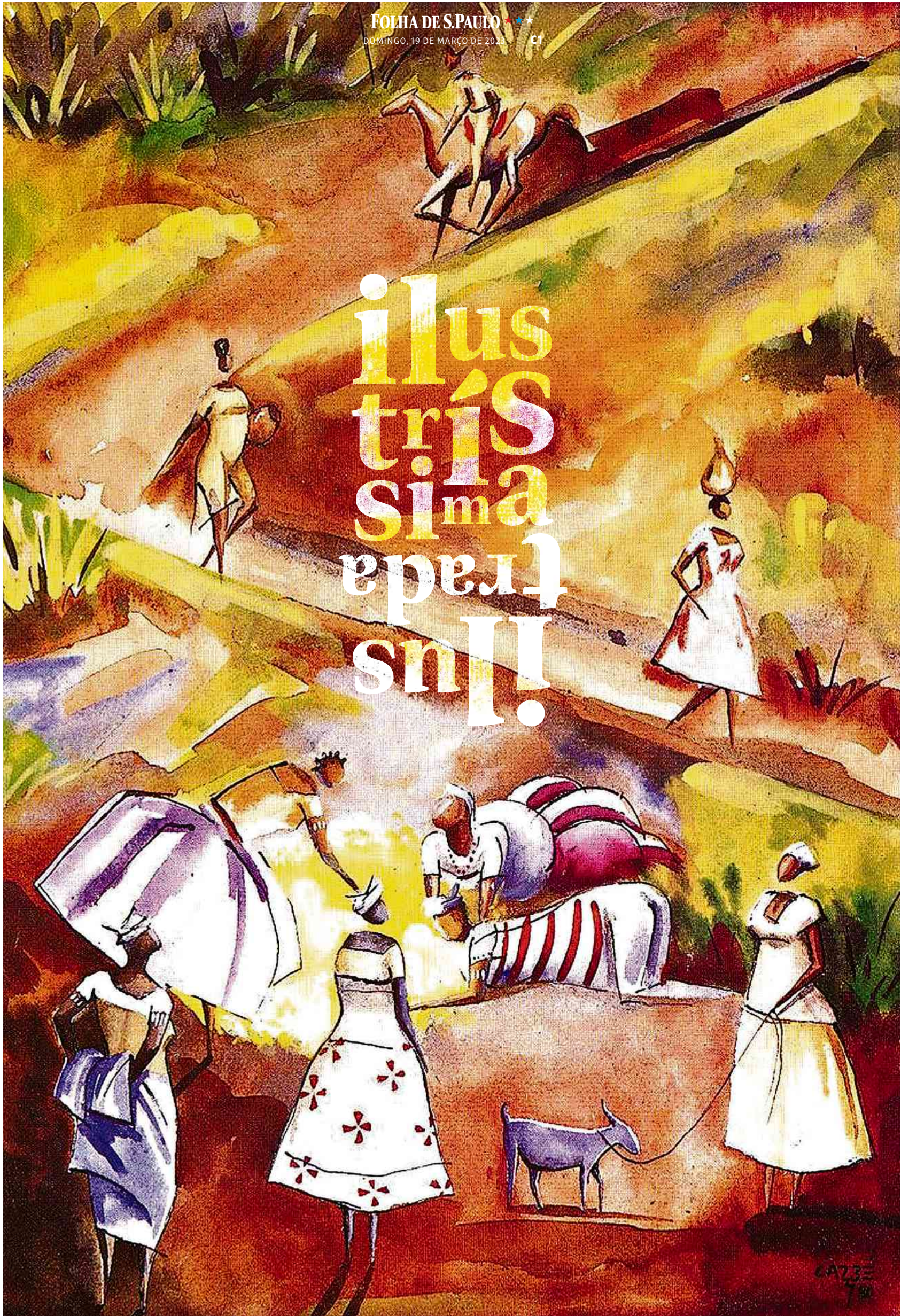
Notícias vindas de Alegrete, no Rio Grande do Sul, informam que a cidade caiu em poder dos integrantes do movimento revolucionário que luta pela deposição do governador estadual, Borges de Medeiros. Os rebeldes também teriam dominado distritos circunvizinhos.

Eles vinham recebendo armamentos e munições fazia dias. Os seus correligionários saíam da cidade de São Borja, atravessavam os campos e realizavam a entrega nas proximidades de Alegrete.

Consta que, com a conquista dessa localidade, era esperado que ocorresse uma disseminação do movimento contrário a Borges de Medeiros.

LEIA MAIS EM acervo.folha.com.br

Folha da Noite

A QUESTÃO DO ASPHALTO

Obra 'Tesouro', do pintor Carybé Divulgação

Que racismo é esse?

Em entrevista, o sociólogo Muniz Sodré, que lança novo livro, diz que, embora aceite o termo racismo estrutural, o considera um conceito equivocado C4

MÔNICA BERGAMO | monica.bergamo@grupofolha.com.br

Marco Pigossi
Tenho total consciência dos meus privilégios

[RESUMO] Ator fala sobre a nova temporada da série 'Cidade Invisível' (Netflix), que explora o folclore brasileiro, cobra mais atenção aos povos originários, diz querer levar pretos, trans e pobres para a frente das câmeras e reflete sobre o seu lugar dentro da comunidade LGBTQIA+

Por ***Tony Goes***

Em 2017, Marco Pigossi surpreendeu seus fãs, seus colegas e a imprensa em geral. Depois de mais de uma década na Globo, o ator decidiu não renovar contrato com a emissora. Preferiu trocar a segurança dos papéis de protagonista de novela, que começavam a se repetir, pela incerteza de uma carreira mais livre, sem estar preso a nenhum canal ou plataforma de streaming.

*

Quase seis anos depois, ele admite que sua aposta foi bem-sucedida. Nesse período, participou de três séries da Netflix, cada uma delas rodada num país diferente: "Tidelands", na Austrália, "Alto Mar", na Espanha, e "Cidade Invisível", no Brasil. Também está no elenco de "Gen-V", série derivada de "The Boys", que chega ainda este ano à Amazon Prime Video. E tem vários outros projetos engatilhados, como ator e como produtor, no Brasil e nos EUA. Atualmente, mora em Los Angeles.

*

A segunda temporada de "Cidade Invisível", da qual é o protagonista, estreia na próxima quarta (22) na Netflix. A série mostra criaturas do folclore nacional como a Cuca, o Saci-Pererê e a Mula-Sem-Cabeça vivendo entre os humanos, escondidas por identidades secretas. Foi criada por Carlos Saldanha, diretor, produtor e animador brasileiro que se destacou nos EUA com os longas em animação das franquias "A Era do Gelo" e "Rio".

*

O Rio de Janeiro era o cenário da primeira fase, mas a segunda se passa em Belém do Pará. "São várias cidades invisíveis, porque são vários Brasis", diz Pigossi, em entrevista por videoconferência. "Temos tanta cultura, tantas histórias, que, nesse sentido, a série pode ser infinita."

*

Apesar de falar de lendas que só circulam no Brasil, "Cidade Invisível" ficou entre as dez séries mais assistidas da Netflix em vários países do mundo. "Já fui reconhecido na rua na Europa, as pessoas vêm falar comigo", acrescenta o ator. "Os seres mitológicos da série são 100% brasileiros, mas suas histórias são muito humanas e, portanto, universais."

*

Ex-colegas da Globo participam do programa. Alessandra Negrini faz uma Cuca sensual, muito diferente do monstro parecido com um jacaré que aparecia na série infantil "Sítio do Picapau Amarelo". E Leticia Spiller, uma novidade no elenco, surge como Matinta Perera, uma feiticeira que traz mau agouro.

*

"Antes da série, eu só conhecia o folclore brasileiro através dos livros de Monteiro Lobato", conta. "Mas agora nós fomos além. A segunda temporada mergulha nas crenças dos povos indígenas. Também temos atores indígenas no elenco e uma diretora indígena. Ninguém saberia contar essa história melhor do que eles."

*

Pela primeira vez em sua carreira, Pigossi volta a interpretar um mesmo personagem depois de um hiato de quase três anos. "Tive que rever a primeira temporada antes de começar a gravar a segunda, no primeiro semestre do ano passado. E foi incrível reencontrar a Manu Dieguez, que faz a minha filha na série. Ela tinha 12 anos quando nós nos conhecemos. Agora está com 15, e tem quase a minha altura."

*

Ele interpreta Eric em "Cidade Invisível", um policial ambiental que, buscando elucidar a misteriosa morte de sua mulher, acaba descobrindo todo um universo de criaturas fantásticas em pleno Rio de Janeiro. Pergunto qual delas ele gostaria de encarnar, já que Eric é um dos poucos personagens da série que, a princípio, não possui nenhum poder mágico. "Na verdade, eu gostaria de ser o Eric da segunda temporada. Quando você assistir, vai entender por quê", adianta ele, sem dar spoilers.

*

Pigossi agora integra a pequena comunidade de atores brasileiros que se transferiu para o exterior. Dela também fazem parte Rodrigo Santoro, Wagner Moura, Alice Braga e Bianca Comparato. "Eles são todos uma grande inspiração. E durante a pandemia a gente se aproximou muito, porque não podíamos circular por todos os lugares. Acabamos virando uma panelinha. Mas eu nunca quis ter uma carreira internacional. Meu objetivo é fazer bons personagens, contar boas histórias."

*

Pigossi revelou ser homossexual em novembro de 2021, quando postou no Instagram uma foto em que aparece de mãos dadas com seu companheiro, o diretor e roteirista italiano Marco Calvani. "Feliz Dia de Ação de Graças. P.S.: Chocando zero pessoas", dizia a legenda.

*

A reação nas redes sociais foi surpreendentemente positiva. A imensa maioria dos comentários desejava felicidades ao casal. Mas também houve quem minimizasse a luta do ator pela autoaceitação, por ser branco, cisgênero e oriundo da classe média alta.

*

"Não tenho como não concordar com isso. Realmente, foi bem mais fácil para mim. Eu tenho total noção de que sou superprivilegiado. Tive, inclusive, o privilégio de não ser afeminado. O privilégio do armário, porque você consegue passar despercebido. Mesmo assim, não foi fácil. Mas agora eu quero usar esses meus privilégios para ajudar quem não teve nenhum. Para quem nasceu preto, trans, na favela. Meu objetivo é realmente dar a mão para esses corpos que sofrem tanto preconceito e tentar trazê-los para a frente da câmera. Mostrar o quanto de beleza tem neles, e que são perfeitos do jeito que são."

*

O ator já começou a colocar esse plano em prática. Produziu — e bancou do próprio bolso — o documentário "Corpolítica", que acompanha quatro candidatos LGBTQIA+ nas eleições municipais de 2020. Entre eles, duas se elegeram vereadoras, ambas mulheres e pelo PSOL: a transexual Erika Hilton, em São Paulo, e Monica Benício, viúva de Marielle Franco, no Rio de Janeiro. Dirigido por Pedro Henrique França, o filme já passou por vários festivais e deve estrear nos cinemas em junho. "'Corpolítica' é uma resposta à onda conservadora que a gente estava vivendo. Eu tenho muito orgulho desse projeto. De trazer um pouquinho da minha voz para representar a nossa comunidade."

*

Pigossi estreou na Globo em 2004, na minissérie "Um Só Coração". Mas seu primeiro papel de destaque na emissora só veio em 2009, na novela "Caras e Bocas", de Walcyr Carrasco: ele era Cássio Amaral, um gay espalhafatoso que repetia sempre o bordão "tô rosa chiclete!". Na mesma época, o ator lutava para manter escondida sua orientação sexual.

*

"A vida é irônica com a gente, não é? Meu primeiro grande personagem não foi um galã, mas um gay afeminado. E ele agradou muito mais do que muitos personagens héteros que fiz. Para mim, fez parte do processo que me levou a estar aqui hoje falando abertamente, naturalmente. Eu tenho muito carinho pelo Cássio."

*

Na primeira semana de março, o ator Rodrigo Simas revelou ao jornal "Extra" que é bissexual. Foi o que bastou para internautas reviverem o boato de que Simas e Pigossi viveram um romance nos bastidores da novela "Fina Estampa", de que ambos participaram em 2011.

*

"Eu sou um livro aberto", desabafa Pigossi. "Já contei tudo o que tinha que ser contado da minha vida. Essa história não faz o menor sentido, não tem pé nem cabeça. Mas é uma loucura pensar que tem mais gente interessada nessa fofoca do que em ver duas atrizes indígenas falando tukano em 'Cidade Invisível'."

*

A segunda temporada da série tem duas atrizes da etnia tukano no elenco: Kay Sara, que atuou na série "Aruanas", da Globo, e sua mãe, Ermelinda Yepario. "Nós fizemos muitas cenas juntos", conta Pigossi. "No primeiro ensaio, já me emocionei muito com a musicalidade da língua delas, que foi praticamente dizimada", diz. "A gente cresce no Brasil sem dar muita atenção à causa dos povos originários. Quando eu estive na Austrália, percebi que a questão dos aborígenes é muito presente por lá. Eu espero que 'Cidade Invisível' traga um pouco mais de visibilidade para este assunto. Mais atenção, mais discussão."

*

"Tive muita sorte na minha trajetória", acrescenta. "Só o trabalho e a dedicação não são suficientes. É preciso ter talento, vocação, mas também sorte."

O ator Marco Pigossi, que se prepara para viver de novo o policial Eric em 'Cidade Invisível' Gérson Lopes/Divulgação

SÃO PAULO

PARQUE IBIRAPUERA

SEXTA 19/5

AUDITÓRIO

- Tributo Zuza Homem de Mello com Orquestra Ouro Negro, Fabiana Cozza, Gabriel Grossi Mônica Salmaso
- Nubya Garcia
- Julian Lage
- Tigran Hamasyan

TENDA HEINEKEN

- Christne and the Queens
- Arlo Parks
- Dry Cleaning
- Xenia França

PACUBRA / TOKYO

- Disco Tehran
- Gop Tun Djs

SÁBADO 20/5

PLATEIA EXTERNA

- Kraftwerk
- Underworld
- Model 500 Live by Juan Atkins

TENDA HEINEKEN

- Jon Batiste
- Mdou Moctar
- Russo Passapusso & Nomade Orquestra com BNegão e Kaê Guajajara
- Blick Bassy

PACUBRA / TOKYO

- Festa Luna
- Feminine Hi-Fi
- Pista Quente

DOMINGO 21/5

AUDITÓRIO

- The Comet is Coming
- Samara Joy
- DOMi & Jd Beck

PLATEIA EXTERNA

- Caetano Veloso
- Tim Bernardes canta Gal Costa
- "1973" por Juçara Marçal e Kiko Dinucci com Arnaldo Antunes, Giovani Cidreira, Jadsa, Linn da Quebrada e Tulipa Rauiz

TENDA HEINEKEN

- The War on Drugs
- Weyes Blood
- Black Country, New Road

PACUBRA / TOKYO

- Selvagem
- Cremosa Vinil
- Deekapz

INGRESSOS:

Tenda Heineken R$540/370 Auditório R$560/280 Pacubra / Tokyo R$180/90

Plateia Externa Sábado R$680/340 Domingo R$ 380/190

Comprando ingresso para um dos shows você também terá acesso à área de convívio / alimentação e ao Pacubra / Tokyo (sujeito a lotação).

Clientes C6 Bank terão desconto de 20%. Os descontos não são cumulativos.

REALIZAÇÃO:

CRIAÇÃO E PRODUÇÃO:

PATROCÍNIO:

RÁDIO OFICIAL:

APOIO:

INGRESSOS:

'Candomblé' (1983), óleo sobre tela Reprodução

Radiografia do racismo

[RESUMO] Em novo livro, Muniz Sodré contesta o conceito de racismo estrutural, que a seu ver carece de base científica. Embora não se oponha ao uso da expressão, o sociólogo e colunista da **Folha** afirma que a discriminação racial no Brasil é difícil de combater por ser institucional e intersubjetiva, tendo como marca a negação do preconceito, e que teria se reconfigurado depois da Abolição com as ideias fascistas europeias. Sodré defende ainda que o pensamento da aproximação, manifestado em algumas situações brasileiras, traz oportunidade de combater o racismo

Por ***Maurício Meireles***
Repórter especial da **Folha**

Ilustração ***Carybé***
Artista nascido na Argentina (1911-1997), naturalizou-se brasileiro em 1957, depois de interessar-se pela cultura afro da Bahia e desenvolver atividade no país

Muniz Sodré é um intelectual de luta. Faixa-preta de caratê, continua a praticar o esporte aos 81 anos. A idade só o obrigou a deixar para trás a capoeira, que ele treinou com mestre Bimba, um dos grandes capoeiristas do Brasil.

Professor emérito da UFRJ (Universidade Federal do Rio de Janeiro) e colunista da **Folha**, ele é um dos mais influentes pesquisadores da comunicação no Brasil. Também é um dos obás de Xangô, espécie de ministros do Ilê Axé Opô Afonjá, antigo terreiro de candomblé de Salvador.

Além de livros publicados sobre a mídia, Sodré também publicou obras acerca da cultura brasileira, em especial a cultura negra. Em seu novo lançamento, "O Fascismo da Cor" (Vozes), ele traça uma radiografia da discriminação racial no Brasil, construindo o argumento de que, passadas a Abolição e a Proclamação da República, uma outra forma de racismo se estabeleceu no país.

Para o pesquisador, essa nova configuração tem laços com as ideias fascistas surgidas na Europa e o eugenismo associado a elas. Um dos divulgadores desse discurso no país, lembra, era o escritor Monteiro Lobato.

Além desse diagnóstico, Sodré dedica parte significativa do livro a contestar o conceito de racismo estrutural, tal como desenvolvido por Silvio Almeida, agora ministro dos Direitos Humanos e da Cidadania. "Se fosse estrutural, já teria sido derrotado. O movimento negro é o movimento mais antigo da sociedade brasileira", diz o autor, que propõe no lugar o conceito de "forma social escravista".

Em entrevista à **Folha**, Sodré analisa o perfil do racismo à brasileira e explica os motivos pelos quais discorda de Silvio Almeida. Ele também defende que as rodas de capoeira e os candomblés podem oferecer uma saída para a discriminação racial.

*

Na primeira metade do seu livro, o sr. contesta o conceito de racismo estrutural, hoje muito popular. Por que considera essa definição insuficiente para explicar o racismo no Brasil? O conceito de estrutura é um conceito complexo. Primeiro, tenho que advertir que não tenho nada contra falar em racismo estrutural, porque acho que, do ponto de vista político, é bom, é fácil. Dá um ancoramento para a ideia de racismo aqui no Brasil.

Mas eu digo que ele não é estrutural. Parto de coisas simples, como a frase do ministro Luís Roberto Barroso, do STF, quando ele disse que, no Brasil, as estruturas são feitas para não funcionar. Ele está falando da estrutura jurídica, da estrutura econômica, e é verdade. As estruturas aqui são feitas para não funcionar. Por que a única a funcionar seria o racismo?

Acho que o racismo funciona exatamente porque ele não é estrutural. Minha visão é que o racismo que existia no Brasil estava consolidado e ligado à escravatura. Portanto, a estrutura escravista existia. Há um livro do historiador Jacob Gorender em que ele mostra a estrutura existente na escravidão. Outros ensaístas, como Alberto Torres, mostram que era uma estrutura que funcionava.

O Brasil se sustentou na escravidão, foi ela que fez a acumulação primitiva [de capital] aqui e foi a coisa mais bem-organizada neste país. Mas isso acabou com a Lei Áurea. Ao contrário do que acham alguns amigos meus escritores negros, a Abolição não foi uma farsa. Ela efetivamente acabou com a sociedade escravista e, portanto, acabou com a estrutura escravista, mas não acabou com o racismo.

Antes da Abolição, não era necessário um racismo atuante. Quatro quintos da população que trabalhavam como escravos eram torturados no Império de dom Pedro 2º. Mesmo assim, houve naquele momento uma classe média negra, uma intelectualidade negra que emergiu. Grandes figuras da literatura e das artes eram negras.

O primeiro embaixador plenipotenciário do Brasil na Inglaterra, Francisco Jê Acaiaba Montezuma, era um negão baiano muito brilhante. Os artistas negros de Pernambuco formavam uma classe média com quase 2.000 pessoas. Só ouvimos falar deles hoje depois de livros focados nisso porque, como dizia Mário de Andrade, foi uma aurora que não deu dia. Quando veio a Abolição, se esqueceu de tudo isso. A cultura negra passou a ser a cultura popular, reconhecida muito tempo depois.

Se o racismo brasileiro não é estrutural, qual seria a característica dele? Ele é institucional. Defino no livro o que é estrutura. É um termo muito preciso na sociologia e na filosofia. O conceito pressupõe uma totalidade fechada de elementos interdependentes. Você pode falar, por exemplo, da estrutura jurídica: a doutrina do direito se reflete nos tribunais, no processo penal, nas leis. Isso é estrutural.

Se dissermos que o racismo é uma estrutura, temos que mostrar qual é a interdependência dos elementos. Aí você diria que, quando se vai selecionar alguém para um emprego, só brancos são selecionados. Mas a estrutura é formal, tem uma forma escrita ou uma forma de costumes que é reconhecida por todos. A discriminação racial no Brasil não é reconhecida por ninguém. Nenhum Estado ou governante se diz racista. Às vezes, os racistas mais atrozes diziam que não eram racistas.

A grande dificuldade do combate ao racismo no Brasil é que, aqui, a negação funciona. O grande mecanismo do racismo é a negação. Li o livro do Silvio Almeida ("Racismo Estrutural"), e ele não diz o que é uma estrutura. O racismo foi estrutural nos Estados Unidos, na África do Sul...

Então, o sr. defende que, para ser estrutural, o racismo precisa estar explicitamente amparado pela burocracia do Estado. Exatamente. Para mim, o racismo é institucional e intersubjetivo. Por isso ele é muito difícil de combater. Você não o pega. Se o racismo brasileiro fosse estrutural, já teríamos acabado com ele. O movimento negro é o movimento mais antigo da sociedade brasileira, ele vem desde a Abolição.

Continua na pág. C5

Para mim, o racismo é institucional e intersubjetivo. Por isso ele é muito difícil de combater. Você não o pega. Se o racismo brasileiro fosse estrutural, já teríamos acabado com ele. O movimento negro é o movimento mais antigo da sociedade brasileira, ele vem desde a Abolição

Continuação da pág. C4

Silvio Almeida fala de instituições que funcionam como uma correia de transmissão do racismo. Sou obrigado a me perguntar: correia de transmissão a partir de onde? Quando Lênin diz que os jornais deveriam ser a correia de transmissão do partido para as massas trabalhadoras, você tem de um lado o partido, de outro, as massas, e no meio, o jornalismo.

Sem dúvida, as instituições são uma correia de transmissão, mas não de uma estrutura. Onde é que está essa estrutura? No Estado? Mas o Estado não tem leis racistas, elas acabaram com a Abolição. Estão na economia? Não conheço leis econômicas racistas, conheço discriminações econômicas, mas não leis.

O sistema tributário brasileiro, que pesa mais sobre os pobres, em sua maioria pretos e pardos, não tem um componente racial implícito? Não tem uma implicação estritamente racial, são os pobres que pagam mais impostos. Entre eles, você tem claros e escuros —ainda que, sem dúvida, os salários mais baixos sejam dos negros. Acho importante que se estudem esses aspectos embutidos na economia, nas instituições, na remuneração da força de trabalho. Com esses dados, é possível intervir no debate público, tomar um partido antirracista.

Não sou contra a expressão racismo estrutural, sou contra a cientificidade dela.

O sr. disse que, depois da Abolição e da Proclamação da República, surgiu uma nova forma de racismo. Qual é o seu perfil? O segundo ponto do livro é mostrar a diferença entre sociedade e forma social. Você não vai encontrar na literatura sociológica brasileira essa distinção, mas ela é feita por mim. A sociedade implica uma estrutura: ela tem uma interconexão de seus elementos, ou seja, o modo de produção está articulado com o sistema jurídico, com a política... Toda a visão marxista sobre a sociedade, para mim, é coerente. Nesse ponto, sou bem marxista.

Mas a forma social é outra coisa. Ela é uma imagem que a sociedade projeta de si mesma, que ela tem ou quer ter de si. Isso nós temos individualmente: você tem uma imagem de si mesmo e quer que os outros reconheçam você como uma imagem válida.

Isso também existe em termos coletivos. A imagem que a sociedade tem de si é gerida pelo Estado e pelas classes dirigentes. Ela pode ser oficial, mas também subterrânea, uma imagem oculta que existe e lhe determina. Isso eu chamei de forma social escravista.

O que seria essa forma social escravista? Ela é aparência, mas isso não quer dizer que seja uma ilusão. As aparências existem e continuam a existir por ter força, e é um erro querer lidar só com o que é material, concreto. Na forma social, falo de uma aparência que a sociedade quer ter sobre si mesma: as classes dirigentes querem se ver como brancas, europeias e cristãs, sem ter nada a ver com negros.

Esse querer ver-se é a forma social. Dentro dessa imagem, se desenvolvem os mecanismos linguísticos, psicossociais, de subjetividade e de comunicação. Portanto, a aparência cria formas.

Ou seja, acabou a escravidão, mas nasceu a forma social escravista. Ela mantém a escravidão como ideia e como discriminação institucional. Essa forma não é captada apenas objetivamente, não está em números. Portanto, não é pega pela sociologia quantitativa. São também as percepções, os afetos. A forma social é um conceito que vem da sociologia alemã e está na sociologia francesa contemporânea.

O senhor dá um papel de destaque ao patrimonialismo nisso que chama de forma social. A forma escravista está ancorada nesse modo de controle social que é o patrimonialismo, ou seja, no poder exercido por grandes famílias, pelo compadrio, pelo afilhadismo. Esse parentesco dominante no Brasil é branco e reproduz a forma social racista. Quis mostrar como essa forma é tão ampla, tão invasiva, tão maior que a estrutura que ela pode atingir o próprio preto. O preto pode se adequar a ela e ser racista contra pretos também.

Vivemos essa forma no cotidiano. Podemos vê-la em explosões súbitas de fúria e agressões. No Maranhão, o cara estava passando com a mulher, veem um homem tentando abrir o próprio carro e acham que ele está tentando roubar o veículo. Aí os dois descem a porrada no homem. Quando foi jogado no chão, a mulher grita para o marido chutar a cabeça da vítima. O carro era dele. Isso é diário no Brasil.

O sr. diz que essa nova manifestação do racismo está ligada ao fascismo europeu. Qual é a relação entre os dois fenômenos? Diferentemente do período da escravidão, o racismo pós-abolicionista é plenamente doutrinário, ou seja, ele incorpora ideias europeias sobre o racismo. Essas ideias vêm principalmente da doutrina do eugenismo.

Isso não coincide, em termos de data, só com o período pós-Abolição, mas, nesse momento no mundo, o eugenismo faz parte de uma atmosfera fascista. O que faz com que o fascismo se expanda para Portugal, Espanha e outros países é a questão da preservação do cristianismo e da pureza do homem europeu. É o nacionalismo extremado do homem branco.

O racismo ocidental vem da Igreja Católica e é primeiro antissemita. O modelo do racismo [contra os negros] é o antissemitismo: as primeiras vítimas são os judeus, e os primeiros carrascos são os padres. Depois, isso se transfere para o negro. Os escritos do fascismo incorporam a ideia de eugenia e isso chega aqui muito tempo depois da Abolição, através de igrejas, mas principalmente por meio de intelectuais — Monteiro Lobato é o grande modelo.

O fascismo é o espírito da época do racismo brasileiro. É dele que conflui, para as classes dirigentes brasileiras, a discriminação do negro, que já não era mais jurídica nem política.

No livro, o sr. aponta Nilo Peçanha, que virou presidente em 1909 e era negro, como um caso a ser estudado. O que a história dele diz sobre o racismo à brasileira? Examinaram pouco essa história. Nilo Peçanha veio de uma família pobre em Campos dos Goytacazes (RJ), a mãe era meio clarinha e o pai era preto, eram agricultores. Ele se tornou um político brilhante e abolicionista, mas não queria ser reconhecido como negro. Ele se maquiava para clarear a pele antes de ser fotografado, e as fotos eram retocadas.

É o primeiro e único presidente negro do Brasil. É uma figura importante por mostrar esse mascaramento, ou seja, a tentativa de não parecer negro, que foi típico do mulato aqui no Brasil. A imprensa o ridicularizava. Faço uma análise linguístico-filosófica do discurso racial, mostrando como ele é atravessado pela ambiguidade. Quis mostrar como há jogos de linguagem no discurso racista, para mostrar como a forma social escravista opera.

Há algumas semanas, participantes do Big Brother Brasil expressaram medo de um colega por ele seguir uma religião afro-brasileira. Qual o papel do medo na consolidação do racismo no país? O medo é um elemento importante nas relações hierárquicas. Torturavam-se escravos para infligir medo. Uma tortura podia começar porque a sinhá achava que o negro olhou atravessado para ela.

Mas o medo é uma faca de dois fios. O torturador tem medo também. Temer os negros foi algo que se intensificou com a Revolta dos Malês, em 1835, mas já vinha do Haiti e de Cuba e se disseminou entre as classes brasileiras.

Mas como esse medo de revoltas negras nas Américas se transforma no medo de manifestações culturais? O racismo cultural é o racismo do sentido que o outro produz. Junto com ter medo físico do negro vem, principalmente depois da Abolição, ter medo da cultura afro, do feitiço, que era um ponto de repulsa e atração, porque a classe média branca sempre se consultou nos cultos afros.

Como você sabe, eu sou de candomblé, da hierarquia do Ilê Axé Opô Afonjá. Conheci ao longo da vida professores razoáveis, ateus, que têm medo do pertencimento ao candomblé. A pessoa não acredita em nada, mas tem medo. Isso é o preconceito.

Ao mesmo tempo que há esse preconceito, as artes brasileiras promoveram uma celebração da cultura afro-brasileira, como na obra de tropicalistas ou de Jorge Amado. Como o racismo brasileiro comporta essa contradição? Porque ele não é estrutural [risos] e essa celebração não foi insurrecional.

O sociólogo Muniz Sodré em seu apartamento, no Rio Eduardo Anizelli/Folhapress

Conheci bem o Jorge Amado. Ele dizia que não acreditava em nada, mas era do Axé Opô Afonjá como eu. Não viajava de avião sem que uma mãe de santo fizesse um jogo para ele, porque morria de medo. Quando me confirmei como obá de Xangô, Caymmi entrou comigo. Quando eu estava na Bahia, Caetano Veloso, Gilberto Gil, esse pessoal não era de candomblé. Hoje, Gil também é obá de Xangô.

Quando digo que essas celebrações na cultura brasileira não representam uma insurreição, quero dizer que não são algo contra o Estado, é mais uma posição existencial. Mas celebrar o candomblé é celebrar aquilo que a cultura afro traz de mais precioso, o apego à vida.

Se o catolicismo é a religião do amor universal irradiado de Cristo, o candomblé é a alegria, uma alegria litúrgica. Quem é baiano é atravessado por essa liturgia. Jorge Amado foi o grande romancista disso. Ele inventa uma Bahia, a língua da Bahia para fora é o jorge-amadês. Todas aquelas histórias são e não são inventadas.

Abdias do Nascimento via um racismo implícito na obra de Jorge Amado. Jorge Amado é o ideólogo do povo nacional, e esse povo nacional era um povo mestiço, os baianos. Ele vai encontrar o modelo dessa mestiçagem no candomblé, em que essa mestiçagem não é só ideológica, é cultural também.

No Axé Opô Afonjá, eu já vi padre bater cabeça, já vi judeu bater cabeça. É isso que sempre atraiu Jorge Amado. Quando Jean-Paul Sartre esteve na Bahia, passou o dia inteiro no Axé Opô Afonjá, sentado com mãe Senhora.

No livro, o senhor tenta destacar as particularidades do racismo no Brasil, traçando a diferença em relação aos Estados Unidos. Nos últimos anos, alguns intelectuais têm criticado o que veem como uma influência excessiva do pensamento racial americano no debate público brasileiro. Como avalia essa questão? Os negros americanos são diferentes. Acho que nossas condições de luta e opressão são bastante diferentes e o que é igual é a cultura negra. O samba nasceu na Praça 11 nas mesmas circunstâncias que o jazz nasceu na praça Congo, em Nova Orleans. Nasceu do candomblé, com os baianos que civilizaram o Rio de Janeiro.

Falo da cultura como a vitalidade do povo. O que é forte nos Estados Unidos vem dos negros, nada é mais forte que a música, que o jazz. Isso cria uma ponte, é como se o ritmo viajasse pelos Estados Unidos, pelo Caribe, por Cuba, e essa ponte não está sob a égide do Estado, é também uma forma social.

Em um mundo com trocas possibilitadas pelas tecnologias da informação, seria necessário, portanto, pensar o racismo com um recorte global em vez de apenas nacional? O pensamento nacional, se for forte, vai ser global. O pensamento global não atinge o núcleo do racismo, que está em conformações nacionais. O combate aqui no país tem que ser pensado em termos brasileiros para ser suficientemente forte e se irradiar transnacionalmente. É algo que o Brasil pode oferecer ao mundo, uma chave de saída do racismo.

Como? O principal modo de combater o racismo não é pensar intelectualmente a diferença. Não dou muita atenção a toda essa coisa de proteger linguisticamente a diferença, por exemplo. A filosofia da diferença é a grande filosofia moderna, que fala da necessidade de aceitar o diferente. É um pensamento avançado e global.

Mas, para mim, o principal modo de combater o racismo é o pensamento da aproximação, que é mais completo. É o morar junto, a vizinhança na escola, no trabalho, nas relações amorosas. A aproximação está em qualquer unidade que se possa construir, e o racismo se exacerba quando os diferentes estão próximos.

O Brasil já é um país que tem as oportunidades de aproximação pela própria heterogeneidade da população. Temos que pensar as diferentes formas de existir no Brasil e aprender com elas. Onde você não encontra racismo aqui? No Axé Opô Afonjá, no candomblé de Menininha do Gantois, no terreiro da Casa Branca, nas rodas de capoeira. Será que não pode vir daí uma lição?

Não é que as pessoas sejam perfeitas, mas há modos de vida ali que são antirracistas. São casos pequenos, mas é do pequeno que você começa a pensar o grande. Foi assim que Davi matou Golias. ←

Temos que pensar as diferentes formas de existir no Brasil e aprender com elas. Onde você não encontra racismo aqui? No Axé Opô Afonjá, no candomblé de Menininha do Gantois, no terreiro da Casa Branca, nas rodas de capoeira. Será que não pode vir daí uma lição?

O Fascismo da Cor
Autor: Muniz Sodré. Editora: Vozes. R$ 54,90 (280 págs.); R$ 41 (ebook)

A radicalidade de Fanon

[RESUMO] Lançamento de perfil biográfico de Frantz Fanon e nova edição de 'Os Condenados da Terra' permitem contestar equívocos na recepção de sua obra e ressaltam a força e a atualidade do seu pensamento, que uniu trabalho clínico e militância política na busca de caminhos para superar o sofrimento psíquico e a violência relacionados ao colonialismo

Por **Priscilla Santos**
Mestre e doutoranda em psicologia clínica pela USP

Jovens penduram bandeiras da Argélia em uma parede em Argel um dia depois da proclamação da independência do país 6.jul.62/AFP

Publicado em mais de 15 idiomas, o livro "Os Condenados da Terra" veio à luz pouco antes da morte de Frantz Fanon, em 1961, aos 36. Neste ensaio, relançado no Brasil no ano passado pela Zahar, o psiquiatra martinicano analisa a alienação colonial e seus efeitos, tanto nos colonizados quanto nos colonizadores, no contexto da guerra de libertação da Argélia, e denuncia a violência atroz do colonialismo.

Considerado um testamento político, uma vez que Fanon decidiu escrevê-lo depois de receber o diagnóstico de leucemia e descobrir que lhe restava pouco tempo de vida, o livro é uma despedida em grande estilo, deixando sua marca e sua intensidade nas páginas que agitaram as águas entre a velha metrópole e as colônias em luta por emancipação.

No prefácio de uma das edições de "Os Condenados", a psicanalista franco-argelina Alice Cherki afirma que a obra é um "um grito de alarme sobre o estado dos países colonizados", especialmente os africanos. Esse prefácio nos aproxima do pensamento, da práxis e de todo o legado do pensador, aspectos que Cherki costura com muita delicadeza em "Frantz Fanon: um Retrato", também publicado em 2022 pela Perspectiva.

Nascida em uma família judia, Cherki demonstra como a própria história da Argélia foi construída por uma multiplicidade de atores de origens distintas, como o próprio Fanon, ícone da independência do país. A autora não almejou produzir uma biografia, mas, como indica o próprio título, construir um retrato, uma espécie de testemunho sobre quem foi Fanon. É nesse recorte que podemos encontrar traços que contextualizam o período histórico da produção da obra fanoniana.

Considerado um testamento político, uma vez que Fanon decidiu escrevê-lo depois de receber o diagnóstico de leucemia e descobrir que lhe restava pouco tempo de vida, 'Os Condenados da Terra' é uma despedida em grande estilo, deixando sua marca e sua intensidade nas páginas que agitaram as águas entre a velha metrópole e as colônias em luta por emancipação

Cherki demonstra a participação ativa de intelectuais negros, como o próprio Fanon, na história da libertação do povo argelino. A autora relaciona a produção teórica do psiquiatra a sua vida privada como imigrante das Antilhas, diretor de hospital, escritor, militante e político e, assim, contribui para que mal-entendidos, ainda tão frequentes, não sejam reproduzidos.

Fanon ficou conhecido pela vivacidade de seus textos. Produziu uma obra incendiária sobre a luta pela libertação material e psíquica dos povos colonizados e sobre a necessidade de superação do racismo e do imperialismo. Também incomodou a classe dominante europeia e foi tomado como um teórico que fez apologia da violência, sobretudo para quem o conheceu apenas por uma leitura apressada do prefácio do filósofo Jean-Paul Sartre a "Os Condenados da Terra".

Cherki aponta que um dos equívocos de Sartre foi "justificar a violência enquanto Fanon a analisa" —de fato, não há fascínio pela violência em Fanon. Ele "não a promove como um fim em si, mas como uma passagem obrigatória", escreve a autora. Fanon pretende, acima de tudo, fazer da violência colonial uma arma contra o colonizador, e um dos objetivos de "Os Condenados" é refletir sobre as formas de eliminação da violência colonial.

Para Cherki, a censura que busca colocar uma pecha sectária no trabalho de Fanon provoca, na verdade, o esquecimento da violência existente nas sociedades em que os indivíduos estão interditados psíquica e materialmente de concretizar seu devir, ou seja, estão desumanizados. Essa é uma perspectiva que, infelizmente, ainda permanece presente.

Além disso, não é incomum nos depararmos com uma divisão sistemática da obra de Fanon que separa seus trabalhos clínicos ou psiquiátricos de seus textos políticos. Tal interpretação, apontada por diversos autores e analisada com rigor por Deivison Faustino no âmbito das disputas e das encruzilhadas entre os leitores fanonianos, não considera a constante articulação teórico-clínica desde sua primeira obra, "Pele Negra, Máscaras Brancas", de 1952.

Em "Os Condenados", Fanon diz não poder evitar notas psiquiátricas para abordar a "podridão que precisamos, implacavelmente, detectar e extirpar de nossas terras e das nossas mentes", em uma referência ao sofrimento psíquico e aos transtornos mentais decorrentes do colonialismo e das perturbações advindas da guerra de libertação.

Fanon foi, sem dúvida, um intelectual versátil, erudito e rigoroso, atento a diferentes áreas, mas, sobretudo do psiquismo. Cherki, que o conheceu em 1955 em uma conferência impactante sobre o medo na Argélia, quando ainda era estudante de medicina, foi convidada para trabalhar junto a sua equipe no hospital psiquiátrico Blida-Joinville, então dirigido por Fanon.

Naquele período, o psiquiatra questionava os espaços da loucura e as formas de alienação social, se inspirando na psicoterapia institucional de François Tosquelles, a quem tinha como um mestre e com quem "se relacionava mais pela diferença do que pelo consenso", de acordo com Cherki.

A radicalidade de Fanon é observada em toda a sua obra, mas também em sua clínica. Em sua carta de demissão ao ministro residente da

Continua na pág. C7

Fanon ficou conhecido pela vivacidade de seus textos. Produziu uma obra incendiária sobre a luta pela libertação material e psíquica dos povos colonizados e sobre a necessidade de superação do racismo e do imperialismo. Também incomodou a classe dominante europeia e foi tomado como um teórico que fez apologia da violência, sobretudo para quem o conheceu por uma leitura apressada do prefácio de Sartre a 'Os Condenados'

Continuação da pág. C6

Argélia, uma verdadeira declaração antimanicomial publicada no livro "Em Defesa da Revolução Africana" (1964), ele argumenta que a loucura é uma das formas de perder a liberdade e que a estrutura social da colônia despersonaliza o ser humano e escancara o projeto imperialista de desumanização do colonizado: "A função de uma estrutura social é edificar instituições atravessadas pela preocupação pelo homem". "Uma sociedade que encurrala os seus membros em soluções desesperadas é uma sociedade inviável, uma sociedade a substituir."

Essas declarações convocam, ainda hoje, pensadores dedicados a compreender o tamanho do desafio do legado de Fanon. Alice Cherki relata em seu texto a mobilização do psiquiatra para colocar em jogo a palavra, o reconhecimento e a recuperação da história de pessoas obliteradas a partir de posições de alteridade.

Durante seu exílio na Tunísia, Fanon ocupou um ativo papel político junto à FLN (Frente de Libertação Nacional) da Argélia, mas não se afastou do seu trabalho clínico e continuou escutando os combatentes argelinos traumatizados. O trabalho no hospital e sua dedicação em construir espaços socioterapêuticos estão apresentados nos casos ao final de "Os Condenados".

Encontramos aí sua escuta implicada e seu compromisso com o sofrimento da população. Encontramos também os relatos de traumas de uma guerra marcada pelo horror da tortura.

Desde seus primeiros textos, Fanon defende alternativas teóricas, ideológicas e políticas para as terríveis situações existentes nos manicômios, espaços onde trabalhou. Essas alternativas são, inicialmente, influenciadas por Tosquelles, mas pouco a pouco avançam na formulação de uma clínica institucional e seguem até a formulação de uma desinstitucionalização da clínica —uma proposta antimanicomial que leva em consideração os aspectos culturais intrínsecos de cada comunidade, na forma como esta lida com o adoecimento mental, construindo direções de tratamento próprias e coerentes com as realidades específicas.

Ainda na Tunísia, Fanon assumiu novas tarefas enquanto militante anticolonial e da libertação africana. Em seu livro, Cherki relata o impacto que ele sentiu ao conhecer a realidade da luta em outros países do continente. Sua aproximação com intelectuais e políticos africanos como Patrice Lumumba, Kwame Nkrumah, Sékou Touré, Julius Nyerere e Modibo Keïta o fez revisitar a necessidade da combatividade da luta pela libertação colonial.

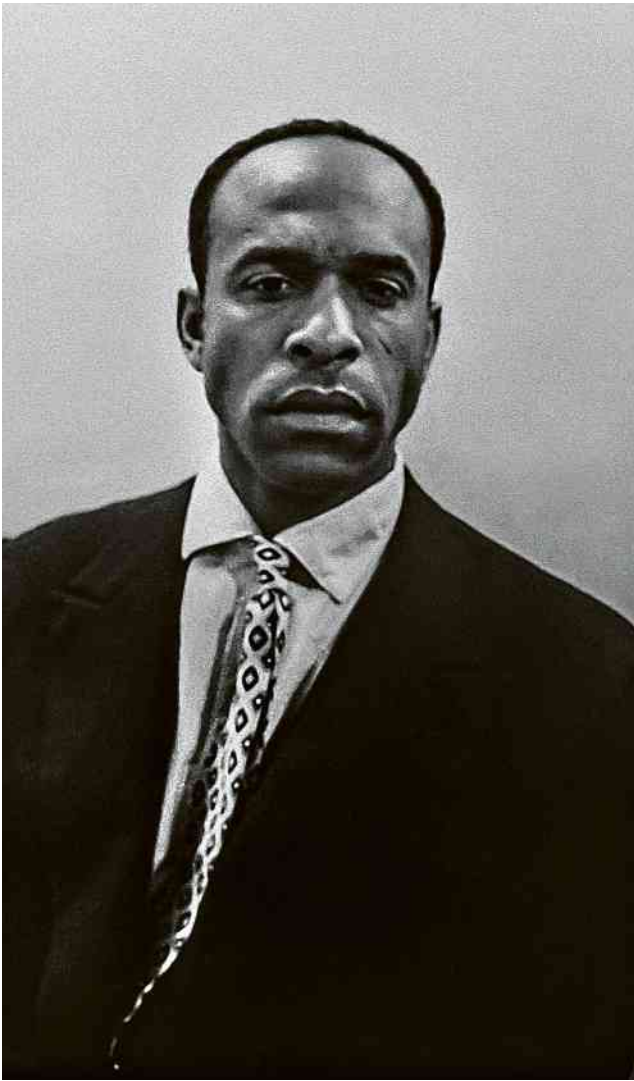
Esse também foi o período em que Fanon enfrentou a questão da corrupção de governos constitucionais que assumiram compromissos com as antigas metrópoles e protagonizaram traições que tiveram como ponto alto o assassinato de Patrice Lumumba, fundador do Movimento Nacional Congolês que ocupou o cargo de primeiro-ministro do país por 12 semanas em 1960, até ser derrubado por um golpe de Estado.

"Os Condenados" também se insere nesse contexto de unificação das lutas anticoloniais em diversas partes do mundo, incluindo os movimentos de emancipação dos trabalhadores da própria Europa. Cherki ressalta a elaboração desse compromisso por Fanon e como ele pôde remontar, por meio dessas experiências, as formas de construir a resistência tanto no tratamento clínico quanto na militância.

Para ela, "Os Condenados" pode ser lido como uma advertência aos colonizados engajados nas lutas de libertação nacional: "Um grito de alarme e uma descrição lúcida e impiedosa de obstáculos e impasses" que lembram a urgência de enfrentar a violência colonial que não desapareceu com os processos nacionais de independência.

No que toca diretamente o campo da psicanálise, a obra de Fanon e o livro de Alice Cherki têm importância fundamental para pensar o estatuto do sofrimento humano, sobretudo em países cuja história é atravessada pela colonização, como o Brasil.

"Os Condenados" e "Um Retrato" apresentam reflexões que nos ajudam a pensar como o colonialismo aliena os sujeitos e causa sofrimento, mas também oferecem caminhos para aplicar as proposições fanonianas ao debate sobre a diáspora africana e o genocídio indígena, por exemplo, bem como aos processos psíquicos do próprio branco que racializa os povos colonizados.

'Os Condenados' e 'Frantz Fanon: um Retrato' apresentam reflexões que nos ajudam a pensar como o colonialismo aliena os sujeitos e causa sofrimento, mas também oferecem caminhos para aplicar as proposições fanonianas ao debate sobre a diáspora africana e o genocídio indígena, por exemplo, bem como aos processos psíquicos do próprio branco que racializa os povos colonizados

Para considerar os processos de dominação e alienação presentes em um país colonial —a brutalidade, a desigualdade social, o racismo e como esses métodos afetam a construção da subjetividade, promovendo sofrimento psíquico—, é fundamental, como aponta Cherki, reconhecer que a violência colonial toma todo o ser e oblitera o estatuto de humanidade.

A autora também lembra que a descolonização deve incidir sobre o ser para que o processo de libertação, que fará do colonizado objetificado um humano, possa acontecer.

É por essa razão que Cherki afirma que há um destino não resolvido e que Fanon é filho do seu tempo —do presente, portanto. Das perguntas que Fanon tenta responder, uma ainda ressoa no Brasil, um país que permanece de joelhos diante do imperialismo: quais são as condições necessárias para uma descolonização bem-sucedida?

O retrato biográfico de Alice Cherki é um ato político e de amizade. Político à medida que narra uma história de reconhecimento da obra de Fanon; de amizade por contar sua vida particular a partir de uma convivência na intimidade.

A obra nos ajuda a compreender o quanto a vida de Fanon foi moldada por sua práxis —teoria e prática, clínica e política, indissociáveis à medida que ele se colocava como um militante da libertação. Estamos diante de uma leitura que nos permite identificar como sua clínica foi atravessada por sua postura ética e resgata o comprometimento, até o último minuto, de Fanon com a psiquiatria.

Um dos trechos mais comoventes do relato de Cherki é a descrição do silêncio dos soldados ao levar o corpo de Fanon pela floresta até a Argélia, para sepultá-lo na terra do devir da libertação que, ele sabia, viria tão logo para todo o povo argelino como aposta para uma nova sociedade, uma nova humanidade, um desafio que ele deixou em "Os Condenados da Terra".

Como escreve Cherki, Fanon, clínico e ativista político revolucionário, colocou "no coração de seu pensamento" uma vida dedicada à procura de soluções para sair da alienação e criar referenciais. Tomemos sua vida e sua obra como herança, recurso de uma ancestralidade que nutre a libertação, a superação do racismo e o direito de autodeterminação dos povos. ←

Os Condenados da Terra
Autor: Frantz Fanon. Editora: Zahar. R$ 59,90 (376 págs.); R$ 37,90 (ebook)

Frantz Fanon: um Retrato
Autora: Alice Cherki. Editora: Perspectiva. R$ 84,90 (360 págs.); R$ 55 (ebook)

Retrato do psiquiatra Frantz Fanon Divulgação

Olimpo de gênios

[RESUMO] Proliferação de supostos artistas extraordinários nos últimos anos ameaça a liberdade dos críticos, avalia autora

Por ***Dirce Waltrick do Amarante***
Professora da Universidade Federal de Santa Catarina. Autora, entre outros, do livro de ensaios "Metáforas da Tradução"

Algo curioso parece estar acontecendo nestes últimos anos no Brasil: a proliferação de gênios na nossa cultura. Diria que nunca houve tantos autores extraordinários como agora na área da ficção, do ensaio e da tradução, por exemplo, e quase todos muito jovens!

Não é raro o leitor se deparar com adjetivos como "genial", "fenomenal", "brilhante" e "singular" em críticas, prefácios, textos de orelha... Livros com pouco mais de 200 páginas são vistos como estudos "completos e elucidativos" sobre um determinado assunto, o qual, aliás, já foi bastante esmiuçado por outros, em tomos volumosos.

Autores de um único livro são premiados e alcançam a notoriedade, quando não a admiração irrestrita, algo que muitos outros, com obra vasta, ainda não conquistaram. É claro que nenhum fã ou crítico sabe agora quantos desses autores festejados sobreviverão.

Vale destacar, contudo, que a fábrica de genialidades não é nova. Em um ensaio de 1894 intitulado "Como tornar-se um gênio", o dramaturgo irlandês George Bernard Shaw afirma: "os gênios não existem", e prossegue, com a ironia que lhe é peculiar: "eu sou um gênio e portanto sei. O que há é uma conspiração para fazer de conta que os gênios existem e uma escolha das pessoas certas para assumir o papel imaginário de gênio. O difícil é ser o escolhido".

Mas no Brasil, ser o escolhido para o papel de gênio não é mais tão difícil. A conspiração, que envolve questões editoriais, comerciais etc. tem buscado transformar cada lançamento em um novo em best-seller e, para atingir esse objetivo, qualifica automaticamente o autor como genial. Os paratextos dos livros precisam, obviamente, reforçar essa ideia e faz-se isso convidando outros "gênios" para escrever sobre seus "iguais".

As relações pessoais também devem ser consideradas nessa conspiração: amigos escrevem sobre amigos de talento "extraordinário" e, assim, se revelam ainda mais amigos, ou verdadeiros cúmplices da mesma trama.

Cumprimentos e louvores são trocados e cria-se, parece-me, o Olimpo dos gênios, formado na sua maioria por jovens, porque neles está o futuro da conspiração.

Ocorre que, conforme se lê no ensaio "Liberdade de Pensamento sem Liberdade de Criticar?", escrito nos anos 1990 pelo filósofo francês Jacques Bouveresse, "Todos os pensadores famosos estão convencidos de sê-los apenas por causa de seus méritos. Os 'pobres pensadores' que gozam de uma celebridade injustificada são sempre os outros".

Nesse cenário, alguns críticos podem se sentir desconfortáveis, afinal, afirma Bouveresse, "uma regra fundamental parece ser a de que o especialista sério e obscuro nunca tem fundamento para criticar o general (quero dizer, o 'generalista' brilhante e famoso)".

Ademais, como bem lembra o pensador, "o sistema e a lei do mercado, contra os quais se continua a protestar por obrigação, estão hoje, na verdade, aceitos e integrados", e o crítico que ousar seguir protestando poderá "correr o risco de passar por policial" ou ser acusado de basear sua tese a respeito de um autor, um livro, uma tradução apenas "na incompreensão, na malevolência e no ódio (do autor em questão, da disciplina que ele representa ou do pensamento geral)".

É bem verdade, conclui Bouveresse, que "uma crítica pode estar inspirada numa certa hostilidade, no ressentimento ou na inveja, e ainda assim ser pertinente, ou não". "É certo que o ressentimento, em muitos casos, enceguece, mas às vezes também permite ver melhor que a amizade ou a devoção."

Para o autor francês, os gênios, ou os escolhidos para o papel, não levam a sério a crítica, "só mesmo as pessoas obscuras ainda podem se sentir obrigadas a aceitar ser criticadas e a tentar realmente responder aos que o fazem".

Resta saber se a resenha de livros dessas pessoas obscuras merece algum espaço. Bouveresse fala do paradoxo da resenha impossível, ou seja, "não se pode falar de um livro X, já que X não é suficientemente conhecido para merecer que o tornemos conhecido".

Em 1969, a escritora e crítica italiana Natalia Ginzburg, que na época colaborava no diário La Stampa, publicou um texto chamado "A Crítica". Nele, Ginzburg afirma: "Hoje em dia qualquer um que escreva, e o que quer que escreva, lamenta a ausência ou raridade de uma crítica, isto é, a ausência ou a raridade de um julgamento claro, inabalável, inexorável e puro". (Tradução de Júlia Scamparini).

Paradoxalmente, diz a escritora, "dos críticos, costumamos esperar benevolência". "Nós a esperamos como algo que nos é devido. Se não a recebemos, nos sentimos mal compreendidos, perseguidos e vítimas de um ódio injusto; e prontamente enxergamos nos outros algum propósito desprezível."

Para Ginzburg, os críticos não deveriam se importar com o ódio alheio. No entanto, ressalta, acabaram se tornando "frágeis, nervosos e sensíveis aos rancores alheios; temem perder amigos ou ofender conhecidos [...] Hoje os críticos têm medo do ódio: têm medo de se verem sozinhos dizendo a verdade em meio a uma sociedade hostil".

Isso não parece ter mudado muito ao longo dos anos. O crítico segue nessa posição incômoda. Hoje talvez ainda mais, pois escritores, ensaístas, tradutores etc. ganharam fã-clubes espalhados por toda parte, e isso significa que qualquer parecer rigoroso poderá ofender milhares, que gritarão em uníssono contra o resenhista. Não se espera que o público aceite passivamente a sua opinião, mas o crítico deveria, ao menos, ter a liberdade de expô-la.

Para preservar a própria espécie, o crítico poderá dar a palavra ao autor, o qual discorrerá sobre as suas intenções; não precisará, desse modo, pronunciar um veredito nem analisar nada. Mas a pergunta que fica é: dar voz ao autor "genial" de um livro medíocre que se está apresentando, sem contrapor suas falas, sem dialogar de fato com ele, não seria o mesmo que referendar a obra? ←

Glenn Greenwald
Excepcionalmente a coluna não é publicada

Bancando o banqueiro

Só os mais conceituados gestores podem conduzir um banco à bancarrota

Ricardo Araújo Pereira

Humorista, membro do coletivo português Gato Fedorento. É autor de 'Boca do Inferno'

E cá estamos novamente. O sistema financeiro opera sem freio nem regulação, dois ou três bancos vão à falência, o Estado intervém para evitar o efeito de contágio, os bancos falidos prometem se comportar e, uns anos depois, começa tudo outra vez.

E cá estamos novamente. O Silicon Valley Bank, o Signature Bank e o Credit Suisse estão em dificuldades. O mais fascinante, para mim, é a frequência com que bancos caem. O negócio dos bancos é infalível. Trata-se de comprar dinheiro barato e vendê-lo mais caro.

Eles comercializam um produto de que todo o mundo gosta e que não estraga. Nunca ninguém foi ao banco dizer: "Desculpem, estas notas são da semana passada. Este dinheiro não está fresco". Nunca.

Os bancos são administrados por pessoas que estudaram nas melhores universidades e usam as melhores gravatas. É gente inteligentíssima a gerir um negócio seguríssimo. Ainda assim, os bancos vão à falência constantemente.

No entanto, há bastantes sinais de que os bancos são administrados por gente superior ao mortal comum.

Quando o mortal comum vai à falência, ele vai à falência. O banco é recapitalizado.

Não é uma ajuda: é uma recapitalização. Ajudas são para pobres, que não conseguem se governar. Esses devolvem a ajuda com juros dolorosos, para não se esquecerem do que fizeram. Mesmo que alguém quisesse, não poderia recapitalizar um pobre, porque ele nunca teve capital para começar.

O ramo mais atraente para quem quer construir uma carreira de sucesso é ser proprietário de um banco falido. Enquanto o banco não vai à falência, os acionistas retiram todos os benefícios que ser banqueiro oferece; quando vai à falência, não suportam nenhuma das desvantagens de falir — o Estado toma conta de tudo.

Quem deve R$ 5.000 pode ter problemas: intimações, tribunais, penhoras. Quem deve R$ 5 milhões, em princípio, está mais à vontade.

Se você contrair empréstimos, já sabe: o segredo é apontar para cima.

Para os devedores, aplica-se o mesmo princípio de mérito que rege o resto da sociedade: os maiores e mais talentosos têm mais dinheiro e prestígio.

Eu teria todo o gosto em fundar um banco falido. Desgraçadamente, não tenho curso de economia ou gestão e temo que a minha falta de preparação técnica me levasse a criar um banco bem-sucedido e próspero. Só os mais conceituados e bem pagos gestores parecem ter a capacidade para conduzir um banco estrondosamente à bancarrota.

Luiza Pannunzio

| DOM. Ricardo Araújo Pereira | SEG. **Bia Braune** | TER. Manuela Cantuária | QUA. Hmmfalemais | QUI. Flávia Boggio | SEX. Renato Terra | SÁB. José Simão

É HOJE

Tony Goes

tonygoes@uol.com.br

Damien Chazelle faz carta de amor ao cinema que é de tirar o fôlego

Babilônia

Para compra ou aluguel no Amazon Prime Video, Apple TV+, Google Play, Vivo Play e YouTube, 18 anos

Ambientado na Hollywood da década de 1920, o longa de Damien Chazelle, diretor de "La La Land", acompanha três personagens — uma atriz em ascensão, um ator decadente e um aspirante a produtor. É uma declaração de amor ao cinema, com grandes sequências de tirar o fôlego, mas também tem uma duração excessiva e ritmo para lá de irregular. Com Brad Pitt, Margot Robbie e Diego Calva.

A Lição: Parte 2

Netflix, 16 anos

Já chegaram à plataforma os seis episódios finais da minissérie sul-coreana, completando 16 ao todo. Na trama, uma mulher se vinga do bullying violento que sofreu na escola.

Turma de 2007

Amazon Prime Video, 16 anos

Nesta série cômica australiana, um grupo de ex-colegas de escola se reúne numa ilha, dez anos após a formatura. Mas um temporal as deixa isoladas. Como sobreviver não só à falta de comida e água, mas também a elas mesmas?

A Assassina da Mala: A História de Melanie McGuire

Lifetime, 21h15, 14 anos

O desaparecimento de um veterano da Marinha americana leva a polícia a suspeitar da mulher dele. Mais um telefilme para os aficionados do gênero "true crime".

Persona

Cultura, 19h, 10 anos

A atriz e roteirista Patricya Travassos discute a carreira com Atilio Bari e Cris Maksud.

Programa Duplo Spike Lee

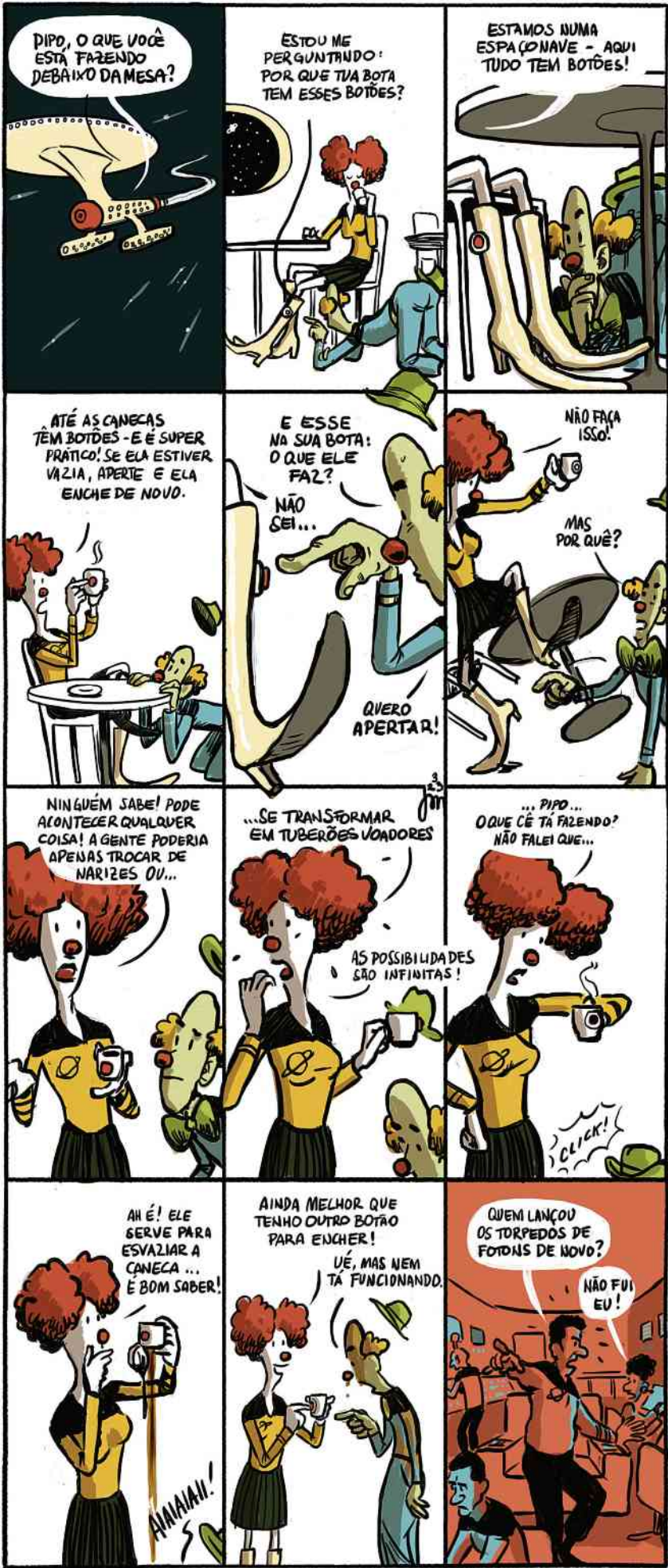
Telecine Cult, a partir das 22h

O diretor completa 66 anos nesta segunda. Em sua homenagem, o canal exibe os longas "Faça a Coisa Certa", de 1989 (22h, 12 anos) e "Crooklyn – Uma Família de Pernas pro Ar", de 1994 (0h05, 14 anos).

Canal Livre

Band, 0h, livre

O programa relembra um dos combates mais sangrentos da história do Brasil, a Batalha de Jenipapo, ocorrida há 200 anos e fundamental para a independência do Brasil. Participam do trabalho os historiadores João Paulo Pimenta e Hélio Franchini Neto.

QUADRÃO | Jan Limpens

| DOM. Jan Limpens, **Luiz Gê**, Ricardo Coimbra, Angeli, Laerte

Brian Cox não fica triste pelo final da série 'Succession'

SÃO PAULO Brian Cox, de 76 anos, que vive o magnata Logan Roy em "Sucession", está feliz com o fim da série. O criador, Jesse Armstrong, foi elogiado pelo escocês.

"Ele é muito disciplinado", disse o ator escocês à revista Variety. "A tendência americana é de extrair até a última gota".

Cox também falou da atuação do método, técnica em que o ator se aproxima ao máximo de um papel.

"É mesmo um choque cultural. Eu não tolero essa merda americana", disse. Cox ainda culpou o uso do método na produção do filme "O Lutador" pela aposentadoria precoce do ator Daniel Day-Lewis.

Morre artista que fez 'Fringe', 'Lost e 'The Wire', aos 60

SÃO PAULO O ator Lance Reddick morreu na última sexta-feira, aos 60 anos. Ele foi encontrado em casa pela polícia, segundo o TMZ. A causa não foi divulgada.

Reddick era conhecido pelos papéis coadjuvantes no cinema e na televisão. O mais recente foi na franquia "John Wick", no qual interpretou o concierge do hotel Continental em todos os filmes — incluindo o inédito "Baba Yaga", o qual vinha divulgando.

Reddick também ficou conhecido pelas séries "Fringe", "Lost" e "The Wire", que marcaram a história da televisão americana. Em todos eles, sua figura alta e magra se impunha.

O ator deixa a esposa, Stephanie Reddick, e dois filhos, Yvonne e Christopher.

Banda acusada de nazismo tem show cancelado no RS

SÃO PAULO O show da banda norueguesa de black metal Mayhem, marcado para a próxima terça-feira, no bar Opinião, em Porto Alegre, foi cancelado depois de críticas nas redes sociais contra a banda, acusada de apologia do nazismo.

A informação foi confirmada pelo bar Opinião em uma nota no Instagram.

Os protestos nas redes envolveram o deputado estadual Leonel Radde, do PT do Rio Grande do Sul. Em vídeo, ele chama a banda de neonazista e diz que levará o caso às autoridades.

A banda havia tocado no país em novembro, em São Paulo e no Maranhão.

Aeronave destruída em operação do Ibama na Terra Indígena Yanomami, em Roraima Ibama/Divulgação

O inimigo de Lula

[RESUMO] A linha de poder que emanava das elites tradicionais, alcançava as polícias e os justiceiros e controlava os ladrões e pretos revoltados se rompeu, sustenta antropólogo, em um cenário de multiplicação de facções que controlam armas, mercados ilegais e territórios. Lula tem como inimigo o totalitarismo que brota da politização dos jagunços, hoje entranhados nos grandes negócios e na grande política, mas parece não ter entendido o alerta de Paulo Arantes: a política no Brasil se rebaixou à violência

Por **Gabriel Feltran**
Professor titular da Sciences Po (Instituto de Estudos Políticos de Paris) e diretor de pesquisa no CNRS (Centro Nacional da Pesquisa Científica da França). Autor, entre outros livros, de 'Stolen Cars: a Journey Through São Paulo's Urban Conflict' e 'Irmãos: uma História do PCC'

Parece bom dormir tarde e acordar tarde. Eu, infelizmente, não sei o que é isso. Desde moleque, durmo cedo e meus olhos se abrem às seis da manhã, sem despertador. A essa hora, leio as notícias.

Ontem, li a entrevista recente do Paulo Arantes à **Folha**, pelo celular mesmo. O filósofo analisa ali os dilemas do governo Lula frente ao cenário radical em que vivemos. Ele nota que o presidente não tem um projeto claro, mas seu governo importa por adiar o pior. É "redução de danos", ele diz.

Termino de ler e rolo as mensagens no celular ainda pensativo. Meu amigo Evandro Cruz Silva, escritor e sociólogo negro, tinha me mandado um texto sobre o assalto de que foi vítima nesses dias em Salvador. Um menino de pele retinta apontou um 38 ao seu rosto e levou seu celular, sua mochila e seu relógio. O texto é sensível, autobiográfico. A questão de Evandro é política: universitários negros como ele, vindos das periferias, conseguiriam representar os interesses de outros pretos, mais pobres, inscritos no mundo do crime das favelas? O assalto fazia crer que não.

Mais notícias pelo celular: uma colega do Rio Grande do Norte explica que o Sindicato do Crime, uma facção local, queimou ônibus e carros simultaneamente em 15 cidades do estado. A facção reivindica os atentados como resposta às condições indignas da população carcerária. Pensei comigo: "Me parecem protestos políticos, radicalmente violentos, como aconteceu em maio de 2006 em São Paulo ou em Minas uns anos depois".

O Sindicato do Crime, talvez, representaria melhor, em sua revolta contra o sistema, o menino negro que roubou Evandro? O governo Lula representaria a mim e a Evandro quando envia a Força Nacional ao Rio Grande do Norte?

Ainda pelo celular, um jornalista me pergunta sobre o PCC, garimpo e madeira ilegal na Amazônia. "Há uma questão política aí, você concorda com o Paulo Arantes?" Respondo com este texto: se a solução aventada por governistas for uma guerra aos grupos armados que controlam mercados ilegais na Amazônia, comandada pelas nossas forças de segurança, estamos lascados. Repetiremos na floresta o mesmo que fizemos nas periferias urbanas.

Abro então, no celular, minha agenda do dia. Reunião no Ministério do Interior da França, a pauta é a reconfiguração do tráfico de cocaína na Europa. Faço cálculos mentais da quantidade de dinheiro que está sendo injetada na economia por esse mercado transnacional. São centenas de bilhões de dólares, distribuídos desigualmente pelo mundo todo.

Sobra um pouco para o revólver calibre 38 que Evandro viu em Salvador e para as pistolas automáticas nas mãos dos rebelados do Rio Grande do Norte, de São Paulo e de Minas. Sobra ainda para os fuzis dos milicianos do Rio de Janeiro, amigos de policiais que extorquem outros traficantes e rebelados, pilhando também os orçamentos da Segurança.

Seis e quinze da manhã. Lembro-me de um delegado com quem conversei, em uma pesquisa. Ele dizia que que, pelos baixos salários, era esperado que, por vezes, os praças acabassem cedendo a aceitar propinas. Os salários deveriam ser maiores. Pensei comigo: "Ele dá uma justificativa econômica e racional para a corrupção, defendendo direitos para combatê-la". Policiais seriam apenas cidadãos querendo melhorar de vida em uma ordem social que lhes parece adversa.

Na frase seguinte, entretanto, o mesmo delegado usou o termo "vagabundo" para falar do ladrão que um policial havia prendido. Esse já não seria um cidadão querendo melhorar de vida em uma ordem social que lhe é adversa.

Os empreendedores —da cocaína, de empresas legais, de fundos públicos, tanto faz— sabem que a vida fica melhor com dinheiro. Dá inclusive para comprar armas e se organizar. Uns ladrões fundaram o Sindicato do Crime, outros, o PCC, outros, a 'Ndrangheta e outros, os cartéis. Com dinheiro e armas na mão, policiais também se organizaram em sindicatos, carreiras políticas e milícias. Não estamos vendo que grupos armados controlam territórios cada vez maiores no Brasil? Que facções criminais e milícias decidem quem vive ou morre por ali?

Nada mais político que controlar armas e mercados, seja nas periferias ou na Amazônia. Há poder político emanando de facções, milícias e polícias corrompidas. Esse poder tem hoje muito dinheiro. Territórios controlados diretamente por armas —a Amazônia inclusive— têm ofertado enorme acumulação e o que ela produz já desafia os governos locais.

O corporativismo policial-jurídico-empresarial corrompido é, desde sempre, contra a República e os direitos humanos. Nesse corporativismo de gênero, classe e raça, não há uma comunidade de cidadãos a construir. Há uma guerra dos cidadãos (eles mesmos) contra esses pretos todos (e os que os representam). Que fiquem em seus lugares, não nos perturbem

O problema é que esses pretos e os jagunços já não aceitam esses termos para a guerra

Os ideais de mundo de milicianos e faccionados não são democráticos nem republicanos. Mas sabemos, não é de hoje, que policiais estudam direito e que ladrões têm advogados cada vez melhores. Esses homens todos, uns vindo de baixo e outros de cima, falam agora de grandes negócios e da grande política. Suas diferentes sociedades secretas, criminais, partidárias ou ecumênicas estão no jogo político central. Seu poder não me parece estar hoje sob o controle do Executivo.

Lula está desperto para isso? Reeditar o Pronasci (Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania) não parece chegar perto do problema real.

Estamos diante de uma reestruturação das estruturas de poder? Ou sempre foi assim? Bom, o corporativismo policial-jurídico-empresarial corrompido é, desde sempre, contra a República e os direitos humanos. Nesse corporativismo de gênero, classe e raça, não há uma comunidade de cidadãos a construir. Há uma guerra dos cidadãos (eles mesmos) contra esses pretos todos (e os que os representam). Que fiquem em seus lugares, não nos perturbem.

O problema é que esses pretos e os jagunços já não aceitam esses termos para a guerra. A política de Lula foi nunca falar de segurança, nunca ter tido projeto de controle da violência estatal. O que parece novo, no entanto, é que o centro do poder político tenha se deslocado para a revisão estrutural do papel do Estado.

Agora, a violência é um problema central na política. Perdendo o monopólio da força, o Estado garantidor de direitos some. Mas tentar usar a força estatal realmente existente hoje para recuperá-lo é quase tão temerário quanto.

O dia já raiou, Lula, já vemos as coisas nitidamente. Rompeu-se a linha de poder que emanava das elites econômicas tradicionais e controlava as polícias, que por sua vez controlavam o justiceiro, que então controlava os pretos mais revoltados e os ladrões.

Todos eles se organizaram com dinheiro e armas suficientes autonomamente. Os antes perfeitamente controlados pela violência de capangas das elites estabelecidas, hoje, são capazes de produzir revoltas simultâneas em 15 cidades ao mesmo tempo, em 27 estados do país. Os jagunços que os combatem são, hoje, também vereadores, deputados estaduais, senadores e governadores de extrema direita. São empresários da segurança privada. Controlam ainda as armas do Estado.

Essas forças, armadas, foram Presidência da República ontem, irmanadas em um projeto totalitário. O inimigo de Lula, que vemos chegando pelas notícias, é esse totalitarismo que brota da acumulação ilegal, da corrupção, dessa politização dos jagunços e das facções, dessas armas.

Seis e meia, respondi pelo celular: "Mano, o Paulo Arantes está certo". Se servir para segurar essa contrarrevolução social e econômica, mais parecida com a iraniana do que pensamos, o governo Lula terá feito seu papel. Mas, para isso, terá que entender que a área de Segurança é central, porque é a que maneja a violência estatal.

Infelizmente, o que se anunciava já havia tempos parece estar se consolidando: a extrema direita totalitária é hoje mais forte que o bolsonarismo e se articulará a ele apenas e tão somente se houver interesse eleitoral. Pior: embora saibamos que o governo Lula não esteja compreendendo a gravidade do que acontece no país, temos que apoiar fortemente quaisquer de suas iniciativas que pareçam reduzir danos. Mais que isso, temos que acordá-lo para elas.

Paulo Arantes faz isto: um paralelo entre o que está acontecendo na Amazônia e o que acontece nas quebradas pelo Brasil afora, a guerra às drogas como paradigma. O filósofo falava de política e começa a falar de violência, porque a política se rebaixou à violência.

Lula ainda parece estar dormindo. Aqueles que deveriam despertá-lo parecem não querer incomodá-lo. Talvez seja mesmo papel do intelectual, mas Lula nunca gostou muito de intelectuais. Mesmo para a emergente classe média negra, presente no governo, esses temas parecem não estar claros, até porque são temas que vêm da favela para o centro.

Tudo se passa como se seu principal adversário político, o totalitarismo, não estivesse sendo gestado justamente nos orçamentos da Segurança desse governo, entre outras coisas pelo tipo de relação que ele produz com a administração política da força. Não se nota que a área da Segurança é a área da administração estatal da violência, onde o jogo político se joga mais pesadamente hoje? Paulo Arantes, nesse sentido, sente o mesmo que Evandro Cruz: algo se rompeu na República tupiniquim, e política hoje tem a ver com violência, com polícia, com milícia, com meninos armados.

Ainda são 6h50 da manhã quando abro o Twitter. O primeiro vídeo que me aparece é o de um policial negro fardado, com uma arma pesada, enquadrando sozinho um homem preto de chinelo, bermuda e camiseta. O homem está bêbado, e eles discutem. O policial olha para ele em posição intimidadora, mas o homem não para de gesticular e tenta segurar seu braço.

Da arma do policial, ouvimos quatro disparos, diretamente voltados aos pés do homem negro. O corpo preto então cai por terra, se contorce. A cena se dá em praça pública, passantes assistem ao que acontece, consentem. O policial se afasta, sua atitude corporal parece dizer que ele sente que seu trabalho —manter a ordem por ali— já foi feito. O totalitarismo é isso, a violência crua como produtora de ordem legítima.

Vai dar sete horas. Nessa manhã do governo Lula, alguém já está acordado? Apago o celular e vou para a luta, porque o dia vai ser longo. ←

Cena do filme 'Matrix Resurrections' (2021), último capítulo da série sobre um futuro distópico em que a inteligência artificial domina o mundo Divulgação

Os riscos de regular demais

[RESUMO] Autor argumenta que, embora o clamor social por regulação de plataformas digitais seja compreensível, diversos aspectos da atividade já são objeto do ordenamento jurídico brasileiro, como a punição de crimes cometidos virtualmente

Por ***Thiago Camargo***

Advogado, mestre em administração pública pela Universidade Columbia e diretor da Prospectiva Consultoria e sócio do ALE Advogados. Foi secretário de Políticas Digitais do MCTIC (Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações) e membro do Comitê Gestor da Internet no Brasil

O ano do bug do milênio, 1999. Sem saber que sequer arranhávamos as possibilidades da revolução digital e maravilhados com as oportunidades oferecidas pelas tecnologias anteriores, vimos o anúncio dos catastróficos eventos que poderiam acontecer, pois alguns computadores não saberiam, supostamente, contar até o ano 2.000. O sistema financeiro poderia colapsar, aviões poderiam simplesmente cair, tudo poderia parar de funcionar.

Esse ano também foi o melhor do cinema. Não consigo me lembrar de outro ano em que tantos filmes bons tenham sido lançados no mesmo espaço de 12 meses: "Clube da Luta", "À Espera de um Milagre", "Beleza Americana", "O Sexto Sentido", "De Olhos Bem Fechados", "Um Lugar Chamado Notting Hill".

Entre tantos filmes marcantes, "Matrix" pode não ter sido o melhor, mas, na minha opinião, foi o mais importante de 1999. Mudou a história da cinematografia, redefiniu a estética e representou, melhor que qualquer outro, o seu tempo. Imaginávamos um futuro, víamos risco e buscávamos um herói.

Em "Matrix", o herói era Neo, um programador que também era "o escolhido" para nos salvar da supremacia das máquinas. Neo era o futuro: usando tecnologia e a força das ideias, ele defenderia a liberdade contra os robôs que se alimentavam de uma energia não sustentável e representavam o passado. Neo personificava a revolução digital.

A revolução digital trouxe a inclusão de bilhões de pessoas em um espaço conectado, em que todos podem exercer seu talento, produzir valor e expor suas ideias. Uma ferramenta de ascensão social, distribuição praticamente ilimitada do conhecimento, o fim das barreiras para empreender e a superação dos limites geográficos para se alcançar corações, mentes e consumidores.

Tudo isso resultou em um processo de plataformização da vida e a maneira como conversamos, consumimos conteúdo, comemos, nos deslocamos, exercemos nossas atividades profissionais, nos relacionamos física e emocionalmente foi transformada ou facilitada. No entanto, assim como o herói que vive tempo suficiente para virar vilão, nesse momento, as plataformas, que foram instrumentos de mudança de nossas vidas, são agora o inimigo número um para uma parte da sociedade ou, ao menos, o alvo prioritário de tentativas de regulação.

O clamor por regulação é compreensível, já que todo todo ambiente ou atividade que pode causar escassez de recursos essenciais ou problemas sistêmicos necessita de regulação e cuidado estatal para que a vida em sociedade funcione adequadamente.

Só não acho compreensível a ideia de que não exista regulação, pois ela já existe. A livre expressão do pensamento é regulada, modulada por limites legais e com vedação do anonimato, as relações trabalhistas são reguladas, a imprensa é regulada, o mercado publicitário é regulado e autorregulado, os direitos autorais são regulados, a proteção de crianças, adolescentes e grupos minoritários é regulada, a proteção da intimidade e da honra é regulada, a defesa do Estado democrático de Direito é regulada. Não falta regulação ou autorregulação, e é por isso que vemos postagens removidas, contas banidas, processos judiciais, investigações e prisões.

Esse clima de que é necessário "fazer algo para resolver o problema" revela que há dificuldade em se definir qual é o verdadeiro problema. Na dificuldade de resolver os problemas, um certo pacto social concede às plataformas um aspecto paraestatal, como se fossem organizações de interesse social e não somente empresas.

O Marco Civil da Internet —tão à frente do seu tempo e, no geral, o melhor pedaço de normatização da vida digital brasileira— limitou a responsabilidade das plataformas por entender que os provedores de aplicações são empresas. Essa limitação de responsabilidade, que agora está sob ataque em várias frentes, foi e é fundamental para o crescimento da brasilidade digital. As pessoas são responsáveis pelo que falam, vendem ou praticam com ou sem intermediação de uma plataforma.

Isso significa que as plataformas podem simplesmente deixar o espaço aberto para que se faça o que quiser? Não. Como são empresas, as plataformas precisam manter um espaço saudável, que retenha os seus consumidores/usuários e, por isso, buscam criar regras de comunidade. Não funciona para extirpar todos os males do mundo, mas mantém uma regra geral. É mais ou menos como todas as outras leis: não impedem que problemas aconteçam, apenas criam regras gerais que permitem ações corretivas ou punitivas quando alguém as infringe.

Já existe ordenamento jurídico para punir qualquer crime ou tentativa que ocorra com auxílio de plataformas. Quando as autoridades fazem seu papel, os crimes e seus perpetradores pagam por isso, como temos visto acontecer repetidamente nos últimos meses. As centenas de prisões resultantes das operações de repressão à tentativa de golpe em 8 de janeiro mostram que temos mais sucesso em investigar crimes organizados pelo Telegram que homicídios, por exemplo.

A proposta de transparência dos algoritmos de promoção de conteúdo parece uma boa ideia? Talvez, mas facilitaria a descoberta, pelos principais interessados, de como promover um conteúdo nocivo de forma ainda mais direcionada. Aumentar a responsabilidade das plataformas sobre o que nelas circula pode ser uma boa ideia? Talvez, mas daríamos a elas o papel de censoras e deixaríamos o debate público sob o controle de empresas estrangeiras. Intervir na relação das empresas com os trabalhadores que utilizam grandes plataformas para exercer alguma atividade profissional faz sentido para proteger o trabalhador, mas o trabalhador quer se reconhecer, funcionalmente, como empregado de tal empresa?

De todos os debates sobre a regulação de plataformas, o mais perigoso é o da responsabilidade das mesmas. Falo de responsabilidade de maneira ampla: a responsabilidade sobre opinião de terceiros, a responsabilidade tributária de vendas realizadas em seu espaço e até mesmo a responsabilidade criminal, como a venda de produtos falsificados ou fruto de descaminho. Esse debate é perigoso, porque, embora empolgante, está acontecendo em várias arenas sem análise profunda dos potenciais resultados.

Já há decisão judicial obrigando marketplaces a recolher impostos de vendas realizadas em suas plataformas. Caso isso se torne regra, os marketplaces terão que colocar salvaguardas para o recolhimento de imposto, encarecendo o custo para usuário que vende e, consequentemente, para o consumidor. Como existe a possibilidade de sonegação, a conta é dividida para que todos os que não sonegam a paguem. É a punição da honestidade.

Problema similar pode surgir na revisão da responsabilidade das plataformas sobre a opinião de terceiros. Se a plataforma se tornar responsável, os incentivos econômicos para que removam ou recusem conteúdo e usuários aumentarão. Embora pareça uma solução para obrigar as plataformas a atuarem ativamente na defesa da democracia, ignorando que já existe um aparato estatal bem-remunerado para ocupar esse posto, isso limitará o compartilhamento de conhecimento, da exposição de ideias e da circulação de produtos.

Nesse sentido, um importante estudo foi divulgado pelo Insper no ano passado. Foi o primeiro estudo a calcular o impacto econômico de uma possível mudança nas regras de responsabilidade das plataformas. O estudo previu "uma redução do valor de mercado estimado das empresas em R$ 27,6 bilhões de reais devido ao excesso de remoções por medo de litígio" se a regulamentação "encorajasse uma parcela maior de remoções de perfis em resposta a avisos privados e sinalizações de usuários".

Mais importante ainda, os autores se debruçaram sobre os possíveis impactos em usuários: de acordo com estimativas, "o limite inferior para a perda anual no bem-estar do consumidor devido a um padrão mais rígido de responsabilidade do intermediário é de R$ 532 milhões e o limite superior é de R$ 4,1 bilhões".

Para a empresa regulada, significa apenas ter que contratar mais advogados. Para os usuários, significa menor facilidade de, ao perder o emprego, começar seu novo negócio logo em seguida e sair do sufoco, pois antes de poder exercer qualquer atividade em uma plataforma, precisaria de uma autorização prévia da mesma.

Isso é a cara do Brasil: não discutimos como melhorar processos para resolver problemas, mas como dificultar processos na ilusão de que isso evitará o problema. Ainda assim, os problemas estão todos aí.

Por isso, existem tantas iniciativas para se regular neste momento a vida no mundo digital. Há esforços para regular, em pelo menos um aspecto, a atividade das empresas baseadas em tecnologia no Ministério do Trabalho, na Anatel (Agência Nacional de Telecomunicações), na ANPD (Autoridade Nacional de Proteção de Dados), no Cade (Conselho Administrativo de Defesa Econômica), no Ministério da Justiça, na AGU (Advocacia-Geral da União), no Ministério dos Direitos Humanos e Cidadania, na Secom (Secretaria de Comunicação Social), no Ministério de Ciência, Tecnologia e Inovação, no Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, no Ministério das Comunicações e no GSI (Gabinete de Segurança Institucional).

Isso é natural, já que existem aspectos concorrenciais, de segurança, de relações trabalhistas, de obrigação tributária e de proteção dos direitos da personalidade. Por outro lado —e já que citei o filme "Matrix"—, isso me lembra a cena de "Matrix Reloaded" em que Neo e o antagonista agente Smith, que havia adquirido a habilidade se clonar, lutam e todos em volta se transformam em Smith para atacar Neo. Spoiler: ninguém vence, Neo acaba tendo que fugir, enquanto a Matrix continua dominando o mundo e o agente Smith, se multiplicando.

O mais triste disso tudo é o desperdício de energia. Se tivéssemos tantas iniciativas e pessoas reunidas para discutir e resolver o fracasso do ensino de matemática nas escolas brasileiras, não estaríamos com medo do futuro, mas o construindo.

Podemos sair da Matrix, acabar com o clima de clube da luta e buscar melhores práticas para as plataformas com base em diálogo e regulação inteligente, sem inibir a inovação ou diminuir a liberdade do usuário responsável. Nesse momento, porém, isso talvez seja estar à espera de um milagre. ←

Não falta regulação ou autorregulação nas plataformas digitais, e é por isso que vemos postagens removidas, contas banidas, processos judiciais, investigações e prisões

VENDAS DIRETAS

Suce$$o passa por acesso democrático e relacionamentos fortes

Brasil figura como sétima força global do setor que, no País, movimenta mais de R$ 45 bilhões ao ano e mobiliza acima de 4 milhões de empreendedores independentes

A World Federation of Direct Selling Associations (WFDSA), organização que representa a indústria global de vendas diretas em mais de 170 países, define o modelo de negócios como sendo um canal usado pelas principais marcas globais e pequenas empresas empreendedoras para comercializar produtos e serviços dos mais variados tipos, incluindo joias, utensílios de cozinha, alimentos, cosméticos, utilidades domésticas, energia e seguros, entre outros, aos consumidores. Se por um lado ele permite o acesso a soluções de alta qualidade como no varejo convencional, por outro, suas singularidades incluem as de impulsionar a mentalidade empreendedora e possibilitar a milhões de pessoas ao redor do mundo trabalharem de forma independente. Vendas diretas abrem espaço para que cidadãos constituam seus negócios com baixos custos e liberdade de gestão, fundamentados em estreitos relacionamentos com clientes (por meio de discussões, demonstrações face a face e, mais recentemente, por meio da internet e/ou redes sociais). A mesma WFDSA estima que, no mundo, apenas em 2021 (dado mais recente disponibilizado pela Federação), o setor movimentou 186,1 bilhões de dólares, e que naquele mesmo ano, 128,1 milhões de pessoas atuaram como empreendedores independentes no planeta.

Segundo a presidente da Associação Brasileira de Empresas de Vendas Diretas (Abevd), Adriana Colloca, os valores mobilizados pelo setor são bilionários também no Brasil, maior mercado desse ramo na América Latina, e que ocupa a 7ª posição no ranking mundial. "Não há dados precisos sobre o número empresas de vendas diretas no País pois, frequentemente, novas companhias adicionam essa força como um de seus canais, mas estimamos que aproximadamente 4 milhões de pessoas atuam como empreendedores independentes. Pela facilidade de começar a empreender com baixo custo na venda direta, vemos muitos brasileiros que iniciam na atividade e aos poucos, vão crescendo", relata. Abel Filho, diretor executivo de Vendas da Avon, corrobora que o modelo de vendas diretas, ou "vendas por relacionamento", como ele as nomina, é "democrático". "Qualquer pessoa pode começar a empreender e a se desenvolver na área", assegura.

As poucas barreiras para entrar nela estão, certamente, entre os

didesign

fatores que reforçam sua atratividade e a sua importância socioeconômica, e que justificam a grande diversidade de perfis existentes entre os que optam por serem representantes. "Temos histórias de pessoas que hoje são empreendedoras e que não se viam na atividade, não tinham uma referência prévia como vendedoras. A atividade vai gradualmente ´destravando-as´, seja em razão das

capacitações que recebem, seja em decorrência de um processo natural de descoberta de potencial", pondera Fabiano Olivo, diretor executivo do Canal Venda Direta do Grupo Boticário.

Paulo Moledo, presidente global da Royal Prestige, destaca, ainda, o fato de o empreendedorismo estar "na veia" da população nacional. "Uma pesquisa do Sebrae mostrou que quase um a cada quatro brasileiros escolheram seguir o caminho do próprio negócio, e a venda direta tem se mostrado uma boa opção. Temos um amplo compromisso com o mercado brasileiro e a nossa expectativa é de um grande desenvolvimento, em especial com a força e determinação dos jovens

A presidente da Associação Brasileira de Empresas de Vendas Diretas (Abevd), Adriana Colloca

que gostam de inovação e têm o desejo de empreender. O objetivo é que o Brasil esteja entre os nossos maiores mercados em três anos", declara.

Potencial

A presidente da Abevd avalia que há potencial para que as vendas diretas cresçam ainda mais nos próximos anos, principalmente com a digitalização, que eliminou as barreiras do "porta a porta" e adicionou mais capacidade da divulgação e concretização de negócios por meio das mídias sociais. "As vendas diretas seguirão se diversificando, mas com seu grande diferencial: o relacionamento do vendedor com o cliente. A consultoria e a personalização das vendas são cada vez mais valorizadas e as empresas já entenderam isso", diz.

Vendas diretas globais
(em bilhões de dólares)

Ano	Valor
2018	186,9
2019	179,1
2020	183,3
2021	186,1

Número global de empreendedores independentes (em milhões de pessoas)

Ano	Valor
2018	122,1
2019	123,8
2020	127,2
2021	128,1

Empreendedores mulheres x homens no mundo (em %)

	Mulheres	Homens
2018	74,3%	25,7%
2019	72,9%	27,1%
2020	73,4%	26,6%
2021	69,9%	30,1%

Fonte: World Federation of Direct Selling Associations (WFDSA)

VERSÃO ON-LINE www.pointcm.com.br/online/vendasdiretas2023

Projeto e comercialização: Point Comunicação e Marketing Tel.: (11) 31670821 – point@pointcm.com.br | Redação e edição: Gustavo Dhein | Layout e editoração eletrônica: Manolo Pacheco e Sergio Honorio

ATRATIVOS

Vantagens para empresas, empreendedores e consumidores

Vendas diretas são impulsionadas por atributos que beneficiam a todos os elos envolvidos no setor

Os impactos positivos das vendas diretas são sentidos nos três principais grupos envolvidos no modelo de negócios: as empresas que fornecem os produto e serviços; os empreendedores que os vendem às suas carteiras de clientes; e os consumidores, que encontram no canal um atendimento diferenciado. Luis Fernando Palomares, CEO da Thermomix Brasil, sinaliza que o varejo tradicional enfrenta alguns problemas que podem ser "solucionados" com o canal de vendas diretas, incluindo, por exemplo, o de que "as gôndolas não esticam", ou seja, para que um produto seja oferecido outro tem de sair das prateleiras dos estabelecimentos. Ainda, em países com extensão territorial muito grande, como o nosso, pode haver dificuldades logísticas para colocar os itens nos pontos de venda. "Além disso, na venda direta o consumidor está mais perto da indústria, e ela, por sua vez, tem de ouvir o seu cliente, o que se dá de forma muito rápida, exigindo que as empresas sejam velozes também para corrigir caminhos", considera.

As vendas diretas representam, de fato, uma oportunidade importante para que companhias ampliarem a sua capilaridade e abrirem novos mercados. Esse aspecto foi um dos que impulsionaram o Grupo Boticário a começar a investir no canal há mais de uma década. O modelo não era adotado na origem da empresa, mas ela percebeu que a busca por ele no setor de cosméticos constituía uma "vocação brasileira". "Quisemos nos fazer presentes em uma parcela superimportante do mercado que o canal de vendas diretas sempre absorveu. Na verdade, antes mesmo de formalizarmos a venda direta ela já acontecia, com pessoas vindo do interior para adquirem nossos produtos e depois revenderem nas suas localidades", conta Fabiano Olivo, diretor executivo do Canal Venda Direta do Grupo Boticário. Para além disso, segundo ele, o modelo contribui para que a empresa alcance seu propósito institucional, de criar oportunidades para a beleza transformar a vida das pessoas e o mundo ao seu redor, uma vez que a atração que as marcas do Grupo exercem entre os consumidores faz da venda direta uma oportunidade de trabalho para muitos brasileiros, com impacto social positivo.

stockyimages

Vendas diretas proporcionam autonomia, flexibilidade e resultados justos aos empreendedores

"Para os empreendedores independentes, como chamamos os revendedores, as vantagens são diversas. Autonomia, flexibilidade de horário de trabalho, ter seu próprio negócio começando aos poucos e o fato de poder obter resultados justos dependendo do próprio esforço, são algumas delas", aponta Adriana Colloca, presidente da Abevd, para ilustrar o que motiva as pessoas a buscarem o canal como uma forma de buscar renda. Daniel Silveira, presidente da Avon, por sua vez, também afirma que o modelo de negócios possibilita à empresa dar continuidade ao seu propósito de gerar independência financeira para mulheres por meio do empreendedorismo feminino. "Quando alguém compra de uma de nossas Representantes da Beleza, essa pessoa está fazendo parte dessa cadeia que gera oportunidade de renda, liberdade e realização de sonhos", define. Ele reforça o fato de a "venda por relacionamento" ser um caminho acessível para mulheres que desejam garantir sua autonomia financeira sem necessidade de grandes investimentos iniciais. "De acordo com a pesquisa Ganhos Mensuráveis, realizada pela Avon em parceria com a Ipsos, 45% da nossa força de vendas consegue não depender economicamente de outras pessoas graças à atividade que exercem. Além disso, esse modelo de negócio também proporciona maior flexibilidade de horários de trabalho – uma vantagem importante para 48% dessas mulheres – e contribui para uma melhora perceptível na autoestima delas - 68% acreditam mais no próprio potencial para atingir seus objetivos desde que começaram a revender Avon", detalha.

Consumidores

No que diz respeito aos consumidores, Agenor Leão, vice-presidente de Negócios da Natura, afirma que as vendas diretas agregam a eles algo que é intangível e que nem as ferramentas de digital e marketing conseguem entregar: a recomendação qualificada da consultora, o que garante confiança e credibilidade na hora da compra. "O valor da venda direta, portanto, está no papel da consultora, central nesse processo. Soma-se a isso a flexibilidade e a conveniência ao cliente de ter fácil acesso a ela quando quiser - via whatsapp, por exemplo. Com isso, estabelece-se um forte vínculo, que é de fato percebido pelo consumidor como um valor agregado ao produto. Os dados de mercado corroboram, inclusive, que nossos clientes são mais fiéis à marca do que a média de mercado", diz. Ele relata, ainda, que com a grande presença da marca em todo o país, a empresa, além de seus produtos e tecnologia, consegue, também, levar ao público as suas causas, como as da Amazônia Viva (compromisso com conservar a natureza, desenvolver as pessoas e valorizar a cultura da região amazônica) e a da Cada Pessoa Importa (em que o objetivo é criar impacto social positivo por meio do modelo de negócios, potencializando o alcance de renda digna e o aprendizado contínuo).

O presidente global da Royal Prestige, Paulo Moledo, reforça essa mensagem de que os consumidores são beneficiados por um atendimento diferenciado e próximo, proporcionado pelas vendas diretas. "Ao utilizar o formato, os prospects (potenciais clientes) realizam uma imersão nas funcionalidades e assets dos utensílios, vivendo uma verdadeira experiência gastronômica, pois o distribuidor autorizado independente vai até a casa dos dos consumidores e cozinha para toda a família. Assim, eles podem ver os produtos na prática. Isso não seria possível se fossem vendidos de outra maneira. Sem contar que a relação entre o distribuidor e o cliente em potencial se torna mais próxima e pessoal", conclui.

A parte mais bonita da história da Natura é que ela é feita de mais de 1,2 milhão de histórias.

Aline Roelens
Consultora de Beleza Natura

A rede de Consultoras e Consultores de Beleza Natura encontra aqui pertencimento, prosperidade e propósito.

Uma rede que é porta-voz do bem-estar, da beleza e do afeto, que através da venda por relações leva produtos que unem ciência e natureza com resultados e performance, e inspira a autoestima de muitas pessoas.

Crescendo e se desenvolvendo no centro da evolução dos negócios da Natura, a Consultoria de Beleza traz novas possibilidades de renda para todos os cantos do Brasil, digital ou presencialmente.

Uma rede potente de mais de 1,2 milhão de pessoas que transforma sua realidade, gera impacto positivo, e deixa o mundo mais bonito.

Aponte o celular para encontrar a Natura e fazer parte dessa rede.

PERFIL

Vendas diretas atraem empreendedores cada vez mais diversos

Marcado pela característica de ser democrático, setor reserva espaço para diferentes públicos e objetivos

"O céu é o limite", diz Fabiano Olivo, diretor executivo do Canal Venda Direta do Grupo Boticário, referindo-se às possibilidades envolvidas no trabalho como empreendedor independente. Uns dos aspectos mais interessantes dessa atividade reside no fato de ela poder ser assumida por pessoas dos mais variados perfis, com interesses/objetivos bastante discrepantes entre si. Essa pluralidade é favorecida pelas poucas barreiras de entrada, mas também por não existir uma "regra" com relação às aptidões necessárias para o desempenho das atividades vinculadas aos negócios. "É um canal superinclusivo. Fica difícil falar sobre qual é o perfil para se ter mais êxito com vendas diretas. O sucesso tem muito a ver com o querer fazer. É um negócio que se relaciona com atitude, com proatividade, com a vontade de fazer acontecer, com o tempo que você dedica aos negócios, com o nível de profissionalismo que cada um quer adotar, etc.", continua Fabiano.

Jordan Rizetto, diretor-geral da Herbalife no Brasil, também coloca em evidência o fato de o setor de vendas diretas abrigar diferentes perfis, o que faz com que ele congregue desde quem quer uma simples complementação de renda até àqueles que assumem o papel de consultores como principal atividade profissional. Ele destaca, no entanto, um aspecto que considera importante a quem deseja empreender valendo-se do modelo de negócios: gostar de pessoas. As vendas diretas, pondera Jordan, de certa forma constituíram a primeira "rede social", porque nos seus primórdios os consultores vendiam principalmente para seu ciclo de conhecidos, como as pessoas da vizinhança. O executivo avalia que, mesmo com a era do digital, esse atributo de proximidade é o que ainda diferencia o modelo de negócios dos demais existentes. "Essa relação, esse relacionamento, essa confiança, e o serviço diferenciado e customizado não mudam a partir do digital, mas se aperfeiçoam", diz. Esse vínculo estreito é o que faz com os revendedores estejam normalmente habilitados, por conhecerem muito bem os seus consumidores, a indicarem a eles as melhores soluções. "Talvez essa seja a diferença fundamental da venda direta em relação ao 'consumo normal'. Nela você terá uma experiência única e diferente, que destoa daquela coisa mais pasteurizada de entrar num site ou numa loja e simplesmente ter de escolher o que levar para casa", finaliza Jordan.

jemastock

A presidente da Abevd, Adriana Colloco, cita que os empreendedores devem sempre lembrar de que a venda direta deve ser uma opção, uma escolha. "A seleçao de produtos/serviços com que possuam afinidade é fundamental para que possam experimentar e falar com propriedade. É importante também pesquisar como a empresa (a ser representada) trabalha, suas condições de crescimento e desenvolvimento, e seu plano de negócios", complementa. Adriana sugere também que os empreendedores verifiquem sempre se as companhias estão afiliadas à Abevd, que avalia os seus modelos de negócios antes de permitir o ingresso na entidade. "Além disso, quanto mais o empreendedor estudar, fizer treinamentos oferecidos pelas empresas e se dedicar, melhor será o desempenho. Trabalho, disciplina e persistência são importantes sempre na venda direta, assim como em qualquer outra atividade empreendedora", afirma.

Mono, bi e multinível

A presidente da Abevd, Adriana Colloca, explica que marketing mono, bi e multinível, termos comuns no mercado, referem-se a formas de remuneração que variam de acordo com a empresa e os produtos vendidos. "No mononível, os empreendedores obtêm lucro somente das revendas de produtos e serviços, compram com desconto e vendem com lucro. Nas demais formas, lucram com a revenda e com a venda de produtos das pessoas que recrutam e que fazem parte se sua rede", sintetiza. Adriana explica que é importante que o foco de uma empresa de vendas diretas e dos empreendedores a ela atrelados esteja sempre no produto e não em um constante recrutamento. Nas vendas diretas não pode haver promessa de enriquecimento fácil e nem apenas lucro por atrair novas pessoas. É isso o que afasta o setor das chamadas "pirâmides financeiras", que constituem crime, como aponta o artigo 2ª, inciso IX, da Lei 1.521/51.

"O marketing multinível é um modelo de negócios legal, em que os distribuidores revendem produtos diretamente aos consumidores além de criarem e liderarem a suas próprias equipes de vendas. O seu lucro é diretamente vinculado ao seu esforço e não apenas a convidar novas pessoas. Dentre as principais características do marketing multinível estão o foco na venda de produtos, as recompensas por montar equipes e atingir metas, a flexibilidade e o baixo custo inicial", ensina Gabriela Takano, diretora de Marketing da Amway na América Latina. Por outro lado, a executiva cita que as chamadas "pirâmides" têm como foco principal para criar receita as indicações de novos consultores, com promessas de retorno rápido. Muitas vezes, são companhias que trabalham com produtos e serviços sem valor comercial ou até mesmo inexistentes, criando uma estrutura insustentável.

Há vários casos em que, para não se exporem, criminosos nomeiam, falsamente, a atividade de recrutamento como sendo marketing multinível. "Por isso, nos dedicamos tanto a avaliar a sustentabilidade do modelo de negócios de nossos associados anualmente", explica Adriana. Quando uma empresa deseja vincular-se à Abevd, a entidade, com auxílio de escritório especializado, avalia, entre outras coisas, o plano de negócios da candidata e se ele segue as regras do Código de Ética da entidade.

TECNOLOGIA

Novos recursos para conquistar e fidelizar clientes

Empresas compreendem cenário de transformação digital e auxiliam consultores na adaptação à nova realidade

stokkete

Houve quem enxergasse no vertiginoso avanço das tecnologias e da digitalização uma ameaça às vendas diretas, que até poucas décadas atrás tinham como sua principal característica o trabalho "porta a porta" realizado pelos empreendedores independentes. Porém, a perspectiva parece longe de se confirmar. As evidências indicam que as novas soluções estão cada vez mais presentes e sendo empregadas em favor do seu fortalecimento. "O principal desafio também é a maior oportunidade de evolução desse setor: a digitalização do negócio. A comercialização pelas redes sociais tem se popularizado cada vez mais, apresenta um crescimento contínuo desde a pandemia, e enxergamos como essencial a penetração nesse mundo digital para elevarmos as vendas diretas a um novo patamar", diz Gabriela Takano, diretora de Marketing LATAM da Amway, que, assim como outros players, lançou múltiplas estratégias digitais para trabalhar de forma complementar com o papel dos vendedores. "Isso garante a pegada digital que ajuda a fornecer uma experiência de compra mais centrada no consumidor, e preserva a importância de rede de vendedores. Acreditamos que a internet e as redes sociais, por exemplo, tornaram a Amway e a venda direta mais relevantes do que nunca, abrindo mais oportunidades e potencializando o alcance de todos nossos distribuidores", complementa Gabriela.

Daniel Silveira, presidente da Avon, explica que a empresa prioriza a inovação e o bem-estar de suas Representantes da Beleza, e constantemente estuda novos meios de otimizar o trabalho da sua rede para ajudá-las a se desenvolverem. "Uma maneira de fazer isso é, justamente, apostar na digitalização dessa frente – um trabalho que vem sendo realizado desde 2018 e que foi acelerado a partir de 2020, com a entrada da companhia no grupo Natura &Co. O contexto pandêmico, que exigiu mais opções de compra e venda a distância e seguras, também estimulou o nosso processo", detalha o executivo. Desde então, a Avon adota em um novo modelo comercial, que possui uma proposta ancorada no social selling, unindo venda por relacionamento, redes sociais e ferramentas digitais. "Dessa maneira, é possível manter a interação humana entre as representantes e seus clientes e, ao mesmo tempo, otimizar as atividades delas, tornando-as mais ágeis e eficientes, ampliando as possibilidades de alcance de consumidores e garantindo mais autonomia e liberdade para gerenciarem seus negócios", garante Daniel. Dentre os recursos disponibilizados às revendedoras da empresa estão o Avon Comigo (website) e o Minha Avon (aplicativo), que oferecem subsídios para que elas conheçam as melhores ofertas, recebam dicas sobre os produtos, gerem boletos, pedidos de crédito, acessem serviços de comunicação com a marca e treinamentos e alterem dados cadastrais. "Além disso, elas também podem criar suas próprias lojas virtuais na plataforma Avon Conecta, que possui interface de um e-commerce tradicional, bem como utilizarem revistas digitais em que clientes navegam, veem vídeos de produtos, adicionam itens ao carrinho e enviam suas compras para a representante", descreve Daniel.

Inovações agregam valor às atividades e mantêm proximidade entre consultores e clientes

A Natura é outra companhia que avança em direção ao fortalecimento e à oferta de soluções tecnológicas às suas consultoras. Agenor Leão, vice-presidente de Negócios da empresa, diz que os investimentos nesse sentido são, antes de mais nada, empregados de forma a facilitar a relação entre as Consultoras de Beleza e o cliente final, equalizando a companhia com as ferramentas de mercado, mas deixando ainda mais clara a importância do aspecto humano da venda por relações. "A jornada de digitalização, acelerada pela pandemia, fortaleceu ainda mais a Consultoria também nos canais online – hoje, quase 80% de nossas Consultoras já fazem uso da plataforma digital da Natura. Com o auxílio do Aplicativo Consultoria, que consolida todas as atividades e ferramentas de uso para as empreendedoras, é possível a realização da atividade de Consultoria via Espaço Digital – no qual o cliente pode comprar produtos e a venda é vinculada à Consultora. Nesse caso, a Natura realiza todo o processo de cobrança e entrega da mercadoria e as consultoras podem resgatar seus lucros", relata Agenor. Outros recursos disponíveis às consultoras incluem a revista interativa digital, que pode ser compartilhada com clientes de forma mais rápida e prática, via whatsapp, por exemplo, e a plataforma Minha Divulgação, que permite a personalização de peças de comunicação para serem usadas nas redes sociais.

Ainda no sentido de impulsionar suas representantes ao sucesso em tempos de digitalização massiva, a Natura, mantém o projeto Consultoras Influenciadoras. Com ele, por meio do incentivo à criação de conteúdos nas redes sociais, o que amplia a visibilidade e o engajamento do público com a força de vendas da marca, a empresa reúne um time de mulheres com potencial de nano e micro influenciadoras para fomentar a venda direta de forma mais digitalizada e competitiva, desenvolvendo ao máximo as habilidades delas. A Natura, mais do que identificar e potencializar as influenciadoras já existentes, ao longo dos anos, passou a investir em treinamentos para que novos Consultores e Consultoras de Beleza criem conteúdo em suas redes sociais, reverberem as mensagens da marca e, consequentemente, melhorem seu desempenho em vendas. A adesão expressiva às trilhas de aprendizagem oferecidas pela rede de Consultoria Natura sobre o tema comprova o sucesso da estratégia: mais de 151 mil consultoras já realizaram a capacitação sobre conceitos básicos de influência, por exemplo. Outras 86 mil já aprenderam os principais conceitos para a produção de conteúdo nas redes sociais.

TECNOLOGIA

Também o Grupo Boticário se dedica a capacitar os empreendedores que comercializam produtos das suas marcas para esse cenário digital. Fabiano Olivo, diretor executivo do Canal Venda Direta da companhia, diz que cada vez mais a experiência dos clientes e revendedores se assemelha àquela que eles vivenciam nos relacionamentos com os seus bancos, em que as várias soluções digitais disponíveis minimizam a necessidade de ir a uma agência presencialmente.

"Oferecemos jornadas cada vez mais automatizadas e simplificadas, autosserviços, o que evita muitos dos atritos que uma atividade de vendas diretas poderia ocasionar para o revendedor. E isso inclusive estimula mais pessoas a serem representantes", pondera. Um dos intuitos da empresa é contribuir para o uso mais eficiente dos novos recursos digitais disponíveis e cada vez mais acessados por consultores, mas também consumidores. "Fizemos muitos investimentos ao longo dos últimos anos para nos organizarmos para esse cenário", diz Fabiano. Dentre as soluções que o Grupo Boticário coloca à disposição dos consultores está a chamada "Minha Loja Digital", que permite a criação um espaço customizado. Os revendedores têm liberdade, por exemplo, para desatacarem produtos de que dispõem a pronta entrega, personalizar preços para repassar algum tipo de promoção ou condições especiais para os clientes, etc.. Paralelamente, contam com comodidades disponibilizadas pela empresa, como os meios de pagamento facilitados. Ademais, o Grupo Boticário proporciona uma série de capacitações para consultores qualificarem sua atuação nas redes sociais, de forma a permitir que eles se convertam em influenciadores. "O que a gente vê é que uma parcela importante, seja dos revendedores, seja dos consumidores, ainda vivencia a digitalização de uma forma superficial, com pouco conhecimento técnico. Entre você usar as redes sociais ou saber empregá-las de forma mais refinada, há uma distância grande. Então, queremos ajudar consultores a fazerem um melhor uso das ferramentas, o que nos motiva a proporcionar capacitações", explica.

Ações de companhias incluem cursos que auxiliam consultores a converterem-se em influenciadores digitais

PeopleImages.com

Só o programa de capacitação que visa a transformar os revendedores de O Boticário, Eudora e Quem Disse, Berenice? em influenciadores para impulsionar as vendas no digital e o engajamento nas redes sociais já teve mais de 50 mil inscritos, que o avaliaram com nota 9,95. Ele proporciona acesso a conhecimentos sobre as marcas, soft skills, produção e edição de conteúdo e gestão financeira, entre outros.

VARIEDADE

Dos produtos agropecuários ao batom na bolsa

Flexibilidade, característica do setor, aparece também no portfólio de produtos comercializados via vendas diretas

Apesar de a categoria de Cosméticos e Cuidados Pessoais responder por 52% das vendas diretas dos empreendedores independentes no Brasil, seguida pela de Roupas e Acessórios, com 22%, a presidente da Associação Brasileira de Empresas de Vendas Diretas (Abevd), Adriana Colloca, diz que há um processo de diversificação no setor em marcha. Segundo ela, o modelo de negócios pode, de fato, ser empregado para a comercialização dos mais diversos tipos de produtos existentes no mercado. "Em nosso quadro de associados temos empresas que fabricam portas, alimentos e chocolates, por exemplo", amplia Adriana.

Um caso para ilustrar essa diversificação é o da Produce, criada há três anos, e que investe nas vendas diretas no setor do agronegócio. A empresa já conta com mais de 6 mil consultores cadastrados, os chamados "producers", que negociam diretamente com os proprietários rurais. Inicialmente o foco foi a comercialização de híbridos de milho na região sul, mas agora o portfólio já traz mais de 100 itens e o atendimento acontece em todo o Brasil, com a manutenção de centros de distribuição espalhados pelas regiões produtoras. "O agro funciona muito na base do relacionamento. O produtor compra com base na confiança e nossa plataforma de vendas foca no conceito de empreendedorismo social", diz o administrador e especialista em marketing Guilherme Trotta, um dos criadores da Produce, cujas vendas avançaram 639% em 2021, acompanhadas pelo crescimento de 411% no número de consultores e de quase 300% no de agropecuaristas atendidos. Segundo o executivo, os revendedores não pagam nem compram nada para iniciar as vendas. Eles fazem os contatos com os clientes, apresentam os produtos, registram o pedido por aplicativo e a empresa se encarrega da avaliação de crédito, entrega e cobrança.

Outra categoria que ainda tem espaço para crescer em vendas diretas, mas que tem uma forte representante no país, é a de Alimentos e Bebidas, em que se destaca a Cacau Show, líder no segmento de chocolates finos no mundo. Embora o modelo estivesse no DNA da empresa, foi em 2015 que ela optou por retomá-lo. Hoje, a Cacau Show já conta com mais de 120 mil revenvedores em sua base, dos quais 36 mil estão ativos e que, em conjunto, alcançaram um faturamento de R$ 320 milhões no ano de 2022. O canal de vendas diretas é o segundo maior dentro da empresa, respondendo por cerca de 9% do faturamento da companhia, com picos de 12% em alguns períodos. Para ser um revendedor, incialmente o interessado investe R$300,00, sendo R$250,10 em produtos + R$49,90 em um kit (mas a empresa realiza ações especiais para novos cadastros ao longo do ano, divulgadas principalmente nas redes sociais). Após a primeira compra, as demais são de pelo menos R$150,00 em produtos e todas podem ser parceladas em até 3x sem juros.

nmedia

Possibilidades

A categoria de Produtos para a Casa e Utensílios reserva opções como a de atuar como revendedor da Royal Prestige, uma marca premium de itens inovadores para cozinha e que está há mais de 60 anos no mercado. "Primeiramente, não é necessário fazer nenhum investimento para iniciar o negócio. Ao entrar para a Oportunidade Royal, o empreendedor recebe acompanhamento e treinamento e materiais necessários para as demonstrações de vendas. Para se tornar um empreendedor da Royal Prestige é preciso ser convidado por outro empreendedor, distribuidor júnior ou independente. Outro caminho é se inscrever no site oportunidaderoyal.com.br", conta o presidente global da companhia, Paulo Moledo. Segundo ele, os distribuidores da marca são predominantemente homens e mulheres jovens - inclusive muitos deles são casais -, que anseiam por êxito financeiro e querem investir em um novo negócio.

> **Oportunidades para empreender existem tanto nas categorias mais tradicionais, como naquelas que são novidades ou têm espaço para crescerem ainda mais**

Outra possibilidade é passar a integrar o time da Thermomix Brasil, que promove a venda do produto homônimo da Vorwerk. Trata-se de um equipamento para cozinha que reúne várias funcionalidades que substituem diversos eletrodomésticos e utensílios, como o liquidificador, a batedeira, o mixer e até o fogão. Luis Fernando Palomares, CEO da Thermomix Brasil, diz que a empresa trabalha forte no recrutamento de pessoas. "Contamos hoje com 150 em nosso time, ainda muito pequeno perto do de 9 mil que existe hoje em Portugal, por exemplo, trabalhando com a Thermomix. Temos muito por fazer", considera. O executivo relata, também, que a empresa tem forte preocupação com a capacitação dos consultores para que eles atuem como "embaixadores da marca", saibam bem do que estão falando ao apresentarem o produto e sejam totalmente transparentes com os clientes. "Dividimos nossa estrutura entre gerentes, líderes e consultores, e apoiamos eles com ferramentas para que exerçam o seu trabalho, com a estrutura de nossa empresa para que eles possam demonstrar o produto", detalha. Luis Fernando conta, ainda, que a Thermomix também trabalha online para atender a um público que não gosta de receber pessoas em suas casas para as demonstrações ou, então, prefere não sair do lar.

Caso o interesse do empreendedor recaia especificamente na área de nutrição, a Herbalife Nutrition é uma das alternativas. A empresa, líder global do mercado de substitutos parciais de refeição, disponibiliza diferentes maneiras de fazer negócio com baixíssimo investimento. Com menos de R$ 150,00 é possível se cadastrar para receber o kit inicial, com amostras de produtos e orientações de como empreender com a marca. Outra possibilidade é investir em um Espaço Vida Saudável (EVS), onde os produtos já preparados são degustados e vendidos. Há modelos, ainda, para quem deseja construir sua própria equipe de vendas e receber um percentual de ganhos sobre produtos comercializados por ela. É o consultor quem escolhe com qual modelo pretende atuar e quantas horas deseja se dedicar por dia, recebendo um lucro compatível com seu esforço.

Para quem quer atuar nas categorias mais representativas do setor de vendas diretas, as oportunidades são variadas.

VARIEDADE

Nas palavras de Fabiano Olivo, diretor executivo do Canal Venda Direta do Grupo Boticário, a de Cosméticos, em que a empresa atua, tem uma vocação grande e de longa data em vendas diretas no Brasil. “É uma coisa cultural mesmo, que iniciou muito tempo atrás”, diz. Para revender produtos do Grupo Boticário, o caminho é fácil: é preciso preencher um formulário no site dedicado e, depois disso, uma de supervisora da empresa faz contato para explicar o funcionamento da venda direta e validar o cadastro.

Outra opção é ser um ou uma representante Avon. O diretor-executivo de Vendas da empresa, Abel Filho, explica que para isso basta realizar o cadastro no site com nome completo, CPF e dados para contato, como número de celular e e-mail. “O investimento financeiro para iniciar as atividades é baixo e com possibilidade de ganhos que vão de 20% a 38% de lucro por revenda, dependendo do nível em que estiverem no plano de crescimento, e ela pode ser ampliada pelo aproveitamento das diversas promoções disponibilizadas para representantes a cada campanha. Além disso, todas representantes têm acesso a um programa de fidelidade chamado Meu Mundo Avon, que garante descontos na compra de produtos a partir do acúmulo de pontos”, descreve.

Jirsak

Para quem quer ser consultora ou consultor na Natura, outra gigante da área de cosméticos e que integra o Natura Co., mesmo grupo em que está a Avon, o caminho também é fácil. Exige um cadastro no site da Consultoria de Beleza Natura, com preenchimento os dados solicitados e inserção de uma foto do documento de identificação, além da escolha de um nome para o Espaço Digital (criado para cada consultora). Feito isso, um código será enviado para a pessoa interessada que, com ele, poderá baixar o app para criar a senha e fazer o primeiro pedido.

Se a ideia é investir na área de cosméticos, mas mesclá-la com outras, a opção pode ser a Amway, fabricante de marcas mundialmente conhecidas como Nutrilite™ e Artistry™. O cadastro pode ser feito no site da empresa no Brasil, em que o empreendedor também escolhe um kit inicial para começar a fazer as suas vendas. Ao todo, o portfólio disponibilizado pela companhia traz mais de 100 produtos que vão desde suplementação até cuidados com a casa e beleza. “Para se tornar um revendedor Amway é muito simples, basta adquirir um de nossos kits de início com valor a partir de R$ 29,00. O retorno potencial está totalmente atrelado ao desempenho do revendedor. Além do lucro sobre a revenda de produtos, o retorno é potencializado pelo atingimento de metas e ao criar times que também revendem”, detalha Gabriela Takano, diretora de Marketing para a América Latina.

Finalmente, se o assunto é vestuário, uma empresa tradicional no setor de vendas diretas é a DeMillus, com mais de 75 anos de história e líder no mercado de consumidores de lingerie. Para revender os produtos da marca é preciso ter mais de 18 anos e passar por uma análise interna do cadastro. Não há necessidade de fazer um investimento inicial em peças, embora a empresa recomende alguns itens campeões de vendas que servem como mostruário inicial aos clientes.

Confira sites de empresas que trabalham com vendas diretas no Brasil:

4Life – www.4life.com/brasil
Akmos – akmos.com.br
Amway – www.amway.com.br
Anne Caroline – brz.annecarolineglobal.com
Atomy – www.atomy.com/br
Avon – www.avon.com.br
Cacau Show – revendedor.cacaushow.com.br/revendedor
DeMillus – www.demillus.com.br
Forever Living – www.foreverliving.com.br
Grupo Boticário –revenda.boticario.com.br ou
Herbalife Nutrition– www.herbalife.com.br
Jafra – www.jafra.com.br
Jan Rosê – www.janrose.com.br
Jequiti – www.jequiti.com.br
Mahogany – www.mahogany.com.br
Mary Kay – www.marykay.com.br
Natura – www.natura.com.br
Omnilife – www.omnilife.com.br
Pormade Portas – www.pormadeonline.com.br
Produce – www.produce.agr.br
Royal Prestige – www.royalprestige.com.br ou www.oportunidaderoyal.com.br
Sciencelife – sciencelife.com.br
Thermomix – www.thermomix.com.br
Tupperware Brands – www.tupperware.com.br
Yakult - www.yakult.com.br

APOIO

Capacitação e benefícios em favor dos empreendedores

Companhias mantêm iniciativas para que seus representantes estejam atualizados e estimulados para atuarem com qualidade

peshkova

Se as barreiras para ingressar no mercado de vendas diretas são poucas, muitas são as possibilidades oferecidas pelas empresas que investem nessa modalidade no sentido de contribuir para a qualificação e o sucesso das ações dos consultores que representam as suas marcas diante dos consumidores. Jordan Rizetto, diretor geral da Herbalife no Brasil ressalta que a indústria de vendas diretas proporciona a oportunidade de os empreendedores trabalharem com marcas que têm, na maioria dos casos, uma forte reputação, com sistemas digitais e de entregas qualificados, e, ainda, dá a eles o acesso aos treinamentos necessários para conduzir os negócios. “Talvez as franquias ofereçam características parecidas, mas a grande diferença é que no caso delas a barreira de entrada costuma ser alta. Já nas vendas diretas, as empresas do setor proporcionam um amplo conjunto de soluções aos seus consultores, mas demandam um baixo investimento para eles começarem”, pondera. Com relação às capacitações proporcionadas aos revendedores, por exemplo, ele diz que no caso de sua empresa elas se dão de forma intensa e em diferentes formatos, presenciais ou virtuais, e tratam temas que vão muito além dos produtos, para estimular o desenvolvimento de habilidades em negociação, vendas, marketing digital, liderança, estratégia e planejamento, entre outras. Quem ingressa na base da Herbalife, passa a contar, por exemplo, com uma plataforma 100% digital, gratuita e completa, com os treinamentos essenciais para iniciar no negócio, o HN Grow. O aplicativo premiado no Brasil e nos Estados Unidos permite que qualquer pessoa, em qualquer lugar, consiga acessar conteúdos, vídeos, e-books e muito mais. Para além da ferramenta, a Herbalife oferta oportunidades de capacitação com grandes palestrantes e em institutos de educação. O sistema de treinamentos contempla ainda aqueles relacionados a ética e integridade, em que os consultores conhecem normas de conduta e diretrizes a serem observadas e que protegem a eles mesmos, mas também à marca Herbalife. No caso da Natura, a empresa zela por promover diversas oportunidades de aperfeiçoamento, e desde 2020 avança na sua estratégia pioneira do “peer to peer”, em que consultoras treinam consultoras.

Empresas que atuam com vendas diretas oferecem diversas oportunidades para crescimento pessoal e/ou profissional dos empreendedores

“Por meio do Natura Startups, selecionamos uma startup para desenvolver e acelerar nossos projetos Consultoras Treinadoras e Consultoras Influenciadoras, que lançam mão das habilidades e experiências de nossas consultoras para alavancar o desenvolvimento da rede e do negócio. No formato, as Consultoras são remuneradas pelas atividades complementares que desempenham”, detalha Penélope Uiehara, diretora de Transformação Humana da empresa, que já selecionou e preparou cerca de 100 representantes de diferentes partes do Brasil para atuarem como treinadoras em aulas ao vivo. Os conteúdos são veiculados em uma plataforma digital exclusiva da marca e dedicada para a finalidade. Mais de 1 milhão de Consultoras foram treinadas pelas CN Treinadoras e cerca de 52 mil horas de capacitação aplicadas. “Ao serem treinadas por colegas, as consultoras se sentem inspiradas e a identificação e o compartilhamento de experiências facilitam a aprendizagem”, conclui Penélope.

Já na Avon, de acordo com Abel Filho, diretor executivo de vendas na companhia, as representantes encontram mais de 600 treinamentos por meio da plataforma Avon Desenvolve. Eles podem ser realizados de maneira on-line e incluem cursos em empreendedorismo, técnicas de vendas, marketing digital, produtos e outros assuntos. “Como nosso novo modelo comercial visa a apostar no social selling, temos como meta ampliar a inclusão digital da nossa força de vendas para que possam realizar os treinamentos e ferramentas digitais que oferecemos. Aquelas que investem

APOIO

nesses cursos, inclusive, são capazes de vender até 15% a mais", indica o executivo. Dados recentes de uma Pesquisa Global sobre "Equidade de Gênero" encomendada pela Avon mostram que a capacitação tecnológica e entendimento do negócio são fundamentais para o desenvolvimento e crescimento de sua força de venda. O recorte nacional deste levantamento indica, por exemplo, que as mulheres querem sim empreender, porém, falta apoio para o capital inicial para 60% delas, o medo de falhar acomete 37% das entrevistadas e a carência de conhecimento sobre negócios desafia 35% das brasileiras. "Valorizar nossas representantes e capacitá-las para empreender faz parte da nossa premissa, elas fazem muito mais do que revender os nossos produtos, todas representam a nossa essência, a história da marca, os valores e as causas e que nos inspiraram a chegar até aqui", complementa o presidente da Avon, Daniel Silveira.

Benefícios

Para além dos treinamentos, as empresas costumam estabelecer formas de recompensar ainda mais e/ou assegurar o bem-estar dos consultores. No caso da Royal Prestige, segundo o seu presidente global, Paulo Moledo, a empresa mantém um plano de negócio com dez níveis que oferecem alta lucratividade. "O empreendedor avança de posição conforme cresce. Dessa maneira, aqueles que escolhem seguir essa caminhada com a Royal têm grandes chances de êxito financeiro e a oportunidade de desenvolver o seu próprio negócio. Outro asset único da Royal Prestige é a oferta de uma linha própria de financiamento para os consumidores. Também cuidamos do estoque e do envio de cada pedido. Dessa forma, os distribuidores, que não necessitam investir em nenhum kit para iniciar o negócio, também não precisam se preocupar com tais detalhes logísticos e podem se dedicar inteiramente às vendas e desenvolvimento de relacionamento", assinala.

Na Herbalife, a empresa faz premiações por desempenho, de maneira a estimular e reconhecer o esforço de seus consultores, que podem ganhar, entre outras coisas, viagens. Ademais, oferece benefícios como a Garantia Padrão Ouro, que reembolsa 100% dos produtos lacrados adquiridos no último ano, caso haja desistência do consultor em empreender com a marca.

Já a Natura estende, de acordo com Penélope, a toda sua rede de Consultoras e Líderes de negócio, um portfólio de benefícios que contempla, por exemplo, telemedicina e apoio psicológico totalmente gratuitos. Há incentivos também vinculados à Educação, como a concessão de bolsas e condições especiais para conclusão do ensino médio, ingresso ao ensino superior, letramento digital e financeiro, além de crédito educacional para financiar estudos das próprias consultoras ou de pessoas de suas famílias sem juros. "As Consultoras também podem contar com um mecanismo de transferência de renda em casos de insegurança alimentar ou calamidade pública. Desenvolvemos ainda mecanismos de educação para prevenção, acolhimento psicológico e orientação jurídica especializada para casos de violência de gênero ou racismo", conta Penélope. Do ponto de vista de negócios, as Consultoras de Beleza Natura têm um plano de crescimento dividido entre cinco diferentes níveis, dependendo do tempo e esforço empreendidos com a atividade.

A Avon também lança mão de um plano para incentivar suas revendedoras a buscarem qualificação, além de dedicar a elas programas de fidelidade e descontos exclusivos em faculdades, escolas de idiomas, medicamentos, exames, consultas médicas e odontológicas, que podem ser estendidos às suas famílias. "As Representantes de Beleza são profissionais autônomas e responsáveis pela comercialização de produtos da marca a partir do momento em que realizam o cadastro na companhia. Não há necessidade de exclusividade com a Avon, mas oferecemos um plano de crescimento profissional dividido em cinco estágios, que vão de uma a cinco estrelas. Quanto mais alto o nível, maiores são os lucros, prazos de pagamento e pontos no programa de fidelidade oferecido pela marca", especifica Abel Filho, diretor executivo de Vendas da Avon.

Êxito na atividade

aroas

Simone de Almeida Barreto, moradora da região da Brasilândia, na cidade de São Paulo é Representante de Beleza Avon há seis anos. Após ficar desempregada, a profissional decidiu seguir o seu sonho de empreender por meio de uma loja com produtos pronta-entrega. "Já não queria mais trabalhar para outras pessoas. Estava insatisfeita. Então fiz um plano de negócios, comecei a ler sobre empreendedorismo e busquei tutoriais on-line sobre o assunto, até que abri uma loja e passei a revender cosméticos. A Avon possui preços bastante econômicos e isso me ajuda a atrair uma clientela maior, que busca produtos de qualidade, mas não pode pagar tão caro", conta.

Para se aperfeiçoar na atividade, passou a realizar cursos, inclusive por meio da plataforma Avon Desenvolve. Além disso, investiu em ferramentas digitais para alavancar suas vendas, como redes sociais e revistas digitais. "Comecei distribuindo panfletos pelo bairro e criei perfis no Instagram e no Facebook para impulsionar posts sobre o meu negócio. Crio estratégias e roteiros para publicações. Todo novo consumidor que aparecia eu já anotava o celular dele para incluí-lo em grupos com clientes no Whatsapp. Quanto mais se cria conteúdo inteligente, mais você cresce. Também consigo apresentar produtos, negociar vendas e receber pagamentos virtualmente" descreve.